



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP

Beatriz Akemi Takeiti

**Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos  
de existência no contemporâneo.**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2014



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP

Beatriz Akemi Takeiti

**Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos  
de existência no contemporâneo.**

Tese apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

São Paulo

2014

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

**TAKEITI, B. A.** (2014) Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

**Professora orientadora:** Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

**Linha de Pesquisa 2:** Aportes da psicologia social à compreensão de problemas sociais.

## Resumo

Esta tese se apoia numa perspectiva desnaturalizadora da violência juvenil, por meio de narrativas dos modos de existência de jovens, especialmente daqueles que se forjam pela invenção de práticas culturais na periferia. Tem como objetivo identificar e analisar, à luz dos aportes de Michel Foucault, modos de subjetivação de jovens em contextos de vulnerabilização. Privilegiou-se a análise dos efeitos das violências na produção de subjetividades, assim como as estratégias pelas quais os jovens reverterem o estigma da periferia. Para tanto, acompanhamos três sujeitos engajados em distintos coletivos culturais – sarau de literatura marginal, movimento hip-hop e produção audiovisual – durante o ano de 2012 nos distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha na zona norte de São Paulo. Realizamos tanto entrevistas em história oral quanto experimentações etnográficas no território em que eles residiam. Ao fazer a defesa de uma escrita, engajada com uma política da narratividade, optamos por iniciar esta tese a partir da história de Jorge, nosso principal interlocutor e fio condutor. São histórias não só de migrações, ocupações, pobreza, violências, mas, também, de produções coletivas, criativas, formas inéditas de vida tecidas por meio de invenções estéticas na periferia. Apontamos dois momentos distintos, porém interconectados que evidenciaram os efeitos da violência nos modos de subjetivação juvenil. O primeiro deles, apresentado na Parte II, sinaliza como a periferia tem se configurado como um *território-vivo* e contribuído para a construção dos territórios existenciais dos jovens. Esta *territorialização* é a marca que opera um certo posicionamento juvenil, como se o *estigma* de jovem, negro e pobre desse lugar ao *emblema*, ao orgulho de ser da periferia. Assim, no segundo momento, na Parte III, destacamos como esses coletivos culturais, o Sarau Poesia da Brasa e o Cinescadão, invocam uma forma de resistência, transformando as experiências das violências e vulnerabilizações vividas na periferia em práticas éticas, estéticas e políticas. Neste sentido, a adoção das narrativas como método não expressa apenas uma preocupação metodológica quanto aos procedimentos com que tratamos o objeto de estudo, mas demarca, sobretudo, um posicionamento político, um *ethos* do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa: aquele que não separa produção de conhecimento/política da escrita da produção de subjetividade.

**Palavras-chave:** Juventudes, vulnerabilizações, violências, modos de subjetivação, arte/cultura.

**TAKEITI , B. A.** (2014) Youth , subjectivity and violence : building contemporary existence ways . Doctoral Thesis. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

**Professor advisor:** Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

**Research Line 2:** Contributions of the social psychology to the understanding of social problems.

## Abstract

This study is based on a denaturalizing perspective of youth violence, through narratives on young people existence ways, especially those who are forged by the invention of cultural practices on the peripheries. This study aims to identify and analyze, in the light of Michel Foucault's contributions, youth subjectivity ways in contexts of increasing vulnerability. We focused on the analysis of the effects of violence in the production of subjectivities, as well as the strategies by which the young people reverse the periphery stigma. For both, we followed three subjects engaged in different cultural collective activities - marginal literature presentations, hip-hop movement and audiovisual production - during the year 2012 in the districts of Brasilândia and Vila Nova Cachoeirinha in the northern zone of São Paulo state. We conducted interviews in both oral history and ethnographic experiments in the territory in which they resided. When making a written defense, committed to a policy of narrative, we decided to start this thesis from Jorge's story, our main interlocutor and thread. These stories are not only on migrations, land occupations, poverty, violence, but also on creative collective productions, new ways of living woven through aesthetic inventions in the periphery. We point out two different moments, but interconnected which showed the effects of violence in the youth subjectivity ways. The first moment, presented in the Part II, shows as the periphery has emerged as a *live-territory* and contributed to the construction of existential territories of young people. This *territorying* is what operates a certain youthful positioning as if the young man, black man and poor man *stigma* from this place to the *emblem*, to the pride of being from the periphery. This way, at the second moment, in the Part III, we highlight how these cultural collective activities, such as the 'Poesia da Brasa' poetry presentation and the 'Cinescadão', invoke a form of resistance, turning the experiences of violence and vulnerable moments lived in the peripheries into ethical, aesthetic and political practices. This way, the adoption of the narratives as a method does not only express a methodological concern about the procedures we used with the subject matter, but also demarcates, primarily, a political stance, an ethos of the researcher in the development of the study: the one which does not separate the production of knowledge / from the writing production subjectivity policy.

**Keywords:** Youth, vulnerable moments, violence, subjectivity ways, art/culture.

*Ao meu pai, Yutaka Takeiti (in memoriam).*  
*E aos jovens, pelas resistências empreendidas na vida!*

## Agradecimentos

Este trabalho é fruto de conversas, trocas de experiências, escutas e muitas histórias.

À Professora **Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin**, minha orientadora, pelo acolhimento, pela paciência e por embarcar comigo nas empreitadas juvenis pela periferia de São Paulo. Posso dizer que foi um momento de descobertas, de enriquecimento intelectual e pessoal, de produção de novas subjetividades!

Aos Professores **Dra. Mary Jane Spink, Dr. Paulo Artur Malvasi e Dra. Sandra Maria Galheigo** pelas valiosas contribuições no exame de qualificação, apontando alternativas e apoiando a liberdade da escrita. Também ao Professor **Dr. Jorge Bróide**, por aceitar dialogar comigo as “insurgências” desta tese.

Aos colegas do **Núcleo Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC)** - **Alice Weimer, Rose Myahara, Fernando, Gabriela, Dayse, Rafa Domenes, Alejandra, Renata, Geisa, Carol Guildi, Flávia, Alyne, Adriano, Sander, Júlia e Paula**, por possibilitarem discutir os tensionamentos da pesquisa para que esta ganhasse força e luz.

Aos jovens entrevistados, por dividirem comigo suas histórias, suas memórias.

Aos amigos queridos do doutorado com os quais partilhei, além das leituras, publicações em livros, seminários, disciplinas, créditos - **Emanuel (Emano), Fer (Prof. Alves), Pedro Figueiredo** – mas também cafés, almoços e uma boa conversa.

À amiga mais filósofa do que psicóloga, ou, simplesmente, *filopsicóloga*, **Nádia Vieira**, por me inserir no mundo da história oral e dividir comigo o processo de transcrição das histórias juvenis.

Às colegas do GEHOS-UNIFESP, em especial à **Fabíola Holanda** que me oportunizou aproximações com a história oral.

Aos Professores do Programa de Psicologia Social, pela ancoragem teórica, metodológica e política proporcionada a esta pesquisa.

À **Marlene**, secretária do Programa de Psicologia Social da PUC/SP, pela disponibilidade quanto às burocracias institucionais.

À **Mercedes Neto**, pelas transcrições “analíticas” das entrevistas.

À **Cristina Zappa**, pela revisão cuidadosa do texto final.

Às amigas **Naiara Matos e Sulamita**, pelos diálogos e descobertas no fazer uma terapia ocupacional mais criativa, mais crítica.

Às amigas do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) **Adriana Araújo, Débora Carrijo, Kelsilene Prado, Valquíria Josué, Sílvia Negrini** e do Centro Universitário São Camilo, **Celina Bartalotti, Solange Tedesco e Marysia Takatori** pelas empreitadas acadêmicas na terapia ocupacional.

À **Valéria Agostinho e Rose Moropo**, por trilharem comigo as minhas angústias, a minha história.

Em especial, agradeço:

À **Sandra Galheigo**, orientadora ainda na graduação e da vida toda. Obrigada por abrir as portas para as minhas inquietações, meus questionamentos e partilhar comigo os meus investimentos.

À pequena flor do meu jardim, **Maria Clara**, minha filha, que surgiu em minha vida de forma inesperada e tem sabido, com delicadeza, mostrar o caminho a seguir.

Ao meu companheiro, **Adriano**, pelo estímulo e apoio em todos os momentos, por respeitar, principalmente, as minhas ausências, os meus silêncios e a dedicação necessários e caros à produção intelectual.

À minha querida mãe, **Elisabeth**, presença constante e indispensável em minha vida. Aos meus irmãos, **Cristina, Eduardo e Gisela**, sempre prestativos, pelo apoio nas diversas etapas da minha vida. À tia **Natária**, à **Márcia e Pedro**, pelo pouso e ancoragem na cidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>Lista de mapas, fotografias e imagens.....</b>	<b>1</b>
<b>“Nascido e criado na Brasilândia – berço da minha vida, de tudo que já vi e já vivi aqui”.....</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação</b>	
Entre fios e tramas que tecem as histórias juvenis.....	36
Como a tese está organizada.....	41
<b>Parte I – Como pesquisar juventude pobre e periferia?.....</b>	<b>45</b>
Capítulo I – Dialogando sobre as juventudes, as vulnerabilizações e violências.....	46
Escapando as naturalizações e falando de condições juvenis.....	49
Capítulo II – Para pensar processos de subjetivação: as contribuições de Michel Foucault.....	56
Capítulo III – Como escrever as experiências juvenis? História oral, narrativa e processualidade como ferramentas metodológicas.....	64
Narrativas de um pesquisador no campo da pesquisa – um pouco de história do percurso.....	73
Aproximações e a opção por estes jovens.....	76
A escolha do território e dos espaços de escuta.....	80
<b>Parte II - Territórios existenciais, vulnerabilizações e violências nas narrativas juvenis.....</b>	<b>87</b>
Capítulo IV – Periferia: território das vulnerabilizações.....	88
Contextos e contratos – a zona norte da cidade de São Paulo.....	94
A geometria da casa própria popular na periferia da cidade.....	109
Os contratos da cidade permanecem.....	113
De migrantes a operários, trabalhadores.....	119

Capítulo V – Territórios da violência.....	125
Mundo do crime entre o passado e o presente.....	130
Interfaces entre o mundo do crime e o tráfico de drogas.....	138
Violência de Estado que se arma pela violência policial.....	147
Capítulo VI – Corpo, território e subjetivação: o corpo como inscrição de territórios existenciais.....	163
Produzindo vida na periferia.....	164
<b>Parte III - Arte, cultura e produção de subjetividade juvenil....</b>	169
Capítulo VII – Modos de subjetivação pelos circuitos culturais – mas... o que os jovens desejam?.....	170
Os circuitos culturais juvenis na periferia da zona norte de São Paulo.....	173
Capítulo VIII – Cultura! Política Pública?.....	182
Sarau Poesia na Brasa: a difusão da literatura marginal.....	182
Cinescadão como outra via de existência na periferia.....	191
Dispositivo de gestão da população jovem: arte/cultura como política pública?.....	207
<b>Considerações Finais.....</b>	213
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	217
<b>Anexos.....</b>	226
Anexo 1. Aspectos éticos da pesquisa	
Anexo 2. Termo de Consentimento Informado	
Anexo 3. Carta de autorização e uso das entrevistas	
Anexo 4. Artigo enviado para publicação na Revista Saúde & Sociedade	
Anexo 5. Quadro sinótico para análise do tema “violência”	

## Lista de mapas, fotografias e imagens

<b>Mapas</b>	<b>Pág.</b>
<b>Mapa 1.</b> Mapa da região metropolitana de São Paulo e município de São Paulo (2000).....	95
<b>Mapa 2.</b> Mapa do município de São Paulo e subprefeituras: Freguesia do Ó (Distritos Freguesia do Ó e Brasilândia) e Casa Verde (Distritos Cachoeirinha, Casa Verde e Limão) na zona norte e noroeste da cidade (2000).....	96
<b>Mapa 3.</b> Mapa do distrito da Brasilândia e fotografia do bairro da Brasilândia (2000).....	98
<b>Mapa 4.</b> Mapa do distrito da Casa Verde e fotografia do bairro Jardim Peri (2000).....	99
 <b>Fotografias</b>	
<b>Foto 1.</b> Fotografia da área externa do Centro Cultural da Juventude (CCJ) “Ruth Cardoso”, onde aconteciam as entrevistas com os jovens. Arquivo pessoal (2012).....	82
<b>Foto 2.</b> Fotografia da fachada do equipamento Fábricas de Cultura, Jardim Lauzane. Arquivo pessoal (2012).....	84
<b>Foto 3.</b> Fotografia do evento “Trex canta com os convidados”. Apresentação de rap no equipamento Fábricas de Cultura onde Anderson faz sua apresentação. Arquivo pessoal (2012).....	84
<b>Foto 4.</b> Fotografia tirada da área externa ao Centro Cultural da Juventude (CCJ). Ao fundo é possível enxergar o principal terminal de ônibus do distrito Nova Cachoeirinha, a Avenida Inajar de Souza e os bairros da Brasilândia e Jardim Peri Alto. Arquivo pessoal (2012).....	92
<b>Foto 5:</b> Fotografia retirada do site da Associação Cantareira. Vista da Vila Brasilândia, na década de 1950 (2004).....	97
<b>Foto 6.</b> Fotografia do Jardim Peri Alto e Peri Novo, no distrito da Vila Nova Cachoeirinha. Característica destes territórios são as moradias que se apresentam sempre em construção. Arquivo pessoal (2012).....	104
<b>Foto 7:</b> Fotografia da vista panorâmica do Jardim Damaceno, uma das andanças etnográficas durante o campo da pesquisa. Arquivo pessoal (2012).....	109

<b>Foto 8:</b> Fotografia dos fundos da moradia de um dos jovens colaboradores da pesquisa, no Jardim Antártica. Podemos perceber nesta imagem os barracos ainda em madeira e outros em alvenaria, típicas construções na periferia. Arquivo pessoal (2012).....	113
<b>Foto 9:</b> Fotografia retirada do curta-metragem da Série História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Brasilândia. Direção de Daniel Solá Santiago, São Paulo, DDS Produções, (2013).....	122
<b>Foto 10:</b> Fotografia retirada do curta-metragem da Série História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Nova Cachoeirinha. Direção de Paulo Pastorelo, São Paulo, Primo Produções, 2011.....	123
<b>Foto 11.</b> Fotografia tirada do site Fábrica de Gênios, por Fábio Galvão. Uma intervenção do Cinescadão promovida pela Associação. (2013).....	199
<b>Foto 12.</b> Fotografia do evento Cinescadão. Arquivo pessoal, (2012).....	199
<b>Foto 13:</b> Fotografia tirada no beco 18A, altura do número 1000, durante o evento do Cinescadão. Arquivo pessoal, (2012).....	200
 <b>Imagens</b>	
<b>Imagem 1.</b> Poliphony, de Paul Klee, 1932.....	109
<b>Imagem 2</b> – Produzida pelo coletivo do Sarau da Brasa, acessada no blog em 9.3.2012.....	182

*“Nascido e criado na Brasilândia – berço da minha vida,  
de tudo que já vi e já vivi aqui<sup>1/2</sup>”*

**E**ntre as Avenidas Inajar de Souza, Imirim e Deputado Emílio Carlos vou em direção à praça Largo do Japonês, coração do distrito da Cachoeirinha, região central da zona norte e local onde eu, Jorge, combino de me encontrar com a pesquisadora.

Você sabe exatamente onde está? Não? Então vou te explicar. Está vendo o terminal de cargas da João Dias? É considerado o maior terminal da América Latina, começa naquele canto e percorre, se não me engano, até Francisco Morato, em Caieiras. O Jardim Peri fica logo ali, entre esse primeiro morro que é o Cachoeirinha e o lado de cá. Para trás, nessa direção, começa a Brasilândia, que percorre toda a mata, ou seja, a Serra da Cantareira. Moro um pouco para baixo daquela torre à esquerda. Está vendo aquela ponta de lá? Aquela favela toda faz parte do Jardim Peri. Mais para a direita fica o bairro de Santana. Depois vem Tucuruvi, bairro do Limão e Casa Verde. Tudo isso forma os distritos da Brasilândia, Freguesia do Ó e Cachoeirinha.

Talvez você já tenha ouvido falar muito daqui, mas pelas coisas ruins que acontecem. Violências, assassinatos, crime. Coisas boas não são faladas deste lugar!

Vou me apresentar. Sou Jorge, um jovem da periferia da zona norte, tenho 27 anos, filho de pai mineiro e mãe baiana. Nasci na casa de uma senhora, dona Nair. Meus pais moravam de favor na casa dela. Nasci e cresci aqui na Brasilândia, aqui é o berço da

---

<sup>1</sup> Tom Vital.

<sup>2</sup> Jorge foi um dos colaboradores que aceitou participar da pesquisa e narrar a sua história. Aqui apresentamos a narrativa já transcrita, que será o “fio condutor” de toda a discussão da tese para a pesquisadora. No capítulo III apresentaremos, com mais detalhes, os procedimentos metodológicos.

minha vida, de tudo que já vi e já vivi por aqui. Nasci num lugar chamado Jardim Icarai, os caras chamavam Largo da Pancada. É isso mesmo: Largo da Pancada. Pelo nome você deve imaginar o que rolava neste lugar. Era um território “zuado”, havia muita violência, de todos os tipos, roubo, brigas, tráfico de drogas. Nessa época, não existia o Primeiro Comando da Capital (PCC). Cada um era dono do seu comércio. De drogas, é claro. Lembro que na minha rua tinha duas “biqueiras”, uma ficava numa ponta da rua e a outra no lado oposto. Não eram “aliadas”, mas concorrentes, viviam brigando, disputando pelo ponto e venda de drogas.

Brincávamos na rua. Virava e mexia tinha toque de recolher, tiro, tiazinha saindo correndo com a sacola de supermercado no braço para não levar tiro. Na hora do confronto, eles gritavam: “Dona Maria, manda estas crianças saírem da rua que o pau vai comer”. Saíamos porque sabíamos que haveria troca de tiros naquele lugar. Eles também não aceitavam que crianças trabalhassem para o tráfico, só pediam para que elas fossem comprar maria-mole, marmitex no bar. Em troca, davam um tubo de linha, uma pipa, cerol.

Meu pai nunca permitiu que eu fizesse isso. Uma vez, inventei de ir pegar uma marmitex para um cara do tráfico e em troca ele me prometeu uma pipa. Lembro que tomei um coro do meu pai para nunca mais pensar nessa possibilidade. Ele não só bateu em mim como também foi conversar com o Du, o gerente da boca. Disse que eu era seu filho e que não iria prestar nenhum favor mais a eles, o qual respeitou.

Quanto a minha família, quantas histórias. Meu pai veio de Minas, de uma cidade chamada Guaxupé, quando tinha dezoito anos, acompanhado de seu irmão mais velho. Veio em busca de trabalho e novas oportunidades. Era o caçula de uma família de vinte irmãos. Deixou os pais em Minas, eu mesmo nem os conheci.

Meus tios também vieram para São Paulo em busca de novas oportunidades. Mas tenho pouco contato com eles. Minha mãe é da Bahia, de uma cidade chamada Planalto. Ela ficou grávida de mim quando tinha apenas dezoito anos e depois teve a minha irmã.

Meu pai nos conta que, no início, vendia limão, sorvete para sobreviver. Quando estava com doze anos, ele falsificou os documentos como se tivesse catorze anos. Tudo isso para poder trabalhar. Após alguns meses na metrópole, conseguiu emprego numa fábrica e tornou-se metalúrgico. Já minha mãe trabalhava como empregada doméstica em casa de família.

Ele sempre fez uso de bebida alcoólica, era alcoólatra mesmo e continua sendo até hoje. Com a bebida, tornava-se bastante violento. Agredia a minha mãe e a mim. Lembro-me que ele fazia coisas absurdas para a minha mãe, do tipo “dar cabeçada nela”. Parecia que estava com o demônio no corpo. Quase não o reconhecia quando estava alcoolizado. Era só o demônio. Tudo isso acabou fazendo com que eles se separassem. Desde os setes anos sou deste tamanho. Todas as vezes que partia para cima dela, eu entrava no meio junto com meu irmão e aí o “pau comia”. Saímos várias vezes no braço.

Tanto meu pai quanto a minha mãe sempre foram ligados ao PT. Meu pai, por conta do movimento operário. Minha mãe, não sei. Meu pai não tinha muito estudo, mas era bastante inteligente, bem articulado, afinal, era do movimento dos metalúrgicos. Acho que foi por causa dele que entrei nessa de revolucionário, queria fazer revolução, mudar as coisas por aqui!

Nessa época, era o governo da Erundina que administrava a cidade de São Paulo. Existiam os famosos mutirões e minha mãe acabou sendo sorteada com uma casa, quer dizer, com um terreno na zona leste da cidade, lá em Guaianazes. Saímos da casa daquela senhora, na Brasilândia, e partimos para o mutirão. Recebíamos o material de construção do próprio pessoal que estava construindo as

casas. Fiquei uns quatro anos lá. A família do meu pai era daqui da Brasilândia. Toda a galera morava aqui.

A situação em Guaianazes estava bastante difícil. O mutirão ainda estava em construção. Portanto, não tinha nada, nem asfalto nem saneamento básico. Lembro que durante um bom tempo, não sei exatamente quanto, não tinha água nem esgoto. Existia apenas uma torneira a alguns quarteirões, era uma torneira coletiva que a rapaziada buscava água. Ficamos morando neste lugar por algum tempo, eu estava com três para quatro anos.

Quando meus pais se separaram, ele voltou para a Brasilândia e foi morar com a dona Arlinda, uma senhorinha que cuidava dele, foi quem o criou praticamente, ele a considerava como uma mãe. Nós ainda permanecemos morando em Guaianazes - eu, minha mãe e minha irmã. Ficávamos entre a zona norte e a zona leste. Nos fins de semana, vínhamos para a Brasilândia e, durante a semana, ficávamos com minha mãe. Mas isso foi por pouco tempo, rapidamente fomos morar com ele. Quando comparava aquele lugar com a Brasa, ficava doido. A condição era bastante diferente.

Fiquei com uma cena na minha cabeça até hoje, muito clara. Eu e minha irmã indo até Guaianazes e pegando nossas coisas. E assim cresci na Brasilândia. Estudei, trabalhei, fiz amigos. O que me atraía nesse lugar além dos brinquedos? Ora, a Brasilândia era bem mais legal do que Guaianazes. Lá morávamos em apenas dois cômodos. Aqui na Brasa tinha pelo menos um quarto a mais.

Depois de algum tempo, meu pai começou um novo relacionamento com a atual esposa, minha madrasta. Ela tinha um casal de filhos. A filha dela tinha quase a mesma idade da minha irmã biológica, dez para onze anos. O filho dela era mais velho do que eu. Tinha uns brinquedos que me deixavam alucinado. Carrinho, videogame, bicicleta que ganhou de sua madrinha. Certo

dia, meu pai me chamou no canto e na loucura de brincadeira de criança me perguntou se não gostaria de morar com ele. Recordo que virei em sua direção, disse que sim e continuei brincando. Tinha apenas quatro anos.

A capacidade de reflexão não era muito grande. Até hoje brinco com meu pai e digo que me vendi com quatro anos. Fomos até o juiz e ele me perguntou com quem gostaria de ficar, com minha mãe ou com meu pai. Respondi que queria morar com os dois, pois na minha cabeça eu queria que ele voltasse para a minha mãe. Mas a minha madrasta cuidava muito bem da gente, não fazia diferença entre nós e os filhos dela. Isso gerou um ambiente legal, harmônico. A filha dela, a Alessandra, quando completou quinze anos, engravidou e nasceu minha sobrinha. Ficamos nós quatro, eu e minha irmã e os dois filhos dela, mais uma sobrinha vivendo num quarto. Até que ela resolveu se casar com o pai da criança e construir uma casa nos fundos do terreno que moramos atualmente.

A minha mãe “de sangue” vendeu aquela casa em Guaianazes e retornou para a Bahia, na casa dos meus avós. Fiquei dos cinco aos nove anos sem ver e falar com esta minha mãe. Fui revê-la de novo quando estava com onze anos. Não tive nenhuma relação com ela, nem nos ligávamos nem nos falávamos. Não trocamos cartas, ideias, afetos, carinho durante todo esse tempo. Já com a minha outra mãe era diferente, uma relação louca, porque ela virou minha mãe de verdade. Pensava. “Se minha mãe verdadeira quisesse saber onde eu estava eu dizia: Estou aqui!” E a minha mãe, agora daqui para frente, é a “madrasta”, minha mãe daqui. Ela também era empregada doméstica e meu pai continuava a trabalhar na metalúrgica. Eles trabalhavam durante todo o dia, saíam de manhã, voltavam no finalzinho da tarde e a gente ficava sob os cuidados dessa minha outra irmã, que tinha acabado de ter o bebê. A ordem

expressa era não ficar na rua, não brincar na rua. Mas o terreno lá de casa era grande, então ficávamos todos lá, juntávamos a criançada da rua e íamos para lá. Eu tinha medo de sair na rua, acontecer alguma coisa e meu pai ficar muito bravo e apanhar.

Ele trabalhava numa empresa aqui próximo de casa, a Santa Marina, que fazia vidros, copos. Como eu disse, ele participava do movimento social dos metalúrgicos. Quando eles armavam a greve, meu pai sempre estava à frente, até que um dia se enfezou com um cara do sindicato, brigou e acabou sendo mandado embora, não recebendo qualquer benefício.

Nessa época, as coisas ficaram difíceis em casa, sem grana. Essa recordação de quando era criança tenho em minha mente, pois tínhamos problemas com comida. Minha mãe como empregada doméstica ganhava pouco, diarista, então, ganhava menos ainda. Não dava, éramos sete pessoas em casa para comer. O salário de uma diarista não dava para segurar o rango em casa. Tinha dia que a comida era feita só com fubá. Ou isso, ou nada. Já comeu sopa de carcaça de boi? Fica muito forte. Comíamos isso e ninguém até agora morreu. Não tinha filé mignon, mas fubá e carcaça de boi na sopa.

Durante a minha infância passei muitas dificuldades em casa, não vou mentir. Pensei em fazer várias coisas erradas. Os caras do tráfico, lá do meu beco, pediam para a molecada pegar umas encomendas, levar de uma ponta da rua para a outra, servindo como aviãozinho. Eles não sabiam o que tinha dentro, os caras do tráfico mandavam entregar e a meninada ia, pegava e entregava. Pediam na maior inocência para a garotada levar e, em troca, davam um trocado, um doce. Para você ver, o tráfico corria à solta, na porta de casa. Vi muitos garotos morrerem por conta da disputa pelo ponto e venda de drogas.

Tenho muitas recordações da infância, algumas tristes, outras nem tanto, até alegres se não fossem tão trágicas.

Comecei a trabalhar muito cedo, por volta dos doze anos. Meu pai, com medo de que me envolvesse com o tráfico de drogas aqui no bairro, me colocou para ser feirante. “Putá que pariu”, justo feirante. Tinha que vender alface, banana, mandioca na marra para ganhar uns trocados. Ajudava em casa também porque a grana que meu pai ganhava era pouca. Por isso acho que falo bastante, aprendi na feira, pois tinha que convencer a tiazinha a comprar verduras e frutas da minha banca.

Comecei a intensificar mais no trabalho, ir mais dias à feira para levantar mais dinheiro. Tive que começar a levar alguma grana para dentro de casa. Meu irmão também trabalhava como “office boy”, ganhávamos mal, mas mesmo assim ajudávamos em casa. O marido da minha irmã era marceneiro e estava terminando de construir a casa no fundo do quintal. Quando terminou, propôs ao meu pai montar um barracão para uma marcenariazinha, pois ele tinha experiência como marceneiro. Meu pai topou no mesmo instante, pois estava desempregado e vivendo de bico como pintor de parede.

Eu ia fazer doze anos e estava querendo uma bicicleta. Pois todo mundo tinha uma, quer dizer, não todo mundo exatamente, mas alguns colegas da rua. Caí na besteira de pedir ao meu pai uma bicicleta e ele imediatamente contestou, dizendo que uma bicicleta não poderia me dar, mas um emprego com certeza. E me apresentou a nova função: ajudante de marceneiro. Nem retruquei, aceitei na hora.

Passei então a trabalhar com o meu pai e meu cunhado nessa marcenaria. Meu irmão ficou desempregado também e foi trabalhar conosco. Só que trabalhar em família não era muito agradável. Por

qualquer motivo, nos desentendíamos. Se faltasse dinheiro para pagar as contas, era o meu salário e o do meu irmão que ficaria comprometido. A sociedade dos dois não deu muito certo, é claro, e durou apenas um ano, logo se separaram. Meu pai continuou fazendo os bicos como pintor e eu comecei a ajudá-lo nisso. Mas mesmo trabalhando com ele, não aceitava a ideia de interferir nos estudos. Para ele, a escola era uma prioridade. Ele sempre falava: “Você tem que terminar o ginásio, se depois quiser parar de estudar, se não quiser fazer faculdade não faz, mas tem que terminar o colegial!”.

Luís, um colega que trabalhava nesta marcenaria, também trabalhava numa metalúrgica. Fez um acordo com a empresa e foi mandado embora para poder terceirizar o serviço em sua própria casa. Me convidou para trabalhar junto e fui. Usávamos o mesmo barracão onde funcionava a marcenaria. Ajudávamos no pagamento da conta de energia da casa do meu pai. Juntamos um grupo de moleques para trabalhar, o Toninho, eu, o meu irmão e mais dois amigos. Mas esta empreitada também durou pouco, pois trabalhar entre amigos, jovens, não deu muito certo. Não era trabalho, era diversão!

Acabamos por não pagar conta alguma, não dando conta de fazer o serviço e produzir as peças para a metalúrgica e, além disso, o Toninho começou a fumar maconha junto com o Mourão no barracão. Eu e meu irmão éramos “cabreiros”, tínhamos medo do meu pai. Mas gostávamos de “baforar” cola. Andávamos de skate e cheirávamos cola. Era uma adrenalina só. Comecei a fumar maconha também com esses meus amigos e é claro que o trabalho não deu certo.

Quando meu pai veio morar na Brasilândia, ainda estava sendo loteada, pois aqui era uma antiga fazenda, quer dizer, muitas

fazendas compunham esta área. Seu dono era um senhor chamado seu Brasília. Por isso o nome, Brasilândia. Foi ele quem começou a lotear e vender esta área. Mas a história que todos contam é a seguinte: boa parte da população que residia na Barra Funda, no Largo da Batata, Largo da Banana, principalmente a negrada, povo pobre, começou a ser empurrada para a periferia. Aqui tinha um esquema de loteamento que o seu Brasília fazia. O lema era quem podia pagar a conta, pegava seu lote, quem não podia pagar, ocupava. E foi nesse contexto que meu pai veio para cá, ocupando, não pagando. Se for para a Brasilândia, vai perceber grandes diferenças neste território. Onde moro é exatamente o lugar onde surgiu o bairro, a parte mais antiga, os subdistritos funcionam ali. Mas há o entorno, os bairros mais novos como o Damasceno, o Vista Alegre, que é onde as pessoas dizem ser o fundão da Brasa, ali a coisa é mais precária.

Esses lugares ainda continuam sem infraestrutura adequada. Você anda pelas ruas e vê a falta do asfalto, córrego a céu aberto, muitas favelas. Já se passaram os quarenta anos que podiam passar sem olharem para nós.

Até o ano de 2000, o Censo sinalizava a Brasilândia como um dos bairros com maior número de população oficial que se declarava negra. Tem a ver com esse fato de as pessoas se deslocarem do centro da cidade para as periferias. A Brasilândia só foi crescendo. Dizem que as coisas mudaram na periferia, mas mudaram onde, quando e para quem? O Estado diz que a vida das pessoas daqui está diferente. Você pode me dizer onde? Ninguém vem aqui para saber se mudou ou não. Eu estou aqui há mais de 27 anos e não vi quase nada mudar. O povo pobre, favelado continua vivendo da mesma forma. É favela por todo lado, crime se expandindo, quase nada de políticas públicas para os jovens. Pobreza e miséria sempre existiram e

continua existindo aqui na Brasilândia. Esse discurso que a vida mudou na favela, na periferia é boato, fofoca, não tem investimento algum por aqui.

A malandragem já existia desde essa época. E o crime também. Uma lenda neste lugar foi a existência de uma pessoa, a velha Nenê, lá pelos idos da década de 60, 70. Se procurarem na história da Brasilândia quem foi dona Nenê, vocês irão encontrar. Dona Nenê foi uma bandida, quando meu pai ainda era moleque. Ela era do tipo bandido clássico, que não roubava a comunidade nem na comunidade, mas daquelas que fortalecia o seu território, protegia as escolas, fazendo a segurança, auxiliava as famílias, dava remédio e cesta básica para as tiazinhas. Era o velho bandido a autoridade deste local. Ela investia também na escola de samba Rosas de Ouro e o povo a aplaudia, era bem quista e bem vista por todos daqui.

Meu pai vivia com a Nenê e não era ladrão, mas bebia no mesmo bar que ela. Quando encontravam com meu pai nos becos e vielas da Brasa, a turma dela sempre dizia que o “mancha” era quase que um lampião de seu bando. Mas meu pai não era nada disso. Era apenas trabalhador, frequentava o mesmo espaço, bebiam juntos. Acho que eram camaradas na bebida. Eu e meu irmão, desde pequenininho, sempre tivemos contato com todo este povo, conhecíamos de longa data, do meu pai contar as histórias e nos mostrar quem era quem neste território. Ele sempre dizia que tínhamos que conhecer tudo quanto fosse bandido e ter respeito por eles, pois era gente como a gente.

Nessa época, a malandragem era diferente do que se apresenta hoje. Fico matutando na minha cabeça. Quando eu era moleque, quem se dizia malandro não era um cara assim como os de hoje. Ultimamente, o moleque que é envolvido com o crime não respeita ninguém. Eles não querem saber se você mora ali faz trinta anos, ou

se você está aqui faz alguns meses. Antigamente, havia um respeito com as tias mais velhas. “Vagabundo” chamava minha mãe de tia, minha mãe sabia o que eles faziam, mas ela não se intrometia na vida deles nem eles na vida dela.

Lembro-me de uma cena que aconteceu aqui. Tinha uns oito anos. Perto da minha casa funcionava a 45ª Delegacia de Polícia. O nego Du era um outro cara daqui da Brasilândia e foi preso por conta do tráfico de drogas. Empreendeu uma fuga e pulou dentro da casa da minha mãe. E continuou correndo. Depois de um certo tempo veio pedir desculpas para ela.

Tenho uma tia que mora no Jardim Guarani, próximo da Brasa. Quando éramos pequenos, eu e meu pai saíamos andando pelo bairro, cortando pelos becos. Sempre me mostrava os bandidos, o traficante, o trabalhador, a fofoqueira do bairro. Apresentava-nos dizendo que éramos seus filhos e dizia que se nos encontrasse fazendo coisa errada, poderiam avisá-lo imediatamente. Reafirmava em casa que tínhamos que conhecer tudo que não prestava, que não tínhamos que ser daquele jeito, mas tomar contato, se relacionar. Se acontecesse algo conosco, sabíamos para onde correr, se esconder e pedir ajuda.

Já as minhas irmãs não, conheciam e gostavam de se enrolar com estes caras. Uma delas se envolveu com um deles que era do crime. Mas não levavam para dentro de casa porque sabiam que meu pai não aprovava. Acho que, para elas, a arma era sinal de virilidade, de masculinidade. Embora se envolvessem com este tipo de pessoa, nunca foram presas. Ambas ficaram grávidas com quinze anos. Uma delas tem três filhos, a outra tem dois e várias histórias de aborto. A minha sobrinha mais velha, tem vinte anos e já tem um filho, recentemente acabou de fazer um aborto. Então parece que

segue um ciclo da vida. Para elas, homem que é homem tinha que ser bandido.

Da mesma forma que não me envolvi com os traficantes daqui, também não quis manter nenhum papo com a polícia. Tenho muitas histórias com ela para contar. Cresci não gostando desses caras, achando todos muito folgados. Continuo apanhando de polícia, levando uns tapas, até já comi maconha por causa deles. Meu pai sempre me alertou dizendo que ao sair de casa, não me esquecesse de levar o RG e o holerite para mostrar que “você é um trabalhador”.

Há uns quatro, cinco meses atrás fui enquadrado na rua da minha casa chegando do trabalho. Eram mais ou menos umas dez, onze da noite. Estava fazendo oficinas de literatura. Na minha rua, tinha uns caras que roubavam fios. A rua estava toda escura. Estava chegando em casa com o fone no ouvido e percebi que uma viatura vinha atrás de mim. Só tirei o fone de um dos lados e pensei: “Se falarem comigo vou ouvir!”. E continuei descendo a rua. Estava vendo que a viatura estava me seguindo, mas como ninguém falou nada, eu também não retruquei. Pensei: “Não devo nada, não vou parar”. Acendi um cigarro. Tava de bermuda, chinelo, camiseta regata, pois o calor era intenso naquela noite. Ia em direção à minha casa até que, em um determinado momento, um miserável de um policial veio em minha direção já me esculachando, gritando comigo: “E aí seu filho de não sei o quê, não vai parar não?” Olhei para trás e falei: “Você está falando comigo?”. Respondeu: “É, com você sim”. Retruquei: “Tudo bem, você não falou nada”. E eu tenho tatuagem pelo corpo todo. O policial perguntou: “Onde está o pó?”. Respondi: “Não, não tenho pó, não tenho nada não, senhor”. E o policial questionou: “E nessa mochila, tem o quê?”. Eu estava com a mochila cheia de livros que havia emprestado para a molecada do abrigo onde trabalho e eles haviam me devolvido exatamente

naquele dia. E eles questionaram novamente: “Arma ou droga?”. Pensei: “Ai, meu pai, nunca pode ser um livro, sempre tem que ser arma ou droga”. Aí já falei: “Não, é livro, meu material de trabalho. Estou vindo do trabalho”. Eles contestaram: “Do trabalho? Você tá vindo do trabalho? Porra, que trabalho é esse que você anda desse jeito!” Respondi: “Sou educador, trabalho num abrigo. Faço oficina de literatura”.

Estava aquela garoinha medonha, cenário horrível, o chão tava molhado. O policial então falou: “Deixa eu ver o que tem na sua mochila”. E falei: “Porra, é livro!” E eles insistiram: “Se não tem problema, então deixe-me ver se é livro!”. Respondi: “Tá bom”. Peguei minha mochila, ele logo a agarrou e virou toda no chão. Fiquei olhando para a cara dele doido para mandá-lo para “puta que pariu”. Abaixei e fui pegar meus livros. Fiquei muito bravo. Eles ainda retrucaram: “Você tá nervoso?”. Respondi, mesmo sabendo que ia tomar uns tapas: “Eu tô nervoso, lógico que eu tô nervoso, porque eu estou chegando do serviço às onze horas da noite, eu moro ali, vocês jogam todo meu material no chão, que é meu material de trabalho e vocês querem que eu fique como, sorrindo, soldado Roberto!”. Ao falar seu nome, mudou a relação. O Roberto então gritou: “Você está se alterando, isso é desacatado à autoridade. Podemos te levar preso”. Eu falei: “Isso que vocês estão fazendo é que é abuso de autoridade”.

Nesse momento, meu irmão já tinha saído no portão de casa, porque quando os vi chegando, mandei uma mensagem para ele dizendo que se não chegasse em vinte minutos, que era para aparecer no portão. E ele já estava lá. Minha mãe saiu também. Não tenho costume de ficar na rua. Antes de partirem, ainda disseram que, se por um acaso, nos encontrássemos novamente, o negócio ia ser diferente. É muita humilhação. Mas vou reclamar para quem?

Se perguntar para os jovens se já tomaram enquadre, tapa, todos vão dizer que isso é algo corriqueiro na favela. Normal. Reclamamos para quem? Para a polícia, para a Promotoria? Os crimes cometidos em 2006, chamados “crimes de maio”, quando o PCC ordenou aquela matança de policiais, morreram mais de 400 pessoas inocentes. Mais da metade deles nem passagem tinham pela polícia.

Ao longo dos meus 27 anos, fui tentando conhecer e entender também o lado dos policiais e percebi que são encrencados como nós. Tive vários amigos que, quando jovens, fumavam maconha juntos. Hoje entraram para a corporação da polícia e estão nas ruas, fazendo barbaridades. O Tatau foi um deles. O Leo também foi outro. O discurso de ambos era muito semelhante. Cansados de levar tapa quando jovens, agora queriam começar a dar nos outros. Quem é que vai se sujeitar a tomar tiro por dois mil reais na favela? Quem se sujeita a este tipo de ofício é o favelado, preto, da periferia.

Para a polícia, ser jovem e preto da favela é o suspeito. Mas necessitamos precisar melhor o que é um suspeito. Para a polícia, para o bandido, para a comunidade, suspeito é bastante diferente em sentido e conotação. O pai de uma amiga minha é policial da Rota. Uma vez, frequentando a casa dela, acabei esbarrando com ele. Meu terror era encontrar com ele lá, pois tinha uma cara de folgado. A mãe dela era professora. Estávamos todos sentados à mesa conversando, trocando ideia sobre o trabalho, o Sarau da Brasa. Eis que ele aparece, cumprimenta e resolve sentar na sala. Mas ele nunca tinha trocado nenhuma ideia conosco. Talvez quisesse ser gentil, conversar com a gente sobre as coisas que fazíamos.

Lembro-me que estávamos tomando vinho, eu já estava “para lá de bagdá”. Comecei questionando as abordagens da polícia e lhe perguntei quem era o suspeito. Ele retrucou dizendo que o suspeito era o “negrao”. Respondi dizendo que se ele tirasse a farda, o que

sobraria? Me respondeu dizendo que também era o suspeito. Indaguei o que achava disso pois era um policial negro, residindo na periferia – a Brasilândia, vivendo uma vida toda naquele lugar. Ele reafirmou dizendo que negrão era o suspeito! Tentou se explicar dizendo que quando chegou à corporação da Polícia Militar, isso já existia, já funcionava assim. É uma ideia incorporada sem a menor reflexão. E ainda completou dizendo que quando entrou para a polícia, queria fazer a mesma coisa que eles (do sarau) faziam: tirar o menino do tráfico, tentar ajudá-lo a estudar, plantar uma ideia na cabeça deles. Mas depois de vinte anos na polícia, o máximo que conseguiu fazer foi plantar moleque no Cachoeirinha! No bairro existe um cemitério. Ele enterrou vários jovens ali, segundo ele, suspeitos. Auto de resistência! Hoje, próximo de se aposentar, continua trabalhando como policial e faz alguns bicos como segurança particular.

Tenho um tio que também é policial. Não nos damos bem, ele é irmão da minha mãe. Além de policial também é “crente”, não gosta de mim, pois sabe que eu fumo maconha, e que meu pai sabe e não toma providências. Depois que soube que era umbandista então, as coisas pioraram. Para ele, além do desgraçado ser maconheiro é macumbeiro! Quando eu tive a oportunidade de conversar com ele, falava e repetia as mesmas coisas que o pai da minha colega, que era policial, dizia.

Também já perdi um amigo, que morreu sem motivo pela polícia. Tinha apenas dezessete anos. Estava fumando seu cigarro de maconha, o policial chegou, ele se assustou e correu. Atiraram pelas costas porque o cara estava fumando maconha. Ele estava como eu, querendo fazer faculdade, crescer na vida.

Já vi muita coisa acontecer no bairro e na minha própria vida, apesar de só ter vinte e sete anos. De tudo que já vi e já vivi neste

lugar, não troco por nada, não saio daqui. Se tivesse que viver de novo tudo isso na minha vida, faria exatamente igual aqui na Brasa mesmo.

Fui crescendo em meio a tudo isso, mas sem me envolver com o crime, respeitando o povo deste lugar, independente do que faziam ou pensavam. Essa ideia de respeitar os mais velhos hoje faz muito sentido para mim porque foram eles quem primeiro chegaram aqui, deram o maior duro para construir o que hoje existe de Brasilândia.

Tenho lembranças do meu pai levando a gente para o terreiro, a minha mãe levando para a igreja; meu pai levando para o samba, a minha mãe levando para igreja. Aqui tinha um lugar chamado Catimbó, que era a casa do núcleo, onde hoje funciona a escola de samba Rosas de Ouro. Esta escola de samba nasceu aqui na Brasilândia. Por ser um lugar onde a negrada fazia batucada, cantavam samba. Depois quando a escola foi para a Freguesia do Ó, este núcleo sumiu. Meu pai foi me levando para esses lugares, minha mãe para outros e fui crescendo, gostando de estar aqui, me reconhecendo e sendo reconhecido neste lugar.

Lembro-me, de quando éramos moleques, na fase de procurar serviço, procurar trabalho, procurar alguma coisa para ganhar dinheiro, tínhamos que falar que éramos da Freguesia do Ó. Se disséssemos que éramos da Brasilândia, não conseguia trabalho. Porque a fama de quem mora na Brasa é de que é bandido! E isso dava uma vantagem em relação aos caras que falavam que eram da Brasilândia. É claro que quando puxavam o CEP, logo constatavam que não éramos da Freguesia do Ó. Coisa boba de você comprar um armário e os caras não entregarem porque o endereço era na Brasilândia.

Minha experiência com a escola não foi das melhores. Comecei a estudar naquela do meu bairro mesmo, a “Geraldo Sesso”, que era

uma escola municipal. Estudei até a 7<sup>a</sup>. série. Depois comecei a dar uma desandadinha, nada muito grave, mas, por conta do trabalho, tive que passar para o período noturno. Acabei me desestimulando, querendo abandonar os estudos. Meu pai logo se opôs, dizendo que se largasse os estudos, iria também me colocar para fora de casa. Comecei a frequentar, contra a vontade, mas logo saquei o sistema. Precisava frequentar sem o menor esforço.

Quando comecei a trabalhar na fábrica, no primeiro ano conheci o Cláudio. Eu não estava nessa de ler; para mim, a leitura não tem nada a ver com a escola. Ler era uma coisa, escola era outra, e acho que ainda hoje isso continua assim. Foi ele que me introduziu no mundo da literatura. Mas tive outras influências também.

Na escola conheci um professor de Geografia que se chamava Mauro. Ele era muito bom professor. E a professora Alessandra, de História, genial no modo de ensinar e, além de tudo, linda.

Nessa época, tínhamos montado uma banda de funk e rock e gostava de escrever letras de música. Aproveitava as provas desses professores para colocar as minhas letras de música. O professor sempre me alertava dizendo que eu tinha que entregar alguma coisa. Estava entrando numa onda punk e qualquer tipo de “autoridade” era motivo para questionamentos.

Certa vez, na prova do Mauro, escrevi uma carta para ele falando do quanto eu gostava da sua disciplina, mas, por conta do trabalho, não estava dando conta de estudar. Fiquei umas duas semanas sem aparecer na sua aula. Estava envergonhado, com receio de me repreender. Certo dia, circulando pela escola me deparei com ele no corredor. Indagou se tudo que havia escrito era verdade e que daria uma nova chance de refazer a prova em outra sala. Fiz a prova, mas não estudei mesmo assim.

Novamente me repreendeu e me ofereceu mais uma chance. Pois não se conformava de não obter nota razoável no conteúdo de geografia política que era a minha “praia”. Disse que iria me dar o conceito “s”, de satisfatório, para passar para o segundo semestre, mas que estaria atento junto com a professora de História. Estudei História e Geografia como nunca na minha vida.

Foi esta disciplina que incitou a refundação do grêmio estudantil. Eu não gostava muito de grêmio, achava que não tinha nada a ver. Para um punk, como pensar que alguém pode representar outro na escola? Ninguém representa ninguém. O pessoal que assumiu o grêmio, na época, já era do movimento hip hop. Um pessoal até bacana, atuantes. Mas fizeram um acordo com a diretora da escola porque todos os alunos pichavam muito as paredes. Quem não era pichador escrevia alguma coisa. Eu pichava também, era punk, minha querida. Como não ia fazer um azinho cortado lá no meio num lugar escrito o meu nome? A turma do grêmio então entrou num acordo com a direção da escola e propuseram um projeto de grafiteagem. Trouxeram vários artistas para dentro da escola e grafitaram todas as paredes, por dentro e por fora. E tem aquela ideia, aquela regra: grafite é arte, arte de rua, arte da periferia, não se pode pichar. Regra que não se pode quebrar. Este era o argumento.

As experiências com o professor Mauro, de Geografia, e com a professora Alessandra, de História, me ajudaram a escolher o curso universitário que iria futuramente cursar. Pois foram os meus espelhos dentro da sala de aula. Coloquei na minha cabeça que queria cursar um deles. Inscrevi-me então no curso de História na USP e não passei. Nessa época o pessoal me falava que eu não gostava nem de História nem de Geografia, mas de Ciências Sociais. Não sabia o que era, mas resolvi prestar.

Novamente enfrentei o vestibular, agora Geografia na USP, História na UNESP e Ciências Sociais em Londrina, na UEL. Desgraçadamente passei em Londrina e fui. Foi difícil a vida lá. Nos dois primeiros anos até gostava, estudava de verdade, cursava todas as disciplinas, inclusive as optativas. Mesmo avesso a essa história de sala de aula. Ia à biblioteca, almoçava na própria universidade. Até consegui uma bolsa de iniciação científica, embora não tivesse a mínima ideia do que se tratava.

Lembro que conheci um professor que morava em São Paulo, no bairro de Santana. No primeiro dia de aula, quando perguntavam de onde você era, qual a cidade, o bairro e respondia que era de São Paulo, da Brasilândia, as pessoas me questionavam sempre indagando como havia ido para o Paraná. Respondia da mesma forma: “Ora, vim parar do mesmo jeito que todo mundo, prestando vestibular e passando”.

A sobrevivência neste lugar foi difícil. Tive que arrumar vários empregos para sobreviver na universidade. De metalúrgico a garçom de pizzeria, também desenvolvi trabalhos no programa Bolsa Família, do governo federal, recadastrando as famílias e fazendo visitas domiciliares. Este emprego tinha a minha cara, pois era a oportunidade de conhecer a periferia de Londrina. Mas as dificuldades logo apareceram. A distância entre a minha casa e o trabalho, os horários, as condições reais do dia a dia começaram a interferir nos meus estudos. E logo pensei: “Não estou aqui para trabalhar, nem ganhar dinheiro, mas vim com o intuito de estudar!”. Saí de todos eles, mas as dificuldades novamente bateram à minha porta. Me vi de novo sem dinheiro.

Resolvi ir morar com uma namorada, que era sobrinha do DJ Mal Mal, um cara da música eletrônica. Ela também era da Brasilândia e fazia parte do grupo de sarau de literatura. Cursava

*Ciências Sociais na UEL e nos mantínhamos, inicialmente, com a grana que seu tio mandava todo mês para nós. Alugamos uma kitnet e a Flávia conseguiu uma bolsa.*

*Inscrevi-me também para o programa de bolsas da universidade e fui sorteado. Duzentos e quarenta reais por mês. Só que bolsa é bolsa, não é mesmo? Em um mês ela caía, noutro, não aparecia na conta. Nós tínhamos que pagar as contas todo mês, comer, se locomover, tirar xerox. Também não pude morar na moradia universitária porque tinha bolsa. Começou a minha desgraça. Um colega me arranjou um lugar, na faixa, temporariamente. Mas sempre pensava como iria ser no semestre seguinte, no ano seguinte, no dia seguinte.*

*Acabei indo dividir com mais um cara da faculdade. Mas ambos vivíamos de bolsa e quando ela não caía, não tínhamos como pagar o aluguel. Acabamos indo morar na faculdade, nas residências universitárias, mesmo sabendo das contrariedades do regulamento. Coisa estranha acontecia naquele lugar: não podia ter bolsa da faculdade e morar na moradia, e quem residia na moradia não tinha bolsa. Era uma loucura. Você tem lugar para morar, mas não come nem tira xerox, não faz nada, não fica doente.*

*Uma colega de turma, vendo a minha dificuldade, disse que em sua república havia um porão que era até habitável. Fui para lá, não tinha outra escolha. Permaneci por mais ou menos dois meses, pagando o mesmo que o pessoal pagava na casa de cima. Mas acabei adoecendo naquele lugar, sozinho, sem banheiro nem ventilação.*

*Retornava nas férias para a Brasilândia e frequentemente me encontrava com a turma das antigas. Uns estavam em Franca, outros pelo interior, alguns ainda em São Paulo e eu em Londrina.*

Quando retornamos das férias, estávamos “pilhados”, com a ideia de ocupar a casa do estudante na UEL. Resolvemos fazer ocupação. Estudante adora, não importa o que é que é, adora. Lembro que fomos com quase trezentas pessoas para dentro da Casa do Estudante para ocupar o espaço. Já tinha onde morar. Só que, no mesmo instante, a reitoria colocou a polícia atrás de nós e aí, você já sabe, pau geral. Só ficaram vinte pessoas, da ocupação geral, apenas vinte que, segundo a reitoria, eram os que realmente necessitavam. “Põe fé que tinha gente passando veneno para pagar o aluguel”.

Permanecemos na moradia estudantil até que a faculdade começou a cortar as bolsas. Outros estudantes começaram a nos ajudar, garantindo o “rango”, o “rolê”, a xerox, nossa cerveja, nosso cigarro. As pessoas começaram a cuidar de nós, era solidariedade enorme. A faculdade percebeu que cortar a bolsa não iria tirar nosso barato, ou seja, não nos tiraria de lá. Também não podiam nos tirar à força, então resolveram nos processar por invasão de patrimônio público. Já estava de “saco cheio”. Fomos chamados ao fórum para responder pela invasão. Sentamos todos numa mesa enorme, nós, estudantes, o reitor e uma assistente social da universidade. Esta retrucou dizendo que se não tínhamos condições de morar na cidade, por que aventuramos a cursar a universidade. Olhei firme para ela e retruquei dizendo que ainda bem que ela era assistente social! E pensei: “Esse Estado é uma merda, Paraná é um lixo!” Não aguentava mais viver nesta cidade, zuada, racista, preconceituosa.

Várias vezes fui vítima de racismo da polícia, dos moradores do lugar. Andava pela cidade e era visível que não éramos o padrão de estudantes daquela universidade nem da cidade. Branquinhos dos olhos azuis. A maioria dos estudantes ou eram filhos de fazendeiros ou de pessoas da classe média, que estavam cursando universidade pública. Rolava uma coisa meio maluca, pois estava saindo da

faculdade e tomava enquadre da polícia, estava de bobeira, outro enquadre. Falei: “Que merda é essa, moro na Brasilândia”, como quem diz “sou da Brasilândia, porque estão me enquadrando?”

Tinha festa em todas as repúblicas; na nossa, a polícia sempre baixava. Pura perseguição. Pensei em transferir para cá, mas não havia vaga para transferência externa. Cheguei à conclusão de que não tinha muita paciência para o sistema universitário. Prefiro a vida do dia a dia, o cotidiano da Brasilândia. No mesmo ano começamos o trabalho de sarau de literatura aqui, e a prioridade foi nisso, não foi faculdade. Comecei a fazer este tipo de investimento em mim e na comunidade.

Quando fui para Londrina, fui para estudar, com a ideia de voltar. Quando tive um probleminha com drogas, tinha a certeza de que se voltasse para a Brasilândia, parava. O imaginário que pairava na minha cabeça era que cocaína na Brasa era enroscada. Em Londrina não, eu via aqueles loucos cheirando que nem uns maníacos, desapareciam e, quando ia saber, estavam numa clínica se tratando. Pensava, se pirar aqui, não vai ter clínica para mim, mas vai sobrar cadeia. Tinha medo de que me desse uma overdose e caísse ao chão, tremendo. Tinha medo de ser preso. É diferente você ter uma overdose sendo universitário, indo para o hospital, as pessoas te tratam diferente. Agora você, sendo da Brasilândia, chega no hospital tendo uma overdose. Aí é roubada!

Minha irmã trabalha no hospital público, no Penteado, ela é técnica de enfermagem e sempre comenta. O tratamento que os moleques recebem lá, quando chegam, é no “grau”, a equipe não está muito preocupada com o estado de saúde deles. Lá em Londrina eu não era favelado, era universitário. Se eu chegasse ao hospital tremendo, o tratamento era outro. Mas eu também não queria esse luxo. Porque por esse luxo eu não iria parar de cheirar. Tinha que

segurar a minha onda e aí parei. O que eu gostava mesmo era fumar maconha, fumo desde os catorze anos.

Entrei numa pira louca depois que fui morar no porão daquela casa. Tinha certeza de que se voltasse para São Paulo, para a Brasilândia iria parar. Dentro da UEL, parecia que nada nos abalava. Cheirava no meio do campus, andava com baseado. Aqui na Brasilândia nem pensar. Se estiver com maconha no bolso para uso próprio e me deparar com a polícia, vou tomar uns esculachos, como levei várias vezes. Eles faziam a gente comer maconha.

Resolvi voltar para São Paulo, para a Brasilândia e tentar mais uma vez o ingresso em outra universidade, mas agora aqui mesmo em São Paulo. Prestei novo vestibular na UNIFESP-Guarulhos e fui aprovado. Mas não consegui dar continuidade e acabei sendo jubilado do curso.

Para você ver, já fiz muita coisa na vida. Já fui metalúrgico, fui universitário, hoje faço saraus de literatura com o grupo Sarau Poesia na Brasa.

Sabe, aqui tem suas histórias e, como todo bairro da periferia, estas histórias são cruzadas por pessoas, lugares, afetos, relação, conflitos, violência. Sinto-me parte desta história, pois nasci e cresci na Brasilândia, é o berço da minha vida, de tudo que já vi e já vivi por aqui.

Os poucos investimentos que ocorreram é porque as pessoas boas, com vontade, mobilizadas é que procuram fazer alguma coisa para a população. Um exemplo disso são os coletivos culturais que acontecem e estão se espalhando pela periferia. São organizados por nós mesmos – grupos de hip hop, oficinas de rap, encontros de literatura, bibliotecas comunitárias, oficinas de audiovisual, fotografias, cinemas na praça, biblioteca móvel. Mas estas atividades artísticas que estamos engajados e engajam outros jovens não alteram realidades

nem as necessidades do dia a dia das pessoas, é só um paliativo para sanar um rombo aberto em que muitos jovens estão mergulhados.

A veia cultural não apaga o incêndio que foi criado desde que vivo aqui. Serve como resposta para determinadas situações de violência vividas e presenciadas por nós, “jovens, pretos e pobres”. As nossas ações culturais, como o sarau de literatura, reúnem pessoas de todos os locais, da periferia de São Paulo e mais daqui da Brasilândia. Estou envolvido até o “pescoço” com isso.

Minha história com o Sarau da Brasilândia se cruza quando eu começo a trabalhar na fábrica de luminárias, depois da vida de feirante. A vida do chão de fábrica me levou a conhecer outros jovens que viviam as mesmas situações do que eu. Eram todos meninos pobres, daqui da Brasilândia, que sonhavam um dia fazer revolução, mudar a realidade de dentro de casa e a do bairro, pois também tinham pais separados, alcoólatras que batiam neles.

Conheci um parceiro com quem me identificava porque, além de gostar de literatura, parecia ser uma pessoa bastante crítica sobre a situação do povo pobre da Brasilândia. Ele propôs fazermos encontros para lermos alguns livros nas horas vagas. Criamos um espaço de leitura. A galera, no início, fez cara de “o que esse cara tá querendo aqui!” Mas ele insistiu e resolveu fazer assim mesmo este espaço acontecer. Começou a trazer uma série de livros que tinha em casa, que comprava em sebo no “centrão” da cidade. Indicou várias leituras de sociologia, filosofia, antropologia, geografia, história. Líamos, mas não entendíamos quase nada de marxismo, trotskismo.

Com o tempo, o grupo passou a gostar das leituras, achar interessante. Começamos a ler, ler, ler e gostar do que aqueles autores estavam falando. Me introduziram no mundo da leitura, não aquela da escola, mas do “papo-cabeça”. A partir daí o grupo começou a se fortalecer, compreender as relações de classe dentro da fábrica, as

explorações entre patrão e empregado, as coisas erradas que estavam acontecendo ali.

Um dia, o chefe do RH soube que estávamos nos articulando, criando um espaço de reflexão com os trabalhadores da fábrica e se incomodou. Começou a nos ameaçar, dizendo que, se continuássemos com esta história, correríamos o risco de perder nossos empregos. Para inibir o grupo, recortava reportagens da revista VEJA sobre o desemprego no Brasil e colava no mural de notícias da fábrica para nos intimidar. Cansei disso tudo e resolvi estudar. O grupo me ajudou a enxergar outros horizontes. Queria chegar à universidade. Todo mundo da fábrica foi procurar cursinho popular para entrar na faculdade pública.

O grupo de estudo acabou se dissolvendo, porque cada um foi parar em um canto da cidade. Alguns até mudaram de Estado, como eu. Todos que foram, saíram se comprometendo com o coletivo e, terminando a faculdade, voltaríamos para a Brasilândia para tentarmos uma mudança.

Começamos com esta história em 2008. Antes era na rua, a céu aberto. Hoje já temos um espaço, um bar bem no meio do território.

Lembro-me de que estava todo mundo aqui, ou boa parte do grupo que compõe hoje o Sarau da Brasa. A ideia, no início, era montar um centro cultural. Mas a gente viu que montar um centro cultural era terrível, muito difícil. Montar um cursinho pré-vestibular então nem se fale. Só tinha pessoas que davam aulas das humanidades, ninguém se atreveu entrar para a área de exatas. No final do ano de 2007, fomos até o Capão Redondo, em um encontro de literatura marginal organizado pelo Ferréz. Chegamos lá ficamos loucos com aquela “onda”. Era um bar, com um monte de gente recitando poesia. A gente já tinha uma prática de escrever também, por conta do teatro, das bandas. Gostávamos de escrever. Vimos aquilo e falamos: nós queremos fazer isso aí.

A partir do encontro de literatura marginal lá no Capão, decidimos fazer isso aqui, na Brasilândia, porque o Capão é longe. Nesse encontro, nos falaram que tinha outros saraus acontecendo na cidade. E é lógico que falaram para nós da Cooperifa, na zona sul, na Chácara Santana, perto do Jardim Ângela. Fomos até lá, achamos bacana o encontro. Vimos que tinha uma biblioteca dentro do bar e achamos superinteressante. Percorremos mais um - o do Campo Limpo - Sarau do Binho. E descobrimos que tinha esse de Pirituba de uns parceiros também.

Reunimo-nos para dividir vontades, para recitar, cantar, falar, denunciar, narrar histórias e o que a gente vive aqui na periferia. É um verdadeiro acontecimento. Fazemos oficinas e montamos estes eventos de saraus iguais àqueles que acontecem na famosa Cooperifa, na zona sul da cidade, com Sérgio Vaz. Fazemos também saraus lá em Perus e Pirituba. Aqui, chama-se Sarau Poesia na Brasa porque começou neste lugar, mas nos juntamos a outros grupos para disseminarmos cultura também em outros espaços da cidade. Cultura marginal, literatura marginal, cultura de periferia, você entende?.

O primeiro sarau aconteceu num sábado à noite. Me lembro que na quarta-feira que antecedeu o acontecimento, arrumamos um bar, conversamos com o dono e combinamos tudo. Não tínhamos nada para fazer acontecer. Nada. Um amigo emprestou um amplificador de uma guitarra, o outro emprestou um microfone de um videokê, e tudo ligado, fomos embora!

Éramos um coletivo de doze pessoas ligadas querendo fazer esse sarau acontecer. Imprimimos uns flyerzinhos, ninguém nem deu atenção, sarau ninguém também sabia que "diabo" era. O amigo chamou o amigo que chamou a mãe, que chamou o primo que chamou todo mundo. O primeiro sarau parecia uma verdadeira reunião de família, tinha mãe de um, tia de outro, aproximadamente umas cinquenta pessoas. Foi bem divertido.

Durante seis meses realizamos o evento nesse bar, até que não deu mais certo. Estávamos novamente à procura de um lugar adequado.

Em frente a esse bar tinha um lugar onde vendia botijão de gás, um espaço muito grande. Perguntamos ao dono se não poderíamos realizar o sarau ali em frente. Compramos uma caixa de isopor, enchemos de cerveja e começamos a vender a preço de custo. Anunciamos que o sarau iria acontecer na rua. Pensamos: “Não vai aparecer ninguém neste sarau, na rua, sem microfone, ônibus passando, gente falando. Ninguém vai querer vir”.

Mas, pelo contrário, o sarau lotou, era tanta gente, tanta gente! Em seis meses, o pessoal que morava no entorno começou a se apropriar do evento, dizendo para não nos expulsarem novamente dali. E nessa expulsão, o sarau que era feito na rua, passou a ser reconhecido por todos.

Hoje estamos funcionando em outro bar. Mantemos um blog para divulgação do grupo e dos eventos não só do Sarau da Brasa, mas de todas as atividades culturais da cidade. Pois permanecer na rua era precário, ônibus e carro passando, gente no meio da rua. Você não ter onde ligar as caixas de som, microfone. Queríamos um lugar também para montar a nossa biblioteca. E encontramos. Antes tínhamos que montá-la em cima da mesa de snooker. Os livros que tínhamos recebido de doação ficavam apoiados em cima desta mesa. Queríamos um espaço para colocar as prateleiras, ficarem lá sem ter que tirá-los.

Neste bar em que fazemos hoje, o cara também não sabia o que era um sarau, mas aceitou fazer, liberar o espaço. Tinha medo porque diziam que tudo que fosse fazer no bar acabava em briga. Quando começamos a fazer o sarau, a maioria das pessoas falava isso mesmo, que não ia dar certo, que ia acabar em briga, que ia dar tiro em alguém. Quatro anos se passaram e nunca aconteceu nada. Sarau é um espaço em que você bota o microfone lá, liga e organiza quem

vai falar, quem vai fazer o quê. Quem chega pela primeira vez, nós do coletivo, fazemos questão de ir lá trocar uma ideia, conhecer a pessoa. Nosso barato é esse, não ganhamos grana. Quem ganha grana é o dono do bar. Um bar de quebrada, em dias normais, não vende tanta cerveja como num dia de sarau.

Nesses quatro anos, muita gente participou do sarau. Mas não conseguimos alcançar o que queríamos. Queríamos mais. Não que não quiséssemos pessoas de fora, mas isto incomodava, ver muita gente vindo da zona leste, da zona sul, de todo lugar e pouca gente daqui da Brasilândia. Falávamos: “Não que não devam vir”, mas a ideia principal é conversar com as pessoas daqui.

Vimos que isto tem sido um problema de quase todos os saraus. Ficamos preocupados porque acabou se criando um grupo que circula em todos, eu vou no sarau dos caras, os caras vem aqui. Algumas pessoas do bairro não frequentam os saraus porque eles ocorrem exatamente no bar. Até curtem poesia, mas não frequentam, porque é no bar de quebrada! Ainda continua aquela ideia, bar as mulheres não frequentam. Aquelas que, por ventura, frequentarem é porque não valem nada!

Diante disso, tivemos outra ideia para convidar as pessoas. Criamos a literatura andante, que consistia em chamar as pessoas para participarem do Sarau da Brasa batendo tambores nas imediações onde o evento aconteceria. E fomos como se fosse um cortejo.

Quando começamos a bater o tambor, o pessoal, no início, achava que era de alguma religião. Até explicarmos que não tinha nenhuma ligação, demorou. Tinha um cara que estava tendo problemas gravíssimos com cocaína e teve uma crise terrível de abstinência e caiu lá dentro. Nós estávamos tocando tambor. Um cara viu e falou: “Aí, oh, tá vendo, não falei?” E nós, tentando acudir o cara e não querendo expor ainda mais, falávamos: “Mano, você é

pobre irmão, você não tem nada a ver com isso!” Não queríamos falar isso, o sujeito era gente boa!

Outra cena também foi hilária: tinha um cara que não frequentava o sarau, mas ele sempre dava uma olhadinha pela porta. Dizia: “Não frequento, mas gosto de vocês”. Um dia, o cara começou a falar muito alto na frente do bar e disse: “Oh, tá vendo a religião dos caras, respeita o ‘barato’ deles! E retrucamos com ele mais uma vez: “Obrigado, mano, mas isso não é religião, não!” Tem gente aí que frequenta religião, mas aqui não, aqui é outra coisa! Custou para o pessoal entender que não tinha nada a ver com religião.

Com os batuques na porta de casa, quem não participava começou a entrar na roda e frequentar o sarau no bar. As pessoas que já frequentavam diziam: “Ah, eles não mordem, não são tão ruins assim, não fazem mal a ninguém. São meninos bons, não vão matar ninguém lá no bar, não vai dar briga, não vai ter nada. Só querem fazer o sarau acontecer”.

Passamos a ver crianças, senhorinhas, famílias inteiras dentro do bar. Porque é assim: quando vê o povo do sarau, o coletivo passando, um bando de homens cabeludos, barbudos, tatuados, o pessoal acha que é zoeira, povo fumando maconha, usando drogas, traficando, falando um monte de besteira. Mas, quando se vê que é outro tipo de público, que tem criança, gente de família inteira, jovens, acaba quebrando o preconceito, desmistificando a ideia de bar de quebrada, identificando-o como um ponto de cultura também.

Lembro-me do primeiro sarau que fizemos. Tinha pessoas recitando poesias, outras cantando, dançando, conversando, e ao mesmo tempo, tendo que segurar cara que estava de porre, bêbado, na maior loucura. E não podíamos falar nada nem tirar o cara de lá, pois o espaço era dele. Nós é que inventamos de fazer o sarau de

poesia nesse lugar. Bar foi feito para beber. Aos poucos estes caras foram compreendendo isso.

Agora o sarau já faz parte da rotina do bairro e ocorre em botecos e até na rua. Muita gente frequenta o sarau, não só pessoas daqui da Brasilândia, mas de todo lugar da cidade, de todas as classes e religiões. Acabamos conquistando esse espaço, que é o nosso coletivo.

Pensando na violência, nossa relação com o crime é muito estranha. Dentro do nosso grupo temos uma ideia de que não tem como aceitar o dinheiro deles. Já ofereceram várias vezes, mas não aceitamos. Uma vez, numa festa infantil, eles ofereceram dinheiro, mas recusamos. Nos espaços dos saraus da Brasilândia, de Pirituba e em Perus, eles não se metem. Não frequentam, não entram e também não deixam ter função na frente. Lá em Perus, por exemplo, o Centro Cultural de Perus, o Quilombak, fica na rua da estação do trem, e é uma rua sem saída, de fábrica, à noite já foi lugar de crackeiros. Hoje já não existe mais, o lugar dos crackeiros foi substituído pelas atividades artísticas e culturais.

A relação com eles fica mais complicada quando resolvemos fazer as atividades na rua. Mas conseguimos viver num certo equilíbrio. Não concordo com o que os caras fazem, mas no limite, eles no canto deles e nós no nosso.

A ideia de tatuar o nome do meu bairro no braço esquerdo foi por conta do grupo de literatura. Isso faz a gente colar no Sarau da Brasa. É também uma homenagem ao meu bairro. Quando cheguei em Londrina conheci várias pessoas. Quando dizia que era da Brasilândia, vinham várias coisas na cabeça do sujeito, desde que você era ladrão até que você era bom malandro. Rola essa identificação de comentarem da Brasilândia. Eu gosto deste lugar aqui em São Paulo, tem bons terreiros de firmamento, terreiros de macumba. Isso faz eu gostar cada vez mais daqui.

Outros coletivos também acontecem nas bordas da cidade. Lembra-se da primeira vez que nos encontramos no Largo do Japonês, logo aqui perto? Um cara se aproximou e ficou horas conversando conosco? Então, aquele lá era o César, ele tem um trabalho bem legal lá no Jardim Peri, chamado Fábrica de Gênios, onde acontece o Cinescadão. Ele é integrante do grupo CGB, de rap.

Para você ver como os coletivos circulam, na semana passada fui fazer uma oficina de literatura em Florianópolis. Uma amiga que é assistente social e estudou comigo em Londrina me convidou para este trabalho na penitenciária feminina de lá. O trabalho foi suave. As presas são muito tranquilas, estão presas, não é mesmo? Mas muito receptivas à proposta. Todas já sabiam escrever, foram alfabetizadas. Foi um rolê filé! O esquema foi pela OAB de Santa Catarina, foi suave, eles pagaram tudo.

Esse trabalho tem a ver com este que fazemos aqui na Brasilândia. Oficinas de literatura, escrita, leitura. Nem sempre realizamos essa atividade com o grupo todo. Cada um vai para um lado. É trabalho! Hoje, somos em seis no Sarau Poesia na Brasa, mas apenas três integrantes realizam oficinas. Eu mesmo já desenvolvi na Fundação CASA e na penitenciária de Guarulhos, no regime semiaberto. A experiência neste último não foi tão boa assim. Tinha um parceiro que estava preso, o Dexter, você já deve ter ouvido falar nele. Ele é cantor de rap aqui da Casa Verde. Ficou três anos no semiaberto e mais doze no fechado.

Na época em que estive preso, criou um projeto que se chamava “Como vai seu mundo?”. Era um projeto de arte-cultura para os presos. Como me conhecia daqui da Brasilândia, me chamou para trabalhar com ele. Permaneci uns dois meses. Mas não dei continuidade. Os caras lá de dentro são muito malandros. O projeto ainda continua, mesmo com o Dexter na rua. O Buzo [Alexandre

Buzo] ainda voltou mais uma vez para fazer uma oficina de produção de texto. O Brown [Mano Brown] foi uma vez e o Gog foi noutra.

Hoje me considero educador social. Faço oficinas de literatura, como as do sarau. Fui contratado pela Ação Educativa para realizar estas oficinas de literatura com adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação na Fundação CASA. O projeto chama-se Arte na CASA. É bacana a relação que mantemos com estes adolescentes. Tem outras oficinas também acontecendo, de audiovisual, grafite e RAP na Fundação. Atualmente fui contratado como educador social para trabalhar em um abrigo para crianças e adolescentes aqui no Cachoeirinha. Trabalho em um turno de 12 por 36, no período noturno.

Agora no coletivo da Brasa estamos montando uma organização que vai se chamar Agência de Desenvolvimento Social (AGENTES). Está sendo criada em parceria com o pessoal de Perus, Pirituba, Brasilândia e do Cicás (Centro Independente de Cultura Alternativa e Social) na Vila Sabrina. Desejamos criar essa organização para produzir arte visual na gráfica, música em estúdio. Sabemos das nossas responsabilidades, ao mesmo tempo temos a plena consciência de que não temos esta obrigatoriedade. A obrigação não é nossa, mas do Estado. O pessoal às vezes fala que o hip hop tem que fazer isso, fazer aquilo ou que o movimento de arte nas quebradas tem que fazer mudança. Quem tem que proporcionar tudo isso é o Estado, essa coisa de leitura, quem tem que fazer é o Estado.

Temos consciência de que devemos construir organizações próprias que consigam fazer frente ao crime, à violência policial, à desigualdade, à pobreza. Enlouquecemos quando estamos sentados, trocando ideias. Nesses quatro anos de intervenção, já publicamos quase onze livros na Brasa. Pensamos: "Por que não montamos uma

gráfica? Poderíamos empregar vários jovens pagando trezentos reais por mês ou até mais”. A ideia é criar organizações que sejam capazes de produzir renda própria.

Começamos com a arte, arte-educação, mas vimos que não era só isso, entendemos os limites da educação. Agora queremos investir na geração de renda para os jovens. Porque existem várias pessoas formando ONGs, pegando dinheiro em nosso nome. Penso que se ela tem que existir, ela tem que estar na nossa mão. Havia alguns editais públicos de arte que nunca pegávamos, porque outras ONGs sempre chegavam na frente. E o retorno para a comunidade? Nenhum!

Queremos fazer revolução, mas não temos pernas para tanto. Gostaríamos de intervir nas escolas, nos abrigos, na Fundação CASA, na Liberdade Assistida, até no tráfico. Pois a galerinha que trabalha ali cresceu com a gente, é gente da gente, nosso povo.

A Brasilândia tem sessenta anos, desde que a Brasilândia é a Brasilândia, sempre vagabundo morreu aqui porque não tinha dinheiro. Ter que se envolver com o crime, meter os canos por causa de um botijão de gás de quarenta reais é demais. O Estado nunca fez nada aqui. Faz tempo que não acredito mais que o Estado nos representa, também não acho que o Estado está para nos representar. Vamos ficar fazendo o quê? Enquanto isso, o pau tá comendo por aqui! Chegam os CRAS, os Centros de Referência da Assistência Social, para dar cesta básica como se fosse esmola. O papo que a gente tem com as tiazinhas é que isso não é esmola, isso é direito, por isso tem que chegar com a cabeça erguida porque é direito.

## **Apresentação**

### **Entre fios e tramas que tecem as histórias juvenis**

Jean-Michel Basquiat imprimiu um novo padrão estético-político de produção de subjetividade juvenil norte-americano. Negro, pobre, novaiorquino com ascendência porto-riquenha e haitiana, ficou mais conhecido por suas obras já bem próximo de sua morte. Nelas, costumava retratar a vida e o processo segregacionista na grande metrópole americana. Um ataque de fúria e “rebelião” encarnavam seus grafites nos muros e nas paredes por onde circulava. Que semelhanças guardam o jovem artista Basquiat e os demais jovens que circulam pelas periferias da cidade de São Paulo, particularmente os interlocutores desta pesquisa?

Jorge, cuja história abre este trabalho, encarna modos inéditos de vida através da literatura marginal, o circuito dos saraus de literatura, e imprime, assim como Basquiat, um padrão estético-político de produção de subjetividade juvenil na periferia.

Anderson Jocker e Fábio Galvão são nossos dois outros colaboradores. O primeiro, um fiel representante do movimento hip-hop, morador da favela do Flamingo, no Jardim Peri. O segundo, uma referência para outros jovens na produção audiovisual de periferia. Ambos estão conectados pelas intervenções urbanas e estéticas na comunidade em que residem e forjam modos singulares de viver nestes territórios.

Três jovens, três histórias, todas marcadas por experiências vividas no cotidiano da periferia de São Paulo. São eles que nos conduzirão por meio de suas narrativas ao tema deste trabalho: os modos de subjetivação de jovens em contextos de vulnerabilidades e violências.

\*\*\*

São muitos e variados os fios que tecem a trama desta tese de doutorado. Por onde começar a apresentação? Pelos fatos que colocam a juventude pobre em cena? Ou pelas implicações, como pesquisador, com o tema deste trabalho? Talvez não seja possível separar as trajetórias da pesquisa das experimentações realizadas desde o início do meu interesse pela juventude. É preciso apontar caminhos e assinalar os encontros que tive com pessoas, autores, cidades, lugares por onde passei e que, de alguma forma, resultaram na escrita desta tese.

O meu interesse pela juventude pobre e a questão social (Castel, 1998) que a envolve inicia-se ao final da década de 90, mais precisamente em 1998, ainda na graduação em terapia ocupacional. Embora a escolha profissional tenha sido pela área da saúde<sup>3</sup>, tornou-se meu interesse e objeto de constantes reflexões a questão social e o papel do terapeuta ocupacional. O chamado “campo social” da terapia ocupacional ainda prescindia de pesquisas, questionamentos, reflexões e produção de conhecimento e se revelava como um campo profícuo a desvendar.

O desenvolvimento da pesquisa *Adolescência, Cidadania e Subjetividade: um estudo sobre a atenção ao adolescente em situação de risco pessoal e social na cidade de Campinas*<sup>4</sup> a qual estive vinculada como bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) (Takeiti, 1998), se mostrou promissora quanto à produção de conhecimento tanto na área da infância e juventude quanto da terapia ocupacional que se dizia social. Além de contribuições para a leitura da realidade social infanto-juvenil que fazia à época do estudo, com a pesquisa tive a oportunidade de enveredar pelos caminhos da investigação científica, apresentando a

---

<sup>3</sup> Embora a terapia ocupacional seja historicamente reconhecida como uma profissão da área da saúde, utilizando-se de uma abordagem exclusivamente clínica diante do processo de saúde-doença, há também um certo tensionamento com as ciências humanas e sociais que se faz necessário como chave de leitura para a interlocução com outras realidades.

<sup>4</sup> Sob orientação da Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo, entre 1998-2000.

produção em eventos de natureza científica e colocando no debate o papel do profissional terapeuta ocupacional diante da temática da juventude pobre e suas vulnerabilizações.

As minhas incursões profissionais, tanto acadêmicas quanto no campo da assistência e na pós-graduação, muito se devem às interlocuções realizadas através das atividades de ensino, pesquisa, extensão e da assistência, em diferentes cenários e com distintos atores – docentes de outras universidades, grupos de pesquisa, discentes, militantes e ativistas, usuários, familiares de jovens. Ao buscar articular teoria-prática diante do tema em que me debruço há mais de dez anos, tenho procurado construir uma “caixa de ferramentas” (Foucault/Deleuze) que considere tanto a perspectiva macropolítica e os aportes sociológicos quanto as dimensões micropolíticas, que aborde as formas de potência, resistência e re-existência em situações de vulnerabilizações e violências.

Estudar, discutir, debater sobre juventude e violência nem sempre tem sido tarefa fácil e confortável para quem se debruça sobre o tema. Embora o debate em torno desta temática tenha se intensificado nos últimos anos, ainda persistem discursos e práticas em relação à juventude pobre que desconsideram as condições sociais específicas que as forjam.

De um lado, um discurso que toma os jovens como naturalmente violentos. De outro, a partir de uma compreensão macropolítica, tenta articular as violências praticadas por eles, dadas as condições sociais e históricas do país, reificando, muitas vezes, a associação pobreza-violência (Zaluar, 1996). A juventude, portanto, é concebida a partir dos problemas que ela apresenta e que afetam e ameaçam a ordem social. Tais discursos constroem uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza.

É preciso pensar a juventude a partir de outras lógicas que a tensionam e a reconfiguram, circunscrevendo-a em um determinado tempo e numa dada cultura, em que seu

entendimento reflete um campo de lutas tanto teóricas quanto políticas e econômicas (Novaes, 2006).

A relevância e particularidade deste tema, portanto “caro” ao debate atual, estão ligadas à possibilidade de pesquisar, descrever e analisar, a partir de alguns aportes conceituais, os vetores que contribuem para a complexa trama que tece os modos de subjetivação de jovens que transitam na tênue fronteira entre as vulnerabilidades e as violências.

Como os jovens experimentam distintas formas de violência no cotidiano? Como forjam modos de subjetivação em contextos de vulnerabilização? Como vivem nesses contextos, sem que tais formas configurem seu principal território de existência? Eis alguns dos questionamentos que acompanharam a pesquisa.

A nossa perspectiva quer pensar, portanto, os efeitos da violência, seus efeitos de produção de subjetividades e menos os fatos violentos relacionados aos jovens (Serrano, 2005). Refletir a partir dos efeitos e não das causas que motivam os jovens a se inserirem nos circuitos violentos nos leva a um posicionamento ético-político que responde a outros modos de indagação da violência, não a ressitando em polaridades como as daqueles que a cometem ou vivenciam, mas, tendo-a como um vetor, possibilita analisarmos a constituição de sujeitos jovens. Desta forma, entendemos ser importante identificar processos – no caso, modos de subjetivação - que *territorializam/desterritorializam/reterritorializam*<sup>5</sup> (Adorno, 1993) os jovens nos circuitos da vulnerabilização e da exclusão.

---

<sup>5</sup> Mais do que um espaço geográfico, o território compreende o lugar da existência humana, particular, no qual nos sentimos confortáveis. Ele pode ser relativo tanto ao espaço vivido quanto ao sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. (Guattari e Rolnik, 2008). Para Adorno (1993), os processos de desterritorialização ocorrem à medida que sujeitos deixam suas identidades personalógicas familiares, institucionais, rígidas para entrar em linhas de fuga da ordem social. Um duplo mecanismo de funcionamento incide sobre este processo: de um lado, há o abandono progressivo de espaços institucionais da ordem moral e familiar dominante, e, de outro, a inscrição dos sujeitos em microterritórios, solo no qual constroem o essencial de suas existências.

Uma pista interessante que seguimos é a que compõe os estudos no campo da sociologia da juventude, particularmente aqueles que se detem sobre as culturas juvenis, como os de Helena Abramo (Abramo, 1997; 2007) para o caso brasileiro ou os de Rossana Reguillo (Reguillo, 2000) para o caso mexicano. Tais estudos mostram como os coletivos de jovens têm se agregado ao redor das produções culturais que forjam estilos próprios, criam modos de vida singulares, reposicionando as experiências de vulnerabilização a partir da cultura juvenil. Mais do que isto, tais pesquisas adotam uma perspectiva ético-política de indagação dos modos de existência juvenis. Distantes das formas de exercício da política pela via partidária, os grupos de jovens estudados pelas referidas autoras fazem política ou a exercem através da expressão do corpo, da performatividade, do gesto, do traço visando a denunciar as contradições experimentadas deste tempo e lugar (Dayrell, 2007). São resistências que forjam modos inéditos de produção de subjetividades juvenis. Nos contextos de violência, tais modos de subjetivação transformam os estigmas em emblemas (Reguillo, 1991).

Esta tese se apoia numa perspectiva desnaturalizadora da violência juvenil, por meio de narrativas dos modos de existência de jovens, especialmente daqueles que se forjam pela invenção de práticas culturais na periferia. Tais narrativas encarnam uma dimensão política e ética porque transformam as experiências vividas de vulnerabilizações e violências no território em práticas estéticas.

Assim, as produções subjetivas não podem estar dissociadas de uma política da escrita, pois toda produção acadêmica, portanto, teórica, também é produção de subjetividade e está inscrita em uma política da narratividade, como afirmam Passos e Barros (2010). Tal inscrição expressa não apenas uma preocupação metodológica quanto aos procedimentos com que tratamos o objeto de estudo, mas, sobretudo, demarca um posicionamento político, como

um lugar do *ethos* do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Por isso a opção pela narrativa, como prática política da escrita.

### **Como a tese está organizada**

Optamos por organizar esta tese em três partes. Na Parte I, “Como pesquisar juventude e periferia?”, propomos abrir o diálogo, tanto teórico quanto metodológico, sobre a juventude, as vulnerabilizações, violências e a produção de subjetividade. Está organizada em três capítulos. No Capítulo I, “Dialogando sobre as juventudes, vulnerabilizações e violências” procuramos refletir sobre as juventudes a partir da perspectiva da (re)politização da violência exercida e padecida pelos jovens como uma forma de desnaturalizar a violência destes (Feixa; Ferrándiz, 2005). Neste sentido, preferimos falar em juventudes no plural ou, mais ainda, concebê-las a partir de sua condição juvenil, dada a sua heterogeneidade, seus modos de ser e os estilos de vida, a sua inscrição sócio-político-econômica mais ampla na história e na cultura.

No Capítulo II, “Para pensar processos de subjetivação: as contribuições de Michel Foucault”, partimos dos questionamentos deste autor sobre a noção de sujeito, analisando os modos de existência/resistência. Foucault pensa a constituição do sujeito como objeto de conhecimento na história, analisando-a à luz de uma analítica do poder, no sentido de investigar os processos que incidem sobre o indivíduo, isto é, seus modos de subjetivação em um determinado tempo e lugar.

No Capítulo III, “Como escrever as experiências juvenis? História oral, narrativa e processualidade como ferramentas metodológicas”, buscamos trazer ao leitor os caminhos

percorridos para compreender os processos de subjetivação de jovens nos contextos de vulnerabilizações e violências. Como uma aposta de dessujeição dos pesquisados quanto de nós mesmos, pesquisadores sociais, acreditamos que a metodologia deve ser tratada aqui a partir da ética e da prática política, como uma tentativa de modificar o que se pensa, o que se é e colocar em análise a implicação do pesquisador com seu campo de pesquisa. Lançamos mão tanto da escrita diarística<sup>6</sup> como de uma experimentação etnográfica e da realização de entrevistas dialogadas na história oral.

A Parte II, “Territórios existenciais, vulnerabilizações e violências nas narrativas juvenis”, também está dividida em três capítulos. O Capítulo IV, “Periferia: território das vulnerabilizações”, visa à discussão de como a periferia se constituiu às custas dos contrastes evidenciados historicamente na composição da cidade. Mais do que compreender o território da periferia como um espaço geográfico, ele também é afetivo, social, cultural e político, *território-vivo*, de pertencimento e constitui-se no modo como as pessoas, que lá circulam, produzem-se como sujeitos. Cada pedaço, no seu tempo, vai revelando as tramas de um longo processo vivido, atravessado por muitas histórias, dentre as quais, a da pobreza, com suas carências materiais e simbólicas. Apresentamos, ainda, numa abordagem quanti-qualitativa, a composição dos distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha, evidenciada no processo de (i)migração.

No Capítulo V, “Territórios da violência” passamos a problematizar as diversas manifestações de violências no contexto da periferia, escapando a certas naturalizações. Pretendemos mostrar, através das narrativas, como tais experiências, vividas por estes jovens, produzem efeitos em seus territórios de existência, partindo para os modos de resistência juvenis. Duas formas distintas de violências, porém em coexistência na periferia, são tratadas

---

<sup>6</sup> Embora a escolha metodológica adotada seja pela história oral e pela experimentação etnográfica, utilizaremos também de alguns elementos da “caixa de ferramentas” da análise institucional, não como uma soma ou complementação dos métodos, mas como uma chave de leitura da realidade na qual estamos mergulhados.

neste capítulo – o mundo do tráfico de drogas e a violência policial. Trata-se aqui de pensar *as dobraduras do tráfico de drogas* (Malvasi, 2013) como um dispositivo que, além de fazer falar, constitui-se como um elemento revelador das vulnerabilidades e violências que assolam a vida de jovens pobres nas periferias. O aumento das violências está intimamente atrelado à desorganização e ao uso arbitrário da força policial diante do conflito. A questão social (Castel, 1998) continua sendo caso de polícia.

No Capítulo VI, “Corpo, território e subjetivação”, destacamos as distintas maneiras de os jovens se fazerem comunicar. O corpo também aparece como um lócus de inscrição territorial. São histórias cravadas no corpo e que se comunicam por ele. Corpo e cidade são inseparáveis quando se trata das marcas que nele se inscrevem. Por fim, buscamos refletir de que forma, na constituição dos seus territórios existenciais, os jovens forjam modos singulares de vida na periferia.

A Parte III, “Arte, cultura e produção de subjetividade”, está dividida em dois capítulos. No Capítulo VII, “Modos de subjetivação pelos circuitos culturais”, tomamos inicialmente, as manifestações públicas que ocorreram em junho de 2013 no Brasil para pensar os coletivos juvenis na periferia da cidade. Procuramos evidenciar que esta juventude tem forjado um espaço, um tempo, uma forma, uma linguagem para expressar seus desejos, dores, angústias, alegrias e temores resistindo a certas formas hegemônicas de subjetivação, produzindo-se como outros sujeitos.

Ao se pensar nas resistências juvenis que se tecem nas bordas da cidade, dialogamos com duas manifestações culturais – o sarau de literatura marginal e o cinescadão, ambos na zona norte, eventos que congregam o movimento hip-hop e o dispositivo do audiovisual popular. Se consideramos arte/cultura como política pública, o debate que se tem colocado em pauta são os usos mercantis e seus efeitos para a vida do jovem pobre. A inserção de tais

grupos nessa lógica de mercado da cultura implica, muitas vezes, organizar este campo, regulando, agenciando e conduzindo a conduta dos coletivos periféricos. Referidas questões são tratadas no Capítulo VIII, “Cultura! Política Pública?”.

Esta tese, portanto, se alinha a uma perspectiva ético-política de abordagem dos modos de subjetivação, de forma que os discursos sobre as juventudes como potencialmente perigosas e naturalmente violentas sejam problematizados, e que as maneiras de os jovens serem, viverem e resistirem em meio às vulnerabilidades possam tornar-se mais visíveis à sociedade.

# **Parte I**

---

**Como pesquisar juventude e periferia?**

## Capítulo I - Dialogando sobre as juventudes, vulnerabilizações e violências

**A**proximar, mapear, encontrar, cartografar ideias, pensamentos. Pesquisas sobre a(s) juventude(s)<sup>7</sup> na interface com as violências e as vulnerabilidades já contam com uma produção consistente no Brasil e na América Latina, particularmente com foco naquela que habita as periferias dos grandes centros urbanos. Estudiosos têm alertado para aspectos recorrentes e problemáticos da produção de conhecimentos e das perspectivas que adotam em relação à(s) juventude(s) e suas condições sociais.

Vejamos algumas dessas problematizações, na medida em que elas justificam a direção tomada nesta tese.

A tematização social da juventude para o pensamento acadêmico (e também para a opinião pública) ainda recai prioritariamente sobre os “problemas” que ela apresenta, *como objeto de falha, disfunção ou anomia do processo de integração; e numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social* (Abramo, 1997, p.29). Ou seja, tais estudos desconsideram os jovens como sujeitos capazes de inventar outras formas de vida que não aquelas normatizadas pela sociedade e os focalizam apenas a partir da ordem dos problemas que enfrentam (Abramo, 1997; Dayrell, 2007).

Outros estudos utilizam-se dos conceitos de *vulnerabilidade e exclusão como categorias autoexplicativas* (Spósito, 2009, p.127) desconsiderando a compreensão dos

---

<sup>7</sup> Utilizamos a noção de juventude no plural para sinalizar as diversas formas de concebê-la no contemporâneo. Destaca-se aqui a multiplicidade que caracteriza a juventude e a importância de pensá-la histórica e socialmente inserida. Além disso, ao longo do texto, o leitor vai se deparar com o uso tanto da noção de “juventude” quanto “jovem”. A mesma ideia utilizada por Corsaro (2001) para diferenciar “criança de “infância” será dada às noções de juventude e jovem empreendidas aqui: juventude é uma construção histórica, social e cultural, devendo os jovens ser considerados seres partícipes e ativos desta sociedade.

singulares modos de vida e das experiências de violências cotidianas que atravessam as juventudes (Minayo e col., 1999; Abramovay *et al.*, 2004; Diógenes, 2008).

E ainda, ao tratar do jovem e das violências, tais produções o fazem muitas vezes a partir da prática do ato infracional, reafirmando a associação juventude pobre e violência (Adorno, 1999)<sup>8</sup>. Neste caso em especial, os meios de comunicação, através da publicização, acabam difundindo a ideia de que a violência é causada apenas pelo segmento mais jovem, hiperdimensionando a questão e construindo um imaginário social do medo e da insegurança (Assis, 1999; Volpi, 1999; Oliveira, 2001; Takeiti, 2003).

Ao se pensar nesta associação entre juventudes-vulnerabilizações- violências, há uma necessidade de se (re)politizar a violência exercida e padecida pelos jovens como uma forma de desnaturalizar a violência juvenil (Feixa; Ferrándiz, 2005). Tal direção de investigação se, de um lado, torna visíveis processos de vulnerabilização e estigmatização de setores da juventude, de outro, tem reificado tal associação.

Alguns poucos estudos têm tomado as violências como uma possibilidade de resistência e expressão do juvenil (Abramovay e col., 2004; Vicentin, 2005; Diógenes, 2008; Nascimento e Coimbra, 2009).

Neste panorama em que as pesquisas tendem a tratar as juventudes a partir de distintas perspectivas, realizamos uma extensa revisão bibliográfica, na forma de “estado da arte” acerca da produção acadêmica sobre as juventudes, vulnerabilizações e violências, no campo da psicologia e da saúde, no período de 1998 a 2008<sup>9</sup> (Takeiti e Vicentin, 2014). Tal

---

<sup>8</sup> A pesquisa realizada por Adorno e outros no final da década de 1990, em São Paulo, mostrou, ao contrário, que os jovens refletem, de certa forma, o comportamento violento da população em geral. Ver Adorno (1999).

<sup>9</sup> A escolha por tais áreas do conhecimento e o período compreendido para a realização do levantamento deve-se ao fato de que pretendíamos estabelecer um diálogo com outros três levantamentos (Minayo e Souza, 2003; Spósito, 2009; Alvarado e Vommaro, 2010). O artigo “A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de psicologia e saúde (1998-2008)” produzido a partir deste levantamento foi submetido na Revista Saúde e Sociedade, em fevereiro de 2014 e encontra-se em anexo a esta tese.

levantamento revelou os embates e as forças políticas que se conectam e se materializam na produção de um sujeito jovem no contemporâneo.

Neste campo temático das vulnerabilidades e das violências, as produções sobre juventudes, sejam elas acadêmicas ou não, evidenciam, como sinalizamos neste artigo, a dimensão política do conhecimento ou verdadeiras *artes de estado* (Feixa, 2010) no sentido compreender os procedimentos intelectuais e simbólicos com os quais se governam as juventudes mesma fazendo com que os jovens reajam, se adaptem, se isolem e, finalmente, participem destas lutas. Sugerem, de outro lado, a necessidade de adotarmos uma perspectiva crítica relativa a esta produção. Crítica aqui entendida como um posicionamento ético-político do pesquisador que se propõe a arguir determinadas naturalizações, bem como a fazer uma *análise de sua implicação*<sup>10</sup> (Lourau, 2004).

Enquanto categoria analítica produzida pela sociologia – seja pela ordem geracional ou pela via performática – as juventudes simbolizam ou explicam determinados dilemas do contemporâneo. É preciso incorporar os jovens como atores capazes de formular questões significativas, convocando-os a propor ações relevantes, pois certamente são capazes de sustentar relações dialógicas com outros atores e contextos, contribuindo, assim, para a solução de determinados problemas sociais que os afetam (Abramo, 1997; Dayrell, 2007).

Preferimos, portanto, falar das juventudes a partir das condições sociais que as enveredam ao invés de encerrá-las em esquemas modulares tendentes à homogeneização e totalização.

---

<sup>10</sup> Lourau forja este conceito para explicar a relação que se estabelece entre o pesquisador/observador e seu campo de observação, apontando que todo o processo de análise tende a provocar transformações nos espaços de intervenção/investigação. Para ele, o momento da empiria vai muito além de simplesmente coletar dados, mas o que se pretende é produzi-los na medida em que é preciso modificar a realidade para conhecê-la.

## **Escapando às naturalizações e falando de condições juvenis**

Escavar, tensionar para reconstruir. Muitos são os tensionamentos discursivos em torno das juventudes brasileiras, particularmente aquelas que habitam as periferias das grandes cidades. Refletir sobre a condição desta juventude pobre<sup>11</sup> como uma construção do campo de problemas é reposicioná-la não a partir dos “problemas” que ela apresenta, mas como um campo problemático que necessita de um conhecimento que transcende as disciplinas unitárias, que permite múltiplos entendimentos na sua processualidade e construção (Fernández, 2006).

Devemos concebê-la também a partir de uma perspectiva ético-estético-política e conceitual, em que um conjunto de práticas discursivas e não discursivas, saberes e verdades são atravessados pelos regimes de poder em que se constroem novos territórios de conhecimento, de pensamento, de disputas sociais, fazendo-se presentes nas pesquisas, na política, na economia, no social em um dado momento histórico.

Assumir a juventude como uma categoria de análise histórica e culturalmente produzida já se constitui “lugar-comum”, como aponta Novaes (2006), pois ela tem mudado no transcorrer do tempo e se apresentado sob diferentes aspectos na cultura e nos espaços sociais à medida que as transformações sociais atravessam as subjetividades.

Um dos marcos teórico-conceituais predominantes pode ser desenvolvido a partir de uma série de conotações e eixos que nos permitem aproximações da realidade e da condição de sujeitos que vivem e experimentam determinados momentos da vida. Tais eixos fazem uma compreensão da juventude desde a faixa etária, ao período da vida, a um contingente populacional, a uma categoria social ou geracional ou pela condição social.

---

<sup>11</sup> Tomamos aqui a ideia de juventude pobre que vive em contextos de periferia não apenas como referência à classe social na qual ela se insere, mas pensando conforme Novaes (2006), como lugares que permitem diversas inscrições existenciais, onde se produzem novas subjetividades juvenis.

Entretanto, todas essas representações se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade, levando em consideração os aspectos do desenvolvimento físico, emocional, político, social e cultural pelos quais a juventude será analisada. Há uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente (Freitas, León e Abramo, 2005).

O uso corrente que se tem assumido com certa frequência no Brasil é a diferenciação conceitual entre os termos *adolescência* e *juventude*<sup>12</sup>. A primeira, mais comumente utilizada pela psicologia e pela área da saúde, faz referência aos processos que marcam esta fase da vida (a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de *status*) enquanto marca que evidencia o juvenil.

Por outro lado, o termo juventude tem sido fortemente utilizado por sociólogos, demógrafos e historiadores se referindo à categoria social como segmento da população, como geração no contexto histórico ou como atores no espaço público (Freitas, León, Abramo, 2005). Embora seu uso apareça muitas vezes como sinônimo um do outro, alguns autores estabelecem diferenças, principalmente quando estes caracterizam o debate das políticas públicas voltadas para esta população.

Há, portanto, um certo tensionamento discursivo em relação a este marco teórico-conceitual em que o sujeito, quer seja o jovem ou o adolescente, aparece na construção de

---

<sup>12</sup> Freitas, León e Abramo (2005) fazem uma clara distinção histórica e política sobre o marco conceitual de adolescência e juventude. Para eles, o termo adolescência torna-se predominante no debate público no Brasil nos anos 1980, sendo difundido pela mídia, na academia e no campo das ações sociais e estatais. Fruto de um importante movimento social em defesa dos direitos da infância e adolescência que ganhou corpo e legitimidade na sociedade brasileira com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) fazendo emergir uma nova noção social, centrada na ideia da adolescência como fase especial do ciclo da vida, de desenvolvimento e que exige cuidados e proteção especial. A juventude, simbolizada particularmente pelo estudante do ensino médio e superior na década de 1970, constituía a categoria que problematizava as transformações sociais. Eram verdadeiras fontes de críticas, rejeição e mudança dos sistemas implantados – educacionais, morais, culturais, sociais e políticos. Jovens de outros estratos sociais, com mais de 18 anos ficaram por algum tempo fora do escopo da tematização social, salvo alguns estudos que se preocupavam com as questões relativas a sua inserção e capacitação profissional, a sua inclusão em atividades e grupos culturais ou quando a visibilidade juvenil aparecia em decorrência dos problemas vividos ou representados pelos jovens relacionando-os às dificuldades de integração ao mercado de trabalho e do aumento das violências.

saberes e práticas contemporâneas em diversas abordagens e campos de conhecimento por sinalizarem aspectos peculiares à compreensão conceitual do termo.

Embora saiba da importância que circunscreve a noção de adolescência para o campo da psicologia, sobretudo pelo seu desenvolvimento notável nas pesquisas, nos estudos e na análise conceitual, interessa-nos pensar mais sobre os tensionamentos e disputas acerca dos discursos e saberes em torno da juventude à luz das condições sociais, dos estilos e das trajetórias de vida, e menos como um momento transitório, como rito de passagem para a vida adulta, pois

“La juventud como hoy la conocemos es propiamente una ‘invención’ de la posguerra, en el sentido del surgimiento de un nuevo orden internacional que conformaba una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y los jóvenes, como sujetos de derecho y, especialmente, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo” (Reguillo, 2000, p.6).

Se falarmos da tensão entre adolescência e juventude não é para reafirmar a categoria juventude enquanto natureza ou fase da vida. Preferimos, como afirma Abramo (2007), falar de juventudes no plural ou, mais ainda, de condição juvenil, como aponta Dayrell (2007), em virtude da heterogeneidade, dos modos de ser e dos estilos de vida, de sua inscrição sócio-político-econômica, mais amplos na história e em uma dada cultura. Neste contexto, muitos são os modos existenciais de se viver tal condição (Abramo, 2007; Dayrell, 2007), a depender do espaço e do tempo nos quais os jovens estão inseridos.

Jorge, nosso jovem interlocutor e fio-guia da tese, apresenta, na sua narrativa de vida, experiências de um viver na periferia próprio do tempo e lugar – a Brasilândia – onde ela

acontece. Entretanto, outros jovens em condições semelhantes experimentam e inscrevem-se formas bastante singulares do viver juvenil.

As transformações na nova configuração global e as mudanças sociais experimentadas nas últimas décadas trouxeram importantes contribuições às “novas condições juvenis”, representadas pela lógica da passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional ou do conhecimento. As alterações socioeconômicas e culturais afetaram consideravelmente a estrutura social e, conseqüentemente, na maneira de entender o jovem a partir de uma construção sociohistórica (León, 2005).

Há uma necessidade de se recolocar a condição juvenil no centro das discussões, pois muitas das políticas públicas e abordagens direcionadas aos jovens voltam-se para as subjetividades que estão sendo produzidas neste novo cenário social.

É a partir dos anos 1990 no Brasil que se intensifica o interesse pela população juvenil, principalmente a juventude pobre, seja sob a ótica econômica, seja pela via política e ou social. Tal interesse é fruto de um importante movimento que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir um novo paradigma em torno da criança e do adolescente – o da defesa e garantia de seus direitos. No bojo dessa discussão, os jovens acabaram incursionando o debate, produzindo algumas respostas para dar conta de dilemas vividos no processo de sua busca de inserção e participação (León, 2005).

Ainda que as discussões sobrepusessem a categoria adolescência-juventude, esta passou a ser alimentada por um paradoxo, ora se apresentando como um problema, ora como solução para os seus próprios dilemas. A (re)pactuação do lugar do jovem da periferia na sociedade brasileira tem sido muito debatida na cena pública atual, seja pelo viés da cultura ou pelo viés da participação política, fazendo claras distinções entre adolescência e juventude (Novaes, 2006). Os discursos, ainda que polarizados entre a periculosidade e o salvacionismo, tensionam saberes, práticas e políticas públicas em torno da juventude pobre.

Os números trazem um recorte da realidade desta população. No Brasil, cerca de 51,3 milhões de jovens estão entre a faixa etária dos 15 e 29 anos, representando 27% da população economicamente ativa, sendo 84,8% residentes em áreas urbanas. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), 10,5% do total de adolescentes e jovens brasileiros acima dos 15 anos são considerados analfabetos e, dos 160,6 milhões de pessoas em idade ativa (com 10 anos ou mais), 8,3% são de pessoas desocupadas, pertencentes à faixa etária considerada economicamente ativa – os jovens de 15 a 29 anos (IBGE, 2008). Se questões como escolarização e trabalho apontam para situações ameaçadoras da vivência da condição juvenil, a vitimização também permanece como um fato grave e preocupante. Novos padrões da mortalidade se configuram, aparecendo como uma constante de nossa modernidade que assiste, quase que diariamente pelos meios de comunicação, aos assassinatos de jovens pobres e negros (Waiselfsz, 2011).

O peso numérico desse segmento na atualidade, bem como o fato de que suas condições sociais presentes têm impactos sobre a vida adulta justifica um olhar especial sobre as questões que afetam e mobilizam os jovens brasileiros hoje.

Carrano e Peregrino (2005) destacam que a vivência da condição juvenil no país está intrinsecamente atrelada aos estratos ou grupos sociais dos quais o jovem participa. Assim, sua (in)visibilidade se faz a partir das diversificadas expressões do mundo jovem através das redes de pertencimento e expressões culturais que emergem pelos diversificados grupos sociais que o compõem.

Em relação às vivências escolares e de trabalho, há uma clara e distinta desigualdade entre a juventude brasileira. A indagação sobre quando e como um jovem começa ou termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe e denota as condições de parte dela presentes na nossa sociedade. Mas só a origem social e a situação de classe dos jovens não determinam a vivência juvenil. Outras, como gênero e raça, local de moradia, trajetórias de

vida, participação na comunidade e construção de diferentes territórios de existência, também fazem parte do “viver a juventude” (Novaes, 2006).

As dificuldades em relação ao trabalho, associadas à precariedade no processo de escolarização, contribuem para que a maioria da população jovem pobre comece a investir, cada vez mais, na possibilidade de sobreviver das atividades artísticas ou, pelo menos, de um trabalho autônomo ligado, de alguma forma, à área cultural. O rap, o funk, os saraus de literatura marginal, o audiovisual, o cinema de quebrada e as danças populares constituem um espaço e um tempo performático nos quais os jovens podem afirmar a experiência da sua condição juvenil (Dayrell, 2003).

Estas incursões pelas quais os jovens pobres percorrem têm favorecido a construção de seus próprios territórios, acionando outros modos de ser dada a condição social em que vivem. Tem sido por meio de tais estilos que eles se produzem como sujeitos, inventam distintas formas de viver a condição de ser jovem na e da periferia, agenciam diferentes maneiras de produzir suas identidades, rompendo com a referência dominante dos discursos em torno da imagem de jovem pobre, popular urbano, vitimizado e perigoso. São jovens que produzem saberes, colocam em prática as experiências da exclusão e marginalização, tensionam outros discursos sobre a vida e a (in)diferença, resistem aos modelos dominantes social e historicamente constituídos em torno da juventude popular urbana.

A periferia, para os jovens que nela residem, não tem apenas uma conotação geográfica, mas se refere a um território de existência, no qual identidades são construídas e reconstruídas cotidianamente. Há uma contínua e acelerada produção de subjetividades e seus efeitos aparecem nos estilos de vida, na estética, nos vínculos sociais e laços afetivos (Novaes, 2006).

Eles expressam, através da música, da poesia, da dança, do desenho, da palavra, a vida, as violências presentes local e globalmente. Seus efeitos estéticos são também políticos,

da ordem singular, mas igualmente coletiva, porque é vivida e construída pelos jovens da periferia, dando mais visibilidade às redes territoriais e sociais existentes. Esses jovens contribuem para a construção de espaços públicos nas próprias periferias e favelas, privatizadas pelo tráfico e submetidas às violências e a todas as formas de vulnerabilidades.

No contexto de transformações socioculturais mais amplas, novos lugares são construídos para o jovem da periferia que se articula em torno da cultura. Discursos e uma vasta produção de conhecimento engendrada nela já constituem objetos da ciência. Entretanto, estes novos lugares em que o jovem pobre tem se apresentado como o novo sujeito social não tem sido acompanhado de uma modernização também no social. Dayrell (2003) faz um alerta de que só a cultura não modifica o status do jovem pobre. Há outros desafios a serem enfrentados por meio do diálogo e da implementação de políticas públicas intersetoriais que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.

Avançar na construção de um diálogo conceitual, mas sobretudo narrativo, político e cultural de práticas e saberes sobre a condição juvenil favorece pensarmos na construção de políticas públicas que atendam as reais necessidades e especificidades dessa população.

## Capítulo II - Para pensar processos de subjetivação: as contribuições de Michel Foucault

**S**ubjetividade é uma noção complexa e polissêmica, portanto, polêmica no seu debate e entendimento, principalmente porque o termo tem sido bastante utilizado por distintas áreas do saber, como as ciências humanas, a psicologia, as ciências sociais e mais recentemente, a saúde.

Na psicologia, em especial, consolidou-se, historicamente, uma perspectiva na qual os seres humanos são compreendidos como seres psicológicos dotados de um domínio interior prontos para serem explorados por técnicas e procedimentos terapêuticos de autoconhecimento e autocontrole (Silva e Melo, 2011).

Para dar resposta a uma determinada racionalidade científica e objetiva, a produção de conhecimento “psi” estabeleceu algumas concepções sobre esta noção tendo em vista certos binarismos – individual/social, objetividade/subjetividade, corpo/mente - em que conceitos, como política e subjetividade, muitas vezes, conformaram territórios igualmente separados e antagônicos.

Superar tais binarismos que envolvem a noção de subjetividade é ressitua-la ou reposicioná-la a partir de uma dimensão política considerando-a como “um nó de múltiplas inscrições desejanter, históricas, políticas, econômicas, simbólicas, psíquicas, sexuais” (Fernández, 2006, p. 9).

Assim, não há uma única forma de conceitualizar a experiência subjetiva. Mas uma multiplicidade de pensamentos foi e continua sendo produzida em torno dela. Há sim que problematizá-la nos seus tensionamentos, os quais são da ordem política, clínica, estética, ética.

Nossas apostas aqui pretendem compreendê-la a partir das contribuições de Michel Foucault acerca da noção de sujeito, com seus modos de existência/resistência. São muitas as experiências subjetivas. São fabricações em multiplicidades. Fogem a qualquer contorno ou delimitação e, porque não, teorização ou explicação universal e totalizante.

Para Michel Foucault (1926-1984), o sujeito não existe como um *a priori*, dado como uma substância ou essencializado em ser humano como na tradição cartesiana, mas é constituído na história e na cultura. Ele pensa os modos de subjetivação em um determinado tempo e lugar, colaborando assim para uma abordagem histórica da subjetividade. Trata-se, antes, da “história da forma-sujeito”, sendo a forma nem sempre idêntica a si mesma (Castro, 2009). Pensar a “história da forma-sujeito” em Foucault é refletir como, em diferentes momentos da história, os seres humanos se tornaram sujeitos de uma condição política, social e cultural.

Foucault distingue, em seus trabalhos, três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos. O primeiro consiste nas formas de investigação que tenta aceder ao estatuto de ciência, como um sujeito falante, pulsátil e produtivo, apresentado na gramática geral, na filosofia e na linguística, ou ainda na economia e na análise das riquezas. Aqui, se deteve aos estudos das epistemes.

Num segundo momento, Foucault se preocupa com a objetivação do sujeito naquilo que ele denominou de “práticas divisoras” ou “discordantes” que dividem o sujeito no interior de si próprio e do outro para classificá-los e fazer dele um objeto. Faz uma clara separação entre o sujeito louco ou enfermo e o sujeito saudável; entre o sujeito criminoso e o sujeito considerado bom, afável. Neste período, busca refletir a respeito do regime disciplinar.

No terceiro e último, ele inverte esta ideia de pensar a constituição do sujeito a partir do processo de subjetivação/objetivação e começa a refletir as formas pelas quais um ser

humano se constitui como sujeito de si e da consciência de si, escolhendo, por exemplo, o domínio da sexualidade. Último momento deste autor que se debruça sobre o sujeito ético.

Como as noções de objetivação e subjetivação atravessam os distintos períodos do pensamento de Foucault, Fonseca (2007) nos alerta para a necessidade de distingui-las no conjunto da obra. Para este autor, os modos de subjetivação adquirem dois sentidos: primeiro, apresentam-se como forma de objetivação do sujeito, ou seja, “modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder” (Castro, 2009, p.408). Num outro sentido, define-os a partir da relação do sujeito consigo, por meio de um certo número de técnicas que permite elaborar-se como sujeito de sua própria existência (Revel, 2005).

É preciso indagar: como é possível apreender os modos de subjetivação e objetivação do sujeito em determinados momentos da história? Tais processos são operados por Foucault por aquilo que ele denominou de dispositivos<sup>13</sup> que constituem diversos objetos: a loucura, a carne, o poder, o sexo, as ciências físicas. Estes dispositivos fazem do “eu” de cada um o sujeito em particular ou uma pluralidade de diversos sujeitos em cada um de nós (Veyne, 2000).

Foucault encontra uma outra maneira para pensar os modos de subjetivação a partir do poder que investe e inventa outros modos de ser sujeito, ou seja, pelo jogo das técnicas de

---

<sup>13</sup> A noção de dispositivo tem sido frequentemente utilizada tanto nas ciências sociais, como no universo “psi” e, mais recentemente, na área da saúde. Refere-se às intervenções e ou estratégias de trabalho, às instituições e equipamentos ou, ainda, a determinadas situações, tais como dispositivo das drogas, dispositivo da violência. O conceito foi forjado por Foucault na década de 70, em que o autor se enveredou pelos estudos de caráter genealógico e da analítica do poder. Torna-se um tema central quando estuda a sexualidade ou discute a governamentalidade dos homens (Revel, 2005). Deleuze (2005), com sua “bagagem foucaultiana”, desenvolve a noção de dispositivo e compara a uma espécie de novelo, no sentido de um conjunto emaranhado, heterogêneo, composto por linhas que seguem direções distintas, que tanto se aproximam quanto se afastam umas das outras, e que resultam em um processo em permanente desequilíbrio. Nesse “novelo” há tantos objetos visíveis como regimes de enunciação, forças em exercícios e sujeitos que ocupam posições, agindo como vetores e tensores. Não possui contornos definitivos, mas cadeias de forças variáveis que se relacionam entre si e que podem se sedimentar como fissurar, rachar aquilo que está ocorrendo em um determinado processo. É nesse sentido que Deleuze afirma que conhecer um dispositivo é desemaranhar suas linhas de força e produção. Isso não significa desfazê-las, mas sim traçar um mapa, cartografar, percorrer terrenos desconhecidos, acompanhando suas linhas de composição, no movimento caótico que se apresenta.

governamentalidade<sup>14</sup>. Detém-se aqui no debate em torno da sociedade de controle, através de uma racionalidade política.

A leitura que faz do poder<sup>15</sup> é a de que ele não é uma “mercadoria, uma posição, uma recompensa ou uma trama, mas uma operação de tecnologias políticas através do corpo social” (Foucault, 1982/2010, p.203).

Se o poder não é um objeto, uma coisa, nem o controle de um conjunto de instituições, nem uma racionalidade escondida da história, então nos cabe identificar e analisar como ele se opera nas materialidades da vida cotidiana. Para a compreensão de seu funcionamento, Foucault sugere então que adentremos nas *micropráticas*, nas *tecnologias políticas* em que tais práticas se formam.

É de uma analítica do poder, no sentido de “desemaranhar” a rede de análise que sustenta e o envolve que Foucault passa a fazer suas reflexões. Passa a investigar os processos que incidem sobre o indivíduo, sejam os modos de objetivação que produzem objetos dóceis-úteis, como nas sociedades disciplinares, ou os processos de subjetivação que toma os indivíduos para que se tornem sujeitos presos a uma identidade determinada, como nas sociedades de controle. Busca, portanto, compreender as relações de forças que atravessam sujeitos, discursos, saberes e práticas.

---

<sup>14</sup> Foucault, em um determinado período da sua produção intelectual, revela interesse pelo estudo das “artes de governar” na direção de uma “racionalidade política”. Entende por governamentalidade o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem, por alvo principal a população; por principal forma de saber, a economia política; e por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança (Foucault, 2008). Depois do estudo da disciplina dos corpos, Foucault se direciona ao estudo da regulação das populações. Nesse momento, suas discussões pautam-se sob um saber político, que coloca, no centro de suas preocupações, a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar sua regulação (Foucault, 1997). É sob um caráter político da biopolítica, tendo como eixo central o tema das “governamentalidades”, que os cursos de 1978 e 1979 procuram se situar.

<sup>15</sup> O poder, para Foucault, não está localizado nas instituições políticas, mas representa “um papel produtivo”, podendo vir de baixo para cima, de cima para baixo, sendo multidirecional. O poder, assim, é uma situação estratégica complexa numa sociedade dada (Foucault, 1982/2010).

É na relação entre os regimes de saber, de poder e de subjetividade, ou seja, a partir dos jogos de verdade que o sujeito se constitui como objeto de conhecimento (Foucault, 2004).

Anderson, um dos interlocutores desta pesquisa, aponta em sua narrativa, que para conhecer os jovens na periferia e as violências experimentadas no cotidiano, era preciso contar a sua história, pois ela é *“atravessada por muitas outras histórias de jovens, uns caíram no mundo do crime enquanto outros tiveram outras sortes, partiram para experiências mais criativas, inventaram outras formas de ser jovem, negro e pobre na periferia de São Paulo”*.

Esta narrativa nos ajuda a pensar que não são os fatos, neste caso, das violências que explicam o ser jovem, negro nas bordas da cidade. Entretanto, o que nos interessa discutir é o violência, com seus efeitos de produção de subjetividade juvenil na periferia.

O que o autor propõe na história crítica do pensamento não é uma história das aquisições ou das ocultações da verdade, mas *“a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das ‘veridicções’, entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos”* (Foucault, 2004, p.235).

Problematizar tais processos à luz de Foucault nos leva a pensar como se dá a constituição do sujeito nos regimes de verdade próprios de cada período, ou seja, como a circunscrição das regras que definem a sociedade é experimentada pelo indivíduo, em cada época e em determinado lugar (Nardi e Silva, 2009). É nessa inscrição histórica e cultural das práticas concretas que o sujeito é constituído em um campo de conhecimento. Pois este é atravessado pelos regimes de poder e saber e pelos modos de subjetivação objetivados como

processos próprios de uma experiência numa relação recíproca sujeito-objeto de conhecimento.

Rose (2001a), com uma “bagagem foucaultiana”, propõe uma genealogia da subjetivação, a partir de uma configuração histórica, política e cultural e da relação com nossos *eus*. Diante disto, podemos e devemos dizer então que somos o que somos porque nos relacionamos com nós mesmos e com os outros e somos governados por tecnologias criadas para moldar ou orientar nossas condutas nas direções desejadas. Para Rose

“as estratégias para a conduta da conduta operam a partir da tentativa de moldar as ‘tecnologias do eu’, compreendidos por Foucault como os mecanismos de auto-orientação ou as formas pelas quais os indivíduos vivenciam, compreendem, julgam e conduzem a si mesmos” (Foucault, 1986a, 1986b, 1988 apud Rose, 2001a, p.41).

Refletir a partir desta ideia nos possibilita perceber como somos agenciados cotidianamente em nossa vida privada, que práticas e técnicas ou quais dispositivos de poder ou que máquinas sociais fortalecem e moldam nossas condutas, desejos e paixões. A compreensão dos processos de subjetivação passa pelo entendimento dos efeitos de composição e recomposição de forças, práticas e relações que operam e transformam o ser humano em diferentes formas de sujeito, “em agenciamentos heterogêneos de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições (...) em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles” (Rose, 2001b, p.143).

Podemos estar subjulgados e submetidos a certas ordens ou regras sociais, mas também podemos escapar a outras lógicas que nos determinam, quais sejam, aquelas que prezam por processos de subjetivação mais livres, modos mais libertários de vida, em que a

criação e a invenção das histórias individuais não se imponham por elas mesmas, mas por vontades próprias, singulares (Veyne, 2000).

“A construção de uma arte de viver está associada à ampliação do grau de liberdade com que se vive a vida, assim como a produção de estratégias para que se possa estabelecer uma maior reciprocidade e alternância de posicionamento nos jogos de poder e verdade. Esse é um movimento intrínseco de resistência às formas de dominação, uma vez que evita que as mesmas se tornem rígidas a ponto de bloquear a liberdade transformando-se em ‘estados de dominação’ (Nardi e Silva, 2009, p.144).

Ao nos indagarmos sobre as juventudes na contemporaneidade e seus modos de subjetivação, compartilhamos com Nascimento e Coimbra (2010) tais questionamentos:

“Quais subjetividades vêm sendo produzidas hegemonicamente como técnicas de governo, de tutela sobre suas vidas? Quais têm sido construídas para determinados segmentos, como os marginais, os desqualificados e os inferiores? Ao compreender e problematizar as forças que nos atravessam e nos constituem enquanto pessoas, como é possível pensar a gestão das vidas, particularmente, a de jovens?” (p.42).

Foucault talvez nos apoie na reflexão sob uma perspectiva: via estética da existência ou como resistências<sup>16</sup> ao produzir “modos éticos e criativos de estar no mundo” (Nardi e Silva, 2009, p.47).

Estética, para Foucault, não se vincula à ideia de culto à beleza ou gozo pela vida, mas à capacidade do homem em deixar-se afetar sensivelmente pelo outro e pelo mundo (Nardi e

---

<sup>16</sup> Deleuze (Zourabichvili, 2004) forja o conceito de resistência como criação, como potência de vida fantástica. Criar é resistir efetivamente. Junto com Guattari e Foucault, o autor formou redes de conceitos como redes de resistência, uma máquina de guerra contra um pensamento dominante e lugares comuns. A função da rede é resistir e criar. Compartilhamos destas ideias aqui para pensar o conceito de resistência mais como potência de vida e menos como relações de domínio e força.

Silva, 2009). Este é o elemento que compõe as práticas de estetização como um modo de reflexão da liberdade. Para os autores, o desenvolvimento de uma estética da existência foucaultiana consiste na possibilidade de as pessoas poderem gozar livremente de suas liberdades, atualizando os processos de subjetivação ao construir a própria experiência.

Resistência, para Foucault, não condiz com a semântica oposição de forças, mas constitui, como estratégia, luta, onde o poder está presente. Tanto funda as relações de poder quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações, na medida em que elas estão em todos os lugares e em todas as direções. Para ele, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte (Revel, 2005).

“Não é, portanto, fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder. E inversamente: se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência” (Revel, 2005, p.76).

Tal parece ser o engajamento de Jorge no Sarau, como tática, estratégia de luta, resistência nos modos de subjetivar-se.

Há que se considerar as juventudes e seus modos de ser e estar no mundo não por meio de ações fragmentadas que fogem aos padrões concebidos como organizados ou como condutas impulsivas, antissociais e até perigosas, mas como modos de subjetivação singular e coletiva que se fazem resistências no contemporâneo.

### Capítulo III - Como escrever as experiências juvenis? História oral, narrativa e processualidade como ferramentas metodológicas

**S**endo a subjetividade ou os modos de subjetivação processos moventes, flexíveis, agenciados por muitos vetores, como estudar esse plano de produção da realidade que não acompanhando a processualidade na constituição de sujeitos? A partir de que ferramentas conceituais, teóricas e metodológicas é possível apreender os jovens nos contextos de vulnerabilização e violências que não a simples decodificação dos fatos que os envolvem ou as representações sociais que os atravessam?

Indagações como estas cruzaram o debate sobre o referencial metodológico mais apropriado a ser utilizado no momento da pesquisa de campo. Optamos trabalhar por dois caminhos, não com a intenção de realizar a soma de métodos na direção de unificar o objeto a ser analisado, mas como possibilidade de invenção dos modos de pesquisar, como prática de produção de realidades, como produção de saber e poder nos regimes de verdade que se instituem (normativos) nos processos de subjetivação.

Como afirma Rodrigues (2010), “se decerto visamos à dessujeição de nossos pesquisados, não é menor a busca de análoga dessujeição quanto a nós mesmos, pesquisadores sociais” (p.191). Ou, como aponta Ferreira Neto (2008), ancorado em Foucault, trata-se de pensar a metodologia ou as práticas de pesquisa a partir da ética, não como princípio rígido de uma norma, mas “como uma tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é” (p.534). Acrescentaríamos às ideias de Ferreira Neto (2008) o pensar a metodologia também como uma prática política, em que o *ethos* do pesquisador está em jogo quando se pretende analisar os contextos sociais. Não se trata, portanto, de explorar as

diferenças instrumentais numa concepção de método, mas enfatizar a dimensão ética da pesquisa, um posicionamento do pesquisador diante da problemática a ser investigada.

Lançamos mão de uma “caixa de ferramentas” (Foucault/Deleuze) que inclui a escrita diarística<sup>17</sup>, a imersão intensiva no campo de pesquisa praticada por meio da experimentação etnográfica e a realização de entrevistas dialogadas na história oral de vida.

Vejamos como cada perspectiva se apresenta, não de forma estanque e serializada, mas como linhas que se constroem e se desconstroem à medida em que passamos a conhecer a realidade social.

Da perspectiva da análise institucional francesa (Lourau, 2004, apud Altoé, 2004), a prática do diário de campo surge como uma ferramenta particularmente adaptada para articular a exploração das relações entre o campo de intervenção e o de análise. Tem por objetivo guardar uma memória, para si ou para outrem, de um pensamento que se forma no cotidiano, na sucessão das observações e reflexões. Construir um diário remonta uma prática antiga, uma forma de coletar dados de pesquisa que serviam para agrupar, no dia a dia, registros e reflexões sobre experiências vividas, ideias concebidas, os encontros, as observações percebidas. Constitui uma ferramenta potente e eficaz para quem quer compreender a própria prática de pesquisa, refletir e organizar, mudar e torná-la coerente com suas ideias (Hess; Weigand, 2006).

Lourau (1988, apud Hess; Weigand, 2006) defende a ideia de que a própria escrita do diário de pesquisa já é a pesquisa.

“Acesso Jorge por intermédio de Luiz Barata, coordenador técnico das ações culturais da ONG Ação Educativa. Vou ao seu encontro munida de um caderno, caneta à mão e

---

<sup>17</sup> Embora a escolha metodológica adotada seja pela história oral e pela experimentação etnográfica, utilizaremos, também de alguns elementos da “caixa de ferramentas” da análise institucional, não como uma soma ou complementação dos métodos, mas como uma chave de leitura da realidade na qual estamos mergulhados.

gravador, materiais imprescindíveis para uma ida a campo. Combino de me encontrar com o jovem no “marco zero” da Vila Nova Cachoeirinha, o Largo do Japonês. Não sei quem ele é. Olho para todos os lados e fico a imaginar quem poderia ser. Qualquer pessoa que transita pelo meio da praça poderia ser Jorge. Ah, quantos Jorges circulam por aquele lugar! Mais alguns instantes, e lá vem ele. Um jovem alto, robusto, de cabelos encaracolados, trajando camiseta regata, bermuda e chinelo nos pés. Nos olhos, óculos escuros como se estivesse disfarçando o olhar para ver quem eu era. Mil coisas passam pela minha cabeça, muitas perguntas, vários questionamentos, uma potência enorme de querer saber sobre este jovem. Me apresento e lhe digo os motivos do meu contato. Jorge, sem ressabiado, acende um cigarro e começa a sua narrativa sem que eu precise interrompê-lo com qualquer pergunta”.

(Diário de campo, 16.2.2012)

Percorrer estes caminhos metodológicos, dialogar com as pessoas em diferentes territórios, em distintos momentos e circunstâncias possibilitaram-nos olhar para a juventude na cidade a partir do que Magnani (2002) denominou “de perto e de dentro”, sem a pretensão de homogeneizar a vida material e naturalizar os processos sociais. Assim, a prática diarística somente se tornou possível porque também utilizamos de uma experimentação etnográfica<sup>18</sup> no campo da pesquisa. Experimentação no sentido de que não pretendíamos, à época, realizar um estudo etnográfico puro, com protocolos próprios e embasamentos teórico-metodológicos da etnografia, mas mergulhar no campo para extrair elementos que nos ajudasse a compreender as subjetivações que se produzem nestes territórios.

À primeira vista, um olhar atento, e ao mesmo tempo de “estranhamento” à paisagem e às situações inusitadas, aos poucos vai se desfazendo e o que era desconhecido vai se tornando familiar. “A praça, o jogo de xadrez, o cheiro, os carros, o bar, a polícia, o som do alto falante, a música, a cerveja, a criança, a bicicleta, a poeira, a circulação, a rua, o trânsito, o semáforo, o tempo no relógio, encontros, encontros e mais encontros” (Diário de campo, 16.2.2012).

---

<sup>18</sup> A noção de “experimentação etnográfica” foi por nós utilizada para referir-se ao modo de capturar e produzir dados da realidade a partir de alguns elementos da etnografia.

Olhar os jovens na periferia “de outro lugar”, a fim de perceber diferentes arranjos, para além de visões homogeneizadoras, permitiu-nos avançar na compreensão de sujeitos que vão criando, no convívio com variadas situações, diversas invenções, distintas percepções para o território e para a construção de novos modos de existências juvenis.

Brandão (apud Dalmolin, 2006) nos diz da necessidade que temos em não “congelarmos a vida interpessoal na estrutura social”, pois há o risco de se perder toda a experiência da vida cotidiana:

“(…) perde-se também a compreensão que as lógicas das estruturas das relações entre familiares, entre parentes (...), entre vizinhos, entre tipos de sujeitos produtivos e/ou proprietários, entre patrões e empregados, entre homens e mulheres, entre nós e entre nós e os outros, existem não somente dentro e entre as tramas de teias de instituições sociais (...) através das quais se trabalha, possui, produz, gera filhos, herda, etc., mas igualmente através de outras teias que tecem as vidas e, dentro, fora, a margem ou contra as organizações oficiais da sociedade, geram os sistemas de vida, os símbolos e os significados de outra face da própria vida (p.45).

Em nosso estudo que versa sobre as juventudes e a periferia não se torna possível estudá-las sem que se leve em consideração os reflexos do processo urbano e global de uma metrópole como São Paulo. Assim, a lógica das relações que se estabelecem neste contexto, com os códigos particulares e os percursos específicos de cada jovem só podem ser compreendidos no desenrolar do cotidiano, mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido. “Trata-se aqui da invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e de afeto, uma busca de saídas para fora dos territórios sem saída” (Guattari e Rolnik, 2008, p.18). Por se tratar de um campo movente – as juventudes, as vulnerabilidades e violências – sua apreensão não deve ser tratada de forma fixa, isolada e

imutável, mas ser analisada à luz de processos histórico-político-econômico-sociais mais amplos, isto é, de agenciamentos dos quais o sujeito-jovem é efeito.

Laplatine (2000) afirma que só se pode estudar o homem comunicando-se com ele. Isso supõe que se compartilhe sua existência de maneira durável ou transitória, exigindo vivências das experiências e abertura total para a cultura que se estuda. A experimentação etnográfica aqui utilizada, além do compartilhamento das experiências juvenis no contexto da periferia, também prescindiu da comunicação ou das narrativas de nosso interlocutores.

Como aponta Spink (2003), narrar histórias faz parte do processo de pesquisa, pelo menos em determinadas áreas das humanidades, como na História, Psicologia, Educação, Ciências Sociais e, mais recentemente, na área da Saúde<sup>19</sup>. Constitui uma ação importante na vida cotidiana, pois transforma tanto aquele que narra quanto aquele que ouve a história. Frequentemente recorremos às narrativas para contar os percursos traçados, o processo vivido, as descobertas realizadas, os fatos ou acontecimentos disparados pelo pesquisador no campo da pesquisa.

“Como relatou Zélia Gattai, certa vez, acerca do processo de confecção do enredo nos romances de Jorge Amado, o autor fica durante todo o tempo às voltas com as personagens que vão encarnando, independente da vontade do autor, que só se livrará delas, ao libertá-las no término da história. Mesmo assim dizia, elas poderiam voltar em outro texto, em outro momento, em outras imagens, em outros fantasmas” (Meneghel, 2007, p.117).

---

<sup>19</sup> No evento “Encontro Internacional de História Oral e Narrativas em Saúde” realizado pela UNIFESP, São Paulo, em maio de 2012, fomentou-se o diálogo e o debate do uso da História Oral não como técnica ou procedimento instrumental metodológico apenas, mas como conhecimento autônomo (Holanda, 2009), que se pretenda na intervenção clínica ou no campo da pesquisa qualitativa.

Talvez a história que escolhemos para contar seja sempre a mesma. Talvez não tenhamos sido nós que escolhemos a história, mas fomos escolhidos por ela. Talvez nos tornemos, ao final, as histórias que contamos (Spink, 2003).

Nesta perspectiva, a história oral nos auxilia no conhecimento autônomo, como afirma Holanda (2009) “numa interligação entre memória, história, narrativas e texto redefinindo as relações passado-presente, nas quais as narrativas são construções localizadas nos sujeitos” (p.16).

A história oral de vida abre a possibilidade de apreendermos, registrarmos e desenvolvermos um trabalho analítico sobre as experiências de pessoas e grupos que se dispõem a narrar suas histórias e transformá-las em documentos escritos (Meihy e Holanda, 2010). Mais do que qualificá-la como uma ferramenta, técnica, metodologia, disciplina, dispositivo, a história oral pretende apreender os fenômenos sociais engendrados na história.

Rodrigues (2010), apoiada nas contribuições críticas do oralista Alessandro Portelli quanto às consignas de representatividade dos pesquisados e apostando na reflexividade como virtude do pesquisador, situa a prática da história oral como dispositivo epistemológico-narrativo de invenção, como um campo de experimentação de produção de conhecimento que se faz “visível e enunciável como uma política facultativa de subjetivação” e não de sujeição (p.201). Ou, como ressaltaram Passos e Barros (2010), trata-se de uma política da narratividade, não sendo possível narrar fatos, acontecimentos ou experiências desarticulados das políticas que estão em jogo, seja da ordem macropolítica, seja da ordem micropolítica. Para esses autores, “toda produção de conhecimento (...) se dá a partir de uma tomada de decisão que nos implica politicamente” (p.150).

Para a realização de pesquisas em história oral, um arcabouço procedimental<sup>20</sup> se faz necessário, dentre os quais a realização de entrevistas. Estas devem atentar para o uso da narrativa oral que se verte para o texto escrito e servirão para registrar, arquivar e ou analisar determinada temática, tradição ou história de vida (Meihy; Holanda, 2010).

“Um dos pontos basilares da distinção entre história oral e entrevistas convencionais reside exatamente na especificação dos critérios de captação das narrativas segundo os termos estabelecidos nos projetos. É aí que entra a primeira variação entre entrevistas convencionais e história oral” (Meihy; Holanda, 2010, p.33).

Mais do que coletar com o sujeito da pesquisa, lembranças do que acontecera em sua vida e olhá-lo como um lugar de depósito de fatos passíveis de serem organizados para servirem de base a interpretações do historiador-entrevistador, hoje, a história oral tem se preocupado com o modo como as narrativas históricas se estruturam, como nossos sujeitos de conversas constroem suas histórias, que relações dialógicas estabelecem e tornam possível conhecer o outro a partir de sua narratividade (Meihy; Holanda, 2010).

O que garante a realização de uma boa entrevista ou de um bom encontro para a conversa, nos pressupostos da história oral, segundo Grele (2009), depende da relação entre o pesquisador e o colaborador<sup>21</sup>, além dos fatores ambientais, sociais e técnicos. Alguns

---

<sup>20</sup> Inicialmente se pensa na elaboração de um projeto que deve orientar quem deve ser entrevistado, de que forma isso ocorre e por que, justificando tal escolha. Estes projetos precisam respeitar o planejamento adequado da condução das gravações, definindo-se o local da entrevista a ser realizada, tempo de duração e outros fatores ambientais que interferem no diálogo, transcrição e estabelecimento de textos, conferência do produto escrito, autorização do colaborador para uso deste, arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados, devendo estes sempre ser retornados ao grupo que gerou as entrevistas. Além disso, imprescindível a existência daquele que dirige a pesquisa ou o pesquisador e daquele que será ouvido em gravação, o colaborador. Os acordos para que as entrevistas em história oral aconteçam devem estar previamente esclarecidos e acertados entre as partes (Meihy; Holanda, 2010).

<sup>21</sup> O uso do termo colaborador ante entrevistado, investigado, depoente ou ator social se dá na medida em que sua participação neste processo ocorre de forma espontânea, entrevistador e entrevistado mantêm mutuamente um espaço confortável para o estabelecimento das entrevistas. Geralmente estas devem ser gravadas em áudio para posterior transcrição (Meihy; Holanda, 2010).

direcionamentos ou orientações podem nos auxiliar na mediação dos relacionamentos durante a conversa, satisfazendo ambas as partes com o resultado. Conhecer previamente o assunto e minimamente o sujeito que motivou o encontro, acessar informações a respeito do sujeito ou da temática a serem abordados, através de documentos, lugares, banco de informações, literatura especializada ou historiográfica possibilitam ao pesquisador melhor contextualização e interferência na condução das entrevistas. Este preparo prévio para o acontecimento-entrevista pode favorecer uma relação dialógica que dimensione o encontro a uma plenitude da narrativa (Holanda, 2009).

O processo de história oral não se encerra após a realização das entrevistas; passa-se, então, para a transposição da situação “falada” ou narrada para a situação da escrita. São incorporadas falas, gestos, sons do ambiente, emoções, silêncios, pausas que interferem tanto na clareza do texto quanto em sua força expressiva. A prova do texto final, em história oral, é dada pelo colaborador que se identifica ou não com o resultado final de sua narrativa, confere e a autoriza (Meihy, 2006; Meihy; Holanda, 2010).

Após a gravação das entrevistas, o passo inicial é o de transformar o produto da língua oral para a língua escrita. A isto Meihy e Holanda (2010) denominam de transcrição “absoluta” que consiste em colocar as palavras em “estado bruto”, na forma como o colaborador as usa, com erros, repetições, sem peso semântico. Interferências do ambiente, nesse momento, também devem ser descritas como o som de uma buzina, de um auto-falante ao fundo, de um toque de celular, por exemplo.

Após a transcrição literal da entrevista, passa-se para o processo que Meihy e Holanda (2010) chamam de textualização. Eliminam-se as perguntas, retiram-se os erros gramaticais e as palavras sem peso semântico. Sons e ruídos também são abolidos na busca de produção de um texto mais “claro e liso”. É nesse momento da textualização que se extrai o que os citados autores denominam de “tom vital”. Uma frase-guia, um recurso que qualifica a entrevista

como um todo, que traz a essência da narrativa e que identifica o narrador com aquilo que está sendo narrado. “*Nascido e criado na Brasilândia – berço da minha vida, de tudo que já vi e já vivi por aqui*”, foi o tom vital extraído da narrativa de Jorge.

Por fim, realizamos a transcrição, que consiste em uma mutação, não no sentido de alterar aquilo que foi narrado, falado e escrito, mas uma “ação transformada, ação recriada”, com senso estético, diria quase literário, da palavra trabalhada na escrita. É emprestada de Haroldo de Campos (Meihy; Holanda, 2010) a ideia de recriação, de transcrição.

“A transcrição nos aproxima do sentido e da intenção original que o colaborador quer comunicar. E tudo vira ato de entendimento do sentido pretendido pelo emissor, que pode ser expresso tanto oralmente quanto por escrito (...) Mas, diga-se, essas recriações se realizam dentro de regras. E as variações de códigos, em particular de uma língua a outra, mais do que correspondência de palavra por palavra implicaria complexo campo que trança na coerência, beleza e entendimento. É impossível do etéreo, do verbo, se passar à materialização da escrita com fidelidade absoluta como se uma coisa fosse outra. Admitir isso, aliás, seria temeridade, visto que sons, entonação, cacoetes, modulações não se registram sem alterações” (Meihy; Holanda, 2010, p.135).

Considerada como o “fundamento-chave” da história oral, a transcrição tende a abandonar os caminhos da racionalidade científica, típicas de um modelo cartesiano de se fazer pesquisa, indo em direção a dimensões mais subjetivas. O que ela procura é comunicar melhor o sentido e a intenção do registro. A transcrição, portanto, poderia ser entendida como uma maneira do pesquisador devolver a fala narrada ao seu colaborador, revestida de uma performatividade estética com sentido (Meihy; Holanda, 2010).

## **Narrativas de um pesquisador no campo da pesquisa – um pouco de história do percurso**

As aproximações com os jovens desta pesquisa sucederam a minha proposta anterior de projeto de doutorado. Em 2010, ano do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação na PUC/SP, sinalizava como possibilidade do *lôcus* da pesquisa a cidade de Campinas, justificada pela minha inserção e participação<sup>22</sup> na rede de serviços voltada às juventudes do município. Entretanto, dado o meu distanciamento e as mudanças políticas lá ocorridas, decidimos que a pesquisa seria realizada na cidade de São Paulo. Esta se apresentava não apenas como o lugar profissional, mas também de participação nas discussões referentes à juventude paulistana, transversalizando temas da saúde mental, da responsabilização/responsabilidade do ato infracional de adolescentes, das internações compulsórias devido ao uso de crack, das políticas de atendimento, do sistema de garantia e defesa de direitos. Fazia sentido desenvolver a pesquisa aqui, pois as discussões estavam concentradas e conectadas ao movimento desta cidade, com seus fluxos, linhas e paisagens urbanas se configurando e contornando o objeto desta pesquisa.

Mas... até chegar a zona norte, delimitar este território como o *lôcus* da pesquisa e acionar os sujeitos que seriam os colaboradores, percorri outros cenários geográficos, conheci muitos outros jovens, alguns militantes e ativistas na área da infância e adolescência, participei de algumas intervenções urbanas, ouvi relatos de histórias de vida e profissionais que se conectavam ao mundo da juventude pobre urbana paulistana.

---

<sup>22</sup> No período de 2001-2004 atuei no Centro de Referência aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI-Campinas)/CEDECA-Campinas junto a crianças, adolescentes e jovens tanto em situação de vulnerabilidade pessoal e social como com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. Como terapeuta ocupacional, desenvolvi intervenções diretas a essa população e suas famílias, sempre na direção de garantir os direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O ponto de partida foi a aproximação aos territórios considerados vulneráveis, com alta concentração de pessoas e com acentuados índices de violência na cidade. Para a seleção destes territórios, utilizei o Índice de Vulnerabilidade Juvenil<sup>23</sup> (SEADE, 2007) como primeiro direcionamento da pesquisa.

Muitas inscrições subjetivas juvenis ocorrem nas periferias da cidade. Se não pelos dados codificados através de tais índices ou mapas, são pelas intervenções de organizações não governamentais<sup>24</sup>, que pautam suas ações na direção de garantir os direitos dos cidadãos.

Os diversos contatos realizados em diferentes pontos da cidade forneceram respaldos para compreender a dimensão macropolítica das ações voltadas às juventudes. Tais ações transitam desde a esfera da defesa e garantia de direitos à formação/educação em direitos humanos, passando por aquelas de prevenção e promoção à saúde<sup>25</sup> e articulações culturais.

---

<sup>23</sup> O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) (2000) foi criado como parâmetro para medir a situação de vulnerabilidade de jovens nos 96 distritos do município de São Paulo, servindo para auxiliar o poder público na intervenção junto a este segmento populacional. O Índice considera, em sua composição, os níveis de crescimento populacional e a presença de jovens entre a população distrital, frequência à escola, gravidez e violências entre jovens e adolescentes residentes no território local. Este indicador varia em uma escala que vai de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com menor vulnerabilidade e 100 o de maior vulnerabilidade. As variáveis selecionadas para compor o índice são taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000; percentual de jovens, de 15 a 19 anos, no total da população dos distritos; taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos; percentual de mães adolescentes, de 14 a 17 anos, no total de nascidos vivos; valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes; percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola. Em relação à taxa de homicídios ocorridos no ano de 2000 entre jovens masculinos, na faixa etária de 15 a 19 anos, estão os distritos do extremo da zona sul, extremo da zona leste e extremo da zona norte, particularmente, neste último o da Brasilândia e Cachoeirinha, com taxas acima de 253%/100 mil habitantes. Na cidade de São Paulo, para o mesmo período, a taxa varia de 212,2%/100 mil habitantes. Para mais informações, acessar [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

<sup>24</sup> O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) distingue-se de outras organizações da sociedade civil voltadas para a criança e o adolescente pela natureza de sua intervenção, pois suas ações são pautadas a partir do Sistema de Garantia de Direitos (apoiada nos eixos da promoção, defesa e controle social). O CEDECA-Interlagos foi um dos serviços visitados e que acolheram a proposta desta pesquisa. Já o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) foi criado em 1981 com o objetivo de promover e estimular a participação e autonomia de grupos e movimentos sociais na garantia de direitos e na transformação das realidades socio-políticas. Atua na formação e capacitação de pessoas e grupos de jovens, mulheres, agentes de direitos, trabalhadores da saúde, educação, assistência social implementando ações locais como bibliotecas comunitárias, alfabetização de jovens e adultos, coleta seletiva e organização dos catadores de material reciclável, grupos de geração de renda. Ainda concebe, executa e avalia projetos de inclusão social articulando as diferentes esferas sociopolíticas públicas ou privadas, em organizações sociais ou locais. Atua principalmente no fortalecimento da cultura de direitos humanos e de cidadania participativa e solidária. Vera Lion, socióloga e pesquisadora do instituto, foi uma das contatadas e nos sugeriu possibilidades de acompanhamento desta juventude na zona leste da cidade.

<sup>25</sup> Manoel é agente comunitário de saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde do Jardim Ramos e um dos interlocutores deste estudo. Ao buscar referências de jovens no território da zona norte, ele sinaliza que poderia

É a partir da esfera da cultura que a pesquisa vai se redesenhando e tomando novas perspectivas. O encontro com Luiz Barata, assessor do programa de cultura e coordenador do centro de mídia juvenil da organização não governamental Ação Educativa<sup>26</sup> foi bastante profícuo no sentido de encontrar os colaboradores do presente estudo. Neste diálogo, Luiz foi apresentando o circuito cultural periférico existente na cidade de São Paulo e as ações desenvolvidas pela Ação Educativa. Dentre elas, a ênfase tem sido dada à promoção da estética da periferia, trazendo para o centro da cidade, neste caso, para dentro da organização, os jovens envolvidos nos distintos movimentos culturais – música, dança, teatro, literatura, audiovisual, mídias digitais, movimento hip-hop.

Luiz sugere alguns contatos de jovens com potente engajamento sociopolítico e cultural nas periferias da cidade. Rodrigo Di Menor, Andrio, Montanha, Jorge e Fábio Galvão<sup>27</sup> são, inicialmente, alguns deste circuito. Todos, de certa forma, participam como formadores ou educadores de outros jovens em suas comunidades locais. A proposta inicial era que eles pudessem mediar o contato com outros jovens no seu território.

---

indicar jovens e serviços comunitários do bairro onde atua. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) constituem hoje parte integrante da Estratégia Saúde da Família (ESF), programa que redefine e reorienta a Atenção Básica no que diz respeito ao modelo assistencial, operacionalizando equipes multiprofissionais nas unidades básicas de saúde (UBS). Nesse programa, as ações territoriais são pautadas na promoção, prevenção, recuperação e tratamento de doenças e agravos à saúde da comunidade. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) participam destas equipes, acompanhando os estados de saúde de sua comunidade. São atribuições deste profissional: mapear e cadastrar as famílias de sua área de abrangência, realizar visitas domiciliares às famílias, desenvolver ações básicas de saúde nas áreas de atenção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do trabalhador e do idoso, promover educação em saúde e mobilização comunitária, dentre outros. Para mais informações acerca do funcionamento deste programa, acessar [www.portalsaude.saude.gov.br](http://www.portalsaude.saude.gov.br)

<sup>26</sup> A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação constitui uma das mais relevantes organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ONG) na cidade de São Paulo. Atua principalmente nas áreas de promoção, capacitação, pesquisa e intervenção em políticas públicas, direitos humanos e cultura dirigidos à juventude brasileira. As atividades pautam a formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Ainda, desenvolve campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos, no cenário local, nacional e internacional. Realiza, em parceria com instituições acadêmicas, pesquisas, informações e análises das políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero.

<sup>27</sup> Estes dois últimos posteriormente passam a fazer parte da pesquisa.

## **Aproximações e a opção por estes jovens**

O primeiro contato é realizado com Andrio, jovem da zona leste. O encontro é marcado na estação do metrô da Sé, por sugestão dele próprio, mas não comparece. Andrio não responde a nenhum dos contatos telefônicos. Sigo com os demais jovens sugeridos por Barata e realizo novos contatos: Fábio Galvão e Jorge, dois jovens da zona norte, Di Menor, da zona sul e Montanha, da leste. Este último até aceitou participar, mas em virtude de sua agenda de compromissos, os encontros foram agendados e desmarcados a todo o momento. Diante de tais dificuldades, pactuamos que os contatos ocorreriam em momento mais oportuno, o que não aconteceu.

Rodrigo Di Menor – da sul me recebeu no seu local de trabalho – nas dependências do Conselho Tutelar da região do Ipiranga. Jovem, franzino, estilo “bad boy”, pai de um garoto com paralisia cerebral, Di Menor, assim como é chamado pelos rappers, reside em Heliópolis. Diz ter orgulho de ser conselheiro tutelar. Nas horas de lazer, ensaia rap e desenvolve ações voluntárias em uma organização não governamental na favela em que reside. Como morador de Heliópolis, diz que já viu muita coisa ruim acontecer, mas também coisas boas ocorrem no espaço de sua “quebrada”.

Fábio Galvão e Jorge são os outros dois sujeitos indicados por Luiz Barata como uma aposta de contato. Ambos residem na zona norte da cidade, o primeiro na região da Casa Verde e o segundo na Brasilândia. Fábio trabalha como educador em artes audiovisuais na região do Jardim Peri. Atua principalmente com jovens na capacitação para a produção de vídeos. Jorge é integrante do Sarau Poesia na Brasa, movimento social, político, estético e cultural de fomento à literatura marginal na periferia do distrito da Brasilândia. Ambos aceitam o convite para conversar.

“Jorjão” - Sarau da Brasa - tem sido a forma de se identificar como jovem do extremo da zona norte da cidade paulistana. Da avenida do Imirim à Inajar de Souza, o primeiro encontro ocorre na praça cujo nome é Largo do Japonês, ponto central do distrito Cachoeirinha, próximo ao terminal de ônibus. Jovem de 27 anos, robusto, de fala vultosa, Jorge se irrita com o meu atraso, dizendo que se não estivesse a caminho, poderíamos deixar a conversa “no gelo”, ou seja, para outro momento, porque já havia esperado demais. Tento explicar a razão da minha demora, mas parece irredutível nas primeiras palavras que estabelece comigo. Aos poucos, vou esclarecendo os motivos do meu contato e Jorge, entre uma monossílaba e uma contestação oportuna, vai narrando um pouco das suas histórias e da Brasilândia.

Jorge já desenvolveu muitos trabalhos, de feirante a educador social. Já morou em Londrina, no Paraná, onde tentou concluir um curso de graduação em Ciências Sociais. Em vão. Retornou à Brasa e hoje realiza saraus de literatura na periferia da zona norte de São Paulo. Escritor, poeta e educador, assim se define como Jorge da Brasilândia. É um jovem nato da literatura marginal. Realizamos quatro encontros, com duração de aproximadamente uma hora e meia cada um. O primeiro ocorreu na praça, local do encontro com o jovem e os demais se deram no interior do Centro Cultural da Juventude “Ruth Cardoso”, no Cachoeirinha.

O primeiro encontro com Fábio Galvão aconteceu em sua própria residência, durante um almoço feito por ele. À primeira vista, tal convite causou certo “estranhamento”. Mas aos poucos, o estranhamento foi se tornando familiar à medida que Fábio Galvão narrava a sua história e descrevia o seu percurso, a sua trajetória, os seus anseios e dificuldades encontradas. Fábio Galvão tem trabalhado especificamente com outros jovens da “quebrada” do Peri, o que o coloca como referência no audiovisual local. Seu trânsito pela comunidade e entre outros jovens é facilitado pela linguagem utilizada no dia a dia de trabalho, a postura juvenil que

adota em toda sua produção audiovisual, com um forte apelo político e senso crítico das situações da zona norte, mais do que estético.

Fábio Galvão é bacharel em Letras Clássicas e Vernáculas (português-latim) pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Contou que estava em vias de concluir o curso de licenciatura para ministrar aulas na rede pública de ensino. Como educador social, tem experiência e prática em comunicação comunitária e já desenvolveu e continua desenvolvendo inúmeros trabalhos utilizando a linguagem audiovisual. Já produziu alguns curta-metragens. Hoje é idealizador, sócio-fundador e pesquisador audiovisual da Associação Cultural Fábrica de Gênios, onde atua no trabalho de cultura cinematográfica do Núcleo Audiovisual Cinescadão e na programação de filmes da Sala Fabicine. É um interlocutor importante do audiovisual e do cinema popular.

Fábio Galvão é, ao mesmo tempo, colaborador e o ponto zero<sup>28</sup> desta pesquisa, pois é ele quem me apresenta a comunidade de destino da zona norte, sua colônia e rede<sup>29</sup> (Meihy; Holanda, 2010).

Após explicitar os motivos do meu contato, Fábio Galvão me convida a participar de uma reunião na Associação Cultural Fábrica de Gênios, com sede no Jardim Peri.

É sábado de carnaval. Ao entardecer, subimos o morro do Jardim Peri em direção à sede da Associação. Um barraco fincado no meio do morro. A avenida mais conhecida que corta o bairro de um lado a outro é conhecida como Massau Watanabe. É nela também que os encontros culturais acontecem e se cruzam. Tanto o *funk* quanto o *hip-hop* encarnam alguns

---

<sup>28</sup> O ponto zero na pesquisa em História Oral, segundo Meihy (2005) constitui “a entrevista de um depoente que conheça a história do grupo ou de quem se quer fazer a entrevista central. E ainda acrescenta: “Há casos em que o ‘ponto zero’ se transforma na primeira entrevista (...) não porque é mais informativo (...) mas sim porque (...) ele se converte em guia capaz de orientar o andamento das entrevistas” (p.140).

<sup>29</sup> Para Meihy (2005), a comunidade de destino refere-se ao que entendemos ser um coletivo de pessoas que vivem determinadas condições semelhantes, por suas afinidades e vivências comunitárias, apresentam uma memória coletiva. Em nossa pesquisa, poderíamos dizer que a comunidade de destino são os jovens das camadas populares que vivenciam contextos de vulnerabilidades e violências. Já a colônia se define “pelos padrões gerais de parcela de pessoas de uma mesma ‘comunidade de destino’, sendo aquilo que identifica as pessoas, os motivos, as trajetórias, que as reúnem em características afins. A rede é ‘uma subdivisão da ‘colônia’, a menor parcela de uma ‘comunidade de destino’ e visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve ser entrevistado ou não (...)” (Meihy, 1996, apud Holanda, 2006).

modos de ser jovem marcados por um tempo e um espaço na periferia da zona norte da cidade (Dayrell, 2007).

Naquele momento me aproximo de outros jovens: Alexandre Lô, Robson Neto, Anderson Casemiro, mais conhecido como Anderson Jocker e Mel Gonçalves. Nessa ocasião, Fábio Galvão aproveita o espaço da reunião para discutir questões referentes aos rumos da Associação e mediar o contato com esses jovens. Realizamos dois encontros e as entrevistas tiveram a duração de aproximadamente duas horas cada uma. Ter bons intermediadores locais foi imprescindível para a realização da pesquisa e minhas incursões pelos territórios da zona norte de São Paulo.

Anderson Casemiro, o Jocker, é um típico jovem rapper, morador da favela do Flamingo, no Jardim Peri. Para alguns, apenas Anderson, ou simplesmente tio Anderson, pois é assim que as crianças do centro comunitário onde trabalha como educador referem-se a ele. Para o *hip-hop*, somente Jocker, nome de guerra. Pai de um menino de um ano, vive com a esposa em apenas um cômodo nos fundos da casa de sua mãe. Mas nem mesmo a situação precária o faz desistir de lutar pela comunidade onde vive.

Ao acompanhar o coletivo da Associação Fábrica de Gênios e participar dos eventos do Cinescadão, transformou a itinerância coletiva cultural em um carro-chefe para a sua “quebrada”. Lá empreendeu o “Cinecachoeira”, uma espécie de “Cinescadão” na favela na qual mora. Como ele mesmo diz, *“O Cinecachoeira é um coletivo de pessoas que quer espalhar cultura de periferia. Acabou virando uma reunião de família. Tem criança, adulto, velho, homem, mulher, gato, cachorro, galinha, moto, carro, ônibus, funk, galera”*. Tudo junto e misturado. Estudante de História, o que realmente fascina é ser um verdadeiro *rapper*. É considerado um fiel integrante do movimento hip-hop paulistano.

Os encontros com Anderson aconteceram nas dependências do Centro Cultural da Juventude, na Fábrica de Cultura, no Jardim Lauzane e em sua própria residência. Ao todo, foram quatro encontros com entrevistas que duraram aproximadamente uma hora e meia e duas horas cada uma.

Inicialmente, entrevistamos seis jovens, de distintos segmentos e estilos culturais. Entretanto, em virtude de uma multiplicidade de temas abordados durante as entrevistas e da quantidade de material levantado, optamos por selecionar apenas três jovens ligados aos distintos coletivos culturais de periferia – um da literatura marginal, outro do audiovisual popular e mais outro do movimento hip-hop.

## **A escolha do território e dos espaços de escuta**

“Início minhas primeiras aproximações com os territórios da cidade em 28 de julho de 2011. Tudo parece estranho, os lugares, as pessoas, a paisagem. Difícil descrever a cidade, pois muitos são os movimentos em torno dela. Ainda estou à procura pelos jovens, meus interlocutores da pesquisa. Busco me aproximar de alguns espaços, conheço os serviços, as pessoas. Que encontros me aguardam? Quais sujeitos? Em quais realidades? Primeiro serviço com que faço contato é o CEDECA-Interlagos, na zona sul da cidade. Me dirijo até lá para uma conversa com Fernanda Vargas, psicóloga da instituição. Não conheço este território, fico atenta a cada movimento. Rua estreita, com um comércio intenso, pessoas entrando e saindo das lojas, sons que se misturam aos auto-falantes dos carros que passam pela rua. Vou ao encontro de Fernanda que está desenvolvendo ações no território de Cidade Dutra. Adentro mais um pouco a zona sul, especificamente no Jardim Lucélia. Durante o trajeto feito de ônibus, um passageiro pega na conversa e vai me informando sobre a constituição dos bairros e como estes invadiram as margens da represa Billings. Me encontro com Fernanda e com uma galera animada, fazendo “barulho”, fazendo arte na praça. Diz ela: “Estamos aqui hoje para marcar o território contra todas as formas de exploração, abusos e violências contra crianças e adolescentes, através de *‘intervenções urbanas’*. Será este o

pedaço geográfico a que a pesquisa vai se conectar? Ou será com estes dispositivos que buscarei pelos colaboradores da pesquisa?

(Diário de campo, 28.7. 2011).

Esta “epígrafe” tece fragmentos do meu diário de campo com os fios que se entrelaçaram nas tramas do cotidiano da pesquisa – as primeiras aproximações com os jovens na metrópole. Meu caminhar foi sendo desenhado a partir das paisagens que foram se territorializando pelas periferias de São Paulo, cruzando com a zona norte à zona sul. Aos poucos identifiquei lugares, contornei vontades e revi as possibilidades e (in)disponibilidades das pessoas que estavam ali. Assim, a pesquisa foi constantemente sendo tecida à medida que novos elementos iam compondo com os já existentes.

A pesquisa de campo se reafirmou no território da zona norte por dois motivos: primeiro, pelos bons encontros estabelecidos e pela pactuação com os jovens que, desde o início, demonstraram interesse em participar como colaboradores. Segundo, pela tentativa de reunir, neste espaço geográfico da cidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária realizadas pela Faculdade de Psicologia da PUC/SP através do Programa Pró-Saúde<sup>30</sup> e o Núcleo de Pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas<sup>31</sup> (NUPLIC), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, através de suas pesquisas de mestrado e doutorado.

As conversas com os colaboradores da pesquisa ocorreram sempre em espaços em que eles se sentissem confortáveis para narrar suas histórias. O Centro Cultural da Juventude

---

<sup>30</sup> O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), denominado Pró-Saúde, consiste em uma política de inclusão social integrando ensino-serviço que visa à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral dos processos de saúde-doença com ênfase na Atenção Básica. A parceria estabelecida no território da zona norte contempla algumas Unidades Básicas de Saúde, dentre elas, as que se situam nos bairros do Jardim Damasceno e Jardim Ramos, pertencentes ao distrito da Fó-Brasilândia.

<sup>31</sup> Coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

(CCJ) “Ruth Cardoso”<sup>32</sup> foi um dos equipamentos escolhidos pelos jovens para realizarmos nossos diálogos. Diversas vezes acessei este equipamento para realizar as entrevistas, acompanhar os jovens em algumas atividades, como a gravação de *rap* em estúdio do CCJ ou nos grupos de reflexão promovidos pelo próprio centro. Comumente nos encontrávamos nas dependências da biblioteca ou nas suas áreas externas.



**Foto 1.** Fotografia da área externa do Centro Cultural da Juventude (CCJ) “Ruth Cardoso”, onde aconteciam as entrevistas com os jovens. Arquivo pessoal (2012).

---

<sup>32</sup> Trata-se de equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo localizado na Avenida Deputado Emílio Cardoso, 3.641, entre as Avenidas Inajar de Souza e Imirim, na Vila Nova Cachoeirinha, próximo ao grande terminal de ônibus da região. Inaugurado em 2006, recebe jovens com idade entre 18 e 29 anos que, por meio dos programas, projetos e atividades culturais gratuitas, ampliam seus repertórios na área de cultura e cidadania. É o único existente na cidade e considerado o maior centro dedicado aos interesses da juventude de São Paulo. Oferece inúmeras atividades culturais como a preparação para o vestibular, artes visuais, audiovisual, artes cênicas, cultura digital, encontros de literatura, musicais e grupos de reflexões. Além disso, conta com infraestrutura adequada para realização de atividades circenses, dança, acesso à internet, consulta e retiradas de obras literárias de uma extensa biblioteca.

A opção por este espaço geográfico também ocorreu porque é nele que se encontram dois grandes equipamentos de cultura – o Centro Cultural da Juventude “Ruth Cardoso”<sup>33</sup>, na Vila Nova Cachoeirinha, e o Fábricas de Cultura no Jardim Lauzane<sup>34</sup>. Embora acessado esporadicamente por estes jovens, ainda permanece um lugar potente porque agrega, em distintas dimensões, inúmeros coletivos culturais, favorecendo o livre trânsito das pessoas e estimulando para a criação. Muitas das conversas com eles aconteceram nesses locais, ampliando, desta forma, o diálogo sobre o campo da cultura juvenil de periferia.

---

<sup>33</sup> O CCJ “Ruth Cardoso”, na Vila Nova Cachoeirinha, é o único equipamento da Secretaria Municipal de Cultura com tais características na cidade de São Paulo. Segundo a coordenadora de projetos, ele nasceu em março de 2006, ainda na gestão do prefeito José Serra. Antes de ser construído, havia uma obra há mais de vinte anos embargada pela prefeitura e abandonada. Esse lugar passou a ser ponto de venda de drogas, local de moradia para pessoas em situação de rua. Na efervescência dos CEUs, Marta Suplicy em sua gestão deixou uma licitação pronta para construção deste espaço. Entretanto, inicialmente, seria um centro de convivência e cidadania. Depois passou a ser um Centro Cultural da Juventude. Com a criação posterior da Coordenadoria da Juventude, o espaço tomou uma configuração maior, com a proposta do que hoje existe. Luciana Guimarães, do Instituto Sou da Paz, por ser militante da área da juventude, começou a se engajar com outros setores para que pudesse criar o local voltado para este público. Ela recebeu esta proposta e passou a dialogar com outras organizações, como a Ação Educativa, Cenpec, Instituto Polis e com lideranças jovens da região, articulando com tais grupos e promovendo reuniões para saber qual a demanda por cultura e que propostas poderiam ser feitas neste local. Assim nasceu a ideia do CCJ (Entrevista realizada com Fernanda Arantes, em 12.9.2012).

<sup>34</sup> Projeto do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltado à educação e formação nas mais variadas formas de expressão artística. Este equipamento, inaugurado em 2012, possui um menor potencial atrativo entre os jovens locais, em virtude do escasso número de atividades oferecidas. Na época da pesquisa, havia previsão de ampliação do projeto para os seguintes bairros: Jardim São Luis, Itaim Paulista, Parque Belém, Sapopemba, Vila Curuçá, Vila Nova Cachoeirinha, Cidade Tiradentes, Brasilândia, Jaçanã e Capão Redondo. Todas as localidades foram escolhidas segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, criado especialmente para as Fábricas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), e composto por indicadores como frequência escolar, gravidez na adolescência e violências entre jovens.



**Foto 2.** Fotografia da fachada do equipamento Fábrcas de Cultura, Jardim Lauzane. Arquivo pessoal (2012).



**Foto 3.** Fotografia do evento "Trex canta com os convidados". Apresentação de rap no equipamento Fábrcas de Cultura onde Anderson faz sua apresentação. Arquivo pessoal (2012).

Andanças pela Brasilândia, Jardim Antártica e Jardim Peri durante o dia e à noite também fizeram parte da minha imersão em tais territórios. Sem dúvida, propiciaram olhares muito diferentes daqueles obtidos apenas em algumas visitas mais pontuais, pois favoreceram a “criação de outros laços de pesquisa”, como afirma Feltran (2011). Pude estar em contato não apenas com os jovens participantes, mas com pessoas e famílias moradores desses bairros, o que me permitiu apreender, “de perto e de dentro” (Magnani, 2002), modos de vida que não se percebem de “longe ou de fora”.

Certamente a imersão nesses territórios e nos locais dos encontros de pesquisa alterou significativamente o que se enunciava neles. Entrevistar os jovens no próprio território em que viviam, individualmente ou em grupo foi muito diferente do que conversar com eles em espaços institucionais mais formais. No nosso caso, poderíamos ter feito isso nas dependências da PUC/SP ou qualquer outro lugar público. Os modos de se apresentar e, principalmente, aquele que medeia a relação entre pesquisador e colaborador também interfere e modifica a porta de entrada da conversa (Feltran, 2011).

Certa vez, indo ao encontro de um colaborador, este me enviou uma mensagem ao celular informando a data e a hora da entrevista. No final, despede-se dizendo ser o meu “objeto de pesquisa” e ri. Difícil fora “quebrar” esta relação durante a conversa em que, por diversas vezes, afirmava ou contestava o papel do pesquisador no campo da pesquisa, especialmente quando esta se dava na periferia.

\*\*\*

Após a transcrição, textualização e transcrição das entrevistas, passamos a organizar as falas em quadros sinópticos<sup>35</sup> de modo que pudéssemos nos aproximar dos temas tratados por cada sujeito nos encontros com a pesquisadora.

As entrevistas, após transcritas, foram devolvidas ao sujeito para conferência e seu aceite. Para alguns, como Jorge, elas foram devolvidas mais de uma vez, solicitando da pesquisadora a alteração, quando não apareciam claras, de algumas passagens de sua história. Anderson, após a conferência, sinalizou desejo de tornar público, em livro, a sua narrativa.

Embora as histórias possam identificar o sujeito, por suas particularidades vividas no território onde a pesquisa ocorreu, negociamos com cada um deles a forma de identificá-los e sugerimos a utilização de nomes fictícios como uma maneira de preservar as suas identidades. Anderson sugeriu que mantivéssemos seu “nome de guerra” no hip-hop (Jocker) e Fábio, o seu sobrenome (Galvão). Jorge não se opôs que utilizássemos outro nome.

---

<sup>35</sup> Apresentamos, em anexo a esta tese, um dos quadros sinópticos produzidos durante a etapa de análise das entrevistas.

## **Parte II**

---

**Territórios existenciais, vulnerabilizações e violências nas narrativas juvenis**

## Capítulo IV - Periferia: território das vulnerabilizações

*O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiros, mão, elefante.*

Ítalo Calvino, 1972

*Acho que a cidade é multidimensional.*

Milton Santos, 2007

**E**m “As Cidades Invisíveis” (1972), Ítalo Calvino descreve, de forma brilhante, o diálogo entre o viajante veneziano Marco Polo e o imperador dos tártaros, Kublai Khan, narrando minuciosamente as cidades por onde teria passado. Trata-se de uma tentativa de reconstituir os espaços por onde Polo circulava a quem não podia percorrê-los. Não que elas fossem invisíveis, mas, aos olhos do imperador Khan, inexistiam.

Qual seria o motivo da cidade? indaga Calvino, tendo em vista as novas dinâmicas dos comportamentos das pessoas em relação aos espaços públicos. Esta multidimensionalidade de que nos fala Santos (2000) constitui a polis, o espaço público da cidade moderna do qual as periferias fazem parte, o constituem. Cidade do olhar, cidade de imagens, cidade da paisagem urbana.

Há muitas maneiras de (re)apresentarmos o lugar onde vivemos. Poderíamos fazer isso como o fez Calvino (1972), através da literatura. Mas poderíamos também utilizar mapas, desenhos, música, poesia, fotografia, artes plásticas para retratar o território.

Duas experiências, um encontro e algumas pistas. Vejamos.

Ordália<sup>36</sup>, uma artista plástica moradora da favela Eldorado, em Diadema, fazia isso muito bem. Pintava quadros em tinta a óleo e mostrava ao mundo o *viver a e na periferia*. Ganhadora de vários prêmios em exposições que percorreram o Brasil e o mundo através da sua obra de arte. Além de pintar os próprios quadros, também dava aulas de pintura em tela às crianças e adolescentes do Projeto Espaço Cultural Beija-Flor.

O dispositivo encontrado por Ordália para discutir as vulnerabilizações e violências no seu território eram agenciadas pelo processo criativo por meio de oficinas de arte que desemaranhavam as linhas cotidianas do viver local. Em suas telas, uma marca, o tema das “favelas” sempre presente, mostrando a multiculturalidade e multidimensionalidade vibrando em cores e texturas. O dispositivo-função-tela-favela funcionava como disparador importante para que a arte-educadora pudesse dialogar com as crianças e adolescentes sobre a realidade local. Momento propício para dar visibilidade ao seu mundo, à favela.

O grupo *Vivendo e Aprendendo*<sup>37</sup> escolheu trabalhar, na forma de teatro espontâneo, a vida e o cotidiano vividos pelos moradores da favela da Vila Brandina, no município de Campinas, São Paulo. A ideia inicial era reunir jovens frequentadores desta organização não governamental para discutirmos temas, como cidadania, sistema de garantia de direitos,

---

<sup>36</sup> Conheci esta arte-educadora-moradora em um trabalho voluntário que desenvolvi com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O atelier de atividades em Terapia Ocupacional consistia em um espaço de escuta e fazer, mediados sempre pela atividade humana. Nesta oportunidade me aproximei de Ordália, arte-educadora que também à época realizava oficina de artes – pintura em tela com esta população.

<sup>37</sup> Na experiência profissional, acompanhei este grupo Vivendo e Aprendendo, entre o período de 2003-2004, em atendimentos de terapia ocupacional no Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI-Campinas). À época, como Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), nossas ações estavam pautadas no Sistema de Garantia de Direitos. As intervenções com este grupo de jovens consistia na garantia da autonomia e defesa de direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Para tanto, procurávamos proporcionar um espaço de escuta das demandas juvenis e favorecer a construção de itinerários possíveis quanto a profissionalização, trabalho e emprego, formação pessoal.

violências no próprio território onde residiam. Éramos um grupo de quinze jovens, um terapeuta ocupacional, uma pedagoga e um arte-educador, mediando a construção deste projeto.

Logo que a proposta é lançada ao grupo, alguns jovens correm para as araras onde estão vestuários, fantasias, acessórios e, rapidamente, começam a manusear o material. Encarnam personagens, inventam falas e cenas, fantasiam situações reproduzindo os fatos vividos no cotidiano da favela. Em um espaço favorecedor à criação, os jovens entram num jogo do “faz de conta”, experimentando diferentes formas de ser, agir e viver a e na periferia. Além disso, um grande painel, em tecido, é pintado pelo grupo, reproduzindo as casas e os espaços sociais da Vila Brandina. Uma maneira também de traduzir em arte as carências e precariedades das condições do bairro, como a inexistência de serviços públicos e centros de convivência os quais estes jovens pudessem ocupar (Galheigo e Takeiti, 2005).

Estes dois encontros alinham-se à narrativa inicial desta tese fazendo parte do que chamamos de periferia. Também cunhada de gueto<sup>38</sup> por Wacquant (2008), favela<sup>39</sup> pelo Observatório de Favelas, quebrada<sup>40</sup> pelos jovens (Malvasi, 2012), este espaço que é

---

<sup>38</sup> O termo *gueto* surgiu em Veneza, em 1516, e é derivado do italiano *giudeica* ou *ghetto*. Designa, em sua origem histórica nas sociedades medievais da Europa, a reunião forçada de judeus em certos bairros, para proteger os cristãos, de acordo com a Igreja, da contaminação dos quais os judeus eram portadores. A segregação espacial, regulamentada de modo cada vez mais estrito ao longo dos séculos XIII e XVI, fonte de superpopulação, promiscuidade e miséria, superpõe-se um emaranhado de medidas discriminatórias e vexatórias, seguidas de restrições econômicas. O gueto negro norte-americano nasceu nas primeiras décadas do século passado sob o impulso das grandes migrações de negros dos estados do Sul, descendentes de escravos libertos, conjugando quatro componentes do racismo, recentemente repertoriados por Michel Wieviorka (1991 apud Wacquant, 2008) – preconceito, violência, segregação e discriminação – imbricando em uma mecânica de exclusão total. Vivendo sob a hostilidade implacável da comunidade branca norte-americana, endossada e, quando não, ativada pelo Estado, constitui-se em espaços de opressão e inferioridade, com rede comercial própria, órgãos de imprensa, igrejas, sociedade de assistência, locais de lazer, vida política e cultura próprias (Wacquant, 2008).

<sup>39</sup> Como uma forma de ampliar a discussão conceitual e representacional sobre as favelas, o Observatório de Favelas lançou o desafio de discutir, debater, refletir com toda a sociedade em geral – docentes e pesquisadores das universidades, militantes e ativistas, jovens, moradores das favelas – acerca do tema favela. Por ocasião do aniversário de oito anos do Observatório de Favelas, em agosto de 2009 foi realizado no Rio de Janeiro o seminário “O que é favela, afinal?”. Um material no formato de livro foi lançado, com registro das falas dos convidados. Este pode ser acessado em [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)

<sup>40</sup> Malvasi (2012) trabalhou, em sua tese de doutorado “Interfaces da vida loka – um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo”, com a noção de *quebrada* a partir de três dimensões que a constituem: uma

geográfico, mas também afetivo, social, cultural, político e de pertencimento constitui-se no modo como as pessoas, que lá transitam, produzem-se como sujeitos. Mas, o que perfazem o limite entre o centro e a periferia? Como delimitar este espaço sem que ele se cristalize na sua existência? Como concebê-lo flexível, em constante movimento e mutação, sem que se perca a historicidade de sua constituição?

Milton Santos (2000), importante geógrafo do século XX, afirma que o território não deve ser entendido a partir de um conceito apenas. Sua compreensão só se torna possível quando opera uma análise social, isto é, quando o consideramos a partir de seu uso, quando é pensado junto com os atores que o envolvem. Para ele, *o lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias* (p.64). Ou seja, lugares que tomam também uma conotação subjetiva.

Jorge, ao dar início a sua narrativa, interroga a pesquisadora sobre o espaço geográfico onde estão.

*“Entre as Avenidas Inajar de Souza, Imirim e Deputado Emílio Carlos vou em direção à Praça Largo do Japonês, coração do distrito da Cachoeirinha, região central da zona norte e local onde eu, Jorge, combino de me encontrar com a pesquisadora. Você sabe exatamente onde está? Não? Então vou te explicar” (Jorge).*

---

territorial, uma simbólica e outra existencial. Uma forma de compreender o território não apenas a partir de uma dimensão geográfica ou demográfica, mas considerando o espaço onde a vida é produzida e pulsada na interseção das relações humanas e da cultura marginal. Parece-nos que o termo tem sido associado em geral ao crime, tipicamente ao tráfico de drogas.



**Foto 4.** Fotografia tirada da área externa ao Centro Cultural da Juventude (CCJ). Ao fundo é possível enxergar o principal terminal de ônibus do distrito Nova Cachoeirinha, a Avenida Inajar de Souza e os bairros da Brasilândia e Jardim Peri Alto. Arquivo pessoal (2012).

E parte então da imagem fotográfica, reproduzida acima, para dizer sobre o seu território. Vai cartografando cada ponto, cada emenda, cada fratura, como se elas compusessem a partitura musical da sua vida, tecida neste local.

*Está vendo o terminal de cargas da João Dias? É considerado o maior terminal da América Latina, começa naquele canto e percorre, se não me engano, até Francisco Morato, em Caieiras. O Jardim Peri fica logo ali, entre esse primeiro morro que é o Cachoeirinha e o lado de cá. Para trás, nessa direção, começa a Brasilândia, que percorre toda a mata, ou seja, a Serra da Cantareira. Moro um*

*pouco para baixo daquela torre à esquerda. Está vendo aquela ponta de lá? Aquela favela toda faz parte do Jardim Peri. Mais para a direita fica o bairro de Santana. Depois vem Tucuruvi, bairro do Limão e Casa Verde. Tudo isso forma os distritos da Brasilândia e Freguesia do Ó e Cachoeirinha” (Jorge).*

Descrever o território para o jovem funciona como ponto de partida, de referência e ancoragem para dar início a esta “viagem” narrativa. Cada pedaço, no seu tempo, vai revelando as tramas de um longo processo vivido, atravessado por muitas outras histórias – a história do seu bairro, as histórias de violências, as muitas histórias familiares e de amizade, a história do Sarau da Brasa. As linhas curvas que desenham o itinerário é a ponte encontrada por Jorge que liga a sua história à da Brasilândia. Este foi um dos territórios escolhidos para que a pesquisa pudesse ser produzida. Mas, logo de antemão, Jorge já anuncia o que se ouve e se diz do lugar em que se vive.

*“Talvez você já tenha ouvido falar muito daqui, mas pelas coisas ruins que acontecem. Violências, assassinatos, crime. Coisas boas não são faladas deste lugar!” (Jorge).*

Embora São Paulo seja concebida o epicentro econômico do Brasil, encarnada nos processos de trabalho, de desenvolvimento e expansão urbana, também guarda em si alguns dos contrastes mais agudos de uma metrópole que se reconhece pelas estatísticas de violência, desemprego ou subemprego e aumento da “favelização”. Na década de 2000, a cidade contava

com expressivo número de pessoas vivendo em favelas<sup>41</sup>. Mais recentemente, foi considerada uma das mais violentas, com índices de homicídios assustadores, principalmente entre os jovens, chegando à casa dos 300% ao mês (Kowarick, 2000 apud Frúgoli, 2004).

Extremamente populosa e povoada por migrantes que aqui vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida, a Brasilândia e tantas outras periferias da cidade guardam em si muitas histórias de lutas e batalhas, de controvérsias e sofrimentos.

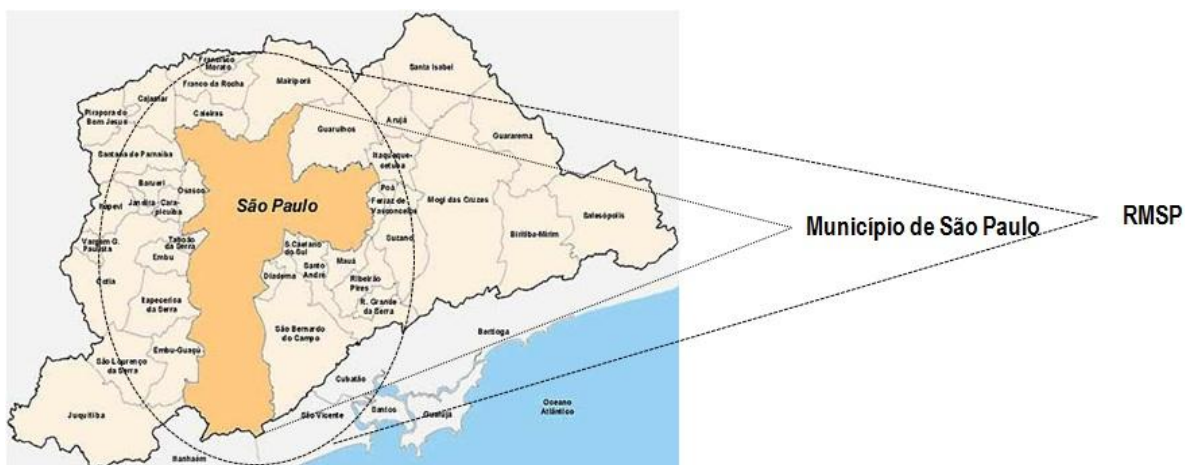
Podemos constatar que o ambiente socioespacial em que vivem os jovens paulistanos, particularmente as regiões da Brasilândia e Nova Cachoeirinha, afeta consideravelmente suas chances de progresso. Não podemos desconsiderá-lo quando refletimos a produção de subjetividades (Foucault, 2004; Guattari, 2006) na direção da proposição de novos desafios para as políticas públicas e os programas sociais voltados a este segmento da população.

## **Contextos e contrastes – a zona norte da cidade de São Paulo**

A rápida expansão geográfica, com crescimento urbano das populações do centro para as periferias, levou o Estado a fixar zonas administrativas para dar conta dos problemas enfrentados. São Paulo também é margeada pelas cidades circunvizinhas, formando o que denominamos de região metropolitana (RMSP). Por ser São Paulo o lugar do trabalho, muitas dessas cidades acabam se transformando em “cidades dormitórios”, de onde as pessoas se deslocam para o epicentro, retornando somente no final do dia.

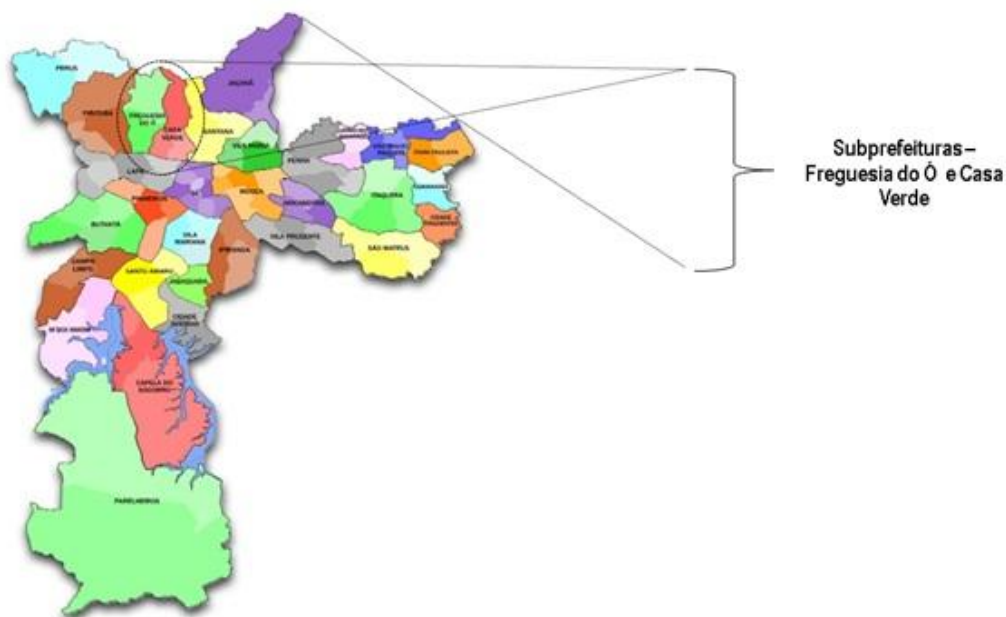
---

<sup>41</sup> Segundo o Censo do IBGE (2010) há 6.329 ocupações irregulares por todo o Brasil. Representam quase doze milhões de pessoas vivendo em favelas e palafitas. A região sudeste concentra a maior parte desta população vivendo em domicílios irregulares.



**Mapa 1.** Mapa da região metropolitana de São Paulo e município de São Paulo.

A cidade de São Paulo é composta por 96 distritos, distribuída entre as zonas norte ou nordeste, noroeste, leste, sudeste, sul, sudoeste, oeste e centro. São trinta e uma subprefeituras, divididas pelos distritos da cidade. Juntas, as zonas norte e noroeste são responsáveis por quase dois milhões e cem mil habitantes. Os distritos da Brasilândia e Cachoeirinha constituem dois dos 96 distritos existentes, localizados na zona norte e nordeste da cidade.



**Mapa 2.** Mapa do município de São Paulo e subprefeituras: Freguesia do Ó (Distritos Freguesia do Ó e Brasilândia) e Casa Verde (Distritos Cachoeirinha, Casa Verde e Limão) na zona norte e noroeste da cidade.

O distrito da Brasilândia situa-se na zona noroeste, com área de 21 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica deste território é de 126,15 hab/km<sup>2</sup>.

Faz divisa com os distritos de Cachoeirinha, Freguesia do Ó, Jaraguá e Pirituba e, ainda, com o município de Caieiras. O distrito constitui-se em área de preservação ambiental, pois está coberto pelo Parque Estadual da Serra da Cantareira. O bairro da Brasilândia compõe um dos bairros deste distrito. Estima-se que a população local seja de aproximadamente 264.918 habitantes (IBGE, 2010). O tipo de moradia predominante é favela (alvenaria) e Conjunto Habitacional (COHAB). Jorge narra como a Brasilândia se formou e se configurou, hoje, notadamente como um importante distrito da cidade de São Paulo.

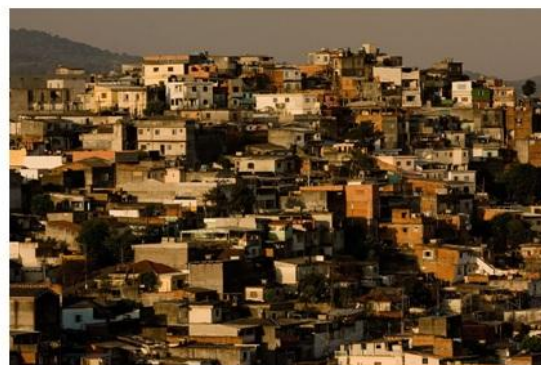
*“Quando meu pai veio morar na Brasilândia, ainda estava sendo loteada, pois aqui era uma antiga fazenda, quer dizer, muitas fazendas compunham esta área. Seu dono era um senhor chamado seu Brasília. Por isso o nome, Brasilândia. Foi ele quem começou a lotear e vender esta área. (...) Se for para a Brasilândia, vai perceber grandes diferenças neste território. Onde moro é exatamente o lugar onde surgiu o bairro, a parte mais antiga, os subdistritos funcionam ali. Mas há o entorno, os bairros mais novos como o Damasceno, o Vista Alegre, que é onde as pessoas dizem ser o fundão da Brasa” (Jorge).*

Antes a cidade, ou melhor, o território, era assim, com seus morros e casebres:



**Foto 5:** Fotografia retirada do site da Associação Cantareira. Vista da Vila Brasilândia, na década de 1950 (2004).

E hoje, a cidade ficou assim, entre morros e vielas:



Distrito da Brasilândia – principais bairros: **Brasilândia**, Jardim Guarani, Vila Penteadó, Jardim Paulistano e Jardim Maria Elisa II, Jardim Damasceno.

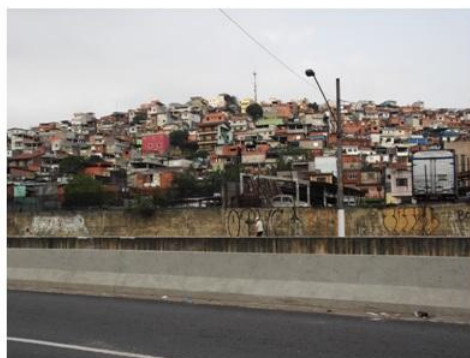
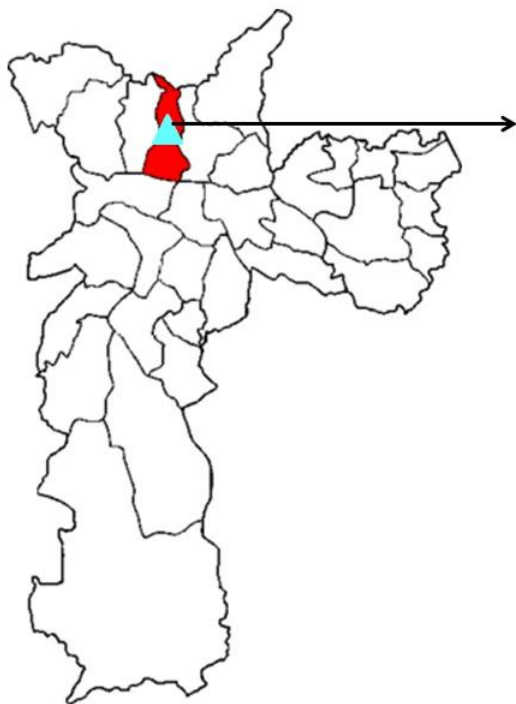
**Mapa 3.** Mapa do distrito da Brasilândia e fotografia do bairro da Brasilândia (2000).

Já o distrito da Cachoeirinha, ou Vila Nova Cachoeirinha, situa-se mais ao norte da cidade, fazendo divisa com os distritos da Brasilândia e Santana. Possui área de 13,3 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica deste território é de 118,35 hab/km<sup>2</sup>. Os principais bairros que compõem o distrito da Cachoeirinha são Jardim Centenário, Vila Nova Cachoeirinha, Jardim Antártica, Jardim Peri, Jardim Peri Novo, Vista Alegre, Vila Dionísia, Lauzane. Estima-se que a população local seja de aproximadamente 157.408 habitantes (IBGE, 2010). O tipo de moradia predominante é favela (alvenaria) e Conjunto Habitacional (COHAB). Tais áreas, consideradas o “cinturão verde” por margear toda a Serra da Cantareira, aos poucos vão sendo ocupadas por famílias numerosas, constituindo-se, assim, a periferia da zona norte da cidade de São Paulo.

Fábio diz que houve uma mutação da paisagem local devido à ocupação desses territórios. Recorda-se, emocionado, dos passeios que realizava com seu avô. Hoje, foram tomados por grandes incorporadoras para a exploração comercial.

*“Nos passeios que fazíamos pelo Peri e pelo Horto com o meu avô, eu tinha sete anos, esta região era totalmente outra. As caçadas no Lauzane. Uma região onde hoje é o shopping Santana (...) era uma região alagadiça, íamos pescar no parque estadual. Era outra paisagem.” (Fábio Galvão).*

Ambos os distritos – Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha - são cortados pelas principais avenidas que dão acesso aos bairros que os compõem: Avenida Inajar de Souza e Avenida do Imirim.



Distrito de Vila Nova Cachoeirinha – principais bairros: **Vi. Nova Cachoeirinha**, Vila Cachoeirinha, Jd. Centenário, **Jd. Peri**, Jd. Peri Novo, Jd. Peri Alto, **Vila Dionisia**, Vista Alegre, **Jd. Antártica**.

**Mapa 4.** Mapa do distrito da Casa Verde e fotografia do bairro Jardim Peri (2000).

Caldeira (2000) afirma que as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Tais regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que regem a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço urbano.

Para a autora, há três padrões de segregação social e espacial notáveis que poderiam ser apontados ao longo do século XX em São Paulo. O primeiro, que se estendeu do final do século XIX aos anos 1940, produziu a concentração da população em pequenas áreas e a segregação se dava pelo tipo de moradia, os famosos cortiços, emblemáticos na região central da cidade. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o seu desenvolvimento dos anos 40 até meados da década de 80. Nela, os diferentes grupos sociais foram separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentraram-se em bairros centrais com boa infraestrutura e os pobres foram empurrados para os extremos, a periferia, com precárias ou inexistentes condições de sobrevivência. O terceiro padrão ocorre principalmente a partir da década de 1990 e se sobrepõe ao anterior, isto é, centro-periferia, e nele os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, porém separados por muros e tecnologias de segurança, tendendo a não circular ou interagir em áreas comuns. Os *enclaves fortificados* constituem o principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial. São espaços fechados, monitorados, onde a vida acontece no interior dos muros, justificada pelo medo da violência e do crime violento.

Não é intuito do presente trabalho discorrer acerca dos diferentes padrões de segregação social e espacial, objeto de estudo de relevantes pesquisas (Caldeira, 2000; Frúgoli, 2000; Wacquant, 2008). Mas nos interessa entender como o segundo padrão de segregação, *centro-periferia*, apontado por Caldeira (2000), tem produzido efeitos nos modos de subjetivação da juventude pobre paulistana.

Frúgoli (2000), em meio a uma reflexão sociológica sobre as ocupações do território paulistano, aponta como as intervenções urbanas em fins do século XX, articuladas pelos interesses empresariais, provocaram a expansão e dispersão desta centralidade para outros bairros, acirrando os conflitos inter-relacionais.

Para o autor, a modernização urbana está ancorada, historicamente em seus primórdios, na Paris da segunda metade do século XIX, cuja industrialização foi acompanhada pelo aumento populacional, alimentado pelo enorme fluxo de camponeses desenraizados que passaram a compor a multidão urbana, numa cidade que sofreu intervenções em grande escala. As novas constituições do tecido urbano foram rasgadas por outras arquiteturas urbanas, respondendo às novas ordens capitalistas industriais, pondo abaixo os bairros populares dominados pelas assim chamadas “classes perigosas”.

Santos (2000) já sinalizava que a compreensão do território geográfico só é possível quando analisado à luz do uso que fazemos dele.

Jorge revela como a Brasilândia se configurou em um território marcado pelos processos de vulnerabilização:

*(...) a história que todos contam é a seguinte: boa parte da população que residia na Barra Funda, no Largo da Batata, Largo da Banana, principalmente a negrada, povo pobre, começou a ser empurrada para a periferia. Aqui tinha um esquema de loteamento que o seu Brasília fazia. O lema era quem podia pagar a conta, pegava seu lote, quem não podia pagar, ocupava. E foi nesse contexto que meu pai veio para cá, ocupando, não pagando. (...) Até o ano de 2000, o Censo sinalizava a Brasilândia como um dos bairros com maior número de população oficial que se declarava negra. Tem a ver com esse fato de as pessoas se*

*deslocarem do centro da cidade para as periferias. A Brasilândia só foi crescendo” (Jorge).*

Abre parênteses. Histórias de muitos “*brasis*” (de Brasil), dentro de um mesmo território, a *Brasilândia*. Apenas um trocadilho com o nome do bairro que é apresentado pelo jovem, mas que guarda suas histórias de tantos outros espaços na periferia deste país. Uma forma bem “lacaniana” das pessoas que vivem na periferia e na favela denominar o território onde se vive (Oliveira, 2011). Fecha parênteses. Voltemos à história da constituição do território.

Jorge, ao narrar sobre seu território, explica como o bairro se constituiu às custas dos processo de exclusão e marginalização da classe trabalhadora, fragmentando ainda mais o tecido urbano.

O loteamento da Brasilândia ocorreu em 1947 originando-se de um antigo sítio pertencente à família de Brasília Simões. Este, posteriormente, vendeu para a Empresa Brasilândia de Terrenos e Construções que explorou até pouco tempo atrás a venda dos lotes. Os primeiros moradores do loteamento vieram principalmente das moradias populares e cortiços existentes no centro e que foram demolidos para dar lugar às avenidas São João, Duque de Caxias, Ipiranga, durante gestão do prefeito Prestes Maia. Começava assim a história de um bairro marcado pela exclusão e abandono (Santiago, 2013).

Do mesmo modo que Jorge, Anderson, morador vizinho à Brasilândia, também revela a ocupação do território do Jardim Peri, dando destaque para o movimento suscitado pelo “povo da quebrada” com vistas à construção da moradia própria.

“Sempre moramos no Jardim Peri. É uma área invadida. Dizem que o terreno é da Sabesp. Engraçado que, na mesma rua, de um lado é terreno particular e do outro, área invadida. É uma região de brejo, onde as casas costumam ser muito úmidas, pois não tem por onde a água vazar, por isso fica constantemente úmido, cheirando a bolor. (...) Veja como é a necessidade do povo da quebrada. Onde eu morava, as casas eram barracos. O pessoal começou a substituir estes barracos por alvenaria. Só que as obras começavam e paravam um pouquinho por conta das condições do povo. Nessa época, no governo da Erundina, eles começaram a asfaltar a rua. O pessoal foi lá, fez todo aquele sistema de pavimentação, jogou os pedregulhos para poder fazer o asfalto da rua. Pedregulho grosso e fino. A vizinhança inteira pegou as pedras para fazer as casas e eles acabaram não asfaltando rua alguma” (Anderson Jocker).

E a paisagem hoje ficou assim.



**Foto 6.** Fotografia do Jardim Peri Alto e Peri Novo, no distrito da Vila Nova Cachoeirinha. Característica destes territórios são as moradias que se apresentam sempre em construção. Arquivo pessoal (2012).

A esse processo narrado por Jorge e Anderson na constituição de seus territórios, Wacziarg (2008) denominou de *guetoização*, tomando o gueto como um dispositivo de *enclausuramento e controle etnorracial*. Embora haja distinções referentes à formação da periferia brasileira e aos guetos norte-americanos, há aspectos que os aproximam quando são estudados. O *estigma, a coerção, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional* são os elementos apontados por Wacziarg para analisar esse espaço etnorracial. Também uma forma espacial de “violência coletiva concretizada no e pelo espaço urbano” (p.81).

*“Lembro-me de, quando éramos moleques, na fase de procurar serviço, procurar trabalho, procurar alguma coisa para ganhar dinheiro, tínhamos que falar que éramos da Freguesia do Ó. Se disséssemos que éramos da Brasilândia, não conseguia trabalho. Porque a fama de quem mora na Brasa é de que é bandido! E isso dava uma vantagem em relação aos caras que falavam que eram da Brasilândia. É claro que quando puxavam o CEP, logo constataavam que não éramos da Freguesia do Ó. Coisa boba de você comprar um armário e os caras não entregarem porque o endereço era na Brasilândia” (Jorge).*

A criminalização a que muitos jovens estão expostos impõe limites também no momento da procura por emprego, sinalizada por Jorge como uma dificuldade diária a ser enfrentada. O local de moradia diz, de antemão, quem é o sujeito e o penaliza diante das condições de pobreza regulando quem deve ou não entrar para o mercado de trabalho formal.

Os estudos urbanos, de caráter sociológico ou antropológico sobre a cidade de São Paulo, durante um longo período enfocaram sobre os processos sociais gerados na periferia, o que determinou a periferação do espaço urbano. Um conjunto de pesquisas privilegiou esse contexto urbano, tratando a cidade como uma variável das relações de produção capitalistas (Frúgoli, 2000).

A periferia – e notadamente seus movimentos sociais pelos equipamentos urbanos inexistentes – seria o *locus* por excelência da pobreza e exclusão urbanas, onde as contradições sociais, advindas do modelo de expansão da cidade, estariam mais visíveis e aguçadas (Frúgoli, 2000).

O deslocamento da classe popular se dá na medida em que outros investimentos econômicos, como a expansão do mercado imobiliário, acentuam-se na metrópole. Um falso

discurso e representação social deste território são disseminados, ocultando assim, os processos de vulnerabilização e adiando, cada vez mais, os investimentos.

Fábio Galvão, ao analisar o contexto da zona norte, aponta que

*“Essa região é louca, fudida. Tem um discurso que a zona norte é rica, não tem favela. É que a galera não anda por ela. Aqui tem pessoas que sofrem muito. Pessoas humildes, o povo migrante, os caipiras, que vieram para cá sofreram muito. Porque essa é uma forma também de tornar invisíveis as questões do mesmo povo numa determinada região e aí você favorece outras políticas habitacionais que não tem a ver com a reforma urbana” (Fábio Galvão).*

Articular as análises sobre os guetos afro-norte-americanos com as periferias brasileiras nos permite distinguir as relações que se estabelecem entre aglomeração étnica, pobreza urbana e segregação. Também possibilita assinalar o papel do gueto ou da periferia como incubador simbólico e fonte de produção de uma identidade cristalizada ou de produção de uma determinada subjetividade (Foucault, 2004).

O gueto, como produto e instrumento de um poder de grupo, cumpre duas faces, na medida em que desempenha funções opostas para dois coletivos distintos, estabelecendo uma relação assimétrica de dependência entre eles.

Para o grupo dominante, a razão da existência deste instrumento é a de confinar e controlar, traduzindo o que Max Weber denominou de ‘cercamento excludente’ dos dominados. Para estes, o gueto passa a ser um instrumento de integração e proteção, livrando seus membros do contato com os dominadores, estimulando, ainda, a colaboração e a construção comunitária dentro desta esfera restrita de relações criadas por eles (Wacqüant,

2008). Para este autor, “o isolamento imposto em relação ao exterior leva à intensificação do intercâmbio social e da partilha cultural no interior” (p.82).

Concomitantemente a esta ideia de fechamento ao externo e abertura interna, Frúgoli (2000) também assinala dois processos sociais que subvertem a lógica constitutiva da metrópole de São Paulo, pelo uso que faz do território e dos efeitos que provoca. Por um lado, o proletariado, migrante que aqui se encontra e se desloca para o centro urbano em busca de emprego, contribui, com sua mão de obra para o crescimento econômico da cidade; por outro lado, fica impedido de habitar adequadamente, sendo expulso para a periferia.

*(...) “sabia que no gueto as coisas acontecem deste jeito, neste formato. É o espaço da possibilidade, como é o espaço da ocupação, da arquitetura espontânea, espaço também onde as relações vão simulando novas frentes culturais (...) os espaços periféricos são os espaços possíveis para nós. Quando vou para o Peri, é a região que vejo essa possibilidade toda. O resto a gente sabe como funciona” (Fábio Galvão).*

O gueto, para o jovem, também expressa o espaço da possibilidade, da criação de estratégias de sobrevivência diante do caos. Eles tornam estes espaços lugares de encontros, convivência, sociabilidade, reprodução e reapropriação da cultura de origem, marcados desde a infância,

*“Outra coisa que sempre marcou a minha memória desde a infância foi um centro de candomblé, até hoje funcionando numa casa lá no Peri. Eu ficava fascinado com ele. Era o*

*trajeto da minha família nos finais de semana para ir pescar em Mairiporã’ (Fábio Galvão).*

significando e se reconhecendo como territórios da própria existência:

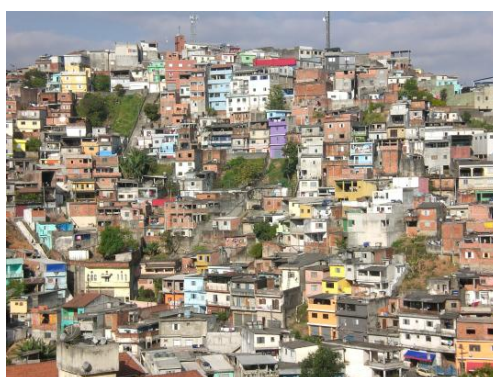
*“Aqui tinha um lugar chamado Catimbó, que era a casa do núcleo, onde hoje funciona a escola de samba Rosas de Ouro. Esta escola de samba nasceu aqui na Brasilândia. Por ser um lugar onde a negrada fazia batucada, cantavam samba. (...) Meu pai foi me levando para esses lugares, minha mãe para outros e fui crescendo, gostando de estar aqui, me reconhecendo e sendo reconhecido neste lugar (...) Eu gosto deste lugar aqui em São Paulo, tem bons terreiros de firmamento, terreiros de macumba. Isso faz eu gostar cada vez mais daqui” (Jorge).*

Este reconhecimento de que nos fala Jorge tem a ver com o território geográfico, neste caso o bairro da Brasilândia, lugar das precariedades intensamente vividas, mas, sobretudo, com o território da sua existência, como resistências coletivas e individuais que perfazem as trajetórias de outros jovens.

## A geometria da casa própria popular na periferia da cidade



**Imagem 1.** Poliphony, de Paul Klee, 1932.



**Foto 7:** Fotografia da vista panorâmica do Jardim Damaceno, uma das andanças etnográficas durante o campo da pesquisa. Arquivo pessoal (2012).

Estas duas imagens alinham-se na composição geométrica do lugar narrada pelos jovens. Ao descreverem seus territórios a partir da constituição de seus locais de residência, os jovens remetem-se à memória narrativa de composições quase “artísticas”, pincelando a arquitetura do plausível, o espaço da sobrevivência possível.”. Como bem apresentou Paul Klee (1932) em sua obra, uma “polifonia” de cores e encaixes que traçam o espaço urbano da periferia, desordenado pela construção irregular de casas e vielas na favela.

Fábio narra, emocionado, a primeira casa que seu avô construiu no Jardim Peri. Embora modesta e simples, era realmente encantadora. Mas denuncia e indaga sobre as possibilidades no território: onde está a dignidade do povo pobre para possuir sua residência própria?

*“A primeira casa que meu avô construiu era de madeira, mas era uma casa linda. Então o que aconteceu com nosso povo para essa incapacidade de construir sua própria casa com o mínimo de dignidade, conforto? Depois da geração dele que se instalou nessa região, na década de 70, começam as favelas, os aglomerados de favelas. Peri Velho é dos anos 60. O Lauzane, das décadas de 60, 70. Tudo quintal de casa. Quando você vai para estes espaços, você vai para o espaço que é possível para você ainda” (Fábio Galvão).*

Fábio aponta que os espaços urbanos habitáveis para a população pobre é a periferia. Jorge já dissera anteriormente que a população que residia na região mais central da cidade acabou sendo empurrada para as periferias sem que lá houvesse nenhum tipo de investimento. Uma forma de resistir às precariedades foi “reinventar” possibilidades de sobrevivência diante das carências materiais.

*“Minha casa era um barracão bem grande, o piso era de barro pisado. No tempo de frio, dormíamos abraçados, eu e meus irmãos. Meu pai acendia brasa em cima de uma pá de construção para evitar que os pernilongos nos comessem. E dormíamos com aquela fumaça dentro de casa. Imagina o perigo que corríamos de a casa pegar fogo. Mas era isso ou ser picado pelos pernilongos” (Anderson Jocker).*

As políticas habitacionais sempre se configuraram como uma questão a ser resolvida. Caldeira (2000) assinala que o padrão de urbanização das grandes metrópoles sempre esteve

atrelado ao sistema de transporte público baseado em ônibus. Portanto, a ocupação dos territórios marginais e sua expansão somente se deram a partir da abertura de novas avenidas para a passagem do transporte coletivo que possibilitava a circulação da população do centro para a periferia. A especulação imobiliária irregular, aleatória e ilegal contribuiu para criar um tipo peculiar de ocupação do território, nos quais lotes localizados no “meio do mato” foram vendidos e habitados pelos pobres.

Não havia qualquer planejamento prévio que acabaram sendo ocupados gradativamente pelos migrantes nordestinos e mineiros que rumavam para São Paulo em busca de novas oportunidades de emprego e trabalho. Parcos investimentos habitacionais foram feitos nessas regiões, geralmente na forma de mutirões e conjuntos habitacionais, ficando a mando da iniciativa privada todo o processo de urbanização e exploração imobiliária.

Jorge traz à memória os deslocamentos familiares entre a zona norte e a zona leste, ocorridos durante o governo da prefeita Erundina, lá pelos anos 80. Como seus pais estavam ligados ao movimento sindical, foram contemplados com “moradia própria” no extremo leste da cidade. Mas as dificuldades tornaram-se ainda mais graves, pois, embora tivessem adquirido o sonho da casa própria, faltavam as condições mínimas para habitar o lugar, como saneamento básico, água potável, transporte coletivo, energia elétrica, telefone público, escolas, hospitais. Esta infraestrutura, por meio do oferecimento de serviços públicos, somente foi instalada durante o período democrático e sob pressão política dos movimentos de moradores da periferia.

*“Nessa época, era o governo da Erundina que administrava a cidade de São Paulo. Existiam os famosos mutirões e minha mãe acabou sendo sorteada com uma casa, quer*

*dizer, com um terreno na zona leste da cidade, lá em Guaianazes. Saímos da casa daquela senhora, na Brasilândia, e partimos para o mutirão. Recebíamos o material de construção do próprio pessoal que estava construindo as casas (...). A situação em Guaianazes estava bastante difícil. O mutirão ainda estava em construção. Portanto, não tinha nada, nem asfalto nem saneamento básico. Lembro que durante um bom tempo, não sei exatamente quanto, não tinha água nem esgoto. Existia apenas uma torneira a alguns quarteirões, era uma torneira coletiva que a rapaziada buscava água. Ficamos morando neste lugar por algum tempo, eu estava com três para quatro anos (...). Quando comparava aquele lugar (Guaianazes) com a Brasa, ficava doido. A condição era bastante diferente. Lá morávamos em apenas dois cômodos. Aqui na Brasa tinha pelo menos um quarto a mais' (Jorge).*

Tais dificuldades, associadas à separação dos pais, fizeram com que Jorge retornasse com a irmã para a Brasilândia. Pois, embora vivesse condições semelhantes àquela de Guaianazes, na Brasa contava com uma rede comunitária mais sólida, capaz de enfrentar os obstáculos da vida cotidiana.

Caldeira (2000) revela ainda, que os moradores da periferia sempre foram negligenciados pelo fato de que nunca puderam contar com qualquer tipo de financiamento para construir suas próprias casas. Pois os poucos programas voltados para a população pobre ou tinham exigências que não podiam cumprir ou foram rapidamente redirecionados para a classe média, como o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Desta forma, os trabalhadores que ali residiam acabavam construindo suas próprias casas através da autoconstrução, um processo que se dava a longo prazo. Primeiro, os

moradores compravam o lote, depois construía um cômodo, em seguida outro e mais outro. Comum encontrarmos nas periferias as casas semiconstruídas, pois os sobrados se expandem à medida que a necessidade surge.



**Foto 8:** Fotografia dos fundos da moradia de um dos jovens colaboradores da pesquisa, no Jardim Antártica. Podemos perceber nesta imagem os barracos ainda em madeira e outros em alvenaria, típicas construções na periferia. Arquivo pessoal (2012).

### **Os contrastes da cidade permanecem...**

Se São Paulo já foi considerada o epicentro do otimismo desenvolvimentista e econômico do país, por outro, a pobreza alimentada pela crescente exclusão e desigualdade

social têm sido reproduzidas nesta dinâmica neoliberal, refletidas nos índices de desemprego, das violências e da fragmentação do território urbano. Jorge, tomado por um discurso da “vida nua” na periferia da Brasilândia, aponta historicamente como “*vagabundos, trabalhadores excedentes, sobrantes inválidos*” (Castel, 2000) se configuraram como o público-alvo das intervenções estatais. Pois, segundo ele, “*ter que se envolver com o crime, meter os canos, por causa de um botijão de gás de quarenta reais é*” contrastante demais para uma cidade como São Paulo, onde poder e riqueza se opõem à pobreza e à opressão de setores marginalizados da população.

Esta *questão social* se traduz pela erosão dos sistemas de proteção social, pelas vulnerabilidades das relações sociais e pela intervenção estatal. Diante das carências materiais e simbólicas em que a vida de setores da população é tecida na periferia, Jorge se interroga: a quem serve o Estado?

*“O Estado nunca fez nada aqui. Faz tempo que não acredito mais que o Estado nos representa, também não acho que o Estado está para nos representar. Vamos ficar fazendo o quê? Enquanto isso, o pau tá comendo por aqui!”*  
(Jorge).

Mendigos, pedintes, indigentes, vagabundos, marginais sempre povoaram historicamente os espaços sociais constituindo universos estigmatizados que atravessaram os séculos. Jorge parece, com esta fala nos apontar um lugar em que Castel (1997; 1998) e Castel, Wanderley e Belfiore-Wanderley (2000) há muito já sinalizavam como uma “nova questão social”, atualizada na contemporaneidade, qual seja, a da desagregação ou degradação

da sociedade salarial que tem produzido, cada vez mais, um contingente de pessoas vulneráveis e desfiliações sociais. Tomam a questão do trabalho e toda a rede que o sustenta – as suas proteções, tais como o direito social, a seguridade social – como uma forma de compreender as coesões e as fraturas do social. Assim, *mais grave que o desemprego é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado* (Bógus; Yasbek; Belfiore-Wanderley, 2000, p.13).

Esta nova configuração do trabalho assalariado formal funda-se num aumento da insegurança e redução dos direitos, como se o caráter de subordinação que caracteriza o referido trabalho fosse substituído por uma relação puramente comercial. Limitam-se assim os espaços da democracia, em prol de uma “economia comunista de mercado” (Cabanes; Georges, 2011). Tanto é central a questão do trabalho e os efeitos desta precarização que eles aparecem em momentos distintos nos discursos dos jovens entrevistados. Jorge relata que seu pai, desde menino, se empenhara no trabalho informal para sobreviver na metrópole, um desafio para um migrante à procura de emprego.

*“Meu pai nos conta que, no início, vendia limão, vendia sorvete para sobreviver. Quando estava com doze anos, ele falsificou os documentos como se tivesse catorze anos. Tudo isso para poder trabalhar. Após alguns meses na metrópole, conseguiu emprego numa fábrica e tornou-se metalúrgico. Já minha mãe trabalhava como empregada doméstica em casa de família” (Jorge).*

Igualmente à história de seu pai, Jorge também se envereda pelo trabalho precocemente. Ao contrário dele, o jovem é introduzido no mercado informal por seu pai como uma “prática preventiva”, uma tentativa de evitar sua inserção no mundo do crime.

*“Comecei a trabalhar muito cedo, por volta dos doze anos. Meu pai, com medo de que me envolvesse com o tráfico de drogas aqui no bairro, me colocou para ser feirante. “Putá que pariu”, justo feirante. Tinha que vender alface, banana, mandioca na marra para ganhar uns trocados. Ajudava em casa também porque a grana que meu pai ganhava era pouca. (...) Lembro-me ter passado muitas dificuldades financeiras, pois meu pai trabalhava numa firma aqui na Brasilândia, e o que ganhava mal dava para sustentar a casa. (...). Meu irmão também trabalhava como “office boy”, ganhávamos mal, mas mesmo assim ajudávamos em casa” (Jorge).*

Esta precarização do trabalho na sociedade salarial teve efeitos distintos no cotidiano dos moradores das periferias. A pobreza e suas carências materiais e simbólicas são experimentadas pelos jovens em diversos aspectos da sua vida cotidiana – na infância, aos domingos, a fome. Jorge faz um relato emocionado:

*“Tinha dia que a comida era feita só com fubá. Ou isso, ou nada. Já comeu sopa de carcaça de boi? Fica muito forte. Comíamos isso e ninguém até agora morreu. Não tinha filé mignon mas fubá e carcaça de boi na sopa” (Jorge).*

Em igual condição, Anderson relembra os tempos difíceis que viveu com a família no Jardim Peri. Tempos sombrios aqueles em que “(...) *passávamos muita necessidade, necessidade que eu digo é comer o básico mesmo*” (Anderson Jocker). E compara a vida na periferia à história de São Francisco de Assis.

*“Eu olho a vida de São Francisco de Assis como nosso tempo na periferia. O que não levou a gente a viver esta luxúria, esta ostentação do crime é que a gente já nasceu sem nada. Eu não tinha tanta peça de roupa, tanto brinquedo. Eu só tinha o quintal de casa com as pedras para brincar, imitar os brinquedos com os galhos, com as pedras, as árvores crescendo, com barro da minha rua, com as valas, as fossas, o esgoto a céu aberto. Eu nunca vi nada de luxuoso porque eu nunca tive. Isso não me fez menos homem, menos nada, não me fez ostentar nada. A gente não teve o que ostentar. Todo mundo era igual. Todo mundo não tinha nada. A gente morava num lugar em que ninguém tinha nada. Um roubava o varal do outro”* (Anderson).

Pobreza e carência material fazem parte das vulnerabilidades sociais em que setores da população se encontram. Entretanto, Castel (1997) afirma que não podemos tomar a pobreza *stricto sensu* como a única dimensão dos estados de vulnerabilização. Tensiona a situação de privação como efeito a partir da conjunção de dois vetores: um eixo da integração ou não integração pelo trabalho e outro eixo da inserção ou não inserção em uma rede de sociabilidade sociofamiliar.

Anderson assinala em sua narrativa que, embora tenham passado por diversas dificuldades de ordem material, sempre contaram com o apoio de organizações não governamentais, uma espécie de “dependência” do serviço social.

*“Tomávamos leite só no domingo e minha mãe separava aqueles saquinhos, porque trocávamos por uma cesta básica do centro espírita Jesus de Nazaré ao lado de casa. Minha mãe levava os saquinhos vazios para este local em troca de algum outro alimento, cobertor, vestuário usado ou outro auxílio, além de aulas de catequese que eu e meus irmãos tínhamos aos sábados” (Anderson Jocker).*

As histórias de privação, notadamente as narradas por Anderson e Jorge, demonstram como este segmento populacional tornou-se suscetível de intervenção social. Eles se apresentam não somente ameaçados pela insuficiência de recursos materiais, mas também fragilizados pela labilidade de seu tecido relacional. O processo de pauperização, vivenciado no contexto da periferia, constitui o resultado de uma série de rupturas de participação e fracassos na constituição de vínculos os quais, finalmente, projetam o sujeito em um estado de flutuação, em uma espécie de *no man’s land*<sup>42</sup> social. Ao final deste processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional, isolamento. O desafio contemporâneo da pobreza, portanto, não visa a redistribuir a riqueza, mas os esforços devem garantir o preenchimento do vazio social posto por este processo (Castel, 1997).

---

<sup>42</sup> A ideia de “terra de ninguém”.

## De migrantes a operários, trabalhadores

*O retirante explica ao leitor  
quem é e a que vai*

*Somos muitos Severinos  
iguais em tudo e na sina:  
a de abrandar estas pedras  
suando-se muito em cima,  
a de tentar despertar  
terra sempre mais extinta,  
a de querer arrancar  
alguns roçados da cinza.  
Mas, para que me conheçam  
melhor Vossas Senhorias  
e melhor possam seguir  
a história de minha vida,  
passo a ser o Severino  
que em vossa presença emigra.*

(Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, 1955-2009).

A epígrafe acima refere-se ao poema dramático clássico da literatura brasileira, *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1956) que narra a história de peregrinação do retirante-lavrador Severino em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência àquela experimentada no sertão pernambucano. Parte em direção ao litoral de Recife, percorrendo toda a extensão do rio Capibaribe que recorta o estado. Mas, durante a sua peregrinação, se depara com inúmeras situações, nas quais a morte parece ser o destino de tantas vidas como a tua “severina”.

*“Meus pais vieram da Paraíba para São Paulo com toda a família em busca de trabalho. Uma família muito grande, espalhada pelo Brasil inteiro. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais. Na Paraíba ainda ficaram*

*muitos parentes. Na época em que eles saíram de lá para São Paulo, no finalzinho dos anos 1970, estavam vivendo em plena seca. Para os retirantes, São Paulo era uma mina de ouro. Vir para cá significava ficar rico, mas a realidade era bem diferente: vir para cá era ser mais um na favela lutando para sobreviver da mesma forma como era lá, acrescida a diferença de que aqui tem o frio, a garoa e a violência, além do preconceito aos nordestinos. Meus pais, enfrentando tantas dificuldades, voltaram para a Paraíba e tiveram mais dois filhos, e, depois de algum tempo, retornaram para São Paulo. Minha mãe estava grávida de mim, nasci aqui e meus outros três irmãos também. Éramos seis' (Anderson Jocker).*

Dificuldades, preconceitos e, mais tarde, violências de toda ordem. Situações encontradas pelos (i)migrantes que aqui aportaram e apostaram suas vidas. “Quando nós chegamos aqui, não tinha nada, era tudo mato, poucas casas, famílias numerosas, mas muita, muita vontade de vencer na vida” (Diário de campo, 30.6.2012). Frases como estas costumeiramente foram ouvidas, repetidas pelos jovens e alguns de seus familiares nas entrevistas realizadas pela pesquisadora entre os territórios da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha. Muitas “vidas severinas” tecidas na periferia da cidade de São Paulo. São trajetórias de migrantes nordestinos, nortistas e mineiros e imigrantes italianos, portugueses e japoneses que aqui chegaram e compartilharam os mesmos projetos de vida: a saída do território de origem em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Jorge, ao se apresentar como jovem da Brasilândia, notoriamente traz a filiação como mais um dos emblemas identitários juvenis.

*“Sou filho de pai mineiro e mãe baiana (...). Meu pai veio de Minas, de uma cidade chamada Guaxupé, quando tinha dezoito anos, acompanhado de seu irmão mais velho. Veio em busca de trabalho e novas oportunidades. Era o caçula de uma família de vinte irmãos. Deixou os pais em Minas, eu mesmo nem os conheci. Meus tios também vieram para São Paulo em busca de novas oportunidades. Minha mãe é da Bahia, de uma cidade chamada Planalto” (Jorge).*

A Brasilândia foi composta não só por famílias descendentes de portugueses e italianos como mineiros, nordestinos e nortistas que, no início do século XX, habitaram estes territórios. Foram atraídas para esse lugar porque se oferecia, a quem comprasse um terreno, telhas e tijolos para dar início à casa própria. Além disso, começaram a cultivar cana-de-açúcar e fabricar a conhecida água ardente “Caninha do Ó” (Santiago, 2013).

A fotografia, a seguir, expõe os (i)migrantes reunidos em frente à igreja de Santo Antônio, na década de 1950, ponto de encontro dos moradores e local onde os governantes da época discursavam do coreto para a população (Santiago, 2013).



**Foto 9:** Fotografia retirada do curta-metragem da Série História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Brasilândia. Direção de Daniel Solá Santiago, São Paulo, DDS Produções, (2013).

Muito semelhante também é a história da Vila Nova Cachoeirinha que agregou, desde o início do século XX, um número ilimitado de migrantes e imigrantes em busca de novas oportunidades. Lugar de muitas cachoeiras e riachos, água em abundância, propício para o cultivo de hortaliças. O marco do surgimento deste bairro coincide com a data de fundação da Associação Nipo-Brasileira: 5 de agosto de 1933. Esta foi a primeira organização popular local criada pelos antigos donos das terras, originalmente descendentes de japoneses, com o intuito de organizar e unir a população local e preservar a cultura de origem. Entretanto, o loteamento teve início somente a partir de 1941 (Pastorelo, 2011).



**Foto 10:** Fotografia retirada do curta-metragem da Série História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Nova Cachoeirinha. Direção de Paulo Pastorelo, São Paulo, Primo Produções, 2011.

Nas narrativas destes jovens sobre tais deslocamentos familiares, desenham-se, de um lado, as transformações da paisagem urbana na conformação de novos territórios geográficos e afetivos e, de outro, configuram-se novas formas de sociabilidade através do associativismo popular, consequência dos movimentos sociais dos anos 1980, surgindo a figura de atores sociais centrais no cenário político brasileiro.

Zimmermann (apud Pastorelo, 2011) relata que “a partir da década de 1970, em plena ditadura militar, começam a proliferar distintos movimentos de reivindicações na região”. Oriundos da Igreja, da Frente Nacional do Trabalho, do movimento estudantil, estes grupos envolviam professores, militantes políticos, líderes de movimentos, padres, religiosas e agentes de pastorais que iniciam uma luta de resistência e enfrentamento aos grupos de direita que comandavam a região. Momento oportuno para o desencadeamento de todo o processo de formação política da Brasilândia.

*“Tanto meu pai quanto a minha mãe sempre foram ligados ao PT. Meu pai, por conta do movimento operário. Minha mãe, não sei. Meu pai não tinha muito estudo, mas era bastante inteligente, bem articulado, afinal, era do movimento dos metalúrgicos. Acho que foi por causa dele que entrei nessa de revolucionário, queria fazer revolução, mudar as coisas por aqui! (...). Quando eles armavam a greve, meu pai sempre estava à frente, até que um dia ele se enfezou com um cara do sindicato que também trabalhava nesta mesma empresa” (Jorge).*

## Capítulo V - Territórios da violência

*Moleque novo não passa dos doze, mas  
já viu e viveu mais do que muito homem  
de hoje<sup>43</sup>*

(Música Mágico de Oz, de Ed Rock, do Racionais Mc's)

Falar das violências na contemporaneidade e, principalmente, daquela que envolve a juventude pobre<sup>44</sup>, também requer, de quem se debruça sobre ela, um olhar atento para a multiplicidade de fenômenos, manifestações, discursos, práticas, saberes, efeitos singulares, dentre eles, os de subjetivação. Em se tratando de violências, muitas interpretações são possíveis e incontáveis as explicações para a sua ocorrência tornando-se difícil concebê-las sob uma única disciplina. Ou mais precisamente, pensá-las como fenômeno, sem que se ponha em jogo sua produção.

Como aponta Teixeira (2002), o fenômeno da violência é um nó crítico de saturação, que reúne múltiplas determinações. É preciso inseri-la no contexto mais amplo da cultura, das transformações cada vez mais rápidas das tecnologias, das produções científicas, dos novos

---

<sup>43</sup> Tom vital da entrevista realizada com o jovem Anderson, do movimento hip-hop.

<sup>44</sup> A pobreza, segundo órgãos oficiais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) deve ser medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), compreendido a partir do desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O cálculo deverá ser realizado conforme os seguintes fatores: nível educacional (anos médios de estudo), expectativa de vida da população e renda nacional bruta (PIB). Seguindo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), de 2010, o Brasil aparece, atualmente, com Índice de Pobreza Multidimensional (saúde, educação e padrão de vida) na faixa de 0,039%, semelhante patamar de países como a Turquia. Ainda, 8,5% da população vive em pobreza multidimensional, e 13,1% está em risco de entrar nessa condição. O país registra também 20,2% dos habitantes com ao menos uma grave privação em educação, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida. De acordo com os critérios internacionais de pobreza, entre os que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia encontra-se 5,2% do total. Em relação à juventude, de um total de 1,2 bilhão de jovens no mundo, 200 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1,00 *per capita* por dia e 88 milhões não têm emprego. Com referência aos jovens no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) de 2007, a população juvenil comportava 49,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, correspondendo a 29,8% da população total. Estes jovens poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. Na faixa etária entre 15 e 24 anos, as mortes violentas apontaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% (IBGE, 2008).

padrões de convivência e relacionamentos, em um cenário ético-político de produção, com novas biografias e desconhecidos ou pouco (re)conhecidos modos de ser, viver e existir.

Anderson Jocker toma de empréstimo uma estrofe da música *Mágico de Oz*, do grupo de rap Racionais Mc's para resumir a trajetória de muitos meninos que, pobres como ele, têm em sua história a marca da violência e cujo destino tem sido, precocemente, a morte. Durante a minha trajetória profissional, trabalhando com alguns jovens cumprindo medida socioeducativa pela prática de ato infracional, ouvia insistentemente a frase “*meu destino é a cadeira de rodas, a cadeia ou a morte*”<sup>45</sup>, como se o destino reservasse apenas tais perspectivas. Naquele momento, enquanto educadora social, vislumbrava a dimensão da “máquina letal” que as violências e vulnerabilizações operavam na vida de crianças e adolescentes pobres.

Zaluar (1996) já apontava o mundo de ilusões experimentado pelo segmento juvenil quando este adensava suas vivências no mundo do crime. Em conversas informais com os jovens em suas pesquisas etnográficas, presenciou, várias vezes, falas em relação à suposta possibilidade do “se dar bem” no crime e sair desta vida perigosa e cheia de medos. Entretanto, a quase totalidade deles morrem cedo, capturados por outros bandidos ou por policiais da extorsão, porque enriqueceram mais do que se devia, ou acabam sendo presos e dão início ao circuito do sistema prisional brasileiro.

Quem não se recorda de vivenciar um fato violento no seu cotidiano? Principalmente se ele for jovem, negro, morador da periferia. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001) na região metropolitana de São Paulo, 42% dos jovens afirmaram já

---

<sup>45</sup> Frases que foram recorrentes em pesquisas e na prática profissional, como terapeuta ocupacional e educadora social, realizadas pela autora durante o período da graduação e no mestrado, com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) na cidade de Campinas, no período de 1999-2003.

terem visto pessoalmente alguém ser assassinado e, um a cada três jovens relata já ter sido assaltado. Todos, de certa forma, têm uma história para contar. Anderson recorda-se dos tempos de criança, das brincadeiras infantis,

*“um colega dessa época, com oito anos já tinha um revólver, vendia droga, era do tráfico, era meio bagunçado”  
(Anderson Jocker).*

E como se esquecer de Wellington, Dunha e Ramos que sempre foram seus parceiros dos muitos rolês na Cachoeirinha? Infelizmente não chegaram a completar trinta anos e foram mortos ou pela polícia ou pelo tráfico de drogas. Anderson afirma que certa vez até tentou fazer uma lista com o nome de todos os seus amigos que já faleceram. Uma tentativa frustrada de sinalizar mais mortes do que vidas. Conseguiu chegar próximo à casa dos setenta nomes. Parou porque a tristeza e a dor haviam lhe rendido o que a letra da música dos Racionais já apontava: poucos colegas sobreviventes nesta guerra urbana, onde a letalidade juvenil tem escancarado a vida na periferia.

*“Infelizmente só sobraram eu e mais um outro colega vivo. Todos já estão falecidos (...) A maior tristeza, pois devia estar fazendo uma lista de convidados para o meu aniversário e não dos meus amigos que já morreram. Triste, não? Fiz uma música chamada ‘Aos meus manos, amor eterno’ junto com meu parceiro, o Dudu Fantini para homenagear a todos” (Anderson Jocker).*

Os jovens, mais do que ameaça, surgem nas estatísticas como os mais vulneráveis a qualquer forma de violência. Os extremos das regiões norte, leste e sul são os territórios com os maiores índices de homicídios entre os jovens, acima da média para a cidade de São Paulo. Os distritos da Brasilândia e Cachoeirinha somam um total de 420 mil habitantes, sendo aproximadamente 130 mil jovens entre 12 e 29 anos de idade. A taxa de óbitos entre esta população, em 2005, foi de 220 por ano (SEADE, 2000).

Com o intuito de diminuir tais situações, o poder público estadual de São Paulo criou, em 2002, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) como um sinalizador para a formulação de políticas públicas. Tal indicador passou a ser de domínio público e tornou-se referência para muitas ações públicas e privadas, da assistência à pesquisa, visando a diminuir os efeitos das violências e vulnerabilidades na vida de adolescentes e jovens paulistanos. Entre as dimensões consideradas na construção do respectivo índice estão as exposições do contingente juvenil à violência urbana, o nível educacional e a gravidez na adolescência (SEADE, 2007).

Ainda permanecem as disparidades sociais intraurbanas na capital paulista. Indicadores de violência e maternidade precoce ainda são os problemas que mais acometem os jovens nas regiões estudadas. Enquanto nas áreas mais ricas da cidade, a cada 100 mil jovens de 15 a 19 anos, 57 foram mortos devido a algum tipo de agressão em 2005, nos distritos mais pobres o número chegou a 189. Quanto à maternidade precoce, nas áreas ricas, cerca de 19, a cada 1.000 jovens de 14 a 17 anos, tiveram filhos, em contraste a 41 nas regiões mais pobres. Nas áreas ricas, 75,7% dos jovens estavam inseridos no ensino regular, enquanto nas mais desfavorecidas eles representavam 62,5%. No caso da evasão escolar, a desigualdade reaparece: 14,9% dos jovens de 15 a 17 anos residentes nas áreas mais pobres estão fora da escola, em comparação a 7,6% nas mais ricas (SEADE, 2007).

“Em síntese, apesar dos progressos acentuados nos locais mais pobres, entre 2000 e 2005, a desigualdade social medida pelo IVJ entre as quatro áreas da cidade continua elevada. Os jovens das regiões periféricas do município ainda registram situações muito mais desfavoráveis do que os moradores das áreas centrais. Se tais constatações mostram que as políticas sociais têm logrado melhorar sensivelmente as condições dos residentes nas áreas mais pobres da cidade, indicam também que, para garantir a efetividade dos programas, não se pode desconsiderar o contexto em que vivem esses jovens” (SEADE, 2007).

Ainda que os números identifiquem os territórios e populações mais vulneráveis e expostos a todo tipo de violência, Anderson ainda faz parte daquele grupo que escapou às estatísticas porque não se enveredou pelo mundo do crime nem morreu nos circuitos urbanos violentos do país. Também não fez parte dos índices de morbimortalidade na adolescência tampouco apareceu nos mapas da violência juvenil, como um jovem potencialmente delinquente.

Embora afirme que *“a formação (em casa e no hip hop) tenha contribuído muito para que não entrássemos para o mundo do crime, pois não sentíamos seduzidos por ele”*, o jovem vivenciou em outras experiências juvenis, histórias de crime, assassinatos, tráfico de drogas, violência policial, enfim, um pouco da vida da “malandragem” local.

São tantas as histórias de violências ouvidas e vividas neste território que ele indaga, logo na primeira entrevista à pesquisadora, sobre o espaço no gravador.

*“Bom, vou começar a gravar. Tudo bem para você?”*  
(questiona a pesquisadora com o jovem). *“E sobre o que a gente vai falar mesmo?”* (questiona o jovem).

“Jovens, juventude na periferia, violência, cultura, trabalho, vida...” (responde).

“Será que tem espaço nesse rádio?” (gravador da pesquisadora) “para tudo que vou te contar?” (responde o jovem). “Para que eu possa falar sobre os jovens na periferia e as situações de violência que vivemos aqui, eu preciso te contar a minha história. Por que a minha história é atravessada por muitas outras histórias de jovens como eu, uns caíram no mundo da violência, da criminalidade urbana enquanto outros tiveram outras saídas, partindo para experiências mais criativas, inventando e moldando outras formas de ser jovem, negro e pobre na periferia da zona norte de São Paulo. Acho que sou um desses jovens que você quer conhecer, que ainda não se envolveu com nenhum tipo de violência, com o crime mesmo, mas que já viu muita coisa passar” (Anderson Jocker).

A narrativa de Anderson, em particular, adquire aqui um valor coletivo, um sentido comum, ou, como sugere Deleuze e Guattari (1997): um *agenciamento coletivo de enunciação*, na medida em que a sua história é tramada por muitas outras histórias de jovens como ele, negros e pobres, na periferia da zona norte de São Paulo e que têm, na trajetória, as marcas da violência urbana.

### **Mundo do crime entre o passado e o presente**

A vida imita a arte ou a arte imita a vida? Histórias de crimes, mortes e insegurança não faltam quando o assunto é violência, principalmente tratada e discutida entre jovens na

periferia. Ou são episódios vivenciados por eles próprios no território em que residem ou compõem narrativas transmitidas entre as gerações. As histórias reveladas com riqueza de detalhes traduzem o cotidiano marcado por práticas ilegais, ilícitas e informais do povo da favela, mas não só.

Bróide (2006) entende o *modus operandi* no território da periferia tal qual o *estado de exceção* (Agamben, 2004 apud Bróide, 2006), quando a vida é reduzida à dimensão meramente biológica, apolítica e, portanto, destituída de direitos. Este é o caso da morte de jovens na periferia e seu caráter de clandestinidade. A violência sem limite experimentada por eles no território fragmentado da periferia, têm como consequência a manutenção do sujeito sempre em alerta máximo. É como se estivessem assistindo a um filme de ficção. Ficção esta concreta e real, pois seus personagens-protagonistas-atores são sujeitos de sua própria história. Jorge afirma que, historicamente, a Brasilândia se constituiu em torno de figuras emblemáticas no seu território. Elas coexistem com a produção de violências neste lugar.

*“A malandragem já existia desde essa época. E o crime também. Uma lenda neste lugar foi a existência de uma pessoa, a velha Nenê, lá pelos idos da década de 60, 70. Se procurarem na história da Brasilândia quem foi dona Nenê, vocês irão encontrar. Dona Nenê foi uma bandida, quando meu pai ainda era moleque” (Jorge).*

Como Nenê, muitas outras histórias lendárias marcaram a periferia, e ficaram conhecidos pela prática da criminalidade local. Segundo Anderson, quem não se lembra do último lendário do crime, o Zé Boy, do Jardim Peri.

*“Ele andava com os malandros mais velhos e tinha apenas quinze anos. Teve uma vida longa no crime porque ele estava vivo até o ano passado com quarenta e poucos anos. Passou dos trinta. Foi o famoso “Zé Boy”. Ele era do Jardim Peri e foi morar no Jardim Maria Elisa. Foi assassinado lá perto, pelas costas, por traição, pelo Comando Novo (o PCC). Ele foi o último lendário, o último cara que quando acontecia alguma coisa na comunidade que feria algum trabalhador ele ia lá e falava: Oh, meu!... o que está acontecendo. Em primeiro lugar, o trabalhador. Ele tinha uma fama muito grande no crime, fez coisas inacreditáveis mas sempre foi ligado a nós da comunidade. Sempre colocava um recado, quando vinha na favela. Conversava com trabalhador, ia à casa da dona Maria, era recebido como se fosse um rei, não porque ele tenha dado alguma coisa para ela, mas porque ele a respeitava” (Anderson Jocker).*

O processo de redemocratização da sociedade brasileira acompanhou historicamente *pari passu* o aumento do crime, a partir dos anos 80 (Zaluar, 1996; Peralva, 2000). Tal aumento já vinha sendo monitorado desde a década de 70. Segundo Zaluar (1996), a urbanização acelerada em décadas anteriores fez surgir um aglomerado de regiões que antes não existiam na paisagem urbana. A grande concentração urbana nas metrópoles brasileiras só fez aumentar os problemas relativos à habitação, trabalho, saúde e educação os quais coexistiam com práticas de controle social e vigilância policial pelo governo às populações carentes.

Uma organização clandestina e poderosa se configura por meio de atividades informais, ilícitas e ilegais por parte da população mais pauperizada. A cultura viril da rua dos tempos escravocratas dá lugar à organização do crime. Um novo banditismo corrente é

concebido pela sociedade e passa a ser um modelo explicativo da crescente onda de violência que assola o país. No cenário em que as práticas ilícitas do comércio varejista de produtos contrabandeados passam a circular, o tráfico de drogas também incide como uma atividade ilícita e ilegal altamente rendosa, fazendo parte de organizações internacionais constituídas pelo narcotráfico.

O tráfico de drogas, como atividade ilícita e ilegal que arregimenta muitos jovens pobres sobreviventes nas periferias das grandes metrópoles, será discutido posteriormente. Interessa-nos, neste momento, pensar nesta modalidade de crime que se constituiu historicamente nos territórios periféricos da cidade de São Paulo e favoreceu o desencadeamento de uma sociabilidade comunitária.

Feltran (2011) utiliza-se da noção de *mundo do crime* para referendar este dinâmico entrecruzamento de relações que se estabelecem entre o ilegal e legal, ilícito e lícito, tomado em seu sentido nas periferias da cidade. Trata-se de expressão que ele forjou para designar o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se formam, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos.

Jorge sinaliza o modo como a convivência comunitária no território da Brasilândia muitas vezes fez com que mundos distintos se tornassem indistintos. Entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, o formal e o informal, trabalhadores e bandidos, crime e trabalho convergiam para um viver comum.

*“Quando encontravam com meu pai nos becos e vielas da Brasa, a turma dela sempre dizia que o “mancha” era quase que um lampião de seu bando. Mas meu pai não era nada disso. Era apenas trabalhador, frequentava o mesmo*

*espaço, bebiam juntos. Acho que eram camaradas na bebida’ (Jorge).*

Dona Nenê, assim como era conhecida pelo território da Brasilândia, representava o *Robin Hood* da periferia (Zaluar, 1996), com domínio sobre a produção e circulação material e simbólica da droga além da ascensão sobre a comunidade local.

*“Ela era do tipo bandido clássico, que não roubava a comunidade nem na comunidade, mas daquelas que fortalecia o seu território, protegia as escolas, fazendo a segurança, auxiliava as famílias, dava remédio e cesta básica para as tiazinhas. Era o velho bandido a autoridade deste local. Ela investia também na escola de samba Rosas de Ouro e o povo a aplaudia, era bem quista e bem vista por todos daqui” (Jorge).*

O bandido, segundo Zaluar (1996), diferentemente do malandro, é o sujeito que se perde numa perversão da liberdade, não havendo relação alguma de reciprocidade com o outro, com a sua comunidade. Ao contrário do que se pensa, se concebe e se imagina, o “respeito”, adquirido à força pelos pares locais, é lido como algo positivo pela comunidade, como o “braço estreito” de um Estado, correndo paralelo às leis e regras morais.

Mas precisamos distinguir a categoria “respeito” de imposição de poder pelo medo, como usualmente tais sujeitos impõem à sua comunidade. Respeito, sob a ótica da promoção da cidadania, se alimenta de uma outra categoria-chave: a autonomia.

De acordo com Sennett (2004), a autonomia consiste em aceitar no outro o que não entendemos, e outorgá-la ao outro é permitir sua participação nas condições de sua própria existência. Além disso, ela deve favorecer a capacidade dos indivíduos em criar e ampliar suas vinculações. Para ele, o respeito mútuo implica uma prática especial de troca, em que indivíduos e grupos têm de romper com seus pressupostos tácitos e quadros compartilhados de mundo para poderem compartilhar histórias e narrativas.

Tanto Jorge quanto Anderson, em tempos distintos de suas narrativas, destacaram o “respeito” que tais figuras emblemáticas possuíam sobre a comunidade, figuras detentoras do poder do mercado ilegal da droga e do crime.

*“Antigamente, havia um respeito com as tias mais velhas. ‘Vagabundo’ chamava minha mãe de tia, minha mãe sabia o que eles faziam, mas ela não se intrometia na vida deles nem eles na vida dela. Lembro-me de uma cena que aconteceu aqui. Tinha uns oito anos. Perto da minha casa funcionava a 45ª Delegacia de Polícia (...). Antigamente as pessoas ficavam presas, hoje só fazem triagem e são transferidas para a cadeia. O nego Du era um cara daqui da Brasilândia e foi preso por conta do tráfico de drogas. Empreendeu uma fuga e pulou dentro da casa da minha mãe. E continuou correndo. Depois de um certo tempo veio pedir desculpas para ela” (Jorge).*

*“Respeito? Nossa, era o maior respeito, o maior respeito mesmo antigamente. Hoje já não existe mais isso, essa molecada do crime não respeita mais ninguém. Na nossa época, mãe e pai eram sagrados. Até bandido respeitava e*

*não permitia desrespeito na comunidade” (Anderson Jocker).*

E continua...

*“O cara acreditava que ele tinha nascido para ser bandido, para ser malandro. É o imaginário que imperava como uma verdade. Conheci um cara que a família dele inteira era evangélica e ele, bandido. A família não se importava com ele, mas quando fazia algo de bom, como uma festa bacana, todos eram beneficiados com isso. Antes, o criminoso era respeitado e querido pela comunidade porque ele a respeitava, protegia a comunidade, as crianças. Os conflitos entre gangues rivais pela disputa de poder, por pontos na favela, se davam através de muito tiroteio. Havia muitas brigas, muitas rixas entre eles, mas nunca com a comunidade” (Anderson Jocker).*

Toda uma vida produzida sob um “glamour” despertava nas crianças e jovens um imaginário social do fascínio pelo mundo do crime. Estes sujeitos faziam operar na comunidade, em geral, e na vida de crianças e jovens, em particular, a ideia do herói, num movimento similar à relação popular diante do “banditismo social” tematizado por Hobsbawm (1978)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Banditismo social entendido como “endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza” e como uma espécie de primitivo protesto social organizado” (1978, p. 22).

“Hoje em dia eu fico pensando porque é assim, porque foi assim. Tínhamos como heróis os ladrões, esse matou não sei quem, aquele pulou o muro e escapou. Era um verdadeiro faroeste. Tínhamos medo, mas ao mesmo tempo admirávamos, não para ser iguais, mas por ser um herói. Porque o cara andava armado, num lugar muito perigoso, mas enfrentava tudo e a todos. Muitas pessoas entram para o crime por acreditar que estas histórias são legais. Tem até uma letra de rap do Ed Rock que fala “dizem que quem quer segue o caminho certo, mas ele se espelha de quem está mais perto”. Perto de nós não havia polícia, não havia bombeiro. Não havia televisão para assistir o superman. Nossos heróis eram os bandidos do beco, da favela mesmo, porque ostentavam de tudo: roupa de marca, moto, carrão, mulheres. Em virtude disso, perdemos muitos amigos, pois muita gente entrou para o crime achando estas histórias legais, bacanas, mas no final... ou estão presos ou acabaram morrendo” (Anderson Jocker).

É possível “tirar lições” com o crime sem se envolver diretamente com ele? De que forma, jovens, como Jorge e Anderson, percorreram outros itinerários de vida e escaparam aos destinos traçados por muitos jovens pobres da periferia?

“Aprendi com os criminosos a pensar no futuro, porque eles não permitiam que crianças entrassem para o crime. Eles conversavam muito, trocavam muitas ideias conosco, incentivando a estudar, trabalhar e não entrar para essa vida. Às vezes compravam doces, linhas de pipa, bicicletas para a gente. Brincavam, protegiam, ensinavam a viver, a

*se defender do mundo e fazer parte dele ao mesmo tempo. Essa foi a maior lição que recebi da malandragem. Agora o crime ou o criminoso não respeita ninguém. Tudo mudou, inclusive os velhos malandros já não estão mais entre nós, ou estão presos ou já foram mortos’* (Anderson Jocker).

E Jorge complementa, mostrando a importância de se colocar à prova o conhecimento do crime.

*“Eu e meu irmão, desde pequenininho, sempre tivemos contato com todo este povo, conhecíamos de longa data, do meu pai contar as histórias e nos mostrar quem era quem neste território. Ele sempre dizia que tínhamos que conhecer tudo quanto fosse bandido e ter respeito por eles, pois eram gente como a gente’* (Jorge).

### **Interfaces<sup>47</sup> entre o mundo do crime e o tráfico de drogas**

*“Antigamente (...) a Brasilândia chamava Jardim Icaraí, mas o pessoal vulgarmente chamava de Largo da Pancada (...). Era um território “zuado”, havia muita violência, de*

---

<sup>47</sup> Malvasi (2012) tem utilizado o termo *interfaces* já no título de sua tese “Interfaces da vida loka – um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo”. Demonstra que seus interlocutores etnográficos não são entidades ou identidades fixas nem estão essencializados na dinâmica do poder que se estabelece nas dobraduras do tráfico de drogas. São “pessoas que constroem suas subjetividades em meio a complexas relações de poder”, ou seja, são efeitos desta produção.

*todos os tipos, roubo, brigas, tráfico de drogas (...). Cada um era dono do seu comércio. De drogas, é claro. Lembro que na minha rua tinha duas “biqueiras”, uma ficava numa ponta da rua e a outra no lado oposto. Não eram “aliadas”, mas concorrentes, viviam brigando, disputando pelo ponto e venda de drogas. Brincávamos na rua. Virava e mexia tinha toque de recolher, tiro, tiazinha saindo correndo com a sacola de supermercado no braço para não levar tiro. Na hora do confronto, eles gritavam: “Dona Maria, manda estas crianças saírem da rua que o pau vai comer”. Saíamos porque sabíamos que haveria troca de tiros naquele lugar. Eles também não aceitavam que crianças trabalhassem para o tráfico, só pediam para que elas fossem comprar maria-mole, marmitex no bar. Em troca, davam um tubo de linha, uma pipa ou cerol” (Jorge).*

*O tráfico, de um lado, melhorou, do outro lado, não. Porque, antes de existir o tráfico, a polícia quando entrava na favela, ela já entrava metendo pernas nas porta da sua casa, já vinha quebrando tudo. Então essas arma, quando entraram nas comunidade, através do tóxico (lê-se tóxico, como a narradora pronuncia), fez com que eles entrassem com mais cautela, entendeu? Eles andam com medo (a polícia). Porque eles tá sabendo que essa nova geração, essa juventude, eles têm um espírito suicida. Eles não querem saber se eles vão morrer, se vão matar. Eles querem defender a comunidade dessa entrada violenta da polícia. É o lado bom das arma (lê-se de o tráfico existir). Agora, o lado negativo, o lado cruel das arma, é que quando eles tem que cobrar, seja de pessoas lá de baixo, seja da nossa comunidade, eles não vão medir, eles não querem saber se é menor, se não é, entendeu? Se eles puderem matar, esquartejar e cortar e colocar lá pra todo mundo ver como exemplo pra ninguém vacilar porque senão vai pra vala, eles são capaz disso.*

(Depoimento de Janete, moradora de uma comunidade no Rio de Janeiro, no documentário *Notícias de uma guerra em particular*, de João Moreira Salles, 1999).

“Desde que eu nasci isso sempre funcionou assim. Com essas palavras, Robson descreve o comércio ilegal de drogas no seu território, no Jardim Antártica. Era uma tarde de quinta-feira de outono, atípico para a estação. O sol estava ‘a pino’, o calor do asfalto subia para a sola do pé. A caminho de mais uma entrevista, estava ansiosa para

saber o que me aguardaria. Todo o trajeto, do terminal de ônibus, em Santana, até o destino, ponto final, é percorrido em um ônibus coletivo que leva aproximadamente uma hora, do centro à periferia. Fico atenta durante todo o trajeto. O transporte está quase vazio, poucas pessoas o utilizam nesse horário. Chego ao local combinado, no coração do Jardim Antártica, mais precisamente, a Avenida Francisco Machado da Silva, próximo ao número 500, ponto final da linha 1.758 - Jardim Antártica. O jovem pede que, ao descer do coletivo, avise-o para que possa me encontrar no meio do caminho. E assim faço. Logo ao final da avenida, avisto Robson, de bermuda, chinelo havaiana, camiseta regata e um boné na cabeça. Típico traje dos meninos que circulam por ali. No caminho, encontro um vai e vem de jovens, aparentemente ‘desocupados’. Uns estão parados na esquina, outros estão jogando bilhar em uma mesa de bar, alguns empinando pipa. Mas são muitos jovens operando aquele sistema, o do tráfico de drogas. Motos circulam entre as pessoas que estão paradas nas esquinas, ‘jogando conversa fora’. Avisto uma viatura da polícia. Penso: Danou-se agora! Fico apreensiva pensando muitas coisas. A cabeça está cheia, cheia de imagens que vemos na TV quando a polícia circula pelos becos e vielas da favela. Mas tudo corre bem. Ao passar, Robson cumprimenta alguns deles que estão nas esquinas feito estátuas à espera do cliente. Percebo o trânsito de poucos carros que, ao que parece, não são de moradores do lugar. Estão em busca do produto - a droga. Robson revela apenas que já se acostumou com o comércio por lá, afinal de contas, cresceu em meio a tudo isso. Mas garante que ‘antes, a vida ali era bem pior que hoje, está mais sossegado’. Realmente, tudo corria com a máxima lisura”.

(Diário de campo, 12.4.2012).

No livro “Cabeça de Porco”, os autores sugerem que “já não é absurdo supor que, no Brasil, exista uma subcultura, de dimensões nacionais (*e porque não internacionais*)<sup>48</sup>, especificamente ligadas ao mundo da violência, com valores, rotinas, linguagens e símbolos próprios” (Soares; MV Bill; Athaíde., 2005, p.1) a compartilhar. Os autores do livro percorreram Brasil afora em busca de histórias e experiências de jovens que, como Bill e Athaíde, conhecem bem esta rotina, não porque serviram o exército do tráfico, mas porque militantes ativistas cruzaram suas histórias às histórias de outros jovens das favelas cariocas. A subcultura de que trata o livro é aquela do tráfico de drogas, que se aplica tanto no varejo como no comércio e que correm em paralelo à cultura econômica legal produzindo constantemente novas subjetividades contemporâneas.

---

<sup>48</sup> Grifo nosso.

As três passagens acima, quais sejam, a narrativa de Jorge, interlocutor desta pesquisa; o depoimento de uma moradora de uma comunidade no Rio de Janeiro sobre o tráfico de drogas; e anotações do meu diário de campo em entrevista com um jovem no seu território, ilustram, em diferentes perspectivas, como o dispositivo – tráfico de drogas – tem operado na vida da população que habita as periferias, como discursos, práticas, saberes e poderes que se constituem.

Embora esta pesquisa não tenha a pretensão de estender o debate acerca da rede que se produz nas “dobraduras do tráfico de drogas”<sup>49</sup>, conforme outras pesquisas já o fizeram com mais propriedade (Cruz Neto et. al., 2001; Soares et.al., 2005; Fefferman, 2006; Malvasi, 2012), não poderia deixar de abordá-lo aqui como um dispositivo que, além de fazer falar, constitui como um elemento revelador das vulnerabilidades e violências que assola a vida de jovens pobres nas periferias.

Há, pelo menos, dois motivos para abrir a discussão: primeiro, porque o tráfico apareceu insistentemente nas narrativas dos jovens que entrevistamos quando abordava o tema da violência; segundo, porque o “dispositivo das drogas” produz um modo de ser jovem o qual nos interessa conhecer pela visibilidade dos atores e do cenário - periferia – que se constitui. Todos esses elementos, em conjunto, compõem o discurso do “mundo das drogas” e constituem os discursos e práticas que se convergem para “solucionar o problema”.

Assim, é preciso (re)atualizar o tráfico de drogas dentro do panorama do mundo do crime para além do que se tem instituído como “guerra às drogas”. As tramas, tecidas com os fios deste mercado na era neoliberal, são muito mais complexas e requerem reflexões que dialoguem com os circuitos ao mesmo tempo globais e locais.

---

<sup>49</sup> Malvasi (2012) utiliza a ideia de "dobraduras do tráfico de drogas" para referir-se aos varejões que se instalam em diferentes pontos nas periferias da cidade empregando um exército de adolescentes e jovens de baixa renda. Além do comércio da venda e compra da droga, também se estabelecem relações comuns de vizinhança, ações de repressão por parte da polícia, além das de assistência e atenção governamentais.

Malvasi (2012) procurou analisar o modo pelo qual o dispositivo das drogas tem se projetado na vida cotidiana dos jovens das “quebradas”. Aponta uma multiplicidade de práticas e interações entre eles e a “quebrada” e entre ambos e os aparatos de repressão, assistência e atenção governamentais. Mais do que enquadrar o tráfico como “um problema a ser resolvido”, há que se analisar um conjunto de dinâmicas que se constituem em torno do “problema das drogas<sup>50</sup>”: a repressão ao tráfico, a sociabilidade juvenil e consumo de drogas, os diagnósticos acerca das “vulnerabilidades”, a gestão cotidiana pelo modelo empresarial do “crime”.

Um imaginário social é construído em torno deste dispositivo e faz emergir na figura do traficante, do viciado, do aparato policial, do mundo do crime.

Fábio relembra como o imaginário do medo e da insegurança do tráfico começou a fazer parte de sua vida sendo transmitido, desde a infância, pelo mundo adulto.

*“Passávamos na favela do Flamingo, e sempre escutava muito o meu tio falar do Sucupira e da favela do Flamingo. O Sucupira é a favela onde o Jocker mora hoje. Sempre que passávamos, minha mãe falava que ali era o buraco onde meu tio se enfiava. Na realidade era a favela onde meu tio ia para fazer o rolê de droga. Esse meu tio, irmão do meu pai, era catador de papelão, tinha um carrinho de mão e fazia o corre dele por todas as favelas daqui. Conhecia tudo quanto era favela da região, comprava muita droga, conhecia todo mundo e falava das favelas do Flamingo e do Sucupira, que eram as favelas, segundo ele, mais perigosas. Sempre fiquei com isso no meu imaginário. Sempre que passava, olhava para estas*

---

<sup>50</sup> A ênfase dada ao dispositivo das drogas como um “problema social” se volta para as populações de baixa renda, sobretudo para os jovens moradores de bairros identificados como “periferias” ou “favelas”. Tais jovens são identificados como as maiores vítimas e os autores dessa violência (Malvasi, 2012).

*favelas e pensava como era louco isso. Sempre com aquele olhar construído da fala dos adultos. Mais uma referência” (Fábio Galvão).*

Tal imaginário, com frequência, tem sido veiculado nos noticiários e na imprensa em geral com caráter de dramaticidade, deslocando o “problema das drogas” apenas para a figura emblemática do traficante, geralmente jovem, negro e pobre, morador das favelas e comunidade. O impacto social construído em torno do mundo do crime tem, contraditoriamente, provocado a visualização de atores sociais que antes não eram reconhecidos neste cenário. A (in)visibilidade juvenil que habita as periferias passa a cumprir, em parte, uma função construtora de territórios e sujeitos (Serrano, 2005). De um lado, transformação do estigma em emblema (Reguillo, 1991), de outro, alvos privilegiados da cristalização dos temores que atravessam o conjunto da sociedade (Castel, 1998).

Reguilo (1991), ao estudar a relação entre identidade cultural e usos da comunicação entre os grupos juvenis no México, revela como crianças e jovens marginalizados no país agrupam suas misérias em novas formas de organização, compartilhando linguagens e dialetos próprios, mantendo uma rede de solidariedade coletiva. Estigmatizados pela condição social, forjam outros modos de existência e tomam a violência vivida e experimentada no cotidiano como um elemento para se inventar no mundo.

As insurgências juvenis têm encontrado na violência, na morte, no tráfico de drogas, nos aparatos ilegais uma possibilidade de visualizar-se, transformando o estigma de jovem, negro e pobre em emblema sendo ele protagonista de uma sociedade que lhe tem negado o direito de exercer sua cidadania.

Para Salazar (1990), tais jovens não se constituem um “produto exótico” de uma sociedade em conformidade às suas regras e normas, mas são efeitos de uma realidade com

desiguais condições econômicas, sociais, culturais, políticas, históricas e religiosas. É o reflexo da ambiguidade que as sociedades mantêm frente aos jovens, oscilando entre a idealização juvenil e a estigmatização delinquente.

Martín-Barbero (1998) explica como a juventude colombiana converteu um modo de funcionamento da sociedade a partir de uma leitura dos processos violentos. O assassinato do ministro da Justiça, por jovens sicários provenientes de bairros populares em meados dos anos de 1980 nas ruas de Medellín, colocou em evidência na cena pública um determinado segmento da população – jovens pobres. Tornaram-se rapidamente manchetes dos principais jornais do país, dramatizando programas de TV e sendo objetos de investigação. Presas fáceis do mundo do crime organizado, esses jovens, ao serem recrutados pelo narcotráfico, assumem o *front* de guerra contra o Estado colombiano e configuram-se em sujeitos socialmente *descartáveis*, isto é, rejeitados pela sociedade que deseja se desvencilhar porque incomoda e perturba. Adquirem visibilidade às avessas, partilhando mundos simbólicos e culturalmente benquistos do crime.

Além de uma dimensão criminal, o narcotráfico tem se convertido em um importante fenômeno cultural, influenciando não só o cotidiano de jovens das periferias da Colômbia, mas também toda a população, ainda que sob os aspectos religiosos, culturais, políticos. Há um conjunto de tradições e estilos de vida, incorporados ecleticamente por várias culturas e que constituíram a estética, linguagem e crenças (Salazar, 1998).

Ao se pensar nos jovens colombianos que fazem da morte seu próprio negócio (Salazar, 1990), ou dos jovens brasileiros que se colocam numa zona intermediária entre a vida e a morte como estratégia-resistência (Vicentin, 2005), o que os aproximam e assemelham é o fato de que tais jovens são a expressão de uma nova cultura, de uma cultura da violência ou, como assinala Sales (2006), metáforas da violência porque suas vidas podem ser matáveis e descartáveis, pelo incômodo ou perturbação que exibem.

A realidade brasileira muito se iguala à colombiana no que concerne ao compartilhamento de valores, crenças e representação do tráfico de drogas. Na caminhada com seus interlocutores-personagens, as tramas etnográficas<sup>51</sup> construídas por Malvasi (2012) possibilitaram apontar que

“para os jovens traficantes, indo dos vendedores iniciantes no tráfico aos patrões que já possuem uma longa ‘caminhada’, trabalhar no tráfico não é uma adesão baseada simplesmente em critérios economicistas, mas sim um símbolo de importância moral, percebido ou imposto. Para além das hierarquias do tráfico e das consequências para o trabalhador, participar do tráfico é lido, de certo ponto de vista, como um ‘modelo inclusivo’, pelo qual os jovens obtêm bens de consumo e status simbólico – dinheiro, respeito, prazer, e uma lista ampliada de objetivos. Aqui há um importante nó do dispositivo das drogas a ser salientado: o fato de o tráfico ser um modo de vida para alguns jovens das quebradas indica a confluência da interiorização dos elementos simbólicos do ‘ser traficante’ com a ‘reengenharia de produção neoliberal’ da gestão do tráfico local. Eles devem ser ‘empreendedores de si mesmos’ (2012, p.248).

Esta é a lógica neoliberal em que impera o sistema capitalista moderno. Os sujeitos devem ser capazes de inovar, transformar a realidade local, inventar novas formas de vida. Constitui-se uma das dimensões econômicas do tráfico de drogas que parte da economia global, chega aos territórios como um importante componente da economia local e agencia um exército de jovens “dispostos” a se inserirem em tal comércio. Este é fluido, dinâmico e fragmentado, marcado por um modelo de gestão neoliberal do ‘*business*’ comum aos terrenos mercantis e empresariais da contemporaneidade, cuja meta-fim é a lucratividade a qualquer custo. Além de ser um negócio rentável, protótipo da sociedade de consumo (Fefferman, 2006), com uma estrutura de oportunidades ilegais efervescentes, o mercado das drogas torna-

---

<sup>51</sup> O autor utilizou tramas etnográficas para referir-se às estratégias narrativas em torno de personagens envolvidos em situações e em rede de relacionamentos dos quais emergem a descrição dos fatos e a análise. Tais tramas se baseiam em experiências vividas por alguns de seus interlocutores de pesquisa e durante um período de intervenção. Os personagens, portanto, não são cópias fiéis de seus interlocutores, apenas ilustram situações vividas no cotidiano.

se atraente aos jovens com pouca escolaridade e perspectivas em curto prazo devido ao fácil acesso e ascensão na carreira (Malvasi, 2012).

“Uma economia política que, mais do que apenas coibir, classifica e difunde (Foucault, 2001); um conjunto heterogêneo (e não um objeto homogêneo) que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos, práticas; um ‘conjunto multilinear’, que segue direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze 2001). O *dispositivo das drogas* se inscreve em complexas relações de poder” (Malvasi, 2012, p.244).

Mais do que considerar o tráfico de drogas como um fenômeno de barbárie (Fefferman, 2006), preferimos aqui, como bem tomou Malvasi (2012), pensá-lo articulado às vivências e experiências encarnadas no cotidiano de jovens e suas multilinearidades que seguem diferentes direções formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze, 1999) na sociedade de consumo.

O tráfico de drogas, na sua dimensão varejista, além de tornar-se um importante agente econômico e político, também se configura num dispositivo social e cultural, na medida em que a rede de sociabilidade, estabelecida no território da periferia, faz com que vizinhos, amigos e parentes compartilhem dos valores simbólicos, das regras de conduta, dos códigos que enveredam o cotidiano (Malvasi, 2012). Robson parece não se incomodar com o tráfico na porta de sua casa. Relata, com certa naturalidade, já ter se acostumado com o comércio por lá, afinal de contas, cresceu em meio a tudo isso.

Além de um caráter economicista, o tráfico também produz um modelo inclusivo, ainda que perverso e avesso ao da inclusão cidadã, dispondo de bens materiais e simbólicos que são consumidos pelos jovens que estão encarnados neste circuito (Malvasi, 2012).

Não se trata de negar a gravidade do tráfico de drogas e seus efeitos discursivos à coletividade, principalmente àquela que se encontra nas periferias dos centros urbanos. Mas é preciso demonstrar que o debate acerca da inserção de tais jovens nestes circuitos não pode se limitar ao confinamento no interior dos camburões de polícia, nas delegacias e instituições de atendimento socioeducativos. Como bem apontou Cruz Neto (et. al., 2001), tornou-se necessário inseri-los em contexto mais amplo, pois se trata de um fenômeno histórico, social e político engendrado na sociedade contemporânea.

Compartilhamos com Huguet (2005) a ideia de que, ao referir acerca do “dispositivo drogas”, seja realizada uma ampla crítica ao modelo gerador e perpetuador da desigualdade. Sejam, neste contexto, inventadas, operacionalizadas, defendidas e difundidas ações microsociais de resistência e de atenção local às questões da juventude pobre.

## **Violência de Estado que se arma pela violência policial**

É madrugada, parece estar tudo normal.  
Mas esse homem desperta, pressentindo o mal, muito cachorro latindo.  
Ele acorda ouvindo barulho de carro e passos no quintal.  
A vizinhança está calada e insegura, premeditando o final que já conhecem bem.  
Na madrugada da favela não existem leis, talvez a lei do silêncio, a lei do cão talvez.  
Vão invadir o seu barraco, "É a polícia!"  
Vieram pra arregaçar, cheios de ódio e malícia, filhos da puta, comedores de carniça!  
Já deram minha sentença e eu nem tava na "treta", não são poucos e já vieram muito  
loucos.  
Matar na crocodilagem, não vão perder viagem, quinze caras lá fora, diversos calibres, e eu  
apenas com uma "treze tiros" automática.  
Sou eu mesmo e eu, meu deus e o meu orixá.  
No primeiro barulho, eu vou atirar.  
Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém.  
É o que eles querem: mais um "pretinho" na Febem.

(Música "O homem na estrada", de Racionais Mc's)

Notáveis pela “acidez” em suas letras de música porque enunciam/denunciam a *vida loka*<sup>52</sup> nas periferias, o grupo de *rap* Racionais Mc’s faz de sua singularidade um ato político, um agenciamento coletivo de enunciação (Deleuze; Guattari, 2007)<sup>53</sup>, ao revelar, por meio de suas músicas, a guerra vivida na favela.

Mas, o que é a vida na favela se não a guerra? Hirata (2011) aponta o grau de inteligibilidade das pessoas que vivem nestes contextos periféricos onde o conflito e o enfrentamento cotidianos são postos em um primeiro plano de sociabilidade local, permanente.

“A vida é uma guerra, mas não apenas porque é difícil vivê-la. Não se trata somente das dificuldades das pessoas para sobreviver e vencer a pobreza. Pensar a vida como guerra é uma maneira de conferir inteligibilidade a todas as relações sociais a partir da ideia do conflito e do enfrentamento. São múltiplos os conflitos que organizam a vida: entre brancos e negros, entre ricos e pobres, com a polícia, com o Estado, com a ideia de sistema, mas também entre homens e mulheres ou entre os pobres, com os tipos sociais (...). A guerra cotidiana é uma maneira de compreender o que se passa no interior do corpo social, portanto a guerra é entendida como relação social permanente” (Hirata, 2011, p.193).

Interessa-nos pensar aqui este estado de violência (Gros, 2009) que se opera nas materialidades da periferia de São Paulo e as relações que se constroem com o Estado, aqui representado pelo aparato policial.

---

<sup>52</sup> Os Racionais chamam de *vida loka* o drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar da vida e da morte. Essa *vida loka* exige e ativa certo proceder nas periferias paulistanas. Vida tecida nas franjas periféricas da cidade e que compõe as letras de música de muitos *rappers*. Expressam uma composição de traços heterogêneos que, em sua combinação, promovem algo novo, produto e produção de uma grade de diferentes repertórios conhecidos nas periferias da cidade de São Paulo, dentre as quais, a arbitrariedade policial (Hirata, 2011).

<sup>53</sup> Considerando que o jovem está imerso em uma diversidade de fatos, objetos, relações, outros jovens, outras pessoas, pela música, pela literatura, faz com que o narrar a própria história provoque linhas de enunciação traçadas em uma composição heterogênea. Todo enunciado é produto de agentes coletivos de enunciação, isto é, multiplicidade. Tanto Jorge quanto os outros jovens, quando falam de si, não falam sozinho, mas falam coletivamente.

Hirata (2011) descreveu e analisou um episódio envolvendo a polícia e o grupo de *rap* Racionais Mc's durante a Virada Cultural<sup>54</sup> na praça da Sé em 2007. Conta que a praça estava tomada pelos jovens da periferia, público preferencial deste grupo. Após quatro músicas cantadas, durante a apresentação da canção “Negro Drama”, que faz uma crítica aos modos como os negros ainda continuam sendo tratados no Brasil, uma pequena confusão se inicia do lado esquerdo do palco. Algumas pessoas se afastam para tentar se proteger do tumulto, e outras começam um atrito com policiais que fazem a “vigilância” local. Contudo, como temos visto cotidianamente, os policiais têm reagido de forma desproporcional<sup>55</sup> e, neste local, não foi diferente. A tropa tentou dissipar a multidão que assistia ao show, avançando de forma violenta contra a população. Os integrantes do grupo solicitavam que “esquecessem a polícia” e o incidente. Tudo parecia retornar ao normal quando a polícia voltou ao confronto. Num instante, várias viaturas já estavam posicionadas, a tropa de choque e dezenas de policiais caminhavam em direção ao público, soltando bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. A multidão corria em pânico. Viaturas continuavam avançando sobre as pessoas, numa atitude de ameaça. Do palco, os Racionais tentavam acalmar a situação, mas em vão. A correria era generalizada. A polícia continuava atirando bombas e agredindo as pessoas, sem que elas tivessem nenhuma relação com os incidentes iniciais.

Para Hirata (2011), esses enfrentamentos colocam em evidência os traços típicos de um Estado autoritário que, mais uma vez, se utiliza da violência e de modos arbitrários contra as populações mais pobres. O show, enfim, se encerra e uma grande onda de violência se

---

<sup>54</sup> Promovida pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, a Virada Cultural, inspirada nas “noites brancas” europeias, tem como objetivo fazer valer o direito de ocupação dos espaços públicos da cidade durante 24 horas, através das mais diversificadas atividades culturais: teatro, circo, dança, literatura, visitas a museus, exposições, festas e apresentações musicais espalhadas pela cidade.

<sup>55</sup> Muitas têm sido as tentativas de legitimar e deslegitimar o uso do aparato policial nos eventos que envolvem a grande massa da população. Temos acompanhado a discussão não apenas pelos noticiários, como dos especialistas no assunto sobre a relação que se tem travado em torno da ação policial, dos manifestantes e das violências. As manifestações ocorridas em junho de 2013, sob a égide do aumento do transporte público, disseminaram Brasil afora diversas reivindicações, extrapolando para a exigência de outras pautas públicas, como saúde, educação, cultura, gastos com a Copa do Mundo, dentre outras. Várias tentativas, por parte do Estado e da polícia, têm se colocado em pauta como forma de inibir e coibir o estado de guerra ou de violências que se instala nas manifestações.

espalha pelo centro da cidade. No dia seguinte, as manchetes retratam o fato como “vandalismo” desses expectadores contra o centro da cidade.

“De fato, toda a confusão se deveu muito à polícia e à sua enorme indisposição contra o grupo de *rap* e os expectadores. É conhecida a aversão da polícia aos Racionais, que sempre denunciaram sua violência e sua arbitrariedade contra as populações mais desfavorecidas. Horas depois do incidente na praça da Sé, um comandante da polícia declarou que ‘já sabia’ que o show terminaria daquela maneira (...) parecia evidente o enorme antagonismo entre a polícia e o público presente” (Hirata, 2011, p.191).

Igualmente na zona norte de São Paulo, particularmente na Avenida Massao Watanabe onde ocorreria um evento promovido pela Associação Fábrica de Gênios, o Cinescadão, os jovens são surpreendidos pelo aparato policialesco – polícia, guarda municipal, guardas da CET – que tenta impedir, a qualquer custo, a sua realização no dia 1º de Maio. Anderson descreve o “corre” feito para que o evento, marcado com antecedência, pudesse acontecer.

*“Veja só o que ocorreu no último Cinescadão, de 1º de Maio, no feriado do Dia dos Trabalhadores. Estava todo programado para acontecer o evento na Avenida Massau Watanabe, pois seria um grande evento, reunindo muita gente, por isso decidimos fazer na Avenida e não no beco, como de sempre. Fizemos toda a ‘correria’ para fechar a rua, mas alguns dias antes fomos pegos de surpresa. Nosso sub-prefeito, que é Coronel da Polícia Militar, enviou uma carta para ele mesmo do Batalhão da PM aconselhando a não autorização do Cinescadão, por conta de que naquele lugar ocorre já um outro movimento, o do funk. Um parênteses: aquilo não é movimento funk e sim um “pancadão” ou barulho como*

costumamos chamar. Na realidade, a polícia estava alegando que aquela área continha um alto índice de violência e que, ao realizar nosso evento, poderia correr o risco de aumentar ainda mais o risco na comunidade. Só que a PM e a sub-prefeitura não contava que tínhamos meios jurídicos para conseguir realizá-lo. Fomos atrás da Defensoria Pública e travamos essa luta para conseguir fazer o Cinescadão. Já estava tudo organizado, os grupos convidados, as pessoas de várias partes da cidade sabendo. E o que aconteceu.. eles (a polícia) deixaram para nos avisar e enviar a carta com o informe proibindo o Cinescadão na tarde de 6<sup>a</sup>-feira. O evento estava marcado para o dia 1<sup>o</sup>. de Maio, na 3<sup>a</sup>-feira. Tudo em cima da hora para não ter tempo de correr atrás de nada. Mas conseguimos pegar o plantão da Defensoria. Conversamos com a juíza que aparentemente ficou com medo (pode-se considerar medo, porque não queria aparecer, não estava a fim de assumir esta 'bucha'. Então julgou e condenou que não teríamos como realizar evento). Recorremos em segunda instância... Tudo isso de 6<sup>a</sup>-feira para 2<sup>a</sup>. Já na segunda instância, veja como isso é doido. Estávamos nós três, eu, o César do CGB que é parceiro do Cinescadão e amigão do Fábio Galvão e o Cafu, que é o desenhista do grupo com o juiz que iria julgar se o evento ocorreria nesta data ou não. Eu fiquei mais na 'contenção', como posso dizer... no plano B caso não rolasse o evento. Um dos juízes chegou a cancelar o evento. No dia 1<sup>o</sup> de Maio, às nove horas da manhã, o César e o Cafu mandaram uma notícia, pelo Facebook, dizendo que o juiz havia ligado e falado que havia concedido à Vara para que o evento ocorresse. Mas nós já havíamos cancelado com a CET o fechamento desta avenida, pois se não cancelássemos com este órgão e eles chegassem lá para a montagem do palco e não pudessem montá-lo, teríamos problemas nas próximas vezes. Pensamos... vamos dar um jeito, vamos fazer o evento

mesmo assim. Às nove horas da manhã de 1º de Maio fomos ao fórum buscar o alvará e nisso umas quinze viaturas chegaram na Avenida Massadu Watanabe, onde o evento ocorreria. Fecharam-na junto com a Corregedoria (porque eles não são bestas de sair de casa sem antes passar na Corregedoria!!!) e disseram: “Nós viemos aqui para avisá-los que não vai ter evento algum aqui. Já preparamos o choque para vir também, pois temos ordem para impedir que vocês realizem este Cinescadão (o tenente, o capitão do Batalhão é quem vem até o Jardim Peri avisar os organizadores)... Nós já temos ordem para dispersar. Dispersar já sabe, não é? É borrachada, bala de pimenta, bala de borracha... enquanto isso o Cezar e o Cafu responderam: “Temos a autorização para fechar a rua. Agora, nove horas da manhã, recebemos a ligação da Defensoria. Um colega nosso já está indo buscar, quer dizer, já foi buscá-la. À uma hora da tarde o alvará chegou. O responsável pela Corregedoria pegou o papel, leu e falou para todo mundo ‘vazar’, sair de lá pois nós tínhamos o direito de fechar a rua e o fizemos só de pirraça e também porque queríamos que o evento acontecesse. Pegamos o equipamento que tínhamos em mãos e realizamos o evento, tipo ‘pé no chão’, montamos uma tenda no meio da Avenida Massau, bem no pé do morro, em baixo, e aproveitamos que a rua ficava em uma descida, assim, a tenda virou um palco. Começamos por volta das 14 horas e fomos encerrar lá pelas 22 horas. Estavam presentes algumas pessoas que já havíamos convidado, Djs, duas bandas de reggae... foi muito bom. A população veio em peso prestigiar. Tivemos várias apresentações, vários grupos de todos os lugares de São Paulo. Eu aproveitei para cantar solo. Três grupos de rap e duas bandas de reggae, e, no final, a apresentação do CGB (Cada Gênio do Beco, grupo de rap que faz parte da Associação Fábrica de Gênios e promove o Cinescadão). Em relação

*ao pessoal do 'pancadão' (funk) eles fizeram o evento deles e nós o nosso. Não tivemos problemas em relação a isso. Eles aproveitam para juntar todos os caras do movimento com carro, aproveitam o som alto e ficam curtindo na rua, fazendo aquelas 'putarias'. Logo que nós fechamos a rua, eles começaram com o movimento deles. No final, a polícia apareceu, um rapaz foi sair, houve uma correria, mas ninguém se machucou, quer dizer, encontrei com uma menina no ônibus essa semana e ela me disse que, ao descer do metrô correndo com medo, acabou se machucando e veio se esconder dentro do nosso evento. Conosco não aconteceu nada, pois respeitamos direitinho o horário do evento' (Anderson Jocker).*

Estes episódios, nada esporádicos, ilustram um aspecto fundamental que é a relação entre a polícia, representada pelo Estado, e a população que vive nas periferias da cidade, particularmente, os jovens. A hostilidade contra a polícia, por parte dessa população, não é de todo desprovida de sentido, está ligada fortemente ao sentimento de injustiça e desrespeito em relação a tal corporação, mas não somente a ela.

De certa maneira, todo o conjunto de precariedades que descrevemos anteriormente nesta tese e que compõem o drama cotidiano a que estão submetidas as populações mais vulneráveis em São Paulo produz uma certa proximidade com as letras de *rap* do Racionais Mc's. Quiçá porque são os grandes porta-vozes desses dramas ou porque revelam, em suas crônicas, o sentimento de injustiça e desrespeito absoluto que viola princípios e direitos humanos de parcela da população.

Alguns autores que se debruçam sobre o crescimento da violência urbana (Adorno, 1999; Caldeira, 2000; Peralva, 2000) são consoantes em afirmar que tal crescimento

está intimamente atrelado à desorganização e ao uso arbitrário da força policial diante do conflito.

Episódios envolvendo a polícia e a população na periferia não são raros, mas corriqueiros e recorrentes. Todos têm uma história para contar. Jorge diz que os jovens da periferia já se acostumaram às arbitrariedades policiais, consideradas quase que naturais no cotidiano da favela.

*“Continuo apanhando de polícia, levando uns tapas, até já comi maconha por causa deles (...). Se perguntar para os jovens se já tomaram enquadre, tapa, todos vão dizer que isso é algo corriqueiro, normal na favela. Normal. Reclamamos para quem? Para a polícia, para a Promotoria?” (Jorge).*

De tão comum e frequente que ele revela a situação na qual foi envolvido há alguns meses, quando retornava do trabalho.

*“Há uns quatro, cinco meses atrás fui enquadrado na rua da minha casa chegando do trabalho. Eram mais ou menos umas dez, onze da noite. Estava fazendo oficinas de literatura. Na minha rua, tinha uns caras que roubavam fios. A rua estava toda escura. Estava chegando em casa com o fone no ouvido e percebi que uma viatura vinha atrás de mim. Só tirei o fone de um dos lados e pensei: ‘Se falarem comigo vou ouvir!’. E continuei descendo a rua. Estava vendo que a viatura estava me seguindo, mas como ninguém falou nada, eu também*

não retruquei. Pensei: 'Não devo nada, não vou parar'. Acendi um cigarro. Tava de bermuda, chinelo, camiseta regata, pois o calor era intenso nesta noite. Ia em direção à minha casa até que em um determinado momento, um miserável de um policial veio em minha direção já me esculachando, gritando comigo: 'E aí seu filho de não sei o quê, não vai parar não?' Olhei para trás e falei: 'Você está falando comigo?'. Responderam: 'É, com você sim'. Retruquei: 'Tudo bem, você não falou nada'. E eu tenho tatuagem pelo corpo todo. O policial perguntou: 'Onde está o pó?'. Respondi: 'Não, não tenho pó, não tenho nada não, senhor'. E o policial questionou: 'E nessa mochila, tem o quê?'. Eu estava com a mochila cheia de livros que havia emprestado para a molecada do abrigo onde trabalho e eles haviam me devolvido exatamente naquele dia. E eles questionaram novamente: "Arma ou droga?". Pensei: "Ai meu pai, nunca pode ser um livro, sempre tem que ser arma ou droga". Aí já falei: "Não, é livro, meu material de trabalho. Estou vindo do trabalho". Eles contestaram: "Do trabalho? Você tá vindo do trabalho? Porra, que trabalho é esse, que você anda desse jeito!" Respondi: "sou educador, trabalho num abrigo. Faço oficina de literatura". Estava aquela garoinha medonha, cenário horrível, o chão tava molhado. O policial então falou: "Deixa eu ver o que tem na sua mochila". E falei: "Porra, é livro!" E eles insistiram: "Se não tem problema, então deixe-me ver se é livro!". Respondi: "Tá bom". Peguei minha mochila, ele logo a agarrou e virou toda no chão. Fiquei olhando para a cara dele doido para mandá-lo para 'puta que pariu'. Agachei e fui pegar meus livros. Fiquei muito bravo. Eles ainda retrucaram: 'Você tá nervoso?'. Respondi, mesmo sabendo que ia tomar uns tapas: 'Eu tô nervoso, lógico que eu tô nervoso, porque eu estou chegando do serviço às onze horas da noite, eu moro ali, vocês jogam todo meu material no chão, que é meu material de trabalho e vocês querem

*que eu fique como, sorrindo, soldado Roberto!'. Ao falar seu nome, mudou a relação. O Roberto então gritou: 'Você está se alterando, isso é desacato à autoridade. Podemos te levar preso'. Eu falei: 'Isso que vocês estão fazendo é que é abuso de autoridade'. Neste momento, meu irmão já tinha saído no portão de casa, porque quando os vi chegando, mandei uma mensagem para ele dizendo que se não chegasse em vinte minutos, que era para aparecer no portão. E ele já estava lá. Minha mãe saiu também. Não tenho costume de ficar na rua. Antes de partirem, ainda disseram que se por um acaso, nos encontrássemos novamente, o negócio ia ser diferente. É muita humilhação. Mas vou reclamar para quem?'" (Jorge).*

Jorge assim como a grande maioria dos moradores na periferia torna-se presas fáceis de um sistema que tenta impor sua máquina de guerra contra o suposto inimigo – o jovem, negro, pobre e suspeito da favela. E ainda completa:

*"Os crimes cometidos em 2006, chamados "crimes de maio"<sup>56</sup>, quando o PCC ordenou aquela matança de policiais, morreram mais de 400 pessoas inocentes. Mais da metade deles nem passagem tinham pela polícia'" (Jorge).*

---

<sup>56</sup> Esse episódio ficou marcado na história da violência social como "Os ataques do PCC", noticiados diariamente pelos principais meios de comunicação. À época eu trabalhava na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) quando fomos tomados pela onda de violência e ataques desta organização criminoso que se espalhou pelo Estado de São Paulo, aterrorizando principalmente as cidades onde o PCC atuava. Recordo-me que estava saindo da universidade quando me avisaram que aquela linha de ônibus seria a última do dia. Pois outros ônibus já haviam sido incendiados em diferentes partes da cidade. Por isso a ordem expressa era: recolham o restante na garagem. Saí sem saber ao certo o que estava havendo, todos naquele ponto de ônibus comentavam a ação do PCC em diferentes pontos da cidade. Cinco da tarde já não havia mais ninguém pela rua. Parecia feriado nacional. Na TV, notícias em todos os canais abordavam os ataques às bases móveis da Polícia Militar, delegacias, agentes e prédios públicos, assassinatos de policiais em serviço e à paisana. Como afirma Feltran (2011), *ritualizava-se assim a presença do Comando não apenas na imensa maioria das cadeias paulistanas, mas também em praticamente todas as periferias urbanas de São Paulo* (p.176).

Relata já ter sentido na pele o ônus de ser um jovem, negro, morador da Brasilândia. Tal tipificação encontra na figura da população trabalhadora a imagem do *suspeito*. Mas, quem é o suspeito? Que características apontam para a construção do imaginário *suspeito*? Jorge assinala que, *para a polícia, ser jovem e preto da favela é o suspeito*. Em uma conversa informal com o pai de uma colega, policial da Rota, continua:

*“O pai de uma amiga minha é policial da Rota. Uma vez, frequentando a casa dela, acabei esbarrando com ele. Meu terror era encontrar com ele lá, pois tinha uma cara de folgado (...). Estávamos todos sentados à mesa conversando, trocando ideia sobre o trabalho, o Sarau da Brasa. Eis que ele aparece, cumprimenta a todos e resolve sentar na sala. Mas ele nunca tinha trocado nenhuma ideia conosco. Talvez quisesse ser gentil, conversar com a gente sobre as coisas que fazíamos (...). Comecei questionando as abordagens da polícia e lhe perguntei quem era o suspeito. Ele retrucou dizendo que o suspeito era o “negrão”. Respondi dizendo que se ele tirasse a farda, o que sobraria? Me respondeu dizendo que também era o suspeito. Indaguei o que achava disso pois era um policial negro, residindo na periferia – a Brasilândia, vivendo uma vida toda naquele lugar. Ele reafirmou dizendo que negrão era o suspeito! Tentou se explicar dizendo que quando chegou à corporação da Polícia Militar, isso já existia, já funcionava assim. É uma ideia incorporada sem a menor reflexão. E ainda completou dizendo que quando entrou para a polícia, queria fazer a mesma coisa que eles (do sarau) faziam: tirar o menino do tráfico, tentar ajudá-lo a estudar, plantar uma ideia na cabeça deles. Mas depois de vinte anos na polícia, o máximo que conseguiu fazer foi*

*plantar moleque no Cachoeirinha! No bairro Cachoeirinha, existe um cemitério. Ele enterrou vários jovens ali, segundo ele, suspeitos. Auto de resistência! Hoje, próximo de se aposentar, continua trabalhando como policial e faz alguns bicos como segurança particular” (Jorge).*

As descrições de como a polícia age nas periferias e mata por engano, encobrindo os assassinatos, coincidem com os relatos das organizações de direitos humanos e as pesquisas de militantes na área (Barcellos, 2002; Feltran; 2009; Hirata, 2012). Frequentemente a polícia confunde trabalhadores com criminosos, usa da violência para inibir e humilhar as pessoas pobres e procura disfarçar e acobertar os erros quando são cometidos. É tênue a fronteira que separa a imagem do homem trabalhador do criminoso (Caldeira, 2000). Além disso, a população pobre precisa constantemente provar suas identidades de trabalhadores dignos, apresentando, no ato da apreensão, carteira de trabalho, RG, a mochila, a marmita e os calos nas mãos como uma forma de diferenciação do trabalhador x bandido.

*“Meu pai sempre me alertou dizendo que, ao sair de casa, não me esquecesse de levar o RG e o holerite para mostrar que ‘você é um trabalhador’ (...). É, sempre fiquei com isso na cabeça. Ele mesmo já tinha sido levado pelos policiais a uma delegacia porque não portava documentos. Tive que ir até 45º DP, apresentar seus documentos e dizer que meu pai era trabalhador” (Jorge).*

Em relatório, a organização não governamental “Human Rights Watch” (2013) sinalizou que o Brasil tem enfrentado grandes desafios em relação aos direitos humanos e criticou as práticas abusivas e as violências praticadas por agentes policiais. Somente no primeiro semestre de 2012, cerca de 500 pessoas foram mortas por policiais entre o Rio de Janeiro e São Paulo, sob a alegação de “auto de resistência” ou “resistências seguidas de morte” pela polícia em confronto com criminosos.

Jorge recorda-se de um colega que estava na rua fumando maconha quando foi abordado pelos policiais. Assustou-se e correu. Atiraram pelas costas porque o jovem “era suspeito”. Anderson também tentou, certa vez, lembrar seus parceiros de quebrada, fazendo uma lista com o nome de todos os jovens que conhecia. Resistiu até o número setenta. Se deu conta de que muitos deles haviam sido assassinados pela polícia.

Barcellos (2002) concluiu, em seu livro-investigativo<sup>57</sup> a respeito do extermínio de civis pela polícia, que 65% dos mortos pela PM de São Paulo eram cidadãos comuns, sem nenhum antecedente criminal, ou seja, eram inocentes, quase sempre homens, jovens, negros ou mestiços. Tal conclusão foi resultado do confronto entre o banco de dados produzido pelo jornalista, à época de sua investigação, e os dados do arquivo da Justiça Civil. Prova estarrecedora constatada por Barcellos é de que em cada dez pessoas assassinadas, seis não tinham envolvimento algum com o mundo do crime. Embora tais dados tenham sido levantados no final da década de 1990, ainda permanecem frequentes os episódios como os descritos por este autor.

---

<sup>57</sup> “Rota 66” foi o nome do livro-investigativo, lançado pelo jornalista Caco Barcellos, em 1987, que trata da ação de matadores oficiais contra civis envolvidos ou não com os crimes na cidade de São Paulo. O livro é dividido em três partes: na primeira, mais conhecida como “Rota 66”, narra a história de três jovens, de classe média alta, que estão curtindo a noite paulistana e, no retorno, são abordados pelos PMs em patrulha e mortos a queima-roupa. Na segunda parte do livro, Barcellos trabalha a perspectiva dos matadores, à luz das histórias dos PM’s que, quando chegam ao julgamento, são absolvidos ou por falta de provas ou pela defesa do papel desempenhado em ato. Na terceira parte, o autor dá voz aos inocentes, procurando retratar histórias de pessoas que tiveram suas vidas ceifadas nas mãos dos justiceiros de fardas.

Anderson relata um inusitado “encontro” que teve com a Rota, ao retornar de um “rolê de pichação” na favela. Aterrorizado com a abordagem, Anderson narra os momentos de horror e o medo que teve de morrer nas mãos da polícia.

*“Estávamos entrando na favela do Sucupira quando nos deparamos com a viatura da Rota. Resolvemos andar pois, se corrêssemos, correríamos o risco de eles atirarem. Os policiais desceram com a arma em punho e já humilhando a gente dizia que um de nós iria morrer, pois estavam indo atrás de um bandido, iriam matar um bandido e estavam indo atrás dele. Por sorte ou azar deles, acabaram se encontrando. Na revista, acharam uma lata de spray na mochila do Wellington. Perguntaram de quem era. Como ninguém respondeu, o policial tirou um envelope do carro e mostrou várias letras de pichação, questionando o Wellington se não era a letra dele. Wellington negava. Liberou os demais e disse que o Wellington ficaria com eles. Resolvi ficar junto, pois não ia deixar meu colega sozinho na mão daqueles caras. Por sorte receberam uma outra ocorrência pelo rádio e nos liberaram apesar de baterem muito no Wellington antes de nos dispensarem. Corremos como nunca na vida. Entramos num beco e avistamos a casa de um colega. Entramos quase que com a porta toda. Neste exato momento, a viatura passou. Foi só um gelo na barriga e mais nada. Naquele dia, achei que a morte apareceria” (Anderson Jocker).*

Estudiosos da violência (Caldeira, 2000; Peralva, 2000) afirmam que um dos aspectos mais perturbadores da crescente onda de violência em São Paulo não é o fato de que o crime

violento esteja aumentando – algo corriqueiro nas grandes metrópoles do país e do mundo – mas o de que as instituições da ordem parecem contribuir para esse aumento ao invés de controlá-lo. Como aponta Caldeira (2000), em São Paulo, a polícia faz parte do problema da violência, que utilizando de métodos violentos ilegais ou extralegais, como citados por Anderson e Jorge, para coibir a prática de crimes. Entretanto, sabemos que a prática da tortura tem sido comumente empregada com a classe trabalhadora, alvo da repressão política.

A questão social (Castel, 1998) permanece caso de polícia. A população mais pauperizada tem sofrido constantemente várias formas de violência policial e injustiça legal, aprendendo não apenas a desconfiar do sistema judiciário como também a ter medo da polícia (Caldeira, 2000).

A crítica ao aparato policial ocorre igualmente quando as pessoas conseguem entender os perigos enfrentados pelos policiais e suas más condições de trabalho, sendo que muitos deles vivem sob o mesmo território – a periferia. Jorge tenta justificar o outro lado – o lado da polícia - explicando que as semelhanças nas condições de vida – ser jovem, “preto”, da favela – convergem para trajetórias de vida dissonantes.

*“Ao longo dos meus 27 anos, fui tentando conhecer e entender também o lado dos policiais e percebi que são encrencados como nós. Tive vários amigos que, quando jovens, fumavam maconha junto comigo. Hoje entraram para a corporação da polícia e estão nas ruas, fazendo barbaridades. O Tatau foi um deles. O Leo também foi outro. O discurso de ambos era muito semelhante. Cansados de levar tapa quando jovens, agora queriam começar a dar nos outros (...). Quem é que vai se sujeitar a tomar tiro por dois mil reais na favela? Quem se*

*sujeita a este tipo de ofício é o favelado, preto, da periferia” (Jorge).*

Uma reversão dos papéis ocorre com determinados sujeitos, moradores na periferia. Cansados de serem humilhados e torturados pela polícia, resolvem passar para o outro lado, inserindo-se no mais baixo escalão da corporação. Esta sujeição às regras e a normatização da vida no interior da instituição ocorre na medida em que estes trabalhadores-assalariados, colocam em “cheque” a própria existência e passam a servir o estado através da força e da repressão.

## Capítulo VI - Corpo, território e subjetivação - o corpo como inscrição de territórios existenciais

A experiência de pesquisa com jovens da periferia pôs em relevo distintas maneiras de se fazer comunicar: o corpo aparece também como um território de inscrição existencial. São histórias cravadas no corpo e que se comunicam pelo corpo. Jorge é um dos jovens do extremo da zona norte de São Paulo que fala por e com o bairro em que reside. Tal visibilidade é demonstrada na inscrição de sua própria pele, como se seu corpo comportasse a extensão do próprio espaço geográfico. *Brasa* foi tatuada na região posterior do braço direito como uma marca que o evidencia e o reconhece como sujeito desse lugar. Outras tantas, não tão visíveis porém enunciáveis, escrevem a sua própria história e a de seu bairro. Assim relata ele:

*“A ideia de tatuar o nome do meu bairro no meu braço esquerdo foi por conta do grupo de literatura. Isso faz a gente colar no Sarau da Brasa. É também uma homenagem ao meu bairro (...). Quando dizia que era da Brasilândia, vinham várias coisas na cabeça do sujeito, desde que você era ladrão até que você era bom malandro. Rola essa identificação de comentarem da Brasilândia” (Jorge).*

“O corpo é um mapa cultural”, já dizia Canevacci (1990, apud Diógenes, 2008, p.185), narrando não apenas as histórias individuais, mas, sobretudo, uma dimensão cultural mais ampla. Corpo, palavra e aqui território se fundem em uma imagem visual, em signos de

comunicação. “Exibir-se é uma forma de enunciar a existência e marcar sua presença no mundo” (Diógenes, 2008, p.186). Jorge, ao tatuar “Brasa” no braço direito, não apenas chama atenção para o território geográfico ao qual pertence, mas também enuncia seu pertencimento ao grupo do sarau e conjuga uma política narrativa coletiva que se singulariza através da inscrição em sua própria pele.

Diógenes (2008), ao estudar as gangues juvenis de Fortaleza, se refere às tatuagens como uma marca que as diferencia de outros jovens e constitui uma identidade em exposição, quase um sinal obrigatório. “O corpo marcado é também um corpo iniciado, um corpo entendido” (p.189).

Os corpos atuam como linguagem da cidade em movimento, signos que se destacam, criam e traduzem léxicos diversos da semântica-cidade, como polifonia em alto volume (Canevacci, 1997, apud Diógenes, 2003).

Corpo e cidade são inseparáveis quando se trata das marcas que nele se inscrevem. Assim, adornos, adereços, marcas pelos corpos, de certa forma, representam uma apropriação de territórios e construção de laços de pertencimento e reconhecimento pelo outro.

## **Produzindo vida na periferia**

*Quais vidas se tecem na periferia da cidade? Em que territórios elas se conformam e se configuram? Que efeitos as vulnerabilidades e violências têm na produção dos territórios existenciais destes jovens?*

(Diário de campo, final de 2013).

Indagações como estas acompanharam todo o meu processo de trabalho no território da Brasilândia e Cachoeirinha em 2012. Vimos, nesta Parte II, que a periferia se configura como território-vivo e como território existencial. Milton Santos (2000) esclarece que a noção de *território-vivo* leva em consideração não apenas o espaço geográfico, delimitado, mas o lugar onde as relações sociais e as dinâmicas de poder tecem a vida das pessoas.

“A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele, a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Guattari e Rolnik, 2008, p. 323).

Tomamos aqui a ideia de territórios existenciais proposta por Guattari (1992) entendida como produções individuais e coletivas que agenciam os espaços e o processo de produção e circulação de subjetividades. Muito mais do que uma coisa, o território é um ato, uma ação, uma *rel-ação, um movimento (...) um ritmo, um movimento que se repete* (Haesbaert, 2011, p.127). O território não prescinde do humano, não é um ponto de chegada. Algo que está pronto para ser descoberto. Ele é criado, é movimento. É transitório, não definitivo, nem estabelecido (Domenes, 2013). Esta provisoriidade está marcada tanto pelos processos de territorialização quanto os de desterritorialização.

Nesta perspectiva, o território, mais do que o espaço geográfico, compreende também o lócus da existência humana, aquele em que nos sentimos confortáveis, nos sentimos em casa. Ao abandonarmos este território, passamos por um processo que Deleuze e Guattari

(1997) chamam de desterritorialização que constitui na “operação da linha de fuga”, aquela que escapa a qualquer modo de funcionamento único, simples, em uma mesma direção.

“O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (Guattari e Rolnik, 2008, p.323).

Compreender, portanto, os processos de desterritorialização em Deleuze e Guattari, como ferramentas que operam realidades, nos favorece entendimentos não só da ordem filosófica, mas, sobretudo, das práticas sociais na construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação, da produção de subjetividades (Haesbaert; Bruce, s/d).

Incorporar a ideia de territórios existenciais a partir dos processos de desterritorialização e na direção da construção ou da produção de subjetividades de jovens na periferia implica considerar os processos sociais, culturais e políticos nos quais eles emergem, os agenciamentos dos quais eles são efeitos de produção. A periferia é compreendida como o espaço geográfico, lugar da construção subjetiva, o *território-vivo* onde a vida se tece, logo, onde os territórios existenciais aparecem.

Jorge, em sua narrativa, revela como a construção de seu território existencial está atravessada pela Brasilândia. É nela que as histórias ocorrem, se cruzam, se multiplicam, se agenciam em novos territórios mutuamente. Lugares de afetações, conflitos, violências, de desterritorialização.

“Sabe, aqui tem suas histórias e como todo bairro da periferia, estas histórias são cruzadas por pessoas, lugares, afetos, relação, conflitos, violência. Sinto-me parte desta história, pois nasci e cresci na Brasilândia, é o berço da minha vida, de tudo que já vi e já vivi por aqui” (Jorge).

Jorge, durante toda a sua narrativa, não fazia distinção entre a sua singularidade e os processos sociais no território da Brasilândia. Tudo se “mistura” a diversas linhas que compunham a narrativa de sua vida. *Linhas duras*, outras mais *flexíveis*, algumas de *fuga* (Zourabichvili, 2004), que escapam à lógica dominante e fazem funcionar como verdadeiras invenções cotidianas. Tais linhas compõem o território existencial de Jorge e dos demais modos de existência de cada um de nós, possibilitando-nos exercer a invenção, a criação processual da vida. Esta processualidade, este movimento da vida está em inventar novos territórios, em deixar-se afetar pelo que vem de “fora”, desterritorializar e reterritorializar. Jorge recorda-se de quando passou no vestibular em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina, no Estado do Paraná e adquiriu novo status. Um processo de desterritorialização (a entrada na universidade e saída da Brasilândia) e reterritorialização (agora universitário) passou a compor o seu território de existência:

“Lá em Londrina eu não era favelado, era universitário”  
(Jorge).

Os territórios existenciais para Guattari (2006) devem ser pensados como um sistema complexo e heterogêneo, que se configuram pelas relações que eles estabelecem entre si. É na heterogeneidade e multiplicidade das práticas cotidianas onde ocorre um investimento material e afetivo do espaço e do tempo que nosso campo familiar, o “sentir-se em casa”, marca nossas distâncias em relação ao outro e ainda nos protege do caos (Zourabichvili, 2004).

*“Na verdade, são nossas regiões, fazem parte dali e de mim” (Fábio Galvão).*

Fábio revela, igualmente como Jorge, como as circunstâncias, os elementos que se definem entre os encontros que podem ou não trazer outras marcas, romper com sentidos conhecidos, acaba por fundar territórios existenciais na periferia.

## **Parte III**

---

### **Arte, cultura e produção de subjetividade juvenil**

## **Capítulo VII - Modos de subjetivação pelos circuitos culturais – mas... o que os jovens desejam?**

O que os jovens desejam? Fazer transformação? Fazer revolução? Com quais armas atuam para provocar esta mutação? Que mudanças macro e micropolíticas operam na realidade local? Questões como estas permeiam os discursos, os poemas, as rimas de *rap*, as composições poéticas, as artes audiovisuais, o vídeo popular produzido por jovens na periferia. Uma forma de não se fazer calar.

Assistimos, diariamente, nos noticiários e na imprensa em geral, a discussões e debates em torno das juventudes que ocupam as ruas e os espaços públicos. Quem são estes jovens? E o que reivindicam? Alguns críticos ao redor do mundo, têm se posicionado diante dos fatos que se sucederam e apontaram pistas que nos pareceram coerentes e importantes elucidar.

As manifestações de junho de 2013 no Brasil refletiram algo que já se anunciava mundo afora, em 2011, com as “rebeliões juvenis” e ocupações dos espaços públicos - da Primavera Árabe aos protestos contra as medidas de austeridade econômica na Europa, do “Occupy Wall Street” aos indignados da Espanha (Carneiro, 2012). Fenômeno que há muito tempo não se via no cenário político social: “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protestos com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (Carneiro, 2012, p.7).

*A rebelião popular voltou à ordem do dia!* diziam alguns analistas políticos à época da eclosão mundial coletiva. O pano de fundo objetivo é uma crise de dimensões sociais,

econômicas, financeiras e políticas que se arrasta desde 2008 em todo o continente europeu, têm como disparadores a carência de alimentos, o aumento do desemprego e principalmente, a ausência de representatividade política fazendo jus às necessidades da população. Tais movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura (Carneiro, 2012).

No Brasil, as manifestações também tomaram as praças públicas e, não por acaso, o grande centro financeiro, a Avenida Paulista, coração da cidade de São Paulo. Além de ser este o espaço de disputas mercantis, também é o do encontro de coletivos que reivindicam diversos direitos. Inicialmente, as manifestações são organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em torno do aumento da tarifa de transporte público paulista. Entretanto, rapidamente, se estende de forma epidêmica<sup>58</sup> por todo o país e outras pautas governamentais são reivindicadas, como saúde, educação de qualidade, reprovação da PEC 37<sup>59</sup>, gastos com a Copa do Mundo de 2014, dentre outras reivindicações.

Muitos pensadores e críticos da situação contemporânea ensaiam análises e interpretações dos significados deste novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeiro (Carneiro, 2012).

Há muitas controvérsias em relação às falsas interpretações e aprofundamentos teóricos a respeito das manifestações que se dão nas ruas. Para alguns, tais movimentos,

---

<sup>58</sup> Segundo Carneiro (2012), uma onda de catarse política, protagonizada especialmente pela nova geração que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, as redes sociais da internet, tomando uma forma de “disseminação viral”, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (Carneiro, 2012).

<sup>59</sup> A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, mais conhecida como PEC 37, foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos, sobretudo do Ministério Público (MP) (Brasil, Senado Federal, 12.7.2013).

porque desarticulados e apartidários, aparentemente sem pauta de reivindicação e ausência de centralidade de um poder, não sabem o que querem. Outros, porém (Sakamoto, 2012; Safatle, 2012), reafirmam ser este um momento oportuno para descobertas e utopias, pois aquecem o debate e abrem-se para o novo, para o improvisado, para o desconhecido.

Safatle (2012) ao improvisar uma conferência no Vale do Anhangabaú, em outubro de 2011, durante o “Ocupa Sampa”<sup>60</sup>, dirige-se à massa e pergunta: “O que vocês estão fazendo aqui?” (p.45). Parecia uma boa maneira de começar a pensar sobre o assunto. Para ele, a ocupação de praças e ruas pela população brasileira constitui-se “peças de engrenagem que se montou de maneira completamente inesperada e imprevisível em várias partes do mundo” (p. 46). Momento oportuno em que certos acontecimentos localizáveis na história têm a força de mobilizar uma série de outros processos. “Ideias que começam a circular desconhecem as limitações do espaço e favorecem a construção do novo” (p.47).

Mas, o que tais manifestações têm a ver com os coletivos de jovens na periferia da cidade? Que semelhanças guardam entre si?

Talvez sejam os jovens do contemporâneo, que não se encontram nem na linha dos “problemas” nem na linha da “solução”, pois vivem o cotidiano da periferia e procuram um espaço, um tempo, uma forma, uma linguagem para expressar seus desejos, dores, angústias, alegrias e temores. Querem ser ouvidos ou, simplesmente, ser vistos (De Tommasi, 2013). É deste processo de invenção e criação de realidades que gostaríamos de tratar daqui em diante.

---

<sup>60</sup> O *Ocupa Sampa* fez uma analogia ao *Occupy Wall Street*, em 16 de outubro de 2011, em São Francisco, EUA, como uma forma de protesto.

## Os circuitos culturais juvenis na periferia da zona norte de São Paulo.

*“Comecei a fazer este tipo de investimento, em mim e na comunidade” (Jorge).*

Assim como nas manifestações de junho de 2013, a ocupação dos espaços na cidade, especialmente na periferia, já não se apresenta como algo inédito. A comunidade em geral, e os jovens na periferia, em particular, fazem da rua o lugar do encontro, da sociabilidade, da produção de novas subjetividades. Outros territórios existenciais se constituem a partir das histórias, das experiências, dos acontecimentos que se cruzam no espaço da periferia.

Uma das perspectivas para refletirmos sobre a juventude pobre e as violências é em direção aos efeitos destas violências, seus efeitos de subjetivação no bojo dos movimentos sociais nos quais os jovens se engajam, principalmente naqueles desenvolvidos no campo de suas culturas.

Podemos conceber as culturas juvenis a partir de duas maneiras: a primeira, através das socializações que as ordenam e a segunda, por meio das expressividades performáticas submetidas em seus cotidianos. A distinção entre as duas perspectivas pode ser compreendida à luz da perspectiva dual proposta por Deleuze, ao dizer do “espaço estriado” e do “espaço liso”<sup>61</sup>. Para Pais (2006), o *espaço estriado* deleuziano é revelador da ordem, do controle.

---

<sup>61</sup> Segundo Silva (2009), “para Deleuze e Guattari, liso e estriado designam duas formas ou modos de ocupar ou habitar o espaço, sendo liso o que é povoado por acontecimentos, afetos e intensidades; e estriado o que fecha essa superfície para compartimentá-la segundo intervalos definidos e determinados” (p.188).

Seus trajetos aparecem confinados às características do espaço que os determinam. Já o *espaço liso* abre-se ao caos, ao nomadismo, ao devir, ao performativo.

Alguns jovens, ao adentrarem na vida adulta, seriam adaptados às formas prescritivas das culturas tradicionais. Esta passagem ocorreria, predominantemente, em espaços estriados. No entanto, entre outros jovens, tais transições encontram-se atualmente sujeitas às culturas performativas que emergem das “ilhas de dissidência” em múltiplos contornos que constituem os cotidianos juvenis. Ou seja, as culturas juvenis estariam atreladas às linhas de fuga performativas porque, na realidade, os jovens nem sempre se enquadram nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe (Pais, 2006). Preferimos pensar as culturas juvenis como modos de resistência/existência de vida, como estratégias de poder que produzem e investem nas potencialidades criativas do político, na defesa de um lugar performático de ser, se inventar e fazer acontecer na periferia.

Muitos jovens que habitam tais territórios têm se constituído e construído suas identidades não a partir de categorias conceituais fixas, como as classes de idade ou padrões normativos de comportamento, mas, especialmente, de seu engajamento em ações estético-político-culturais, em que as disputas pela construção de sentidos coletivos acabam conformando novas produções de sujeitos no contemporâneo.

Os estudos e as pesquisas em torno das culturas juvenis apresentam-se inseparáveis da análise dos processos ligados à globalização, à produção do imaginário, à circulação e à produção de localidades (Costa, 2006; Weller, 2011). Para Weller<sup>62</sup>, a noção de cultura juvenil constitui parte da cultura de uma sociedade na medida em que seus atores – os jovens – são vistos como uma categoria social e geracional específica, com autonomia e poder de decisão sobre suas vidas.

---

<sup>62</sup> Estudos mais recentes sobre as culturas juvenis apontam, segundo a autora, a associação entre os estilos de tais culturais e às tendências de desinstitucionalização do indivíduo, de individualização das classes ou camadas sociais e de transformação estrutural da condição do jovem. Neste sentido, os diversos estilos culturais compreendidos são interpretados como reação às mudanças que estão ocorrendo na sociedade global complexa.

No Brasil, a década de 1950 foi marcada fortemente pelo aparecimento de grupos juvenis que se uniram em torno de uma determinada cultura, considerada genérica, sendo partilhada por alguns setores da juventude. Mas é a partir da década de 1980, particularmente na periferia de São Paulo, que o movimento *punk* toma corpo e explode em distintos outros segmentos juvenis (Abramo, 1994; Costa, 2000; Herschmann, 2000).

Por ostentar comportamentos agressivos e violentos, fora dos padrões convencionais socialmente aceitos, tais grupos passaram a ser estigmatizados e criminalizados pela sociedade e pela imprensa, sendo notadamente reconhecidos nas gangues juvenis (Costa, 2000). Entre a “rebeldia” e a agressividade de seus comportamentos, de um lado, e uma forma de resistência e expressão cultural, de outro, alguns estudiosos passaram a conceber tais agrupamentos como fazendo parte das “culturas juvenis”, onde a multiplicidade de atitudes e experiências conformavam um modo de viver e re-existir na modernidade.

*“Nessa época (...) estava entrando numa onda punk e qualquer tipo de ‘autoridade’ era motivo para questionamentos (Jorge).*

*“Aqui é onde surgiu o movimento punk, atravessou a avenida, estamos na Carolina, mais adiante, na Freguesia, no Peruche. Tudo foi muito forte na minha infância. Na época só tinha duas coisas para se ligar, o rap que comia solto e o punk, que desde antes, tinha uma presença na mídia, nas discussões. Tinha a cultura black, muito mais em pauta, muito mais atacado. Enquanto meus amigos estavam ligados em se vestir bem para ir ao baile, em curtir o Tio San, pois no gueto você queria se vestir bem, nós do movimento punk estávamos ligados no rockin’roll, andávamos todos rasgados. Sem saber, foi uma das formas de inclinação que o punk me trouxe (...). E a minha*

*história com o audiovisual começa mesmo no movimento punk. Queríamos gravar clipe nos anos 90” (Fábio Galvão).*

Há que se abrir um parêntese aqui sobre o modo de compreender as culturas juvenis como resistências<sup>63</sup>, não como subversões ou transgressões, mas como posicionamentos ético-políticos múltiplos, em que seus atores estão em constante fluxo, reivindicam em nome de uma determinada subjetividade juvenil, requerem pautas, almejam visibilidade.

É preciso pensar nos deslocamentos das juventudes a partir da classe social, articulando-a a outras variáveis, como geração, etnia, gênero, política, religião, cultura. É deste deslocamento da classe que entra em cena outra lógica, a de conceber o jovem a partir de sua cotidianidade, apropriação e invenção. Como sinaliza Freire Filho (2007), “a vida cotidiana conceituada não somente como um espaço de sujeição e alienação, mas como uma plataforma de fomento e expressão de micropolíticas de resistências” (2007, p.10).

Seriam estes *modos de vida forasteiros* porque os sujeitos que se engajam, política, ética e esteticamente, tomam para si e para o coletivo outras produções no contemporâneo? É preciso (re)posicionar as resistências juvenis a partir da cultura, não como um modo de luta contra os poderes dominantes ou atendendo a determinadas maneiras de normalização vigentes, mas como uma forma de existência, “como afirmação de processos inéditos de vida” (Nascimento e Coimbra, 2010, p.48).

“Alguns movimentos de resistência dos jovens produzem, de maneira indubitável, revoluções moleculares, ou seja, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos e invenções. Em outras palavras, diferentes experiências empreendidas pela juventude em seu cotidiano configuram práticas de resistência, expressas por meio da música e de outras artes, de micro-organizações coletivas e de redes de solidariedade que escapam aos simples assistencialismo tão em voga no mundo contemporâneo” (Nascimento e Coimbra, 2010, p.48).

---

<sup>63</sup> Resistência aqui entendida à luz de Foucault e Deleuze, como estratégias de luta e potência de vida, respectivamente.

Tomando os movimentos de resistência juvenil como produção de subjetividades, como expressões micropolíticas, alguns jovens apontam caminhos para problematizar as condições sociais em que se encontram.

*“Os poucos investimentos que ocorreram (na Brasilândia) é porque as pessoas boas, com vontade, mobilizadas é que procuram fazer alguma coisa para a população. Um exemplo disso são os coletivos culturais que acontecem e estão se espalhando pela periferia. São organizados por nós mesmos – grupos de hip-hop, oficinas de rap, encontros de literatura, bibliotecas comunitárias, oficinas de audiovisual, fotografias, cinemas na praça e arte, biblioteca móvel” (Jorge).*

Estes movimentos juvenis que surgiram ao redor do mundo – como os *anarco-punks*, os *hippies*, os *funks*, o *hip-hop* - buscaram espaços de identificação questionando um estilo plástico, de massiva reprodução e “modelização” da própria subjetividade no contemporâneo (Arce, 1999).

Arce (1999), ao se debruçar sobre as diversas manifestações juvenis da contemporaneidade na América Latina, ressalta que as décadas de 1970 e 1980 colocaram em evidência os jovens das favelas, das zonas e bairros populares, tomados eles pelos movimentos afrodescendentes, por exemplo, como forma de recriação e resistência cultural construíram novos umbrais de adscrição de identidade, novas referências ao jovem da periferia. Mas a irrupção dessas expressões apresentou-se num clima social definido pelo aumento mundial da violência, o que levou a estigmatizações recorrentes sobre os

movimentos juvenis, principalmente contra aqueles protagonizados pelo segmento da classe popular.

Se, por um lado, se reduzem os jovens da periferia à imagem ameaçadora de delinquência e crime, associando-os às diversas formas de violência, por outro, as redes socioculturais nas quais eles estão inseridos têm fortalecido os diversos grupos a ponto de proporem estratégias estético-políticas mais autônomas aliadas a maior participação juvenil. Os campos de definição de identidade e a produção de novas subjetividades continuam, hoje, mostrando sua enorme capacidade convocatória. Sua perseguição, seu acossamento e sua proscricção, iniciados durante as décadas de 1970 e 1980, continuam permitindo, aos jovens da periferia e dos bairros populares, desenvolver novos umbrais de adscrição, definidos por referentes simbólicos de classe ou geracionais (Arce, 1999).

Nesta direção em que os processos de marginalização e exclusão se conjugam com os de subjetivação, onde as tecnologias políticas são cada vez mais tecnologias de produção de identidades, é necessário ressaltar o peso dos imaginários sociais e a densidade dos efeitos de realidade que se estão provocando (Arce, 1999; Diógenes, 2008; Vicentin, 2011).

Assim, no Brasil, a periferização cultural é marcada pelos movimentos *funk* e *hip hop*<sup>64</sup> que emergem da cultura popular urbana em meados da década de 1970 (Vianna, 1997; Herschmann, 2000; Herschmann e Galvão, 2008). Ditando um novo estilo de vida juvenil nas comunidades pobres principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, esta nova “marca” coletiva coloca em evidência a figura do menino pobre da favela e toda a dimensão política destes movimentos que contestam, por meio da música, do grafite, da dança, as contradições

---

<sup>64</sup> No início dos anos 70, Afrika Bambaataa, criado no Bronx, subúrbio de NY, juntamente com o jamaicano Clive Campbell (DJ Kool Herc) e Grandmaster Flash fundaram o movimento cultural hip-hop (Leal, 2007; Calado, 2007 apud Moassab, 2011) reunindo as diversas manifestações culturais em emergência naquela vizinhança. No entanto, o termo veio a público em 1979, na música “Rappers Delingt”, do grupo SugarHill Gang. O termo hip-hop aparece na literatura com diversas grafias: hip-hop, hip hop, hiphop ou ainda Hip-Hop (com letras maiúsculas). Encontramos, com Moassab (2011), portais digitais, livros, revistas especializadas e o próprio emprego do termo majoritariamente utilizado “hip-hop” e sua sigla “HH”, motivo pelo qual optamos por essa grafia.

da sociedade que pouco oportunizam estes jovens usualmente segregados, inferiorizados ou silenciados pelo sistema hegemônico (Herschmann, 2000). Hoje, mais do que ontem, as culturas ditas marginais têm sido absorvidas não apenas pela comunidade local, mas se transnacionalizado a ponto de tais grupos romperem com as fronteiras nacionais, em que os estigmas agora vão dando lugar também à construção de novos espaços de reconhecimento e pertencimento à cultura urbana juvenil.

“(...) se, antes, a ‘periferia’ era visível apenas como o lugar da infâmia (violências diversas, crimes, tráfico de drogas...), ela passou a expor também um cenário em que se disseminam inventividades artístico-literário-cultural-esportiva com produções que chegam a escoar para fora dela. Dir-se-ia que se trata de uma expressão de múltiplas singularidades em conexão, realizando movimentos em proliferação que efetivam ultrapassagens de fronteiras. A *mise-en-scène* de uma arte popular parece produzir desdobramentos peculiares na subjetividade de seus habitantes, os quais passam a ter outras posturas diante das infindáveis dificuldades e dilemas produzidos pela insistente condição de pobreza e miséria” (Takeuti, 2010, p.14).

Jorge, colaborador e fio condutor das reflexões que trazemos nesta tese, está fortemente engajado em um destes coletivos culturais na Brasilândia os quais se autodenominam *literatura marginal* – o Sarau Poesia na Brasa.

Mas, do que trata esta arte? A quem se destina? Que querem, afinal, estes “jovens periféricos” com a sua propagação e sua micropolítica que, em muitos aspectos, denotam agressividade, irreverência, revolta contra o “sistema”?

A história de Jorge com o Sarau da Brasa se imiscui com as histórias de outros jovens que, em igual condição, se associam aos coletivos a fim de promoverem, num primeiro momento, intervenções urbanas no território em que residem.

“Minha história com o Sarau da Brasilândia se cruza quando eu começo a trabalhar na fábrica de luminárias, depois da vida de feirante. A vida do chão de fábrica me levou a conhecer outros jovens que viviam as mesmas situações do que eu. Eram todos meninos pobres, daqui da Brasilândia, que sonhavam um dia fazer revolução, mudar a realidade de dentro de casa e a do bairro (...) Conheci um parceiro com quem me identificava muito porque, além de gostar de literatura, parecia ser uma pessoa bastante crítica sobre a situação do povo pobre da Brasilândia. Ele propôs fazermos encontros para lermos alguns livros nas horas vagas. Criamos um espaço de leitura. A galera, no início, fez cara de “o que esse cara tá querendo aqui!” Mas ele insistiu e resolveu fazer assim mesmo este espaço acontecer. Começou a trazer uma série de livros que tinha em casa, que comprava em sebo no “centrão” da cidade. Indicou várias leituras de sociologia, filosofia, antropologia, geografia, história. Líamos, mas não entendíamos quase nada de marxismo, trotskismo. Com o tempo, o grupo passou a gostar das leituras, achar interessante. Começamos a ler, ler, ler e gostar do que aqueles autores estavam falando. A partir daí o grupo começou a se fortalecer, compreender as relações de classe dentro da fábrica, as explorações entre patrão e empregado, as coisas erradas que estavam acontecendo ali. Um dia, o chefe do RH soube que estávamos nos articulando, criando um espaço de reflexão com os trabalhadores da fábrica e se incomodou. Começou a nos ameaçar, dizendo que, se continuássemos com esta história, correríamos o risco de perder nossos empregos. Para inibir o grupo, recortava reportagens da revista

*VEJA sobre o desemprego no Brasil e colava no mural de notícias da fábrica para nos intimidar” (Jorge).*

## Capítulo VIII – Cultura! Política Pública?

### Sarau Poesia na Brasa: a difusão da literatura marginal



**Imagem 2** – Produzida pelo coletivo do Sarau da Brasa, acessada no blog em 9.3.2012.

*“Sarau é um espaço em que você bota o microfone lá, liga e organiza quem vai falar, quem vai fazer o quê. Quem chega pela primeira vez, nós do coletivo, fazemos questão de ir lá trocar uma ideia, conhecer a pessoa. Nosso barato é esse, não ganhamos grana. Quem ganha grana é o dono do bar. Um bar de quebrada, em dias normais, não vende tanta cerveja como num dia de sarau” (Jorge).*

O Sarau Poesia na Brasa foi criado em 2008 por jovens da Brasilândia. Constitui um movimento cultural de periferia e para ela. É parte integrante de um movimento mais amplo, o da “Literatura Periférica”, que ocorre, principalmente, nas periferias de São Paulo. Nasceu a partir de outras experiências de saraus, como a Cooperifa, o Sarau do Binho, o Elo da

Corrente, sem, sobretudo, deixar de expressar a originalidade e independência locais. Tem como objetivo produzir e divulgar a arte neste território e demais lugares por onde os jovens circulam. Constitui-se como um espaço de expressão, discussão e diálogo do povo marginalizado. Os encontros acontecem quinzenalmente em um bar: Bar do Carlito, sendo também realizados no interior de escolas e unidades de saúde como a UBS, na Fundação CASA, em Centros Culturais. Os tambores e a oralidade são os carros-chefes da comunhão do grupo que resgata as tradições milenares dos povos ancestrais (Blog do coletivo Sarau Poesia na Brasa, acessado em 9.3.2012).

*“Começamos com esta história em 2008 (...). Lembro-me de que estava todo mundo aqui, ou boa parte do grupo que compõe hoje o Sarau da Brasa. A ideia, no início, era montar um centro cultural (...). No final do ano de 2007, fomos até o Capão Redondo, em um encontro de literatura marginal organizado pelo Ferréz. Chegamos lá ficamos loucos com aquela “onda”. Era um bar, com um monte de gente recitando poesia. A gente já tinha uma prática de escrever também, por conta do teatro, das bandas. Gostávamos de escrever. Vimos aquilo e falamos: nós queremos fazer isso aí. A partir do encontro de literatura marginal lá no Capão, decidimos fazer isso aqui, na Brasilândia, porque o Capão é longe. Nesse encontro, nos falaram que tinha outros saraus acontecendo na cidade. E é lógico que falaram para nós da Cooperifa, na zona sul, na Chácara Santana, perto do Jardim Ângela. Fomos até lá, achamos bacana o encontro. Vimos que tinha uma biblioteca dentro do bar e achamos superinteressante. Percorremos mais um - o do Campo Limpo - Sarau do Binho. E descobrimos que tinha esse de Pirituba de uns parceiros também (...). Arrumamos um bar, me lembro de ser numa quarta-*

feira, conversamos com o dono e combinamos tudo para o sábado seguinte. Não tínhamos nada para fazer acontecer. Nada. Um amigo emprestou um amplificador de uma guitarra, o outro emprestou um microfone de um videokê e, tudo ligado, fomos embora! Éramos um coletivo de doze pessoas ligadas querendo fazer esse sarau acontecer. Imprimimos uns flyerzinhos, ninguém nem deu atenção, sarau ninguém também sabia que “diabo” era. O amigo chamou o amigo que chamou a mãe que chamou o primo que chamou todo mundo. O primeiro sarau parecia uma verdadeira reunião de família, tinha mãe de um, tia de outro, tinha aproximadamente umas cinquenta pessoas. Foi bem divertido. Durante seis meses começamos a fazer nesse bar, até que o cara se irritou, não quis mais que fizéssemos lá” (Jorge).

Jorge nos dá algumas pistas que se cruzam a outras experiências, permitindo-nos conceber distintas formas de existência da juventude.

“Reunimo-nos para dividir vontades, para recitar, cantar, falar, denunciar, narrar histórias e o que a gente vive aqui na periferia. É um verdadeiro acontecimento. Fazemos oficinas e montamos estes eventos de saraus iguais àqueles que acontecem na famosa Cooperifa, na zona sul da cidade, com Sérgio Vaz. Fazemos também saraus lá em Perus e Pirituba. Chama-se Sarau Poesia na Brasa porque começou neste lugar, mas nos juntamos a outros grupos para disseminarmos cultura também em outros espaços da cidade. Cultura marginal, literatura marginal, cultura de periferia, você entende? (Jorge).

Literatura marginal tem sido uma expressão recorrente entre os escritores da periferia para evidenciar uma forma de produção literária que marca uma posição dos autores no mercado editorial, ao tipo de linguagem apresentada nos textos e à escolha dos protagonistas, cenários e situações presentes nas obras literárias. Para Nascimento (2006)<sup>65</sup>, diante de diferentes abordagens, a literatura marginal

“se tornou uma rubrica ampla que abrange a inserção dos escritores no mercado editorial, as características dos produtos literários, um tipo de atuação literário-cultural, ou, ainda, a condição social do escritor. Entende-se, então, que, por forjar diferentes manifestações, literatura marginal conformou-se numa categoria analítica que pode ser ajustada em estudos de biografias isoladas ou de grupos de escritores cujas trajetórias literárias estão organizadas em torno da expressão” (2006, p.12).

Embora tal categoria analítica tenha sido amplamente utilizada, entre as décadas de 1960 e 1970 por escritores brasileiros como João Antônio e Plínio Marcos que retratavam os problemas sociais de determinados segmentos populacionais, é a partir de 2001, com Ferréz<sup>66</sup>, que a expressão toma fôlego e se abre para outros territórios periféricos e existenciais (Nascimento, 2006). Dizia ele:

---

<sup>65</sup> A autora buscou analisar em sua dissertação de mestrado, intitulada “Literatura marginal: os escritores entram em cena”, a apropriação da expressão “literatura marginal” por escritores oriundos da periferia, a partir da idealização, organização e publicação de três edições especiais da revista Caros Amigos/Literatura Marginal nos idos do ano de 2000 pelo escritor Ferréz. Para ela, a pista notoriamente deixada após tais publicações foi a junção das categorias literatura e marginalidade por escritores que encobriam uma atuação cultural específica, relacionada a um conjunto de experiências e elaborações compartilhadas sobre marginalidade e periferia, assim como um vínculo estabelecido entre criação literária e realidade social. Este estudo permitiu adensar a emergência desta nova geração de escritores marginais, visando articular a formação interna de grupo e seu significado mais geral. Buscou demonstrar como um conjunto de ideias e vivências compartilhadas possibilitou que moradores da periferia, tradicionalmente excluídos como sujeitos do processo simbólico, pudessem entrar em cena para produzir sua própria imagem, dando origem a uma intensa movimentação cultural em bairros da periferia paulistana.

<sup>66</sup> Segundo Nascimento (2006), Ferréz já havia utilizado a expressão literatura marginal no lançamento de seu segundo livro, ‘Capão Pecado’, em 2000.

“Quando eu lancei o ‘Capão Pecado’, me perguntavam de qual movimento eu era, se eu era do modernismo, de vanguarda... e eu não era nada, só era do hip hop. Nessa época eu fui conhecendo reportagens sobre o João Antônio e o Plínio Marcos e conheci o termo marginal. Eu pensei que era adequado ao que eu fazia porque eu era da literatura que fica à margem do rio e sempre me chamaram de marginal. Os outros escritores, pra mim, eram boyzinhos e eu passei a falar que era literatura marginal” (Ferréz em fala no evento “450 anos de Paulicéia Desvairada”, realizado em 20 de julho de 2004, no CEU Pêra Marmelo/SP, apud Nascimento, 2006).

Jorge e outros jovens deste coletivo, ao afirmarem a literatura marginal como modo de vida que se encarna na periferia, invocam com o Sarau uma forma de resistência frente às desigualdades e diferenças. Apresentam ao público, por meio de uma carta-manifesto, as motivações para a idealização deste espaço de arte/cultura.

### **A Elite TREME**

*A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou.*

*A periferia se arma e apavora a elite central.*

*Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia.*

*Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vêm das letras.*

*Então a gente quebra as muralhas do acesso e parte para o ataque.*

*Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços em que conseguimos arrumar munição (informação).*

*Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação.*

*Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar.*

*E a periferia dispara.*

*Um, dois, três, quatro livros publicados. A elite treme. Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube, ou nunca quis contar direito.*

*Os exércitos de sedentos por conhecimento estão espalhados dentro dos centros culturais e bibliotecas da periferia.*

*A elite treme.*

*Agora não vai mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar.*

*O conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação, e agora a revolta está preparada, e a elite treme.*

*Não queremos mais seu tênis, seus celulares. Não queremos mais ser mão de obra barata e nem consumidores que não questionam a propaganda.*

*Queremos conhecimento e transformações nas relações sociais.*

*A elite treme.*

*Agora não mais enquadrados madames no farol e sim queremos ter os mesmos direitos das madames.*

*E é por isso que a elite TEME.*

(Carta-manifesto retirada do blog "Sarau Poesia na Brasa", acessado em 9.3.2012, durante as entrevistas com Jorge)

Este é um dos textos, dentre vários outros produzidos pelo coletivo sobre como a periferia que se “arma” contra os processos de vulnerabilização e exclusão, por meio do conhecimento, em que *a munição é o livro e os disparos vêm das letras*.

As expressões culturais juvenis se configuram em importantes mecanismos de aglutinação de sociabilidades, práticas coletivas e interesses comuns (Trassi e Malvasi, 2010). Ganham papel de destaque porque disseminam, por meio da linguagem cultural, realidades da periferia pouco visíveis e se tornam potentes veículos de comunicação, pois desalienam e aquecem o debate entre os jovens porque denunciam as desigualdades, as discriminações sofridas e vivenciadas por parcela da população. Geralmente nomeada como literatura marginal, tais manifestações culturais apostam numa construção coletiva de uma subjetividade juvenil movida pelo desejo de expor suas ideias, preocupações e a vida vivida na cidade.

O Sarau da Brasa assim como tantos outros coletivos periféricos, tem sido considerado como dispositivos que operam nas materialidades do poder, em que os corpos juvenis são agenciados coletivamente através da arte, da música, da literatura, da dança numa expressão contrária e de reversão dos assujeitamentos, vulnerabilidades e violências que percorrem cotidianamente a vida destes jovens. Como diz Nascimento e Coimbra,

“a juventude afirma outras formas de funcionamento e de organização, estranhas a acordos preestabelecidos. Cria e inventa outros modos de vida, resistindo teimosamente às padronizações, modelizações, patologizações e criminalizações que vivenciam diariamente em seu cotidiano, e por isso conseguem, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital, entendida como algo inexorável e imutável (Nascimento e Coimbra, 2009, p. 48).

Sem a pretensão de pensar tais empreitadas juvenis como verdadeiras revoluções, estes agrupamentos coletivos funcionam como movimentos sociais de resistência que forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos e invenções. Resistências estas devendo ser compreendidas não como uma reação ao poder dominante, às regras ou normas impostas pela sociedade, mas como uma forma de (re)existir, produzir novas subjetividades, como produção de vida (Nascimento e Coimbra, (2008).

“Resistir (...) consiste em criar, produzir rupturas, afirmar outras lógicas, outras realidades. Diferentemente, os poderes e os mais diversos dispositivos sociais buscam na moral a justificativa para a necessidade de organizar, ordenar, hierarquizar e homogeneizar diferenças e multiplicidades. Não podemos, no entanto, esquecer-nos de que as mais diversas forças (...) nos atravessam e nos constituem. Elas estão em nós: produzem-nos e, ao mesmo tempo, são produzidas por nós” (Nascimento e Coimbra, 2009, p.48).

Jorge da Brasilândia inventa, no encontro com outros corpos juvenis, distintas realidades, múltiplas lógicas urbanas, não reduzindo a própria vida a processos reativos. Pelo contrário, ele estabelece conexões e vínculos diversos com um viver criativo, pactuado com o grupo social através da busca de caminhos contestatórios e resistentes, novos significados são construídos, diferente relação com a vida é pensada, uma outra narrativa do jovem da periferia é produzida.

*”Criamos a literatura andante, que consistia em chamar as pessoas para participarem do Sarau da Brasa batendo*

tambores nas imediações onde o evento aconteceria. E fomos como se fosse um cortejo. Quando a gente começou a bater o tambor, o pessoal, no início, achava que era de alguma religião. Até explicarmos que não tinha nenhuma ligação, demorou (...). Com os batuques na porta de casa, quem não participava começou a entrar na roda e frequentar o sarau no bar. As pessoas que já frequentavam diziam: 'Ah, eles não mordem, não são tão ruins assim, não fazem mal a ninguém. São meninos bons, não vão matar ninguém lá no bar, não vai dar briga, não vai ter nada. Só querem fazer o sarau acontecer'. Passamos a ver crianças, senhorinhas, famílias inteiras dentro do bar. Porque é assim: quando vê o povo do sarau, o coletivo passando, um bando de homens cabeludos, barbudos, tatuados, o pessoal acha que é zoeira, povo fumando maconha, usando drogas, traficando, falando um monte de besteira. Mas, quando se vê que é outro tipo de público, que tem criança, gente de família inteira, jovens, acaba quebrando o preconceito, desmistificando a ideia de bar, como um ponto de cultura também. Lembro-me do primeiro sarau que fizemos. Tinha pessoas recitando poesias, outras cantando, dançando, conversando e, ao mesmo tempo tendo que segurar cara que estava de porre, bêbado, na maior loucura. E não podíamos falar nada nem tirar o cara de lá, pois o espaço era dele. Nós é que inventamos de fazer o sarau de poesia nesse lugar. Bar foi feito para beber. Aos poucos esses caras foram compreendendo isso. Agora o sarau já faz parte da rotina do bairro e ocorre em botecos e até na rua. Muita gente frequenta o sarau, não só pessoas daqui da Brasilândia, mas de todo lugar da cidade, de todas as classes e religiões. Acabamos conquistando esse espaço, que é o nosso coletivo' (Jorge).

Mais uma forma inventiva de convocar a comunidade para a participação no Sarau da Brasa a partir do batuque dos tambores. Estas interações socioculturais significam os espaços e os territórios existenciais, carregando de novos sentidos as relações que o referido coletivo estabelece entre os jovens e a comunidade da qual fazem parte (Takeuti, 2012). Outras produções de subjetividade são incorporadas a partir do que reivindicam estes jovens, com seus desejos, aspirações e sonhos, muitas vezes contrapondo-se a perspectivas dominantes de massificação e alienação cultural.

### **Cinescadão como outra via de existência juvenil na periferia**

*“A experiência como a do Cinescadão se conjuga com várias outras linguagens” (Fábio Galvão).*

O Cinescadão é um dos eventos em audiovisual e cultural promovidos pela Associação Fábrica de Gênios. Esta Associação<sup>67</sup> constitui a junção de vários coletivos: a Fabicine (A Fantástica Fábrica de Cinema)<sup>68</sup> e os grupos de hip-hop Ca.Ge.Be. (Cada Gênio do Beco)<sup>69</sup> e

---

<sup>67</sup> Ver mais sobre isso em <http://fabricadegenios.com.br>

<sup>68</sup> A “Fabicine” é um núcleo de estudantes de Comunicação e Letras que tem como objetivo a interlocução entre diversos olhares a partir de encontros teóricos e práticos sobre as linguagens audiovisuais, tendo com vistas a um estudo sobre a produção cinematográfica e videográfica. Configura-se como uma proposta de interlocução entre o cinema e a comunidade, tendo o cinema como uma ferramenta política e instrumentalizadora para uma discussão local e do cotidiano da comunidade. As dificuldades para uma cultura cinematográfica nas regiões periféricas, em quase todas as grandes cidades brasileiras, mobilizam diversos núcleos de realizadores de cinema e vídeo a buscarem soluções mesmo com a ausência do poder público. Na zona norte de São Paulo, o *Centro de cidadania e juventude ativa*, que atua no Bairro Jardim Antártica e redondezas, como as favelas do Sapo, Flamingo e Três Fronteiras, criou uma comissão local em parceria com o cineclubes Cora Coralina para a

Esbomgaroto, com identidade definida na área de cultura voltada à comunicação audiovisual. Visa a promover e contribuir para formação da cultura de crianças, adolescentes, jovens e adultos, na direção de garantir políticas públicas intersetoriais e romper com o ciclo da violência. Embora fundada em março de 2009, algumas atividades já aconteciam antes de sua existência no Jardim Peri.

*“Por volta de 2005 conhecemos o Ulisses no Peri. Ele era um cara que tocava várias atividades culturais, tinha um grupo, já tinha bastante coisa avançada na região. Falavam muito de mim para ele. Um amigo nos apresentou e eu cheguei com a proposta do audiovisual. E aí começou, foi assim, entre acertos e erros, entre grupos que se montaram e desmontaram. Começou com um projeto, da Fabicine – A Fantástica Fábrica de Cinema. Fizemos um projetinho e em 2006 fizemos uma oficina pelo VAI<sup>70</sup> (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, São Paulo). Foi a primeira oficina da Fabicine a partir do VAI. O objetivo deste projeto era inaugurar o cineblube Sapocine lá no espaço do evento na ativa. Sucesso, conseguimos. Começamos a fazer sessão direto, porque o VAI permite comprar equipamento. Compramos câmera, começamos com uma experiência audiovisual na prática. Isso foi o início, um pouco desta trajetória. E ali a gente começou a criar uma relação, para mim essa relação sempre é mediada pelo audiovisual. Porque diferente de*

---

formação de um cineclubes na região. A “Fantástica Fábrica de Cinema (Fabicine)” configura-se como um importante interlocutor no diálogo para a criação de atividades de cultura cinematográfica local.

<sup>69</sup> A ideia do nome é em virtude de que em cada beco existe um gênio artista, segundo os próprios integrantes do grupo.

<sup>70</sup> O VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) consiste em um programa da Secretaria Municipal de Cultura, criado pela Lei Municipal nº 13.540/03, que apoia financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, em especial de jovens ou adultos de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Objetiva estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor no desenvolvimento cultural da cidade e promover a inclusão cultural. Para saber mais, acessar <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos>

*outros registros, o audiovisual traz uma outra linguagem, mesmo que a pessoa se posicione, elabore, com toda uma concentração, com suas escolhas, uma vez dito, registrado, você tem outra forma de documentação, que só a fotografia, que só os versos produzem nos trabalhos. Temos uma memória de trabalho muito grande, a maior parte disso está nas gavetas. Eu acabei ficando com o registro em imagens. Talvez eu só vá entender isso lá para frente. Talvez por eu ser um cara briguento, brigão, um monte de coisa” (Fábio Galvão).*

A Associação tem realizado intervenções urbanas culturais nos seguimentos da música, das artes plásticas de rua, da fotografia, da produção, difusão e exibição audiovisual popular, além de produzir eventos e manifestações culturais, boletins e informes das atividades ocorridas em diversas localidades dos distritos da Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha, particularmente nos bairros do Jardim Peri, Jardim Peri Alto, Jardim Peri Novo e Jardim Antártica.

*“Nestas conversas aqui na quebrada, pensávamos em estratégias de se criar uma conexão audiovisual na cidade a partir das realizações e das ações culturais em torno do cinema e vídeo que estes grupos desencadeavam porque eram grandes zonas de informação para o audiovisual que estavam se formando. O que fizemos foi pensar e montar núcleos de audiovisual na cidade e tentar integrar o circuito de exibição. E por aí tudo começou. Aqui na zona norte, na Brasilândia, a Vanice foi uma das pessoas que começou a fazer este rolê audiovisual, com pessoal do ‘Arroz, Feijão, Cinema e*

*Vídeo<sup>2</sup>. Dentro destas nossas experiências, conseguimos fazer com que o pessoal voltasse a estudar e, ao invés de realizadores de audiovisual, hoje são professores’ (Fábio Galvão).*

Dispositivos inventivos que contribuem para a construção de novos territórios existenciais e produzem novos sujeitos, a partir da empreitada em itinerários profissionais. Nem todas as iniciativas juvenis redundam em êxito para a grande maioria da população pobre da periferia, que anseia por mudanças significativas e concretas para a sua vida. Entretanto, pode-se afirmar que tais experiências “deixam marcas” no sentido de um outro “devir” juvenil, suprindo algumas das necessidades desses jovens os quais se engajam nas dinâmicas coletivas e participam das lutas sociais locais (Takeuti, 2010).

As experiências negativas vivenciadas por eles não provocam efeitos de paralização ou inércia social. Pelo contrário, concorrem para estimular mudanças micropolíticas nos sujeitos e espaços destituídos de toda sorte de suprimentos materiais e simbólicos.

*“A oficina de vídeo popular na quebrada reúne muita gente. É uma experiência legal, interessante para falar de cinema, pensar o audiovisual como arte, mas também como expressão da cultura de periferia. As pessoas precisam passar por esta experiência audiovisual. Quando, dentro dessa experiência, algumas pessoas que já tinham o audiovisual como uma questão pessoal, se desenvolvem criativamente, descobrindo esta via como realizador, pronto, está aí mais um parceiro no rolê. É, simplesmente, como fazer uma oficina de literatura, em que você tenta sensibilizar uma galera para as artes*

*literárias. De repente alguém começa a se ligar” (Fábio Galvão).*

Minhas aproximações com o coletivo da Associação e com o Cinescadão foram sempre mediadas por Fábio Galvão que me foi apresentando o Jardim Peri e me pondo em contato com outros jovens. Um deslocamento da pesquisa acontecia naquele momento, pois as incursões pelo local, o convívio com as pessoas e a minha participação nos eventos do “escadão” enunciavam outros modos de refletir a juventude na periferia, sendo agenciados por diferentes caminhos, distintas lógicas de compreensão do jovem, dos processos de vulnerabilização e das violências na direção das resistências e novas invenções de vida.

Conheci Fábio Galvão antes de participar do evento no Jardim Peri. Foi a partir dele que comecei a acionar outros jovens. Fábio, na primeira entrevista em sua casa, foi-me narrando todo o seu itinerário com o audiovisual, desde a sua inserção pelo movimento punk até culminar com o encontro de outros coletivos culturais, como o hip-hop no Peri.

*“A minha história com o audiovisual começa mesmo no movimento punk. Queríamos gravar clipes nos anos 90. Começamos a pensar nos primeiros rolês com uma VHS, que era de um metaleiro, o Luís, daqui da Casa Verde. Ele começou a dar aulas de guitarra para a molecada aqui na região e descolava umas câmeras e gravava uns shows que fazíamos lá no Lauzane, inclusive na rua em que eu morei, por volta de 93. Comecei a me interessar por isso, pelo audiovisual. Pensar em filme (...). No começo, eu nem ia muito assistir a filmes no cinema. Passei por uma experiência de sala de cinema que foi*

*incrível. Estava no colégio, cabulei a aula e fui com uns amigos assistir a 'Exterminador do Futuro', o primeiro filme que vi no cinema. Ver o filme gigantesco, na sala, no telão. Nunca tinha visto aquilo. Foi uma experiência muito forte. Fiquei tão fascinado na hora. Meus colegas entraram a milhão na sala, pois já conheciam como funcionava, já tinham ido outras vezes. Eu fiquei para trás. Acabei ficando no corredor, pois não sabia nem onde estava. Sentei nas escadas e assisti ao filme todo no corredor. Fiquei por ali mesmo. Quando acabou a sessão, me dei conta de que estava ali no cantinho. Foi demais, o impacto foi forte. Também não sabia que isso acabaria numa paixão por cinema' (Fábio Galvão).*

Fábio explica o que o fascinava. Mais do que o cinema, vibrava com os modos de produção, exibição, ambientação dos filmes, além do que o dispositivo-audiovisual na quebrada poderia funcionar como um operador também político na medida em que, ao se criar conteúdo, informação, acenaria para uma mudança no tecido social: a periferia. Um verdadeiro *ritual urbano*. Pensava na possibilidade de explorar tal ideia no local onde vivia, pois ali seria possível que ela se concretizassem.

*“O que mexeu comigo, mais do que o filme, foi a sala de cinema. Eu não sabia disso, só mais tarde fui entender a importância da sala de cinema, do ambiente de projeção para o espectador. É um ritual, é um ritual urbano, que tem a ver com as sociedades modernas (...). Conheci uma amiga, socióloga, que tinha feito uns rolês comigo na época do movimento punk. Ela me questionou porque*

queria fazer filmes. Eu curtia fazer filme. Disse que queria mostrar para as pessoas, queria discutir esta coisa do compartilhamento, tinha esta preocupação política, inspirada na cultura punk, de criar conteúdo, informação. E, principalmente, material de luta. Era uma ideia que estava perto da cultura punk. Ela me perguntou o que iria mostrar e onde pretendia passar meus filmes. Na realidade, queria entender a cultura cinematográfica, nunca tinha visto um filme (...). Essa minha amiga falava do cineclubista, da sala de cinema, da importância de se montar espaços de exibição, porque estes espaços constituem-se em lugares de encontro e reflexão em que muitos cineastas, hoje famosos, passaram. Até hoje somos muito amigos, ela tem essa pegada exibidora, foi professora, ama cinema. Ela me iniciou nisso. O negócio é exibir filme. Montar estes espaços cineclubistas onde você vai conseguir fazer sua formação e se você realizar, você vai exibir também. Foi um pontapé inicial para desenvolver toda uma reflexão de cultura audiovisual. Com o tempo, você vai amadurecendo esta ideia, conhecendo o cinema brasileiro e outras experiências. Foi assim que chegamos na experiência do “Cinescadão” (...). Foi na conjugação dessas ideias todas da minha formação, das conversas com esta colega socióloga e de um processo que já acontecia na cidade que chamava vídeo de periferia, aquela coisa do cinema de quebrada que o Cinescadão se implantou aqui no Peri” (Fábio Galvão).

Recebi o primeiro convite em 30 de junho de 2012 e, a partir dessa minha primeira empreitada pelo Cinescadão, as idas ao Jardim Peri passaram a ser frequentes. Nessa data, o coletivo teria a presença dos *rappers* do grupo Fantasma Vermelho e de Rodrigo Mendonça, lançando seu CD “Sem Pedir”. Segundo Anderson Jocker, um dos jovens colaboradores desta

pesquisa, Rodrigo era o “seu truta”, de muitos outros rolês de *rap* no Cachoeirinha. A programação ainda contava com uma sessão audiovisual e animação do curta-metragem “A Queda”.

Estávamos todos reunidos com o mesmo objetivo: fazer acontecer mais um evento da Associação Fábrica de Gênios. Além de Fábio, também conheci Jéssica, César Sotaque, Cafu, Dj Paulinho e mais tarde, Shirley Casa Verde.

Jéssica, com uma vassoura na mão e pá na outra, tentava recolher o lixo e os entulhos espalhados pelo beco. Enquanto isso, Fábio buscava negociar e mediar com um morador do beco 18A o encanamento que havia colocado para fora de sua casa e soltava da sua máquina de lavar exatamente onde se realizava o “escadão”. Procurava sustentar a ideia e convencer o morador de que aquele espaço era coletivo e utilizado não apenas para o evento, mas, sobretudo, para o trânsito e circulação das pessoas que ali residiam.

Enquanto isso, outros jovens ficaram responsáveis por organizar o espaço. Uns esticavam os banners; outros montavam os equipamentos de vídeo, de discotecagem, os microfones, as caixas de som, o telão; alguns faziam a iluminação e puxavam os cabos de energia. Tudo para que o evento pudesse acontecer. Aos poucos, crianças, jovens, adultos, moradores do beco se aproximavam e começavam a se sentar nas portas das casas e nas escadarias. Tiazinhas abriam mais uma vez suas janelas para assistir ao curta e às apresentações de música.



**Foto 11.** Fotografia tirada do site Fábrica de Gênios, por Fábio Galvão. Uma intervenção do Cinescadão promovida pela Associação. (2013).



**Foto 12.** Fotografia do evento Cinescadão. Arquivo pessoal, (2012).



**Foto 13:** Fotografia tirada no beco 18A, altura do número 1000, durante o evento do Cinescadão. Arquivo pessoal, (2012).

Um curta-metragem, “Imagens Peri-féricas”<sup>71</sup> produzido pelo coletivo, foi exibido. Em seguida, César Sotaque, integrante do grupo Ca.Ge.Be. deu início às apresentações dos grupos

---

<sup>71</sup> O curta-metragem “Imagens Peri-féricas” foi produzido pela Associação Fábrica de Gênios por meio da realização de um projeto que leva o mesmo nome. Ele reúne um coletivo de jovens artistas e agentes culturais da região metropolitana de São Paulo, com uma equipe técnica composta principalmente por moradores de bairros dos distritos da Brasilândia e Cachoeirinha: Jardim Peri Novo, Jardim Peri Alto, Jardim Eliza Maria, na zona norte da cidade. Com o propósito de cantar e contar histórias das pessoas que vivem nas periferias paulistanas, exprimindo as opiniões que pairam sobre o *gueto das artes* e ou as *artes do gueto*, vários dos seus integrantes desenvolvem há anos atividades artísticas e sócioeducativas para crianças e jovens, em oficinas culturais e eventos comunitários de *hip-hop*. O objetivo dessas ações é o de recuperar o status do *rap* como porta-voz das populações periféricas da cidade, em contraposição ao movimento conhecido por “funk pancadão” que tem ganhado a cena musical nessas regiões, com um conteúdo de composições e letras que causam, no mínimo, sérias dúvidas com relação ao estatuto da representação artística da periferia. A partir de parcerias com associações comunitárias, escolas e outros artistas do movimento *hip-hop*, o grupo tem ampliado suas ações dentro do Projeto Imagens Peri-féricas. Uma ampliação não apenas quantitativa, mas também qualitativa, contando com os seguintes apoiadores: Revista Cultura hip-hop, ABC Palmares, Associação Comunitária Futuro Melhor, Centro Comunitário São José do Peri, Ação Educativa, Instituto Ação e Reação 9 de Julho, Instituto Voz, Universidade de São Paulo e, principalmente, o Departamento de Expansão Cultural (DEC), da Secretaria Municipal de Cultura, através de editais para apoio de atividades culturais juvenis. A música é um dos veículos mais importantes escolhidos pelo grupo para o trabalho de informação e transmissão de conteúdos simbólicos da cultura hip-hop, assim como para a comunicação dos artistas com a população em geral. Todavia, reconhecemos que a representação dessa cultura em imagens-movimento (vídeo), letras (poesia), sons (djs), cores (graffiti),

de *rap* da noite. Um jovem apresentou um *beat*, utilizando apenas os sons produzidos pela boca, e a plateia que assistia vibrou com tamanha destreza.

Depois foi a vez de Anderson Jocker a se exhibir. Junto com Tiopak, seu companheiro, Anderson ensaiou uma letra de sua própria composição. E, finalmente, Rodrigo Mendonça, o *rapper* da noite encerrou o Cinescadão, na companhia de seu irmão, lançando seu CD. Entre um número e outro, os aplausos e o pedido de “bis”, Shirley Casa Verde distribuiu pipoca, doces e refrigerantes para a plateia que participava do evento. Como de costume, o “chapéu” foi passado a fim de arrecadar dinheiro para a compra do refrigerante.

Antes do encerramento, ela e o marido, Cézar Sotaque ensaiaram um improviso ao microfone, tomaram a parte mais baixa do beco e cantaram o clássico do grupo: **Oba! Clareou!** que foi acompanhado por todos.

Vai dar trabalho sim.  
Quem falou que não daria trabalho  
É mentiroso  
Comigo, a Shirley, o Gó, Roninha e o Fábio  
Valmír foi convidado pra filmar  
Produção, direção, Valmír assina como Vras.

Me lembro bem das palavras do KL Jay.  
Vamos fazer a nossa eu somo com vocês!  
Muito louco na ideia, profundo no que disse  
Perto do nada vai chegar se não tiver equípe

Batom dirige, põe a parati nos corre  
Carapicuíba, do lado de lá corre o Pixote  
Na zona norte "nóis" faz divulgação nos postes  
Deu certo! Imagens periféricas o projeto  
Modesto e visivelmente sério  
É o bonde! Não aquele que aparece e some  
Desde antes, ninguém aqui nasceu ontem

---

além da dança (break), compõe “sono-plasticamente” o *painel artístico-cultural* da periferia. Através desses elementos [combinados] da cultura hip-hop, busca-se compartilhar aprendizagens e conhecimentos locais, dentro de uma proposta de fruição estética em atividades populares, organizadas e realizadas por um coletivo de artistas. Associação Fábrica de Gênios, 2008.

Tem uma data que a retomada foi microfônada  
A gente se instala em curto espaço  
Cada metro quadrado é conquistado, aproveitado

É o quarteirão que se amplia  
Além das esquinas idealistas  
Aonde a gente realmente cria  
Na frente das cortinas, esbomgaroto pinta  
Uma parede ganha vida.

Refrão 2x

Clareou! Clareou!

Há quanto tempo rezo pra chuva passar

Oba! Clareou!

Chá lá lá lá lá lá lá lá!

Obá!

Céu azul é pípa, o tempo fecha  
às vezes tá nublado  
Olheiros ganham mais que um salário  
Não dá em nada  
Tá enganado quem pensa dessa maneira  
Em cima de Hornet 600

É forte a correnteza

Te arrasta para o mundo dos negócios

A lojinha agora tem um novo sócio!!!

Comissão garantida uma postilha eficiente

Objetivo é o cargo do gerente.

Acerto nas conta, comunicação veio pelo rádio

Pode pegar é papagaio!

Um grito no deserto, um eco sem efeito  
Quase todos têm medo, a resposta é o silêncio  
Nas quebrada tem isqueiro que acende as intrigas  
Híp-hop lívra, Alexandre de Maio convída

Uma nova revista, uma raça domina  
Rap Brasil é política Cheguevarista  
Em defesa das Maria Madalena da vida  
Da maioria penal não reduzida  
Contra qualquer tipo de dancinha que celebra  
Foi mais um absolvido!  
Poder judiciário vendido!  
(Shirley Casa Verde)

Tantas mulheres vindo comigo  
Cantando comigo, correndo comigo  
Me dizem que esse é o caminho  
Quem vive persiste, não se cansa, faz a sua  
O mundo dá tanta volta, meia volta, continua  
Leí Maria da Penha, mudança de conduta  
Mulher nenhuma é obrigada a apanhar e se curvar  
A gente tumultua, o bando tá na rua  
O que se passa, mãe é mãe não é madastra  
Ninguém fraqueja, por homem não rasteja

Muito melhor, sem ele cuida bem do menor  
Já foi pior, muito antes do primeiro parto  
Sexo frágil é coisa do passado  
Quebra de braço, trabalho, quebram as vassouras  
Shirley Casa Verde, aqui estou negona!  
Pra bagunçar, quieta não dá pra ficar de favor  
O machismo precisa se aposentar e acabou!

Refrão 2x  
Clareou! Clareou!  
Há quanto tempo rezo pra chuva passar  
Oba! Clareou!  
Chá lá lá lá lá lá lá lá lá!  
Obá! Clareou!

A noite se encerrou e César agradeceu a participação de todos em mais um evento do Cinescadão. As pessoas, aos poucos, iam fechando as janelas e portas de suas casas, o coletivo se armava novamente, a fim de recolher os equipamentos e o lixo do local. O beco voltava a ser o lugar de passagem e trânsito das pessoas.

(Diário de campo, 1º.7.2012)

Historicamente, o hip-hop surgiu no final dos anos de 1970, em Nova Iorque, nos bairros periféricos de população predominantemente negra. Era um período marcado por um

alto crescimento urbano e desaceleração do progresso industrial das grandes cidades norte-americanas, com efeitos nocivos à população afro-descendente e hispânica (Rose, 1994, apud Weller, 2011).

No bojo das lutas por direitos civis e políticos por parte dos negros americanos, o hip-hop se espalhou rapidamente pelas periferias do mundo, numa relação estreita com cada território no qual se desenvolveu. Tradicionalmente conhecido como “cultura de rua” e como modo de articulação das vozes reprimidas e marginalizadas dos jovens residentes nos subúrbios americanos, a cultura hip-hop associa-se às experiências de ruptura, descontinuidade biográfica e formas de opressão que persistem na sociedade pós-industrial (Weller, 2011).

*“Este preconceito em relação ao rap é devido ao lugar onde ele foi criado e é cantado – a quebrada, na periferia (...) Fazíamos grafite em lugares públicos, muros de escolas, becos e vielas das favelas. Acho que era uma forma de desabafar tudo que passávamos naquele lugar” (Anderson Jocker).*

A música parece ser o carro-chefe do hip-hop. Entretanto, há outras expressões culturais e artísticas presentes em várias manifestações do hip-hop: no “break”, a dança dos “b-boys” e “b-girls” fazem a performatividade corporal; nas pinturas urbanas do “graffiti”, a arte gráfica se expressa em muros e monumentos; no canto falado do rap (“rhythm and poetry”), entoado pelos MC’s, mestres de cerimônia, as músicas encarnam os dramas da vida na periferia e são acompanhadas pelos DJ’s, que fazem as batidas ritmadas ou riscadas. Ainda há a chamada “consciência” e “atitude” que consiste no modo pelo qual os integrantes do

movimento se posicionam diante do grupo e da sociedade, isto é, com seu comprometimento social. Sem os cinco elementos em conjunto, não é possível falar em hip-hop (Moassab, 2011). Anderson define bem o que o rap representa para o movimento hip-hop.

*“Tem muitas descobertas a se fazer no rap, no hip-hop. O rap talvez seja o braço mais forte do hip-hop, é uma coisa muito linda. Quem é do rap é necessariamente do hip hop. Quem é do rap é também do grafite, do breake. Mas a voz do hip-hop é o rap. A força do hip-hop impulsiona até a literatura, os escritores. Está surgindo um movimento na periferia que é a literatura marginal. A força do hip hop é também política. Hoje temos gente nossa lá no Congresso em Brasília, ocupando cargos públicos. Alguns se tornaram deputados federais, outros estaduais. O rap está salvando muita gente da periferia. Digo isso porque sou pistoleiro do rap e fui uma das pessoas salvas pelo hip hop. Ele salva mais do que a igreja. A igreja salva a pessoa, mas depois a pessoa vai lá e erra, faz alguma coisa errada, volta pior. As pessoas que estão no hip-hop são sofridas” (Anderson Jocker).*

Todas essas práticas inventivas carregam consigo o protesto contra a pobreza e a marginalização, a denúncia da violência policial e do racismo, além de uma valorização e aumento da autoestima da população da periferia, adaptando-se às especificidades de cada local, notadamente nas letras de *rap*.

“No rap, cantamos, escrevemos aquilo que vivemos. Não tem como falar daquilo que não se vive. Falamos do zé povinho, da polícia, da violência, do crime (...). Minha inspiração para criar letras de rap vem da realidade em que vivo. Um colega meu me perguntou a mesma coisa outro dia. Levei-o para dar um rolê na favela do Flamingo, onde moro. Apresentei todo mundo que conhecia, moleque do tráfico, trabalhador, tiazinha, minha família. Demos um rolê nos becos, nos barracos de palafita, andamos pelos córregos a céu aberto, vi o pessoal morando nestes lugares e indaguei se ainda precisava responder de onde tirava tanta inspiração para as minhas letras de rap (...). Mas não é só de inspiração que se cria letra de rap. Acho que a vontade também conta. A vontade de sair gritando, falando: ‘Caramba, não aguento mais ver isso e não melhorar nunca’. Passar esse grito que está preso na garganta através do rap é uma forma de expressar a vida na quebrada. Fiz das letras poemas para escrever a letra de música. Sempre me considereei mais poeta do que rapper em si. Escrevo um poema, coloco na batida e crio a letra. O poema dá mais liberdade” (Anderson Jocker).

E completa dizendo, emocionado, o que o rap representa:

“Quando você canta rap, sua alma é rap que não sabe falar. O rap é minha alma no falar. Falo rap, sinto rap, vivo o rap, nunca deixarei de ser um rapper” (Anderson Jocker).

## ***Dispositivos de gestão da população jovem*<sup>72</sup>: arte/cultura como política pública?**

Neste cenário de transformações socioculturais mais amplas, novos lugares são construídos para o jovem que se articula em torno da cultura. Vimos como as experiências, tanto da literatura marginal, expressa por meio do Sarau Poesia na Brasa, quanto o do movimento de hip-hop e do audiovisual popular pelo Cinescadão, produzem outras invenções e subjetividades juvenis na periferia da cidade. No entanto, alguns autores consideram importante problematizarmos o dispositivo cultura como meramente gestão da população jovem. Vejamos o alerta de Dayrell:

“Se a cultura se apresenta como espaço mais aberto é porque os outros espaços sociais estão fechados para eles. Não podemos cair numa postura ingênua de supervalorização do mundo da cultura como apanágio para todos os outros problemas e desafios enfrentados pelos jovens pobres. No contexto em que vive, qualquer instituição pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direitos a viver plenamente a juventude” (Dayrell, 2003, p.173).

Jorge já afirmava em sua fala que os parques investimentos no bairro da Brasilândia e em outros espaços afora decorrem da mobilização de coletivos criados pelos próprios jovens moradores deste território. Este dispositivo funciona apenas como “um paliativo”, e as pessoas que dele participam colocam, em cena, não só a vida cotidiana, as carências, a falta, mas também as potências do lugar. Dão visibilidade às cenas cotidianas e fazem ecoar para o restante da cidade as dificuldades e os problemas vividos.

---

<sup>72</sup> Tomamos de empréstimo o subtítulo do artigo “Nem bandidos, nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens na periferia de Natal”, de De Tommasi (2012) para problematizar os usos da arte/cultura como estratégia de governamentalidade.

*“A veia cultural não apaga o incêndio que foi criado desde que vivo aqui. Serve como resposta para determinadas situações de violência vividas e presenciadas por nós, ‘jovens, pretos e pobres’. As nossas ações culturais, como o sarau de literatura, reúnem pessoas de todos os locais, da periferia de São Paulo e mais daqui da Brasilândia (...). Mas estas atividades artísticas em que estamos engajados e engajam outros jovens não alteram realidades nem a necessidade do dia a dia das pessoas, é só um paliativo para sanar um rombo aberto em que muitos jovens estão mergulhados”*  
(Jorge)

Como Dayrell, não somos ingênuos a ponto de acreditarmos que as atividades de arte/cultura solucionarão os problemas desta população que convive há anos com as vulnerabilizações e violências. Entretanto, indagamos com De Tommasi (2011): Quais foram os fatores que contribuíram para que estes “jovens tomassem a cena pública e provocassem tal visibilidade? Foi a capacidade de seus protagonistas ou uma conjuntura política favorável? Foi conquista ou concessão?” (p.17).

Esta autora tem se debruçado sobre essas e outras questões trazendo à luz do debate os usos que ONGs, empresários e governantes têm feito da arte/cultura como empreendimento social e, conseqüentemente, gerido a conduta das populações juvenis. Hoje, temos presenciado os artistas da periferia disputando um lugar no mercado. Se a “cultura de periferia” virou produto, uma marca, uma etiqueta que se exporta para o restante do mundo (como é o caso do grupo AfroReagge), estes mesmos artistas estão se beneficiando e colaborando com a produção desta venda. Mas, como vender sem fazer desaparecer o conflito, a carga de ruptura, a crítica à ordem vigente? Como não ser cooptado pelas grandes

empresas, nichos de mercado, perdendo o valor e os ideais de mudança que a arte/cultura pretende provocar? (De Tommasi, 2011).

Para De Tommasi (2011), a valorização dessas *culturas de periferia*, como parte da produção de um novo regime discursivo, busca promover o “encontro”, cada vez mais intensificado, do centro com a periferia, da favela com o asfalto, no caso do Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, vimos algumas iniciativas acontecerem, como a Ação Educativa, que tem promovido ações visando a divulgar a “Agenda Cultural da Periferia”. Além disso, o local tornou-se Ponto de Cultura para a realização, divulgação e aproximação de vários artistas periféricos, favorecendo as trocas sociais e culturais entre os demais coletivos.

Entretanto, George Yúdice (2013) nos alerta sobre os usos da cultura na era global e analisa, minuciosamente, os seus efeitos nas distintas esferas da política e economia, o que a torna uma noção convencional esvaziada de sentido. Para ele,

“a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar a participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania e do capitalismo cultural. A relação entre a esfera cultural e a política ou cultural e econômica não é nova. Por um lado, a cultura é o veículo do qual a esfera pública emerge no século XVIII, e, como argumentam os estudiosos de Foucault e dos estudos culturais, ela se tornou um meio de internalizar o controle social, isto é, via disciplina e governamentalização, ao longo dos séculos XIX e XX” (p.26).

Fábio Galvão faz críticas contundentes ao mercado audiovisual, indicando que este movimento na quebrada tem rompido com os processos coletivos de intervenções urbanas.

*“Vários grupos de audiovisual na cidade estão passando por uma crise, se desmanchando, se desfazendo, rompendo. Muita gente se jogou só pela questão do*

empreendedorismo e, de repente, ganhou sem ter que se curvar para qualquer emprego. Principalmente aquela galera que não pensava em carreira nem nada. Mas o mercado audiovisual é muito cruel. Muito diferente da cultura audiovisual, que lida com o corporativo. As formas de trabalho são muito diferentes. O vídeo, por exemplo, é muito dependente da propaganda, então fica escravo disso. É muito sujo. E se você caminha nesta direção, já deve imaginar o que pode acontecer” (Fábio Galvão).

Segundo De Tommasi (2011), os empreendimentos coletivos juvenis procuram abrir um campo de possibilidades para o jovem pobre estendendo-as também para à comunidade local. Adquirem uma identidade própria, passando a serem reconhecidos como *juvens de projetos*. Isso significa, nesta lógica de mercado da cultura, organizar este campo, oferecendo possibilidades de inserção que são altamente regulados, agenciados, conduzidos, num processo que Foucault denominou de governamentalização<sup>73</sup>, isto é, no saber político da regulação das populações a que ele denominou de biopoder. Trata-se de pensar as “artes de governar” como problemática de uma “gestão das coisas e pessoas”, isto é, ao problema da condução das condutas dos sujeitos em uma dada sociedade.

Assim, no neoliberalismo contemporâneo, os Estados têm dado certa ênfase na atenção à forma de conduzir a vida das pessoas, por meio de iniciativas públicas, como programas, projetos e serviços, particularmente àquelas consideradas mais vulneráveis,

---

<sup>73</sup> As governamentalidades constituem “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”. A ideia de governo, para Foucault, traz implícitas noções de procedimentos e meios utilizados para assegurar, numa sociedade dada, o “governo dos homens” (Foucault, 2008).

agindo sobre o meio, dispondo as coisas na busca por aumentar os elementos positivos e diminuir os riscos. Governar, portanto, significa agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros (De Tommasi, 2011).

Nesta perspectiva, os dispositivos acionados no campo da juventude e da arte/cultura procuram organizar esse meio, no sentido de traçar os caminhos a serem trilhados, as ações a serem empreendidas, as palavras de ordem a serem defendidas.

*“Agora no coletivo da Brasa estamos montando uma organização que vai se chamar Agência de Desenvolvimento Social (AGENTES). Está sendo criada em parceria com o pessoal de Perus, Pirituba, Brasilândia e do Cicás (Centro Independente de Cultura Alternativa e Social) na Vila Sabrina. Desejamos criar essa organização para produzir arte visual na gráfica, música em estúdio. Sabemos das nossas responsabilidades, ao mesmo tempo temos a plena consciência de que não temos esta obrigatoriedade. A obrigação não é nossa, mas do Estado. O pessoal às vezes fala que o hip-hop tem que fazer isso, fazer aquilo ou que o movimento de arte nas quebradas tem que fazer mudança. Quem tem que proporcionar tudo isso é o Estado, essa coisa de leitura, quem tem que fazer é o Estado (...) queremos investir na geração de renda para os jovens. Porque existem várias pessoas formando ONGs, pegando dinheiro em nosso nome. Penso que se ela tem que existir, ela tem que estar na nossa mão. Havia alguns editais públicos de arte que nunca pegávamos, porque outras ONGs sempre chegavam na frente. E o retorno para a comunidade? Nenhum! (...) Nesses quatro anos de intervenção, já publicamos quase onze livros na brasa. Pensamos: “Por que não montamos uma gráfica? Poderíamos empregar vários jovens pagando trezentos reais*

*por mês ou até mais. A ideia é criar organizações que sejam de capazes de produzir renda própria’ (Jorge).*

Vimos, constantemente os grupos se organizarem e fazerem “seus corres” em busca da legalização de seus coletivos visando à obtenção de recursos para a viabilização de seus projetos. Todo mundo está correndo atrás de editais ou abertura de suas organizações a fim de que a ideia, ainda que cara à população juvenil, possa sair da utopia e tornar realidade, provocando mudanças micropolíticas na vida de outros “Jorges”.

## Considerações finais

Praticar o exercício da escuta, na atualidade da vida cotidiana, não tem sido tarefa fácil, pois somos inundados por tarefas a cumprir, papéis a desempenhar, resultados a apresentar.

Escuta, tessitura, tramas, fios da vida que tecem histórias... Ao possibilitar a jovens contarem suas histórias, fossem estas através de uma letra de *rap*, de um ritmo cantado, de um poema escrito, de um manifesto apresentado ou de um vídeo produzido, privilegiamos não somente a arte<sup>74</sup> da narrativa, pois ela foi o caminho que permitiu ser, não apenas a oferta de palavras preciosas, mas também a troca de experiências aos torná-las comunicáveis, potência criativa que nos comportou dar asas à imaginação.

Experimentei várias formas de ouvir uma história. Nos encontros, roteirizando uma conversa, gravando uma entrevista, anotando, no diário de campo, uma fala, uma imagem, um gesto, um silêncio demasiado.

Dou-me conta, neste momento final da escrita, do quanto as narrativas forjaram a minha própria existência e os meus entendimentos acerca da produção de subjetividades de jovens na periferia. Não posso descolar a pesquisadora em que me tornei do tipo de pesquisa que pretendi realizar. Ao mesmo tempo, foi necessário pensar que sujeitos se produziam nesta pesquisa e como isso modificou o meu olhar em relação a eles.

Mas tudo isso só foi possível porque encontrei interlocutores que aceitaram dividir comigo as suas histórias, as suas memórias. Além disso, visualizei na história oral, bem como

---

<sup>74</sup> Arte no sentido de exprimir um modo, uma maneira, um jeito de se realizar, ou executar, de forma prática, uma ideia. Dar vida, forma e significado ao objeto que se apresenta em estado bruto. Neste sentido, arte seria a passagem de uma dimensão a outra. Uma forma inventiva de transformação.

na experimentação etnográfica, campos potentes e fecundos para uma prática narrativa. Esta abertura à escuta agenciou, contudo, uma delicada tarefa de transpô-la à escrita (Meihsy e Holanda, 2010), evitando-se o risco de categorizar, resumir ou, simplesmente, reduzir a história do jovem a uma única interpretação.

Ao fazer a defesa de uma escrita que está fortemente engajada com a política da narratividade (Passos e Barros, 2010), optamos por iniciá-la pela narrativa do nosso principal interlocutor: Jorge. Foi com a história dele que algumas indagações insistiram em permanecer e acompanharam todo o percurso da pesquisa:

*Como os jovens experimentam distintas formas de violências no cotidiano? Como vivem, nestes contextos, sem que elas configurem seu principal território de existência? Ou, como forjam modos de subjetivação em contextos de vulnerabilização? Sendo a subjetividade agenciada por múltiplos vetores, como estudar esse plano de produção da realidade que não acompanhando a processualidade na constituição de sujeitos jovens?*

Muitas são as relações de poder que investem e inventam modos de ser jovem na periferia, seja em relação ao território no qual as vidas são tecidas e agenciadas pela insuficiência ou pela ameaça das condições sociais que as vulnerabilizam ou pelas práticas inventivas empreendidas, como estratégias de luta, táticas cultivadas no decorrer da vida.

A narrativa de Jorge e de outros jovens nos possibilitaram refletir sobre estas relações e os investimentos nas subjetivações juvenis produzidas na periferia a partir de alguns caminhos inéditos e inauditos. Ao tentarmos responder a tais indagações, sinalizamos dois momentos distintos, porém interconectados que evidenciaram os efeitos das violências, como efeitos nos modos de subjetivação juvenil.

O primeiro deles, apresentado na Parte II desta tese, sinaliza como a periferia tem se configurado como um *território-vivo* (Santos, 2000) no modo de subjetivação de jovens e contribuído para a construção de seus territórios existenciais. Embora as narrativas enunciem processos de singularização, é preciso assinalar a conexão que estes enredos provocam: todas as narrativas estão fortemente carregadas de uma construção subjetiva relativa ao território em que residem. Em outras palavras, cada fala, no seu contexto, expõe as produções de vida tecidas, vinculando-se ao contexto local e cultural de origem do jovem. Esta *territorialização* é a marca que opera um certo posicionamento juvenil, ao dizer do lugar em que “nasceu e cresceu”, como se o *estigma* de jovem, negro e pobre desse lugar ao *emblema* (Reguillo, 1991), ao orgulho de ser da favela<sup>75</sup>. Estes são os *espaços possíveis*, onde as histórias acontecem, se cruzam, se multiplicam, agenciam novos territórios, se desterritorializam.

Em vez de congelarmos nosso olhar às vulnerabilizações e às violências vividas e narradas pelos jovens nos espaços em que realizamos nossa experimentação etnográfica, privilegiamos também um olhar atento aos *sinais de vida* (Takeuti, 2012), expressos por meio das ações culturais empreendidas por eles. Tais ações, expostas na Parte III, constituem produções coletivas que forjam modos singulares de viver a juventude na periferia.

Novos territórios subjetivos abrem-se a partir do Sarau Poesia na Brasa, na Brasilândia, e do Cinescadão, no Jardim Peri, e invocam uma forma de resistência como modos de existência diante das desigualdades e diferenças. A ocupação dos espaços nos territórios de origem dos jovens fez com que eles olhassem, de *perto e de dentro*, o próprio funcionamento do bairro e apostassem em uma possibilidade de encontros e sociabilidades, em invenções de outras realidades.

---

<sup>75</sup> *Eu só quero é ser feliz/Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/E poder me orgulhar/E ter a consciência que o pobre tem seu lugar* (Rap Brasil).

A vida na periferia passa a cumprir, então, outro papel, não apenas como um espaço de discriminação e exclusão, sujeição e alienação, mas como lócus da expressão micropolítica de resistência, como modos de existência juvenil no contemporâneo. Estas produções estéticas, reveladas forma de arte, traduzem, em palavras, em poesias, na música, as contradições vividas na periferia, mas não somente isso. Tais empreitadas também demarcam um território, que é político, pois as ideias, a vivência, as narrativas indicam um ritmo, manifestam no corpo, um estilo, uma marca que evidencia o jovem pobre. Expressões de uma produção subjetiva coletiva juvenil que se pretende ética, estética e política no território da zona norte porque possibilita aberturas para formas inéditas de vida.

Pensar quais subjetividades são produzidas ao final de um século e início de um novo milênio provocou inquietações no sentido de se tentar compreender os significados para a própria existência do sujeito no contemporâneo, principalmente quando os jovens surgem na cena pública e demarcam um modo particular de ser e existir na sociedade. Com as narrativas e as aproximações aos territórios da Brasilândia e da Vila Nova Cachoeirinha, pudemos evidenciar como referidos jovens se constroem como sujeitos dada uma condição política, social e cultural.

Encerramos esta tese esclarecendo que a pretensão não foi institucionalizar uma maneira de se fazer ver as juventudes na periferia. Mas, como nos disse Foucault (1984, p. 12) certa vez, pensar e perceber diferentemente do que se pensa e se vê *é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.*

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. W. (1994). *Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- ABRAMO, H. W. (2007). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, mai/dez, p.73-90.
- ABRAMO, H. W., LEÓN, O. D. e FREITAS, V. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.
- ABRAMOVAY, M. (et.al.) (2004). *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ADORNO, S. O (1993). A experiência precoce da punição, In: MARTINS, J. de S. (coord.) *O massacre dos inocentes – a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- (1999). *Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.
- AGAMBEN, G. (2004). *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*, In: BRÓIDE, J. *A Psicanálise nas situações sociais críticas: Uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- ALVARADO, S. V. e VOMMARO, P. A. (2010). *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones.
- ARCE, J. M. V. (1999). *Vida de barro duro – cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- ASSIS, S. G. de. (1999). *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- BARCELLOS, C. (2002). *Rota 66 – a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- BELFIORE-WANDERLEY, M., BÓGUS, L. e YASBEK, M. C. *Desigualdade e a questão social*. 2ª. Edição. São Paulo: Educ.
- CABANES, R. e GEORGES, I. (2011). *Perspectivas*, In: CABANES, I. (et.al.) (orgs.). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo.

- CA.GE.BE. (Cada Gênio do Beco) (autoria discutível) (s/d). Oba!Clareou. CA.GE.BE. São Paulo: Equilíbrio discos.
- CALDEIRA, T. P. do R. (2000). Cidade de muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34.
- CARNEIRO, H. S. (2012). Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011, In: HARVEY, D. (et.al.). São Paulo: Boitempo.
- CARRANO, P. e PEREGRINO, M. (2005). La escuela en expansión: un desafío para los jóvenes. Revista Anales de la educación común, año 1, n. 1-2. Buenos Aires: sept.
- CASTEL, R. (1997). Da indigência à Exclusão, à Desfiliação – Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional, In: LANCETTI, A. (org.) SaúdeLoucura 4: grupos e coletivos. São Paulo: HUCITEC.
- CASTEL, R. (1998). As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário. 6ª. Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CASTEL, R., (2000). As armadilhas da exclusão, In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BÓGUS, L. e YASBEK, M. C. Desigualdade e a questão social. 2ª. Edição. São Paulo: Educ.
- CASTRO, E. (2009). Vocabulário em Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- CAVENACCI, M. (1990). A antropologia da comunicação visual, In: DIÓGENES, G. (2008). Cartografias da cultura e da violência – gangues, galeras e o movimento hip hop. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume.
- COSTA, M. R. da (2000). Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Editora Musa.
- (2006). Culturas juvenis, globalização e localidades, In: COSTA, M. R. da e SILVA, E. M. da. Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo: Educ.
- CRUZ NETO, O., MOREIRA, M. R. e SUCENA, L. F. M. (2001). Nem soldados, nem inocentes – juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- DAYRELL, J. (2007). O jovem como sujeito social, In: FÁVERO, O. (org.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 284p.
- DELEUZE, G. (2005). Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense.
- e GUATTARI, F. (1997). Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v.5. São Paulo: Editora 34, p.197-199.

- DE TOMMASI, L. (2011). Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. Texto apresentado no XXVIII Congresso Internacional de ALAS, Recife, PE.
- (2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.5, n. 1, Jan/Mar, p.101-129.
- DE TOMMASI, L. e VELAZCO, D. (2013). A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs.
- DIÓGENES, G. (2008). Cartografias da cultura e da violência – gangues, galeras e o movimento hip hop. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume.
- DOMENES, R. (2013). Territórios em cena: agenciamentos entre espaço e loucura. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.
- FELTRAN, G. de S. (2011). Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: CEBRAP.
- FEIXA, C. e FERRÁNDIZ, F. (2005). Epílogo: Jóvenes sin tregua, In: FERRÁNDIZ, F. & FEIXA, C. (Eds.) Jóvenes sin tregua – Culturas y políticas de la violencia. Barcelona: Anthropos.
- FEIXA, C. (2010), Prólogo: El imperio de los jóvenes, In: ALVARADO, S. V. e VOMMARO, P. A. Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas. Rosario: Homo Sapiens Ediciones.
- FEFFERMAN, M. (2006). Vidas Arriscadas – O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.
- FERNÁNDEZ, A. M. (2006). Prólogo, In: FERNÁNDEZ, A. M. Política y Subjetividad: asambleas barriales y fabricas recuperadas. 1ª. Edição. Buenos Aires: Tinta Limón.
- FERREIRA, R. M. F. (1979). Meninos da Rua – Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo. São Paulo: Ibrex.
- FOUCAULT, M. (1984). História da Sexualidade 2 – O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1997). Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- (2004). Ditos e Escritos, IV - Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- (2008). Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- (1982-2010). O Sujeito e o Poder, In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. Michel Foucault, uma Trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FONSECA, M. A. (2007). Michel Foucault e a constituição do Sujeito. São Paulo: EDUC.
- FREITAS, M. V. de, LEÓN, O. D. e ABRAMO, H. (2005) Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa.
- FREIRE FILHO, J. (2007). Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X.
- FRÚGOLI Jr., H. (2000). Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade de São Paulo.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (2001). Resultado de Pesquisa Juventude: cultura e cidadania. Núcleo de Opinião Pública (NOP), São Paulo.
- GALHEIGO, S. M. e TAKEITI, B. A. (2005). Adolescência, Reciprocidade e Ação Territorial: o Teatro como estratégia de ação na prevenção da violência, In: IX Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional. Recife/PE: Anais do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional - Narrativas Contemporâneas, v. 1.
- GRELE, R. (2009). O que é uma boa entrevista? Revista Oralidades, Revista de História Oral, v.6, jul-dez, p.217-225.
- GROS, F. (2009). Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra. Aparecida, SP: Editora Ideias & Letras.
- GUATTARI, F. (1992). As três ecologias. Campinas, SP: Papyrus.
- (2006). Caosmose – um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (2008). Micropolítica - Cartografias do Desejo. 9ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HAESBAERT, R. e BRUCE, G. (s/d). A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Trabalho realizado no Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- (2011). Território. Brasil em Números, v.19, p.100-127.
- HERSCHMANN, M. (2000). O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

- e GALVÃO, T. (2008). Algumas considerações sobre a cultura *hip hop* no Brasil hoje, In: BORELLI, S. H. S. e FREIRE FILHO, J. (orgs.). Culturas juvenis no século XXI. São Paulo: Educ, 2008.
- HESS, R. e WEIGAND, G. (2006). A escrita implicada. Revista Reflexões e Debates. Universidade Metodista de São Paulo, abril, p.14-25.
- HIRATA, D. V. (2011). Vida Loka, In: CABANES, I. (et.al.) (orgs.). Saídas de emergência. São Paulo: Boitempo.
- HOBBSAWM, E. J. (1978). Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HOLANDA, F. (2009). Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos. Revista Oralidades, Revista de História Oral, v.6, jul-dez, p.15-32.
- HUGUET, C. R. Adolescentes pobres e tráfico de drogas nas famílias do Rio de Janeiro: uma aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2005.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2013). World report 2013 (Brasil). <http://www.hrw.org/world-report/2013>. Acessado em 31.1.2014.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2008). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD/IBGE, Rio de Janeiro, 2001/2002 [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acessado em Fevereiro.
- KOWARICK, L. (2000). Prefácio, In: Frúgoli Júnior, H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez Editora.
- LOURAU, R. (2004). Implicação e sobreimplicação. Em: ALTOÉ, S. René Lourau – analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec.
- MAGNANI, J. G. C. (2002). De perto e de dentro – notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n.49, p.11-29.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1998). Jóvenes: des-ordem cultural y palimpsestos de identidad, In: MARGULIS, M. (et.al.). Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- MELO NETO, J. C. de (1955-2009). Morte e vida Severina. Recife/PE: Fundaj, Editora Massanguana.
- MEIHY, J. C. S. B. (2006). Augusto & Lea – um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto.
- MEIHY, J. C. S. B. e HOLANDA, F. (2010). História oral – como fazer, como pensar. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto.
- MENEGHEL, S. N. (2007) Histórias de Vida – notas e reflexões de pesquisa. Revista Athenea Digital, n.12, p.115-129, (otoño).

- MINAYO, M. C. de S. (et.al.) (1999). Fala Galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond.
- MINAYO, M. C. de S., SOUZA, E. R. de. (org.) (2003). Violência sob o Olhar da Saúde – a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MOASSAB, A. (2011). Brasil Periferia(s) – a comunicação insurgente do hip-hop. São Paulo: Educ.
- NASCIMENTO, E. P. (2006). Vozes marginais na literatura. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- NASCIMENTO, M. L. do e COIMBRA, C. M. B. (2009). Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos, In: BOCAYUVA, H. e NUNES, S. A. (org.) Juventudes, subjetivações e violências. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- NARDI, H. C. e SILVA, R. N. da (2009). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos, In: GUARESCHI, N. M. de F., HÜNING, S. M. (et.al.) (orgs.). Foucault e a psicologia. Porto Alegre: Edipucrs.
- NOVAES, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias, In: ALMEIDA, M. I. M. de e EUGENIO, F. (org). Culturas Jovens – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- OLIVEIRA, C. S. de (2001). Sobrevivendo no inferno. Porto Alegre: Sulina.
- OLIVEIRA, F. (2011). Prefácio, In: CABANES, I. (et.al.) (orgs.). Saídas de emergência. São Paulo: Boitempo.
- PAIS, J. M. (2006). Prefácio – Buscas de si: expressividades e identidades juvenis, In: ALMEIDA, M. I. M. de e EUGÊNIO, F. (orgs.). Culturas jovens – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- PASSOS, E. e BARROS, R. B. de. (2010). Por uma política da narratividade, In: PASSOS, E., KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (org.). Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulinas.
- PASTORELO, P. (2011). História dos bairros de São Paulo/SP – Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: Primo Produções, DVD.
- PERALVA, A. (2000). Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra.
- RACIONAIS MCs. (MANO BROWN) (1997). Mágico de Oz, In: Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica (CD).
- RACIONAIS MCs. (MANO BROWN) (1993). O homem na estrada, In: Raio X do Brasil. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica (CD).

- REGUILLO, R. (1991). En la calle outra vez – Las bandas: identidad urbana y usos de la comunicación. México: Iteso.
- (2000). Emergência de culturas juveniles – estrategias del desencanto. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- REVEL, J. (2005). Foucault – Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.
- RODRIGUES, H. de B. C. (2010). A história oral como intercessor – em favor de uma dessujeição metodológica. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, ano 10, n.1, jan/abr, 2010, p. 190-203.
- ROSE, N. (2001a). Como se deve fazer a história do eu? *Revista Educação & Realidade*, v.26 n.1, 33-57.
- ROSE, N. (2001b). Inventando nossos eus, In: SILVA, T. T. da. Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica.
- ROSE, T. (1994). Black noise. Rap music & black culture in contemporary America, In: WELLER, V. (2011). Minha voz é tudo o que eu tenho – manifestações juvenis em Berlim e São Paulo. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SAFATLE, V. (2013). Amar uma ideia, In: HARVEY, D. (et.al.). São Paulo: Boitempo.
- SAKAMOTO, L. (2013). Contra-capas, In: HARVEY, D. (et.al.). São Paulo: Boitempo.
- SALAZAR, A. (1998). Violencias Juveniles: contraculturas o hegemonia de la cultura emergente?, In: CUBIDES, H. J., TOSCANO, M. C. L. e VALDERRAMA, C. E. Viviendo a toda – Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central.
- SALES, M. A. (2007). (In)visibilidade perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez Editora.
- SANTIAGO, D. S. (2013). Histórias dos bairros de São Paulo – Vila Brasilândia. Curta-metragem. São Paulo: DDS Produções, DVD.
- SANTOS, M. (2000). Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SEADE (2000). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. Maio/2007. Acessado em 05.01.2011 em [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)
- (2007). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil 2000-2005. Acessado em 12.04.2012 em [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)
- SENNET, R. (2004). Respeito. Rio de Janeiro: Editora Record.

- SERRANO J. F., (2005). La cotidianidad del exceso. Representaciones de la violencia entre jóvenes colombianos, In: FERRÁNDIZ, F. & FEIXA, C. (Eds.) Jóvens sin tregua – Culturas y políticas de la violencia. Barcelona: Anthropos.
- SILVA, G. (2009). Deleuze, Guattari e as cidades. Imagem. Caderno da revista eletrônica Polêm!ca, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, v.8, n.4, p.184-191. Acessado em 01.03.2014.
- SOARES, L. E., BILL, M. e ATHAYDE, C. (2005). Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SPINK, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. Revista Psicologia & Sociedade, v. 15, n.2, jul/dez, p. 18-42.
- SPÓSITO, M. P. (coord.). (2009). O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- TAKEITI, B. A. (2003). O Adolescente e a Violência – uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência. 143p. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- TAKEUTI, N. (2010). Refazendo a margem pela arte e política. Revista Nômadias, Universidade Central, Colômbia, v.32, abril, p.13-25.
- (2012). Dobras na juventude e nomadismo. Revista Latitudes, v.6, n.1, p.7-23.
- TEIXEIRA, M. de L. T. (2002) Adolescência-Violência – Uma ferida de nosso tempo. 305p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TRASSI, M. de L. e MALVASI, P. A. (2010). Violentamente pacíficos – desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Editora Cortez.
- VEYNE, P. (2000). El Infrecuente Michel Foucault – Renovación del pensamiento crítico. Espanha: Letra Viva.
- VIANNA, H. (1997). O mundo do funk carioca. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- VICENTIN, M. C. G. (2005). A Vida em Rebelião – jovens em conflito com a lei. São Paulo: HUCITEC.
- VICENTIN, M. C. G. (2011). Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescente em conflito com a lei. Revista Tempo Social, Universidade de São Paulo, v. 23, p.97-113.
- VOLPI, M. (1999). Sem Liberdade, Sem Direitos – A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez.
- WACQUANT, L. (2008). As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo.

WELLER, V. (2011). *Minha voz é tudo o que eu tenho – manifestações juvenis em Berlim e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

YÚDICE, G. (2013). *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. 2ª. Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG.

# Anexos

## **Anexo I. Aspectos éticos da pesquisa**

## **Anexo II. Termo de Consentimento Informado**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
Estado Civil \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como título “Juventudes, produção de subjetividade e violências: inventando modos de resistências no contemporâneo”. Esta pesquisa tem por finalidade compreender os efeitos da violência sobre a vida e trajetória de jovens das camadas populares. Convidamos você a conceder-nos uma entrevista sobre a sua história de vida, nos narrando suas experiências no bairro em que reside.

Estimamos que a entrevista seja realizada num período de aproximadamente uma hora e se necessário, poderemos agendar outros encontros. A entrevista deverá ser gravada e concedida a você, posteriormente, transcrita e reelaborada (transcriada) para futuras correções, se necessário. Não haverá identificação de seu nome na transcrição da fita, onde utilizaremos de nomes fictícios para manter o sigilo. O uso do conteúdo desta ficará restrito aos propósitos desta pesquisa. As informações que você fornecer não serão associadas ao seu nome, portanto, não haverá possibilidade de identificação. Poderá interromper ou desistir da conversa a qualquer momento, sem prejuízo para você. Se você desejar, poderá ter acesso às informações desse estudo. Se você

concordar com essas condições, por favor, assine este termo de consentimento e receberá uma cópia do mesmo.

Pesquisadora: Beatriz Akemi Takeiti  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social – PUC/SP  
E-mail: [biatakeiti@gmail.com](mailto:biatakeiti@gmail.com)

São Paulo, de Setembro de 2012.

---

Assinatura do Entrevistado

---

Assinatura do Pesquisador  
Beatriz Akemi Takeiti

### **Anexo III. Carta de Autorização e uso das entrevistas**

(Local/data)

Destinatário (pesquisadora),

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em (datas) para (pesquisadora) usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à PUC/SP, que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

(nome e assinatura do colaborador)

## **Anexo IV. Artigo submetido para publicação na Revista Saúde & Sociedade**

### **A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de psicologia e saúde (1998-2008)<sup>1</sup>**

### **The knowledge production about youth, vulnerabilities and violence: analysis of the Psychology and Health Brazilian graduate (1998-2008)**

Beatriz Akemi Takeiti<sup>2</sup>

Maria Cristina Gonçalves Vicentin<sup>3</sup>

**Resumo:** Estudiosos de diferentes campos do saber têm alertado para aspectos recorrentes e problemáticos da produção de conhecimento em relação ao jovem e suas condições sociais. As pesquisas apontam que, ao tratar da juventude e das violências, estes estudos o fazem quase sempre a partir dos “problemas” que ela apresenta, desconsiderando a compreensão dos modos de vida e das experiências cotidianas que as atravessam. O objetivo deste artigo é refletir sobre como as pesquisas acadêmicas brasileiras têm pensado o jovem na atualidade, num diálogo com outros estados da arte já realizados acerca deste tema. Optamos por levantar teses de doutorado e dissertações de mestrado em duas áreas de conhecimento – psicologia e saúde no período de 1998 a 2008. Apresentamos, inicialmente, as razões de tal escolha e os procedimentos adotados para este levantamento; em seguida, expomos algumas características do contexto de produção dos textos analisados e de suas tematizações mais gerais, prosseguindo com a discussão mais específica daqueles que focalizam as violências e vulnerabilidades. Este levantamento revelou alguns dos embates e/ou forças políticas que se conectam e se materializam na produção de um sujeito jovem no contemporâneo, ora fixando-os em uma categoria conceitual, ora objetivando-os a partir dos territórios de vulnerabilizações e violências que os envolvem. Assumir outros modos de pensar as juventudes, acompanhando suas derivações, seus processos de desterritorialização/territorialização contribui para identificarmos diferentes lógicas, produzir novos conhecimentos, refletir sobre distintas estratégias de ação que dialoguem com as experiências e singularidades deste jovem.

**Palavras-chave:** juventude, vulnerabilidade, violência, estado da arte.

**Abstract:** Researchers from different areas have warned about recurrent and problematic aspects from knowledge production related to the adolescents and their social conditions. Researches indicate that, when they dealing with the youth and vilolence, theses studies do, in

---

<sup>1</sup> Este artigo é oriundo da tese de doutorado “Juventudes, produção de subjetividades e violências: inventando modos de resistências no contemporâneo”, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, ainda em andamento. Conta com o apoio da CAPES.

<sup>2</sup> Terapeuta Ocupacional. Doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

Contato: Rua Mauro de Próspero, 500, Bloco 15, Ap.34, Bragança Paulista, São Paulo (SP), Brasil. CEP 12913-045. E-mail: biatakeiti@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, orientadora. E-mail: cristinavicentin@gmail.com

a majority, as from the “problems” that the youth present, disconsidering their comprehension of the way of their life and their experiences. The aim of this article is to discuss how the Brazilian researchers think about the adolescent nowadays, in a dialogue with other states of art already done about this issue. We chose to survey master and doctoral theses in two areas of knowledge – psychology and health – including the period from 1998 and 2008. We present initially, the reason for this choice and the procedures adopted for this survey. Then, we expose some characteristics from the context of the production analyzed texts and their general topics, followed by the more specific discussion of those focused on violence and vulnerabilities. This survey revealed some dilemmas and/or politic forces that are connected and are revealed in the production of contemporary youth subjects, sometimes fixing him in a conceptual category, and sometimes analyzing him according to the territory of the vulnerabilities and violence that they are involved with. Assuming other ways of thinking the youth, following their social significance, their “deterritorialization/territorialization” processes, contributes to identify different logic to produce new knowledge, to reflect on distinct action strategies which dialogue with the experiences and singularities of this youth.

**Keywords:** youth, vulnerability, violence, state of the art.

## Introdução

Pesquisas sobre a(s) juventude(s)<sup>4</sup> na interface com as violências e as vulnerabilidades já contam com uma produção consistente no Brasil e na América Latina, particularmente com foco naquelas que habitam as periferias dos grandes centros urbanos. Tal produção tem sido objeto de sistematização e análise, na forma de estados da arte (Minayo e Souza, 2003; Spósito, 2009; Alvarado e Vommaro, 2010) e tem sinalizado aspectos recorrentes e problemáticos desta produção e das perspectivas que adotam para pensar as juventudes.

Os estados da arte, como balanço daquilo que foi produzido em um determinado tempo e lugar (Spósito, 2009), têm contribuído para problematizar os modos pelos quais a sociedade em geral, e as instituições de pesquisa em particular, têm se posicionado diante do jovem na atualidade bem como contribuído com a formulação de saberes que concorrem para a construção das subjetividades juvenis. Neste caso, melhor seria falar em *artes de estado*, ou seja, maneiras de compreender os procedimentos intelectuais e simbólicos com os quais se governa a juventude bem como os modos de resistência/existência que são produzidos fazendo com que os jovens reajam, se adaptem, se isolem e finalmente, participem destas lutas, conforme sugere Feixa (2010).

Vejamos, sinteticamente, algumas destas problematizações, na medida em que elas justificam a direção tomada neste texto.

---

<sup>4</sup> Utilizamos juventude no plural para sinalizar as diversas formas de concebê-la no contemporâneo. Destaca-se aqui a diversidade que caracteriza a juventude e a importância de pensá-la histórica e socialmente inserida.

A tematização social da juventude para o pensamento acadêmico (e também para a opinião pública) ainda recai prioritariamente sobre os “problemas” que ela apresenta, *como objeto de falha, disfunção ou anomia do processo de integração; e numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social* (Abramo, 1997, p.29). Ou seja, tais estudos desconsideram os jovens como sujeitos capazes de inventar outras formas de vida que não aquelas normatizadas pela sociedade e os focalizam apenas a partir da ordem dos problemas que enfrentam (Abramo, 1997; Dayrell, 2007).

Outros estudos utilizam-se dos conceitos de *vulnerabilidade e exclusão como categorias autoexplicativas* (Spósito, 2009, p.127) desconsiderando a compreensão dos singulares modos de vida e das experiências de violências cotidianas que atravessam as juventudes (Minayo e col., 1999; Abramovay *et al.*, 2004; Diógenes, 2008).

E ainda, ao tratar do jovem e das violências, tais produções o fazem muitas vezes a partir da prática do ato infracional, reafirmando a associação juventude pobre e violência (Adorno, 1999)<sup>5</sup>. Neste caso em especial, os meios de comunicação, através da publicização, acabam difundindo a ideia da violência como sendo causada apenas pelo segmento mais jovem, hiperdimensionando a questão e construindo um imaginário social do medo e da insegurança (Assis, 1999; Volpi, 1999; Oliveira, 2001; Takeiti, 2003). Alguns poucos estudos tomam a violência como uma possibilidade de resistência e de expressão do juvenil (Abramovay e col., 2004; Vicentin, 2005; Diógenes, 2008; Nascimento e Coimbra, 2009).

Ou seja, neste campo temático das vulnerabilidades e das violências, a produção acadêmica sobre juventude evidencia, como sinalizamos acima, a dimensão política do conhecimento ou as artes de estado. E sugerem, de outro lado, a necessidade de adotarmos uma perspectiva crítica relativa a esta produção. Crítica aqui entendida como um posicionamento ético-político do pesquisador que se propõe a arguir determinadas naturalizações, bem como a fazer uma *análise de implicação*<sup>6</sup> (Lourau, 2004).

Procuramos então, neste artigo, apresentar um levantamento da produção acadêmica brasileira sobre as juventudes, quando associada com as temáticas das violências e das vulnerabilizações, numa perspectiva crítica. Tal análise circunscreveu os campos da psicologia e da saúde no período de 1998 a 2008. Destacamos inicialmente as razões desta escolha e os procedimentos adotados para tal levantamento; em seguida, expomos algumas

---

<sup>5</sup> A pesquisa realizada por Adorno e outros no final da década de 1990, em São Paulo, mostrou, ao contrário, que os jovens refletem, de certa forma, o comportamento violento da população em geral. Ver Adorno (1999).

<sup>6</sup> Lourau forja este conceito para explicar a relação que se estabelece entre o pesquisador/observador e seu campo de observação, apontando que todo o processo de análise tende a provocar transformações nos espaços de intervenção/investigação. Para ele, o momento da empiria vai muito mais além de simplesmente coletar dados, mas o que se pretende produzi-los na medida em que é preciso modificar a realidade para conhecê-la.

características do contexto de produção dos textos analisados e de suas tematizações mais gerais, prosseguindo com a discussão mais específica dos trabalhos que tratam dos territórios das violências e seus (des)dobramentos, por ser este um campo profícuo de discussão e controvérsia; portanto, polêmico na multiplicidade de compreensão.

## 1. Caminhos do levantamento: notas metodológicas

Muitos poderiam ser os caminhos percorridos para a realização deste “estado da arte”. Optamos, inicialmente, por realizar o levantamento na pós-graduação brasileira *strictu sensu*, na medida em que as dissertações de mestrado e as teses de doutorado refletem, em grande parte, o conjunto de pesquisas concluídas e em andamento. Acompanhamos aqui a hipótese da pesquisa coordenada por Marília Spósito (2009), que será detalhada mais à frente, o pressuposto de que “parte importante, e não muito visível, da produção de conhecimento no país se desenvolveu e ainda se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação” (p.11).

Além disto, tal escolha buscou acompanhar as consistentes revisões já publicadas sobre juventudes, vulnerabilidades e violências, às quais já nos referimos (Minayo e Souza, 2003<sup>7</sup>; Spósito, 2009<sup>8</sup>; Alvarado e Vommaro, 2010<sup>9</sup>) podendo com estes trabalhos dialogar, adotando padrões similares e ou complementares para a definição do nosso *corpus*.

A escolha pela área da saúde e da psicologia se deu na medida em que ambas constituem campos de conhecimento que têm uma produção consistente sobre o tema e que dialogam com as outras ciências humanas e sociais que compõem os demais levantamentos. Além disto, buscamos analisar de forma complementar aos levantamentos de Minayo e Souza e Spósito. Spósito (2009) pesquisou os campos da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, cobrindo o período de 1999 a 2006. Já Minayo abarcou a produção em saúde no período de 1990 a 2000. Deste modo, fixamos como recorte temporal o período de 1998 a 2008 que nos possibilitaria dialogar com a produção já realizada.

---

<sup>7</sup> Esta publicação traz importante contribuição para alavancar o estado de conhecimento sobre o impacto das violências na área da saúde, no período de 1990-2000. Dá sequência a outro trabalho semelhante desenvolvido na década de 80 pela equipe do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVE/ENSP/Fiocruz). Constituem referências tanto acadêmica quanto política, reunindo as pesquisas referidas no Brasil sobre o tema da violência.

<sup>8</sup> Intitulado “O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)”, esta publicação constitui uma referência nacional para os levantamentos de “estado da arte” sobre juventude no Brasil.

<sup>9</sup> A publicação “Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas” é o resultado de um esforço coletivo do Grupo de Trabalho (GT) do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) “Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina” indicando as principais problemáticas e perspectivas em torno da construção da cidadania destes jovens.

Os trabalhos foram selecionados a partir das informações obtidas no Banco de Teses do Portal CAPES<sup>10</sup> e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>11</sup>, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2011. Foram realizados em duas etapas: a primeira, entre agosto de 2010 e abril de 2011, quando buscamos pelas teses de doutorado e a segunda, entre maio e dezembro de 2011, relativa às dissertações de mestrado. Elegemos sete descritores - adolescência, adolescente, juventude, jovem, violência, vulnerabilidade e risco - que cruzados, formaram doze pares, servindo como filtros para percorrer as extensas bases de dados (1998-2008).

Na área da psicologia, consideramos todos os trabalhos que fizeram menção à temática abordada, não desprezando nenhum referencial teórico adotado. Já na saúde, optamos por realizar um recorte por subáreas clínicas, a saber: saúde coletiva/saúde pública/medicina social, pediatria, psiquiatria e saúde mental. Ressaltamos que a escolha por tais áreas compreende aquelas em que a consigna juventudes-vulnerabilidades-violências é tratada como campo de problemas a serem investigados com maior frequência pela área da saúde do adolescente.

O primeiro contato com as pesquisas se deu a partir dos resumos. Como critério de inclusão ou exclusão, utilizamos como filtro alguns campos, ou seja, título, área de conhecimento, programa em que o trabalho estava inserido, palavras-chave e resumo. Os trabalhos passaram a ser incluídos ou excluídos do banco de dados criado quando abordavam ou não os conteúdos referentes aos pares de descritores<sup>12</sup>, com base nos seguintes itens: nome do autor, título, ano de publicação ou defesa, área de concentração e programa de pós-graduação, tipo de pesquisa, metodologia, temática abordada e resumo.

Em seguida, acessamos os trabalhos através das bibliotecas depositárias para ter acesso ao conteúdo, na íntegra, das pesquisas, pois alguns resumos se mostraram insuficientes para a compreensão da pesquisa na totalidade.

Ferreira (2002) aponta para as limitações ou modos de realizar um balanço de literatura, sobretudo nos moldes do estado da arte, apenas a partir da leitura dos resumos. Para a autora, é imprescindível ir à fonte, conhecer a obra, tomar contato com a pesquisa para se ter

---

<sup>10</sup> O Banco de Teses acessado pelo Portal CAPES reúne todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, no período de 1987 a 2011. Trata-se de um valioso instrumento de acesso às pesquisas desenvolvidas no Brasil pelos diferentes programas de pós-graduação.

<sup>11</sup> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra os sistemas de informação da produção de pesquisas nas instituições de ensino brasileiras e estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. Possibilitou o cruzamento dos dados coletados no Banco de Teses do Portal CAPES com esta. Foi menos utilizada neste levantamento, pois demos maior ênfase ao Banco fornecido pelo Portal CAPES.

<sup>12</sup> Tal seleção só foi possível após a leitura dos resumos, pois muitos dos trabalhos que surgiam a partir da chamada dos descritores não se referiam ao conteúdo pretendido neste levantamento.

a real ideia de como ela foi desenvolvida, que caminhos foram percorridos para chegar aos resultados. Tal leitura identificou o objetivo, referencial teórico-metodológico, análise e discussão dos dados obtidos.

Em seguida, agrupamos as pesquisas de acordo com três eixos temáticos que se mostraram recorrentes e pertinentes aos recortes pretendidos em nossa pesquisa: perspectivas teóricas sobre subjetividade e a relação com as vulnerabilidades e violências, fatores de risco e de proteção às violências e territórios das violências. Posteriormente, estes se desdobraram em subcategorias, conforme tabela apresentada no item 3.

## **2. “O Estado da Arte” – notas sobre o contexto de produção**

Foram levantados 252 trabalhos científicos, dos quais 96 eram teses de doutorado e 156 dissertações de mestrado. Selecionamos 41 teses e, para a leitura na íntegra, recuperamos 37, o que corresponde a 38,5%. Quanto às dissertações, filtramos 65 e escolhemos, para a leitura na íntegra, 56, ou seja, 35,8%.

Como mencionado acima, constatamos 252 pesquisas, o que representa um número significativo de obras a partir da chamada pelos descritores. “Adolescência-violência” e “adolescente-violência” constituíram o maior número de teses de doutorado encontradas, enquanto “jovem-risco” e “juventude-vulnerabilidade” o menor número de trabalhos levantados. Talvez isso se dê, conforme aponta Spósito (2009), em virtude da categoria juventude e jovem ser explorada como uma dominante social mais comumente discutida nas ciências sociais, principalmente com a sociologia da juventude. Tal noção, como afirmam Abramo, León e Freitas (2005), tem sido compreendida para além de uma delimitação etária, mas como uma categoria social representada historicamente, gerada pelos tensionamentos contemporâneos. Já a noção de adolescência tem sido mais fortemente utilizada pela psicologia para demarcar uma determinada etapa do desenvolvimento humano.

E o que podemos revelar em relação às dissertações de mestrado sobre os mesmos descritores utilizados nesta busca? Primeiro, verificou-se uma diversidade de temas e abordagens teórico-metodológicas acerca do adolescente e das violências, assim como expressivo número de trabalhos versando a respeito das situações de vulnerabilidade. Um menor número de pesquisas apareceu com os descritores “jovem-risco” e “juventude-risco”, tal como apontado com referência em relação aos doutorados.

Em relação ao período de maior e menor incidência de produção de conhecimento, tanto para mestrados quanto para doutorados, os anos de 1998 e 1999 apresentaram o menor

número de trabalhos. Os anos de 2001 e 2008 foram, respectivamente, os de maior número para as teses de doutorado e os anos de 2005 e 2008 para as dissertações de mestrado defendidas.

Quanto à publicação, há, por ano, cerca de duas a três teses de doutorado e de quatro a cinco dissertações, qual seja, levando-se em consideração o período determinado por este levantamento, 1998-2008.

Em geral, os estudos que se inserem no campo da saúde privilegiam abordagens quantitativas, de caráter epidemiológico e sóciodemográfico. Ocorre também uma tendência na área da saúde o uso da triangulação de métodos quantitativos e qualitativos que proporcionam discussões tanto da dimensão epidemiológico-quantitativa quanto das singularidades dos sujeitos participantes.

No que concerne à recuperação dos trabalhos por área, há 18 teses de doutorado e 23 dissertações de mestrado na saúde, 19 teses e 33 dissertações na psicologia.

Tabela 1. Recuperação dos trabalhos por área

Área do Conhecimento	Teses de Doutorado	Dissertações de Mestrado
Saúde	18	23
Psicologia	19	33
<b>Total</b>	37	56

Existem algumas dissonâncias por área que merecem destaque e observação. As discussões sobre as violências pela área da saúde privilegiam dados quantitativos, numa perspectiva epidemiológica - caso das análises de mortes decorrentes das causas externas, como os acidentes de trânsito, suicídios e homicídios. Este último vetor de análise, os homicídios, está em geral atrelado ao envolvimento de jovens com a criminalidade urbana e toma como objeto mais especialmente o “adolescente em conflito com a lei”. Outra preocupação verificada na produção científica desta área se refere às conclusões de tais estudos, apoiando e/ou propondo programas e políticas públicas de enfrentamento às vulnerabilidades e violências.

Já os estudos realizados pela psicologia se direcionam para reflexões sobre a construção de uma identidade juvenil, utilizando como recurso metodológico as histórias de vida. Tais pesquisas procuram relacionar determinados comportamentos - uso de agressões físicas, conduta sexual inadequada e consumo de drogas ilícitas – com situações de risco, sejam elas da ordem social ou pessoal. Apostam, enquanto política pública de resolução dos

conflitos na adolescência, na capacitação dos jovens para a sua inserção no mercado de trabalho, por meio de programas e ações específicos promovidos por organizações não-governamentais.

Poucas pesquisas reconhecem a inserção do jovem no mundo das violências como uma tentativa de escapar aos regimes dominantes ou como forma de resistência aos saberes e poderes que se impõem ao seu universo. Diferentemente da saúde, no campo da psicologia, há sempre uma tentativa de inserir o tema ou a população-alvo do estudo nas perspectivas ou correntes teóricas psicológicas ou filosóficas.

### 3. Juventude(s) e violências no Brasil – alguns marcos da produção na pós-graduação em psicologia e saúde

Os modos de produzir conhecimento sobre a(s) juventude(s), as vulnerabilizações e violências são múltiplos. Tal pluralidade de entendimentos e abordagens está organizada aqui em três grandes campos temáticos: 1) perspectivas teóricas sobre subjetividade e a relação com as vulnerabilidades/violências; 2) fatores de risco e de proteção às violências; 3) territórios das violências. Na tabela 2, apresentamos a distribuição dos trabalhos (autor/ano) por estes eixos.

Tabela 2. Produção científica brasileira sobre juventudes e violências no período de 1998 a 2008 por temáticas abordadas

Campos temáticos abordadas nos trabalhos	Saúde	Psicologia
1. Perspectivas teóricas sobre subjetividade e a relação com as vulnerabilidades e violências		
1.1. Identidade	Yoshida (2001); Ferreira (2007)	Carvalho (1999); Barbosa (2005); Almeida (2005); Silva (2007); Souza (2008)
1.2. Representação social		Arpini (2001); Menandro (2004); Branco (2006); Guimarães (2006); Paixão (2008); Coêlho (2008)
1.3. Subjetividade		Takeiti (2003); Kawata (2003); Berzin (2003); Vieira (2003); Grankow (2007)
2. Fatores de risco e de proteção às violências		
2.1. Vulnerabilidades, risco e proteção	Oliveira (1999); Santos (2000); Alcântara (2001); Santos (2005); Machado (2005); Moura (2005); Santos (2006); Santos (2006a); Avanci (2008); Curto (2008)	Maakaroun (2000); Antoni (2000); Câmara (2003); Benicasa (2005); Sá (2005); Soltadelli (2007); Shimizu (2007)
2.2. Resiliência	Pesce (2004)	Trombeta (2000); Santos (2004); Santos (2006b); Poletto (2007); Áspera (2007); Paludo (2008)
2.3. Promoção da Cultura de Paz	Milani (2004)	
2.4. Intervenção em programas socioeducativos	Costa (2001)	Bandeira (2000); Mourão (2004); Lopes (2004); Assis (2005); Feijó (2008)

2.5. Prevenção das violências a partir da inscrição em movimentos sociais	Souza (2007)	
2.6. Inserção no mercado de trabalho e emprego		Watari (2006); Guedes (2007)
2.7. Perspectivas de futuro		Goldmeier (2008)
3. Territórios das violências		
3.1. Violências urbanas e periferias		Njaine (2004); Bróide (2006)
3.2. Homicídio juvenil e morbimortalidade por causas externas	Arnoud (2000); Orlandi (2000); Portácio (2001); Romagnoli (2005); Costa (2006); Fortanari (2008); Soares (2008)	Santos (2008b)
3.3. Uso de drogas	Diemen (2006); Belmonte (2007); Moreira (2008)	Kuchenbecke (2000); Torossian (2001); Bahls (2002); Correia (2003); Rohr (2003); Sanches (2004)
3.4. Tráfico de drogas	Meirelles (1998); Constantino (2001); Huguet (2005); Meirelles (2008)	Feffermann (2004)
3.5. Adolescentes em conflito com a lei - medida socioeducativa de internação e perfil	Brandão (2000); Chrispim (2005). Costa (2007)	Silva (1999); Araújo (2000); Vicentin (2002); Oliveira (2002); Almeida (2002); Pereira (2002); Matos (2003); Vieira (2004); Pereira (2007); Carvalho (2008); Santos (2008a); Bombardi (2008)
3.6. Adolescentes em conflito com a lei - sistema judiciário		El-Kathib (2001)
3.7. Adolescentes em conflito com a lei – papel da família nas medidas socioeducativas		Feijó (2001)
3.8. Exploração sexual juvenil/Prostituição Juvenil		Rodrigues (2004)
3.9. Maus-tratos ou violência doméstica contra adolescentes		Monteiro (1998); Junqueira (2004)
3.10. Situação de rua		Andrade (2005); Rodrigues (2008)

No primeiro conjunto de trabalhos, reunimos as pesquisas que consideram o jovem na perspectiva de sua identidade e subjetividade, valendo-se de distintas abordagens teóricas. Tais chaves de análise conceituais são acionadas para o entendimento da construção de identidades e produção de subjetividades juvenis em meio às vulnerabilidades e violências, de forma articulada aos processos sociais mais amplos.

Um grupo de pesquisas (Carvalho, 1999; Barbosa, 2005; Almeida, 2005; Silva, 2007; Souza, 2008) tem se debruçado sobre a lógica identitária do jovem de periferia o qual se apoia nas lutas por sobrevivência através de movimentos contraculturais como o *hip hop*. Conhecer as representações sociais ou os significados das violências, do risco, das vulnerabilizações, ou os sentidos da escola, do trabalho e das perspectivas de futuro constituem objeto de estudo de outros trabalhos aqui levantados (Arpini, 2001; Takeiti, 2003; Kawata, 2003; Guimarães, 2006).

Entretanto, Paludo (2008) revela que as situações de risco e vulnerabilização não impedem que crianças e adolescentes desenvolvam aspectos positivos em relação aos seus sentimentos, ou seja, a pobreza ou as condições desiguais de vida podem potencializar outros eventos prejudiciais na trajetória das pessoas, mas não os determinam. Tais pesquisas rompem

com o paradigma predominante do déficit, da falta, da periculosidade, afirmando outras lógicas de existência/resistências juvenis.

Já no segundo conjunto de pesquisas, a discussão pautou os fatores de risco e de proteção que se têm colocado em debate, em especial pelo setor saúde, em torno das violências. Orientadas e financiadas principalmente pelos organismos internacionais<sup>13</sup>, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as pesquisas neste campo temático procuram alinhar as diretrizes à promoção da Cultura da Paz<sup>14</sup> (Bandeira, 2000; Costa, 2001; Milani, 2004; Souza, 2007; Feijó, 2008). Exemplos disso são os estudos que procuram apresentar os efeitos dos projetos sociais em áreas de risco e as estratégias adotadas como forma de prevenção à violência, subsidiando, assim, políticas públicas para a juventude brasileira (Maakaroun, 2000; Câmara, 2003; Benincasa 2005; Santos, 2005; Soltadelli, 2007).

Uma das perspectivas apresentadas como política pública de prevenção às violências e inclusão social da juventude são os programas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho formal. Porém Guedes (2007) aponta um duplo e contraditório significado sobre a questão do valor do trabalho: ele é, ao mesmo tempo, grande como expectativa e distante como realidade para o jovem pobre.

No terceiro e último conjunto de trabalhos, que é o que nos interessa discutir neste artigo, encontram-se as pesquisas que visam a problematizar os diversos territórios e expressões das violências e seus efeitos para a vida e a saúde da população juvenil brasileira. Compreende este conjunto os estudos que abordam as violências nas suas relações com a periferia, os homicídios de jovens, o uso e tráfico de drogas; a prática de ato infracional e a rede que se sustenta em torno deste tema; a exploração sexual juvenil, a violência doméstica e a situação de rua.

Vejamos com mais detalhes o que dizem as pesquisas. Bróide (2006) entende o *modus operandi* no território da periferia tal qual o *estado de exceção* (Agamben, 2004 apud Bróide, 2006), quando a vida é reduzida à dimensão meramente biológica, apolítica e, portanto, destituída de direitos. Este é caso da morte de jovens na periferia e seu caráter de

---

<sup>13</sup> Não é escopo deste trabalho discutir as relações entre pesquisa e políticas públicas. Mas é importante sinalizar a presença das agências internacionais no financiamento de pesquisas, assim como certos engajamentos ético-políticos do pesquisador, o qual muitas vezes, é também.

<sup>14</sup> As Resoluções 53/25, de 19 de novembro de 1998, e 53/243, de 6 de outubro de 1999, foram aprovadas pela Assembleia Geral da ONU declarando o ano de 2000 como o Ano Internacional para a Cultura da Paz, lançando uma mobilização global para a década (2001-2010), considerada a década Internacional para a Cultura da Paz e da Não Violência para as Crianças no Mundo. Dentre as recomendações das Nações Unidas estão: o fomento da cultura de paz pela educação; a promoção do desenvolvimento econômico e social autossustentável; a promoção ao respeito aos direitos humanos; a garantia da igualdade entre homens e mulheres; o fomento da participação democrática; o avanço da compreensão, da tolerância e da solidariedade (United Nations, 1998; 1999).

clandestinidade. A violência sem limite experimentada pelos jovens no território fragmentado da periferia tem como consequência a manutenção do sujeito sempre em alerta máximo. Foi a partir de um grupo operativo realizado em um espaço institucional no território da zona sul de São Paulo que Bróide procurou analisar as razões implícitas e inconscientes desta violência que vem, cotidianamente, assolando e interrompendo as trajetórias de vida juvenis.

Se as violências têm deixado marcas permanentes na vida de muitos jovens pobres que residem nas periferias das grandes metrópoles, elas também têm contribuído para a construção de um imaginário social e simbólico que permite mediar experiências, produzir sujeitos e novas subjetividades. Desta forma, a mídia tem colaborado para fomentar não só o debate, mas também participa da construção de um mundo simbólico das identidades juvenis (Njaine, 2004). Este é o caso da produção da imagem do “marginal”, “perigoso” como sendo jovem pobre e negro. Essa percepção, presente na sociedade, é amplamente difundida nos meios de comunicação de massa, perpetuando o estigma que relaciona a pobreza à criminalidade.

Por outro lado, conhecer a repercussão das mortes de adolescentes e jovens constitui-se objeto de outras pesquisas. Estas se debruçam sobre as causas predominantes dos homicídios juvenis em diversas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Maringá e Cuiabá (Arnold, 2000; Orlandi, 2000; Romagnoli, 2005; Costa, 2006; Fontanari, 2008; Santos, 2008a e Santos, 2008b). Estes estudos, em consonância com o Mapa da Violência (Waiselfsz, 2006; 2007; 2010; 2011) e o Índice de Homicídio na Adolescência<sup>15</sup> (IDH) (Borges e Cano, 2012), identificam o perfil de jovens preferencialmente alvos das mortes violentas: em geral são do sexo masculino, negros, com idades entre 15 e 29 anos, residentes nas periferias das grandes metrópoles.

Tais estudos apontam o envolvimento no tráfico de drogas e a demanda de consumo como produtores de conflito e desencadeadores das violências. Algumas pesquisas (Moura, 2005; Diemen, 2006; Belmonte, 2007; Moreira, 2008) sinalizam o papel das políticas antidrogas, surgidas com força no cenário nacional, como verdadeira estratégia de governamentalização (Foucault, 2008) das condutas juvenis, na medida em que se pretende identificar, perseguir e retirar do convívio social aqueles que apresentam certa dissonância às

---

<sup>15</sup> Em 2010, adolescentes do sexo masculino apresentavam um risco 11,5 vezes superior ao de adolescentes do sexo feminino, e os adolescentes negros, um risco 2,78 vezes superior ao dos brancos. Por sua vez, os adolescentes tinham um risco 5,6 vezes maior de serem mortos por meio de arma de fogo do que por qualquer outro. Os três riscos relativos caíram moderadamente naquele ano quando comparados aos dados do ano anterior. O homicídio é a principal causa da morte de jovens, responsável por 45,2% do falecimento deles em 2010. Quando comparamos esse percentual com o relativo à população total (5,1%), verificamos uma diferença estarrecedora. Ou seja, para a população total, a cada cem mortes, cinco foram por homicídio enquanto que para os adolescentes quase a metade foi causada por algum tipo de agressão. Em suma, o cenário no Brasil revela um alto grau de vulnerabilidade para este segmento populacional que sofre uma grande incidência de mortes precoces e violentas (IDH, 2012).

ordens sociais e morais estabelecidas. Se, por um lado, o consumo e a dependência têm sido tratados pelo Estado como caso de polícia, através de medidas judiciais, retirando de circulação pública a população usuária de drogas, por outro, o mesmo investimento não tem sido feito em relação à comercialização ou tráfico internacional de entorpecentes.

Nesta rede de linhas, que se entrelaçam e se desfazem, vão construindo uma forma de estar no mundo. Cruz Neto (e col., 2001), Fefferman (2004), e Huguet (2005) destacam que a função-tráfico é apenas uma ponta de todas as outras violências que permeiam distintas relações destes jovens, e a morte é uma das consequências mais constantes neste mundo. Diante das conexões internacionais da "indústria" do tráfico de drogas, os jovens moradores de favelas constituem a parte mais perceptível do tráfico, diria a ponta do "iceberg", a que exhibe todas as violências incrustadas em sua economia ilegal, um apêndice, indispensável e descartável da atualidade.

Ao tecer os fios da trama que enreda o tráfico de drogas, estas pesquisas contribuíram para desvelar o universo imbricado de relações de poder em que jovens envolvidos no tráfico estavam inseridos, ampliando, sobretudo, seu entendimento sobre o mundo do trabalho ilegal, principalmente no que dizia respeito ao contrato social vigente que regulava as relações sociais, a violência simbólica e institucional apresentada como espetáculo tanto por parte dos agentes do Estado quanto dos traficantes. Novos códigos simbólicos são incorporados a partir da sociabilidade que se estabelece no mundo ilegal da venda e compra das drogas. Deste modo, novas subjetividades passam a ser produzidas na sociabilidade ilegal das favelas.

Para estes autores, não se trata de negar a gravidade dos acontecimentos envolvendo a juventude pobre da periferia. Mas é preciso demonstrar que o debate acerca da inserção de jovens no tráfico de drogas "não pode ser confinado ao interior dos camburões de polícia, delegacias e instituições de atendimento socioeducativo. É preciso inseri-los no contexto mais amplo, pois se trata de um fenômeno histórico, social e político engendrado na sociedade contemporânea" (Cruz Neto, e col., 2001, p.26).

Torna-se necessário ampliar a discussão para compreender a complexa trama de fluxos que incluem desde aspectos microssociológicos a fatores macroestruturais e pensar nas estratégias que são inventadas, operacionalizadas, defendidas e difundidas por estes jovens como possibilidade de uma silenciosa, mas poderosa revolução (ou criação de redes de resistência) molecular (Guattari, 1987, apud Huguet, 2005).

Tais resistências foram destacadas por Meirelles (1998; 2008) que identificou na família, nos amigos, nas organizações e até mesmo nos projetos sociais alicerces para reconstruir outros caminhos possíveis que não na trama do tráfico de drogas.

Ao se pensar nas estratégias de governamentalização das populações para a realidade ‘antidrogas’ no Brasil, algumas pesquisas buscam refletir sobre as intervenções realizadas em tais contextos. Esta relação das pesquisas com o campo das intervenções demonstra uma clara intenção de propor, se não linhas teóricas como forma de controle disciplinar (Kuchenbecke, 2000; Torossian, 2001), metodologias mais inventivas através de oficinas ligadas à arte e à cultura (Mourão, 2004; Sanchez, 2004) como forma de prevenção ao uso de drogas, e até mesmo a configuração de um perfil dos usuários que auxilie na tomada de “medidas de proteção” (Bahls, 2002; Correia, 2003; Rohr, 2003), sejam elas compulsórias ou não.

Ainda como expressão das violências e juventudes as pesquisas que versam sobre os jovens em conflito com a lei constituem um grupo temático relevante de abordagem. Elementos, tais como as motivações e consequências que levam adolescentes a se inserirem no mundo da criminalidade urbana, atravessam os discursos e a produção de saberes acerca da prática infracional juvenil e contribuem para a construção de um determinado sujeito psicológico e social (Brandão, 2000; El-Kathib, 2001; Chrispim, 2005; Costa, 2007; Bombardi, 2008).

Há um forte apelo nos trabalhos em desvelar as causas e as implicações, além de delinear o perfil epidemiológico e sociodemográfico para explicar o envolvimento dele com a criminalidade urbana. Busca-se, desta forma, apoiar as políticas públicas na direção de minimizar os efeitos de produção das violências na população em geral (Feijó, 2001; Matos, 2003). Tais motivações e determinantes focalizam na constituição familiar “desestruturada”, nas condições socioeconômicas insatisfatórias, na estrutura social desigual, nos aspectos psicológicos, individuais e biológicos os fatores que colaboram para a entrada do jovem no circuito infracional.

Reafirma-se nestas pesquisas o caráter condenatório, punitivo e classista no que concerne à prática de ato infracional, associando, com frequência, a juventude pobre e à produção das violências. Além disso, intensifica-se o imaginário do medo e da insegurança em relação aos adolescentes infratores (Brandão, 2000; Araújo, 2000; Santos, 2008) atribuindo-lhes toda a responsabilidade pelo crescimento da violência.

Sob a perspectiva do ato infracional, alguns trabalhos procuram analisar os efeitos de produção destas violências como modos de subjetivação, tendo como referência as

contribuições de Michel Foucault. Mais do que simplesmente atribuir ao sujeito ou a sua coletividade a culpa pela prática deste ato, alguns autores apostam na dimensão do conflito como potência de resistência-existência (Vicentin, 2002) ou como um modo de subjetivação de uma determinada moral, neste caso, a moral disciplinar das instituições de privação de liberdade que produzem assujeitamentos coletivos (Rosário, 2008).

Ao problematizar a dimensão-rebelião de jovens infratores no contexto da Febem/SP como um modo de produzir-se subjetivamente e resistir às lógicas de poder operadas por este sistema, Vicentin (2002) lançou luz não apenas às questões que afetavam a juventude “infratora”, mas, sobretudo, a distintos modos de ser jovem no contemporâneo. Pois tal situação, vivida por estes jovens, faz eco a tantos outros setores da juventude pobre brasileira, alvos constantes de extermínio, estigmatizações, condenados à invisibilidade ou reduzidos à imagem ameaçadora do crime e da delinquência.

Outros setores juvenis não menos importantes porque realizam estudos em menor escala, mas ainda problemáticos porque requerem ações de cuidado e proteção são aqueles que direcionam seu olhar para a questão da violência intrafamiliar (Monteiro, 1998), a situação de rua (Andrade, 2005; Rodrigues, 2008) e a exploração sexual infanto-juvenil (Rodrigues, 2004). Todos estes trabalhos são consonantes em afirmar que as violências sofridas no ambiente doméstico produzem efeitos na vida e na saúde destes jovens e antecipam, assim, a saída para as ruas. Seus itinerários de vida passam a ser cristalizados ainda na figura do “menor” e são reconhecidos não pela trajetória de ausências e desproteção, mas pelas práticas de sobrevivência na rua como “menores” delinquentes, trombadinhas, usuários de drogas, pequenas prostitutas.

#### **4. Concluindo – pistas para a produção de conhecimento neste campo**

Este levantamento nos permite perceber alguns dos embates e ou forças políticas que se conectam e materializam na construção de um sujeito jovem no contemporâneo, ora fixando-os em uma categoria conceitual, ora objetivando-os a partir dos territórios de vulnerabilizações e violências que os envolvem. Ao buscar as saídas para os “problemas” que a juventude brasileira enfrenta, as pesquisas expressam suas perspectivas e participam das políticas de produção de subjetividade.

Ao contrário de qualquer conclusão ou tentativa de universalização sobre a consigna juventudes-vulnerabilidades-violências abordada neste levantamento, algumas pistas nos parecem importantes apontar.

A primeira delas é que parece mais potente pensar acerca dos efeitos de produção de subjetividades que as violências e vulnerabilidades suscitam nos jovens e menos discorrer ou descrever os fatos violentos relacionados a eles. Refletir a partir dos efeitos e não das causas favorece um posicionamento ético-político que responde a outros modos de compreensão das violências, não as ressituaando em polaridades como as daqueles que as cometem ou que a vivenciam (vítimas ou algozes), contudo, tendo-as como pano de fundo, entender a centralidade das lutas também por produção de subjetividades.

Acreditamos ser necessário problematizar o binômio juventudes-violências que se tece nas vulnerabilidades do cotidiano, mas, como bem apontou Salazar (1990), compreender tal produção como um dispositivo de resistência que produz sujeitos e outros modos de subjetivação inseridos numa dada cultura. Os estudos que se dispõem a tratar das violências como uma dimensão da resistência apontaram trajetórias de pesquisas interessantes que versaram sobre os modos de vida juvenis e as práticas de cultura marginais, desconstruindo o estigma de juventude pobre e violenta.

Assumir, portanto, outros modos de entender as juventudes, acompanhando suas derivações, seus processos de desterritorialização/territorialização contribui para identificarmos diferentes lógicas, produzir novos conhecimentos, refletir acerca de distintas estratégias de ação que dialoguem com as experiências e singularidades deste jovem.

Uma segunda pista seria considerar a emergência de culturas juvenis como efeitos destas violências, como construção de identidades e produção de novas subjetividades. É preciso pensar como os jovens que vivem nas fronteiras sociais, convertem o *estigma em emblema* (Reguillo, 1991), as experiências de violências em modos inventivos, criativos de incidência sobre seu território local. O movimento *hip hop*, por exemplo, e muitos outros coletivos artístico-culturais apresentam-se como um dispositivo analisador tanto das formas de resistência juvenis quanto dos problemas que vivenciam no cotidiano.

Estas novas direções de trabalho e de pesquisas apontam para alguns ruídos e outras dissonâncias em relação à juventude pobre, revelando realidades em constante movimento e mutação (Spósito, De Tommasi e Moreno, 2009). Precisamos estar atentos para às “artes de estado” que se edificam pelas pesquisas e grupos de pesquisadores e como tal construção de saber acaba por atravessar as trajetórias de vida juvenis. Compreender os referidos acionamentos parece tarefa imprescindível para aqueles que se debruçam sobre o tema da juventude brasileira.

## Referências Bibliográficas:

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n.5-6, mai/dez, p.73-90, 1997.

ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D.; FREITAS, V. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, M. (et.al.) Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ADORNO, S. O. Adolescente na Criminalidade Urbana em São Paulo. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

ASSIS, S. G. de Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

CRUZ NETO, O., MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Nem soldados, nem inocentes – juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social, In: FÁVERO, O. (org.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 284 p., 2007.

DIÓGENES, G. Cartografias da cultura e da violência – gangues, galeras e o movimento hip hop. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FEIXA, C. Prólogo: El imperio de los jóvenes, In: ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. (2010). Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, n.79, Agosto, p.257-272, 2002.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. Em: ALTOÉ, S. René Lourau – analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, D. L. B. de; KANO, I. Índices de Homicídio na Adolescência: IDH 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (et.al.) (1999). Fala Galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond.

MINAYO, M. C. de S., SOUZA, E. R. de. (org) Violência sob o Olhar da Saúde – a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

NASCIMENTO, M. L. do; COIMBRA, C. M. B. Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos, In: BOCAYUVA, H.; NUNES, S. A. (org.) Juventudes, subjetivações e violências. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

OLIVEIRA, C. S. de. Sobrevivendo no inferno. Porto Alegre: Sulina, 2001.

REGUILLO, R. Em la calle outra vez – Las bandas: identidad urbana y usos de la comunicación. Guadalajara, México: Iteso, 1991.

SALAZAR, A. Violencias Juveniles: contraculturas o hegemonia de la cultura emergente?, In: CUBIDES, H. J., TOSCANO, M. C. L.; VALDERRAMA, C. E. Viviendo a toda – Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.

SPÓSITO, M. P. (coord.) O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SPÓSITO, M. P., DE TOMMASI, L.; MORENO, G. G. Adolescentes em processo de exclusão social. In: SPÓSITO, M. P. (coord.) O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

VICENTIN, M. C. G. A Vida em Rebelião – jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec, 2005.

-----Território e Subjetividade. Apresentação oral na oficina Territórios e Subjetividades, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

VOLPI, M. Sem Liberdade, Sem Direitos – A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 1999.

WASELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, OEI, 2006.

----- Mapa da violência dos municípios brasileiros. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, OEI, 2007.

----- Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

----- Mapa da violência 2011 – os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

### **Referências Bibliográficas de Teses e Dissertações:**

ANDRADE, M. P. de. A categoria "meninos de rua" na mídia: uma interpretação ideológica, 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ARAÚJO, D. B. de. O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000. Bahia, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal da Bahia, 2000.

ARNOLD, M. W. Anos potenciais de vida perdidos pelas vítimas de homicídio entre crianças e adolescentes residentes na cidade do Recife no ano de 1997. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno-Infantil) – Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, IMIP, 2000.

BAHLS, F. M. R. C. Análise de auto-relatos de adolescentes que buscavam tratamento por uso de substâncias psicoativas. Paraná, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, 2002.

BANDEIRA, D. R. Avaliação de um projeto social do ponto de vista do desenvolvimento psicológico de seus participantes. Rio Grande do Sul, 2000. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BELMONTE, E. L. Relação entre violência comunitária e uso de álcool: comparação entre os sexos. Rio Grande do Sul, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2007.

BENINCASA, M. Percepção de riscos e fatores de proteção à vida e à saúde entre adolescentes. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

BOMBARDI, V. M. A rebelião do dia a dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, 2008.

BRANDÃO, J. R. de M. Adolescentes infratores em São Paulo: retrato da exclusão social. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.

BRÓIDE, J. A Psicanálise nas situações sociais críticas: Uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

CÂMARA, S. G. Comportamentos de risco na adolescência: enfrentamento violento, conduta sexual de risco e consumo de drogas ilegais. Rio Grande do Sul, 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

CHRISPIM, L. M. D. "Meninos que mataram": promoção de uma reintegração social saudável, 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Fortaleza, 2005.

CORREIA, J. de S. Toxicomania e adolescência: reflexões sobre a relação do adolescente com a droga. Pernambuco, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

COSTA, E. A. de P. Quebrando as barreiras da impossibilidade: a contribuição das ONGs para a inserção social de jovens em situação de risco na passagem para a maioridade. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2001.

COSTA, I. E. R. da. Mortalidade por violência contra adolescentes - condição de vida. Recife 1998 a 2004. Pernambuco, 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

COSTA, C. R. B. S. F. da. Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas, 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2007.

DIEMEN, L.V. Associação entre impulsividade, idade do primeiro consumo de álcool e abuso de substâncias psicoativas em adolescentes de uma região do sul do Brasil. Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

EL-KHATIB, U. Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: que problema é esse?, 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2001.

FEIJÓ, M. R. A família e os projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

FEFFERMAN, M. Vidas Arriscadas: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo. São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia do aprendizado, do desenvolvimento e da personalidade) – Universidade de São Paulo, 2004.

FONTANARI, L. A. Mortalidade de jovens por homicídio em municípios da região sul. Paraná, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GUEDES, V. G. Trajetórias juvenis: o trabalho como valor, o valor do trabalho. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HUGUET, C. R. Adolescentes pobres e tráfico de drogas nas famílias do Rio de Janeiro: uma aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2005.

KUCHENBECKE, A. de S. Uso de drogas entre meninos e meninas de rua no centro de Porto Alegre. Rio Grande do Sul, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MAAKAROUN, M. de F. Adolescência e violência: estudo das características de adolescentes escolares e os fatores de risco e de proteção para a violência praticada e sofrida. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Pediatria) – Faculdade de Ciências Médicas, Santa Casa de São Paulo, 2000.

MATOS, H. S. de Sob as penas da lei: O adolescente sob risco social e seu contexto familiar, Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

MEIRELLES, Z. V. Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Fiocruz, 1998.

MEIRELLES, Z. V. Nas viradas da vida: rompendo com o mercado de trabalho do tráfico de drogas em favelas na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2008.

MILANI, F. M. Violências x Cultura de Paz: a saúde e cidadania do adolescente em promoção. Bahia, 2004. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2004.

MONTEIRO, M. DA C. DO N. As representações sociais de agressões físicas sofridas, em casa, durante a infância: estudo comparativo com 90 adolescentes de Campinas/SP, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MOREIRA, T. de C. O uso de álcool e a violência interpessoal. Rio Grande do Sul, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2008.

MOURA, M. V. DE Q. Consumo de álcool, fumo e outras substâncias psicoativas (SPAs) entre adolescentes de Feira de Santana, Bahia. Bahia, 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual de Feira de Santana/BA, 2005.

MOURÃO, C. A “experiência cultural” na prevenção do abuso de drogas na adolescência. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

NJAINÉ, K. Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2004.

ORLANDI, M. H. F. Mortalidade de adolescentes e jovens no município de Maringá/PR: magnitude e tendências. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.

RODRIGUES, A. P. P. "Fazendo ponto": trajetórias de adolescentes em situação de exploração sexual em Lages-SC, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

RODRIGUES, C. F. Adolescentes e jovens com experiências de vida nas ruas de São Luís - MA: construindo sentidos e desvelando significados, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

ROMAGNOLI, A. G. V. Mortalidade geral e por causas externas de crianças e adolescentes registrados no hospital estadual do Grajaú (2000 a 2002). São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno-Infantil) – Programa de Pós-graduação em Saúde Materno-Infantil, Universidade Santo Amaro, 2005.

ROHR, R. V. Trabalho e consumo de drogas em estudantes do ensino médio: implicações na qualidade de vida. Espírito Santo, 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

ROSÁRIO, A. B. do. Ato infracional e reconhecimento: vicissitudes do adolescente no contato com o outro. Minas Gerais, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

SANCHEZ, Z. V. D. M. Razões que levam determinados jovens, mesmo expostos a fatores de risco, a não usarem drogas psicotrópicas. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) – Universidade Federal de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. F. Juventudes, saúde e cidadania: um olhar sobre três ecologias desenvolvimentais. Bahia, 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, J. R. O. O adolescente em conflito com a lei na cidade de Assis – SP. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, 2008a.

SANTOS, J. E. F. Mind The Gap! (Cuidado com o vão) Repercussões do Homicídio entre Jovens de Periferia da Cidade de Salvador, Bahia. Bahia, 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2008b.

SOLDATELLI, M. I. DOS S. Adolescentes em risco social: a expressão dos processos de identificação através do método de Rorschach. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2007.

SOUZA, S. R. de. Respostas brasileiras à violência urbana no campo da segurança pública: os movimentos sociais e as organizações não-governamentais. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2007.

TAKEITI, B. A. O Adolescente e a Violência – uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

TOROSSIAN, S. D. Construção das toxicomanias na adolescência: travessias e ancoragens. Rio Grande do Sul, 2001. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

VICENTIN, M. C. G. A vida em rebelião: Histórias de jovens em conflito com a lei. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

Enviado em 22.02.2014.  
Situação: aguardando parecer.

**Anexo V. Quadro sinóptico: análise da temática “violência”.**